

CAIO PRADO JR.
E A NACIONALIZAÇÃO
DO MARXISMO
NO BRASIL



Departamento de Ciência Política
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Chefe

Maria Hermínia Tavares de Almeida

Vice-Chefe

Fernando Limongi

Coleção Comentário

Coordenador

Cláudio Vouga

Comissão Editorial

Cláudio Vouga

Eduardo Kugelmas

Gabriel Cohn

Lúcio Kowarick

Prêmio Lourival Gomes Machado
Menção Honrosa

Bernardo Ricupero

CAIO PRADO JR.
E A NACIONALIZAÇÃO
DO MARXISMO
NO BRASIL



Departamento de Ciência Política da USP



editora ■ 34

EDITORA 34

Editora 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 816-6777 editora34@uol.com.br

Departamento de Ciência Política

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 Cid. Universitária CEP 05508-900

São Paulo - SP Brasil Tels/Fax (11) 211-2269 / 818-3754 / 818-3783

fflchflp@edu.usp.br <http://www.cienciapolitica-usp.br>

Copyright © Editora 34 Ltda., 2000

Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil © Bernardo

Ricupero, 2000

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL, E CONFIGURA UMA
APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

Bracher & Malta Produção Gráfica

Revisão:

Alexandre Barbosa de Souza

1ª Edição - 2000

Catálogo na Fonte do Departamento Nacional do Livro

(Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil)

Ricupero, Bernardo

R81c Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo

no Brasil / Bernardo Ricupero. — São Paulo:

Departamento de Ciência Política da Universidade de

São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

256 p.

ISBN 85-7326-161-7

1. Prado Jr., Caio, 1907-1990. 2. Marxismo -

Brasil. I. Departamento de Ciência Política da

Universidade de São Paulo. II. Fapesp.

CDD - 320.5

CAIO PRADO JR.
E A NACIONALIZAÇÃO DO
MARXISMO NO BRASIL

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Agradecimentos</i> | 7 |
| <i>Prefácio</i> | 9 |
| Introdução | 21 |
| I. TEXTO E CONTEXTO EM CAIO PRADO JR. | |
| 1. O problema Caio Prado Jr. | 37 |
| 2. História das idéias e comédia ideológica no Brasil | 47 |
| II. O CONTEXTO | |
| 3. Existe um pensamento marxista latino-americano? ... | 61 |
| 3.1. A questão | 63 |
| 3.2. Marxismo e América Latina: uma incompreensão mútua | 69 |
| 3.3. Momentos da história do socialismo na América Latina .. | 73 |
| 3.4. A III Internacional e a América Latina | 75 |
| 3.5. A Revolução de Outubro vista da América Latina | 81 |
| 3.6. Para além do localismo e do cosmopolitismo da esquerda latino-americana | 89 |
| 4. A aventura brasileira do marxista Caio Prado Jr. | 92 |
| 4.1. Marxismo e Brasil: uma história quase inexistente | 92 |
| 4.2. Caio Prado Jr. e o PCB | 108 |
| 4.3. Caio Prado Jr. e a literatura sobre a formação do Brasil .. | 114 |
| 4.4. Caio Prado Jr. como continuador e inovador no marxismo do Brasil | 124 |
| III. O TEXTO | |
| 5. A Colônia | 137 |
| 5.1. O sentido da Colônia | 137 |
| 5.2. Momentos da história colonial | 147 |
| 5.3. O caráter da colonização de acordo com Caio Prado Jr. .. | 150 |
| 5.4. A Colônia vista por Caio Prado Jr. | 155 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 6. A transição entre Colônia e Nação | 160 |
| 6.1. A formação do Estado Nacional brasileiro | 162 |
| 6.2. O fim da escravidão | 169 |
| 6.3. A República | 171 |
| 6.4. A formação econômico-social brasileira | 172 |
| 7. A Nação | 195 |
| 7.1. A crítica política de Caio Prado Jr. | 195 |
| 7.2. Caio Prado Jr. e a esquerda ou mais um capítulo na história da crítica da cópia brasileira | 199 |
| 7.3. A repercussão da crítica de Caio Prado Jr. à esquerda | 213 |
| 7.4. O programa político de Caio Prado Jr. | 218 |
| 7.5. A Nação para Caio Prado Jr. | 222 |
| Conclusão: O que está vivo e o que está morto em Caio Prado Jr.? | 229 |
| <i>Referências bibliográficas</i> | 237 |

AGRADECIMENTOS

Gildo Marçal Brandão, Rubens Ricupero, Luiz Bernardo Murtinho Pericás, Gabriela Nunes Ferreira, Fernando Novais, Rubem Murilo Leão Rêgo, Alexandre de Freitas Barbosa, Tullo Vigevani, Norman Gall, Danda Prado, Antonio Candido, Paulo Martinez, Lincoln Secco, Raimundo Santos, Sylvia Sampaio Góes Ricupero, Eduardo Kugelmas, Francisco de Oliveira, Maria D'Alva Kinzo, Ana Maria dos Santos, José Clovis de Medeiros Lima, Maria Raimunda dos Santos e Márcia Regina Gomes.

PREFÁCIO

Numa pesquisa recente feita artesanalmente com um pequeno mas *senior* grupo de economistas, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, sobre quais seriam as obras e autores brasileiros mais importantes do século XX, as respostas indicaram não estudos teóricos ou empíricos executados segundo sofisticados manuais metodológicos, mas *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), de Gilberto Freyre; *Formação Econômica do Brasil* (1954), de Celso Furtado; *Os Donos do Poder* (1958), de Raymundo Faoro; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), de Victor Nunes Leal; *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr.; *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1952) e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), e outros, de Florestan Fernandes; *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), de Oliveira Vianna; e *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha¹.

¹ Cf. Simon Schwartzman, “As ciências sociais brasileiras no século XX”, nov. 1999 (mimeo.). O autor esclarece que a amostragem utilizada, restrita à lista de cientistas sociais com os quais se corresponde via Internet, foi de 49 intelectuais, dos quais 10 sociólogos, 13 cientistas políticos, 14 economistas, 6 antropólogos, alguns historiadores e gente proveniente da área de direito, filosofia e administração. O livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), teria sido citado como um dos mais influentes, não sendo entretanto reconhecido como de mérito equivalente aos demais.

Pode ser que resida aqui uma anomalia. Tomando como padrão as ciências exatas — que progridem esquecendo seus fundadores — e desconsiderando a natureza das ciências sociais — cujo trabalho, sob certo aspecto, se assemelha ao de Penélope, que para atingir seus objetivos necessita refazer seu próprio caminho —, uma interpretação positivista não hesitaria em qualificar tal situação como resistência à absorção dos procedimentos metodológicos e técnicos que caracterizariam a verdadeira ciência, indicação de o quanto estamos atrasados no terreno da profissionalização e institucionalização do saber.

Fora desse sectarismo, no entanto, o que a lista evidencia é que historicistas e anti-historicistas, holistas e individualistas metodológicos, humanistas e cientificistas, aprendemos todos a pensar o Brasil com aqueles pensadores. Essa realidade, parte ineliminável da experiência intelectual de cada um de nós e de cada geração dos 80 aos 21 anos, é por si só suficiente para tornar risível o dar de ombros com que por vezes se os considera — como alquimistas diante dos químicos, como literatura para o deleite dominical do espírito, como relevantes tão-somente do ponto de vista da história da ciência. Apesar do caráter datado de muitas de suas proposições teóricas e análises empíricas, continuam a ser lidos como testemunhas do passado e como fonte de problemas, conceitos, hipóteses e argumentos para a investigação científica do presente.

O que talvez seja peculiar desse momento é a extensão em que estão sendo tomados como objetos de análise em si mesmos, a quantidade de comentários que estão sendo produzidos sobre suas idéias, o uso que se está fazendo da história intelectual como instrumento e perspectiva para repensar a evolução histórica e a problemática política contemporânea do país. Com efeito, além da emergência ou renovação das disciplinas que tematizam os problemas do viver em transição — como a violência em suas diversas formas, o fenômeno da pluralização religiosa, a explosão de associativismo, as redefinições das relações de gênero, a requalificação das relações raciais, as condições sociais para o exercício da cidadania, o funcionamento das instituições demo-

críticas, a ascensão da mídia a um papel de primeiro plano na formação da vontade política da população, o processo de globalização e criação de blocos econômicos regionais, as mudanças nas relações internacionais etc. —, uma das características mais salientes das ciências sociais que estamos fazendo é o crescimento e a diversificação dessa área de pesquisa que vem sendo chamada com maior ou menor propriedade de “pensamento político” ou “pensamento social brasileiro”.

Mas por que agora e não antes?

Minha primeira hipótese é que, sem diluir a diferença entre o ensaio e a investigação científica, apenas uma comunidade acadêmica consciente da própria força pode confessar suas dívidas intelectuais para com os ensaístas. A segunda é que há uma íntima relação entre o caráter cíclico do interesse por esses pensadores e a dinâmica histórica e cultural da política brasileira, ou mais especificamente, alguma conexão de sentido na coincidência entre essa explosão intelectual e a conjunção crítica — mudança global e, sob certo aspecto, concentrada no tempo, que está forçando a reorganização das esferas de nossa existência e a reformulação dos quadros mentais que até agora esquematizavam nosso saber² — que estamos vivendo, apenas comparável aos períodos abertos pela Abolição e pela Revolução de 30. A terceira é que a forma narrativa específica que aqueles pensadores consolidaram está longe de ser um fenômeno de juventude: é um gênero de maturidade, supondo acumulação intelectual prévia e refinamento estilístico.

De fato, a pesquisa sobre o pensamento político prolonga uma tradição intelectual que se foi acumulando desde, pelo menos, a década de 70 do século XIX. Como espécie acadêmica, no entanto, ela autonomizou-se dos estudos literários apenas nos anos

² Para o conceito de conjunção crítica, ver Kurt von Mettenheim, “Conjunções críticas da democratização: as implicações da Filosofia da História de Hegel para uma análise histórica comparativa”. In: Célia Galvão Quirino, Cláudio Vouga e Gildo Marçal Brandão (orgs.), *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.

50 deste século, quando se tornou agudo o debate sobre os grandes rumos a dar ao desenvolvimento econômico, a universidade se consolida e a direção intelectual e moral até então exercida pelo pensamento católico se vê desafiada por uma variedade de correntes que têm em comum o materialismo e o progressivismo. Definiu alguns de seus principais esquemas interpretativos no final da década de 70, quando se tornou evidente que a associação “necessária” entre industrialização e democracia não passava de equação otimista, a investigação sobre a natureza do Estado se impôs, o exame das bases conceituais do autoritarismo — formuladas em grande estilo no início da era Vargas — vem para o primeiro plano e a universidade foi deixando de sofrer a competição com agências produtoras de idéias como os partidos programáticos da velha esquerda. E sai da periferia para a cidadania intelectual plena apenas neste final de século, quando a exaustão do Estado nacional-desenvolvimentista se manifesta por todos os poros, a especialização exacerba a fragmentação do mundo intelectual e a sociedade se vê diante do imperativo de reformular suas instituições e redefinir seu lugar no mundo ou perecer.

Tudo se passa como se o esforço de pensar o pensamento se acendesse nos momentos em que a nação e sua intelectualidade se vêem constrangidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar numa nova aventura — para declinar ou esmaecer em seguida. Seguramente, há algo aqui da coruja de Minerva, que só alça vôo ao anoitecer. Mas se temos de usar a metáfora hegeliana, conviria levá-la até o fim e reconhecer que, justamente porque não há como ter “uma perspectiva adequada sobre a época atual sem recolhermos a exemplaridade dessa herança³”, a reflexão sobre o pensamento político, totalizante por natureza, pode nos levar a perceber sinais da aurora que vislumbram a estrutura do novo mundo.

³ Francisco C. Weffort, “A cultura e as revoluções da modernização”. Brasília: Ministério da Cultura, jan. 2000 (mimeo.), p. 2.

Aceita a legitimidade da questão da herança, trata-se agora de focalizar uma de suas vertentes mais significativas e observar uma das mais consistentes tentativas de confrontá-la com a sua história e com o nosso tempo. O trabalho que o leitor tem em mãos — originariamente uma dissertação de mestrado que recebeu menção honrosa no Prêmio Lourival Gomes Machado para as melhores teses defendidas em 1997 no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo⁴ — é uma análise circunstanciada do aspecto político da obra do historiador Caio Prado Jr. e, ao mesmo tempo, uma defesa apaixonada, mas não acrítica, da grandeza e da atualidade de seu pensamento. Atente-se para a singularidade e as dificuldades do empreendimento. Dos três pais fundadores da moderna ciência social brasileira — Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. —, este que já foi considerado o mais sólido, é hoje, provavelmente, o menos lido e o mais difícil de ser analisado. Podemos estabelecer o célebre prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil* e a aula magna de Fernando Henrique Cardoso no Instituto Rio Branco sobre os “livros que inventaram o Brasil” como os marcos desse capítulo da história das idéias pela qual a sociologia gilbertiana e — acrescentasse — a oliveiraviannista foram sendo reabilitadas num contexto de deificação de Sérgio Buarque de Holanda e minimização de Caio Prado Jr. Parte dessa mudança tem a ver com o desprestígio atual do marxismo, que relegou esse autor ao segundo plano; parte com o êxito de sua obra, com o fato de que muitos de seus con-

⁴ Também premiada em 1997, a dissertação de Gabriela Nunes Ferreira, *Centralização e Descentralização no Império: O Debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*, foi publicada em 1999 nesta coleção. A dissertação de Vera Alves Cepeda, *Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado: Desenvolvimento, Nacionalidade e Estado Democrático*, e a tese de Luiz Guilherme Piva, *Ladrilheiros e Semeadores: A Modernização Brasileira no Pensamento Político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*, esta orientado por Boris Fausto, premiadas em 1998, deverão ser editadas em breve.

ceitos, hipóteses e resultados, revolucionários a seu tempo, foram incorporados à “ciência normal” e integrados ao nosso universo mental; e parte ainda com as transformações ideológicas, troca de lealdades políticas, reconstrução das referências intelectuais ocorridas na universidade e fora dela, como reflexo e resposta às transformações mundiais em curso. A suspeita de que, no caso, as razões políticas pesam mais é o combustível para a exploração das razões intelectuais capazes de contrariar essa volubilidade da fortuna, que diz mais da época do que da obra considerada.

Convém chamar atenção, desde já, para a linguagem tensa, nem sempre elegante, mas sempre viva com que Bernardo Ricupero escreve. Ela reflete um cérebro em ebulição, lutando para domar uma multiplicidade de idéias e referências históricas, uma combinação pouco usual de juventude e erudição que, além disso, não teme se confrontar com o mundo. Observe-se a consciência metodológica que comanda a pesquisa, a forma como a exposição segue o processo de investigação. Ainda que não se atenha ao contextualismo lingüístico de Skinner, sua análise parte do contexto intelectual e não meramente social ou econômico do pensamento de Caio Prado Jr. e se preocupa em descrever seus principais interlocutores, as forças culturais e políticas que delimitam o campo intelectual e político no qual se move. Dele reconstrói o suficiente para situar a obra. Mas o quadro que delineia não é mera somatória de seus elementos nem tal contexto vem tratado como condicionante externo, “sociológico” por assim dizer, mas como pressuposto que vai sendo repostado pela análise interna do texto, como parte integrante dele. Mapear conceitos e estruturas conceituais e ver como se articulam com a perspectiva política mobilizada — eis o núcleo do trabalho. Percorrido esse caminho, é possível retornar ao contexto e examinar a influência e a permanência dessa visão teórica e concepção política na esquerda brasileira.

Posta a questão dessa maneira, fica claro por que o caminho escolhido não podia ser o da biografia, seja psicológica seja intelectual; nem o da sociologia, seja a dos intelectuais ou de suas instituições. Também importa pouco saber se o autor era ou dei-

xava de ser um aristocrata de nascença, pois não cabe explicar uma estrutura teórica ou um problema intelectual como o da qualidade de seu marxismo, ou mesmo sua arraigada subestimação da densidade e do alcance da industrialização brasileira, pela evocação de sua “origem de classe”. Em nenhum momento a produção intelectual é lida como reflexo ideológico de base material ou de grupo social preexistente. Não se trata, tampouco, de reduzir idéias às estratégias micropolíticas das *coterias* as quais confere eventualmente identidade institucional, nem de estudar a miríade de obras medíocres pelas quais uma determinada compreensão das coisas se refrata e se propaga.

Trata-se, isto sim, de submeter a teste empírico o suposto segundo o qual as obras-primas, os textos fundacionais, as grandes criações culturais são mais capazes — porque mais coerentes, mais amplas, mais profundas e mais autônomas — de revelar a natureza de uma época e a consistência de uma concepção política. A análise concentra-se num aspecto específico de um todo mais vasto, mas a abordagem utilizada permite interpelar as idéias de Caio Prado Jr. — aí sim, sem reducionismos — como momentos da constituição de um ator específico — o marxismo no Brasil —, como tentativas de diagnosticar e resolver problemas reais, de dirigir política e culturalmente a ação de forças sociais determinadas.

A leitura de Bernardo Ricupero situa-se numa determinada linhagem, pressupõe e completa anteriores abordagens: se a de Fernando A. Novais apanhava o sentido do Caio Prado Jr. historiador, se a de Rubem Murilo Leão Rêgo esmiuçava o sociólogo que fez da questão agrária o ponto nevrálgico para repensar a sociedade toda, se a de Carlos Nelson Coutinho revelava um marxista latino-americano cuja sensibilidade para com a modalidade do desenvolvimento capitalista tornava-o comparável apenas aos grandes internacionais, a de Bernardo Ricupero visa — e deve ser o primeiro a fazê-lo sistematicamente — problematizar o sentido do Caio Prado Jr. político e teórico da política. Não é demasiado insistir na delicadeza do projeto, que confronta a parte não apenas mais polêmica, mas também a mais vulnerável desse pensamento.

Seguindo a sugestão de Fernando A. Novais⁵, Ricupero mostra como a visão que Caio Prado tem da política nasce organicamente do seu trabalho de historiador e como a perseguição incansável de uma problemática básica — as questões da construção nacional e das possibilidades de mudança inscritas no processo histórico — conforma o esforço tenaz para fazer a crítica de todo projeto político que não nasça das determinações do próprio processo. Caio, entretanto, é um notável historiador e um analista político nem sempre arguto e é este nó, admitido com a clareza que o distingue tanto das leituras apologéticas quanto da crítica superficial, que Bernardo quer desatar. Explora, assim, as múltiplas e contraditórias relações entre debilidades historiográficas e acertos políticos, entre miopia prática e acuidade analítica. Demonstra como a problemática da passagem da estrutura colonial para a estrutura nacional está na origem de seu nacionalismo político e a estreiteza deste tem a ver com a parada a meio caminho de seu trabalho de historiador — cuja revelação da natureza comercial do empreendimento colonizador sugeriu mas não realizou uma consideração do movimento do conjunto do mundo colonial —; e sua subestimação do escopo da substituição industrial de importações não pode ser vista à parte, mas faz corpo com sua precária percepção da questão democrática tal como se apresentou na política concreta. Ao mesmo tempo, Caio Prado jamais embarcou na canoa da esquerda para a qual sua crítica abriu caminho, assim como sua desconfiança quanto à natureza da industrialização vacinou-o contra a “equação otimista” que seus companheiros de partido alimentaram; num certo sentido, o que poderia ser caracterizado como seu udenismo político aguçou sua sensibilidade para com fenômenos, como o do peso da burocracia e do Estado no tipo de capitalismo realmente existente, que seus contemporâneos encararam acriticamente.

⁵ Em “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera B. Ferrante (orgs.), *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 22.

Recusando avaliar esse pensamento por metro externo a ele, Bernardo mostra como muitos de seus desencontros com a realidade são exacerbações de descobertas, nascem da extraordinária coerência de sua obra. As respostas que dá aos diferentes problemas não são independentes umas das outras: a questão, portanto, tem a ver menos com as teses que defendeu e as posições que adotou, do que com o método e a forma de usá-lo.

O que está em jogo, então, não é apenas a singularidade de Caio Prado Jr., mas, através dela, o destino do marxismo no Brasil. A perspectiva adotada — investigar um caso de aculturação de um conjunto de idéias elaboradas em e para outra realidade, verificar como se constitui um novo pensamento político — diferencia o trabalho de Bernardo Ricupero de uma historiografia formalista que sequer contempla a hipótese e para a qual as idéias são por definição autóctones e funcionais aos grupos que as produzem. Dado que o capitalismo é um só e o mesmo em toda parte, reza esta orientação, e que elas são produto social como qualquer outro, falar em descompasso, desajuste, inadequação, dualidade, não passa de paradoxo verbal ou capitulação insuportável à “ideologia nacional”. Mas ao contrário da maioria dos estudos da emigração das idéias, que de modo tosco ou sofisticado enfatizam o mimetismo e não avançam além da reiteração da diferença entre país legal e país real, a análise de Bernardo não se limita a constatar o transplante, invectivar a desadaptação ou reconhecer a inapetência que nos faz, ao imitar, recriar. A originalidade da cópia é demonstrada especificando em que consiste, como foi produzida e quais os seus resultados, o modo pelo qual uma determinada teoria, sendo ela mesma, não obstante é outra. A hipótese básica é que estamos diante de caso bem-sucedido de assimilação e recriação de um conjunto de idéias, de uma orientação teórica e metodológica que prova sua fecundidade heurística dando conta de situação distinta da qual nasceu para dar expressão e, ao conseguir isso, revela-se como universal. A “nacionalização” dessa teoria não é então um fenômeno unívoco, mas duplamente articulado, sugerindo, como diz um belo achado do texto, solução

positiva para o dilema proposto por Gramsci sobre a “tradutibilidade” das linguagens científicas. Assim, o que poderia parecer uma obviedade ou um doutrinarianismo — a suposição de que “boa parte do interesse pela obra de Caio Prado Jr. provém precisamente de sua associação com o marxismo” — é desnaturalizado, revela sua face heurística.

Tal “nacionalização”, portanto, não se esgota nela mesma. A extraordinária substituição cultural de importações que implica deve ser vista como parte do processo de autonomização da cultura brasileira, como aporte a mercado interno de idéias capaz de regular suas trocas com o mercado mundial. Ao longo dos anos 30 aos 80, o marxismo acaba por se constituir numa “cultura” em sentido sartreano, por destilar uma série de problemas, hipóteses, formas de abordagens, controvérsias, resultados ou fracassos analíticos que vão constituir um fundo comum ao qual a comunidade científica é obrigada a se referir no enfrentamento das questões postas pela circunstância histórica. Nesse processo, a identidade dos intelectuais vai deixando de ser dada pela sua “filiação a uma grande marca registrada do mercado intelectual mundial” e passa a depender da “consistência das respostas dadas aos problemas postos pelo nosso desenvolvimento e evolução histórica⁶”, pela capacidade de repensar a problemática mundial contemporânea de ótica própria e à altura do que há de mais avançado internacionalmente.

É este o caso de Caio Prado Jr., nos mostra Bernardo Ricupero.

Gildo Marçal Brandão
São Paulo, fevereiro de 2000

⁶ Cf. Roberto Schwarz, “Entrevista a Gildo Marçal Brandão e Oswaldo Louzada Filho”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 15, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

CAIO PRADO JR.
E A NACIONALIZAÇÃO
DO MARXISMO
NO BRASIL

Para Rubens, Marisa, Cristina, Isabel e Mariana

INTRODUÇÃO

Quando comentei com algumas pessoas que pretendia escrever sobre Caio Prado Jr., boa parte delas mal conseguiu disfarçar a estranheza. Tenho a impressão de que devem ter imaginado que um estudo desses seria uma perda de tempo. Essa atitude me parece refletir uma imagem bastante difundida de nosso autor em alguns círculos “bem pensantes”: como alguém que teve sua importância, mas que é, de certa forma, datado.

A relevância de Caio Prado Jr. é reconhecida por ser ele considerado, juntamente com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, um dos autores que inaugura, a partir da década de trinta, uma nova maneira de se entender o Brasil. As abordagens dos três teriam sido favorecidas sobretudo pelos novos ventos que passaram a soprar no país desde os anos vinte e se tornaram irreversíveis com a Revolução de 1930. Já se tornou mesmo redundante citar Antonio Candido¹ quando afirma que sua geração foi marcada por três livros: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr.

Mas, a partir das importantes sugestões de Antonio Candido, formulou-se uma quase representação da contribuição que cada um desses autores teria dado à compreensão de nossa realidade.²

¹ Antonio Candido, “Prefácio”. In: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

² Não há, propriamente, uma interpretação dessas externalizada, mas uma certa sensibilidade, presente em, por exemplo: Fernando Henrique Car-

Tem-se mesmo a impressão de que há quase o equivalente a uma divisão do trabalho entre os pais fundadores do pensamento social brasileiro. Influenciado pela antropologia cultural norte-americana, Gilberto Freyre teria importância por ser dos primeiros a reconhecer a relevância da “contribuição negra” na formação de nossa sociedade. Inspirado, por sua vez, na sociologia weberiana e na hermenêutica alemã, Sérgio Buarque de Holanda teria chamado a atenção para a predominância entre nós de relações primárias, verdadeiro impedimento para o estabelecimento da democracia no Brasil. Já Caio Prado Jr. garantiria seu lugar no panteão dos grandes intérpretes do Brasil, por ser o inaugurador no país do uso de um “método relativamente novo”, o materialismo histórico. O que teria feito com que “as classes emerg(iss)em pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira — enquanto categoria analítica”.³

Desses três pensadores fundamentais, Sérgio Buarque é o que provavelmente conserva a melhor reputação, o que talvez se deva mais a motivos políticos do que intelectuais. Mas como não poderia deixar de ser, nem mesmo o historiador weberiano está imune às críticas. A principal delas é que ele enfatiza demasiadamente a importância que tiveram os aspectos culturais em nossa história. Conseqüentemente, sua análise compartilharia de defeitos comuns a outros enfoques do tipo, em especial, certa dificuldade em lidar com a mudança.

Em relação a Freyre,⁴ as avaliações são mais contundentes. Conviveria com seu lado positivo uma face maléfica. Afinal, o

doso, “Livros que inventaram o Brasil”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 37, 1993; Richard Morse, *A Volta de McLuhanaíma*, trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1980, p. 28.

⁴ Fernando Novais sugere que, em parte, por motivos geográficos, Freyre e Prado Jr., ambos filhos de classes dominantes, têm perspectivas opostas. Enquanto Freyre pertence a uma região, o nordeste, que já teve dias

sociólogo pernambucano seria o principal formulador de uma ideologia, a ideologia da democracia racial. Ela teria sua importância por fornecer, nas palavras de Renato Ortiz, “uma carteira de identidade ao brasileiro”,⁵ mas também, como ideologia, não deixaria de encobrir aspectos não muito edificantes de nossa realidade. Em particular, a brutalidade que teve a escravidão entre nós, brutalidade que persiste nas relações entre raças. Assim, como disse certa vez Florestan Fernandes, o brasileiro passou a ser “o sujeito que tem o preconceito de não ter preconceito”.⁶

melhores, Prado Jr. é do estado que mais se desenvolve no Brasil desde o final do século passado, São Paulo. Assim, a perspectiva de Freyre seria saudosista, enquanto a de Prado Jr. estaria voltada para o futuro. Ver: Fernando Novais, “Caio Prado Júnior historiador”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 2, 1983.

É interessante notar como já em 1942, quando da publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo*, apareciam comparações entre Freyre e Prado Jr., contra as quais Sérgio Milliet se insurgia. Ver: Sérgio Milliet, “Uma grande promessa”. In: *A Noite*, 05/11/1942.

⁵ Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, 1985, p. 45.

⁶ Interpretações mais recentes da obra de Gilberto Freyre têm, porém, modificado sua imagem. Ultimamente tem se valorizado sobretudo sua preocupação com temas mais subterrâneos das ciências sociais, como o cotidiano e a vida privada, aos quais começou a prestar atenção quase no mesmo período da chamada Nova História na França. Mesmo as avaliações a respeito da representação que o mestre de Apipucos faz da sociedade brasileira já não são iguais às de alguns anos atrás; se antes o que se ressaltava eram os aspectos falsificadores e idealizadores da experiência brasileira presentes nos seus livros, agora, chama cada vez mais atenção um conflito interno à obra do sociólogo pernambucano entre elementos que identifica como positivos na relação das três culturas que nos formaram e elementos negativos, presentes na violência que caracterizava uma sociedade como a colonial, baseada na escravidão, e para os quais não deixa de alertar. Ver: Luiz Felipe de Alencastro, “Prefácio”. In: Fernando Novais (coord.), *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994; Roberto DaMatta, “A originalidade de Gilberto Freyre”. In: *ANPOCS-BIB*, nº 34, 1987.

No caso de Caio Prado Jr., boa parte das críticas, ou, ainda pior, do silêncio em relação a ele, provém de sua associação com o marxismo. Assim, tratar-se-ia de autor “economicista”, incapaz de compreender as múltiplas facetas que compõem a nossa realidade. Tem-se mesmo a impressão de que alguns reagem com certo alívio ao pretense desmoronamento da obra do historiador paulista, supostamente ocorrido como conseqüência e conjuntamente com a queda do Muro de Berlim.

A nosso ver, porém, boa parte do interesse da obra de Caio Prado provém precisamente de sua associação com o marxismo. Isto em razão do que é mais significativo na sua obra derivar de uma notável e pouco comum utilização da abordagem marxista na análise de um certo objeto, a experiência histórica brasileira. Sua realização, ao estudar o Brasil, faz mesmo com que se afaste da maior parte de nossos marxistas, incapazes que foram, quase todos eles, de compreender as particularidades das quais é feita nossa formação econômico-social.

Pode-se, portanto, parafrasear alguém e afirmar que Caio Prado Jr. foi um marxista do Brasil, mas nem todo marxista do Brasil foi Caio Prado Jr. Ou seja, a primeira afirmação nos serve para muito pouco, situa Caio Prado em certo contexto intelectual e político, mas não explica suas diferenças dentro desse contexto, o que impossibilita uma compreensão mais completa de seu pensamento. A afirmação não explica inteiramente esse pensamento precisamente porque nem todo marxista do Brasil é Caio Prado Jr. Conseqüentemente, precisamos avançar no problema e entender como um determinado marxista do Brasil, Caio Prado Jr., não é qualquer marxista do Brasil, mas verdadeiramente um marxista brasileiro, isto é, alguém que abre caminho para a aproximação da teoria marxista com a realidade brasileira.

No entanto, como vimos, a atual atitude dominante em relação a obra de Caio Prado é de desvalorizá-la, justamente devido a sua associação com o marxismo. Assim, nossa tarefa neste trabalho será também a de tentar contribuir para a “recuperação” de sua reputação. É evidente, contudo, que essa “recuperação”

não pode ser acrítica. Ou seja, ela só tem sentido se abriremos caminho para que se possa ir além do que propôs Caio e, de certa forma, “superar” nosso autor. Seria, entretanto, impossível levar a cabo essa tarefa enorme em apenas um estudo, o que nos leva a procurar contribuir a esse esforço maior privilegiando um aspecto específico da sua obra. Obra sabidamente rica e variada, que conta com livros de história, economia, filosofia, política, geografia e viagens. O aspecto da obra do historiador paulista que decidimos privilegiar é, além do mais, particularmente subestimado, as implicações políticas de suas análises.⁷

Portanto, ao estudar o pensamento de Caio Prado Jr., pretendemos utilizar procedimento análogo ao seu em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ou seja, para compreender determinado fenômeno, privilegiaremos a análise de um aspecto seu que nos parece revelar o que tem de mais importante. Assim como o final do período colonial revela a essência do que foi o sistema colonial, parece-nos que a política na obra de nosso autor, até mesmo por seu caráter intencionalmente polêmico, evidencia as teses mais importantes que defendeu ao longo de sua vida.

Mas mesmo que não existissem todos os motivos já arrolados para continuar a ler e estudar Caio Prado, haveria pelo menos duas outras razões para insistir nesse esforço. Chamaremos o primeiro desses motivos de “externo” ao nosso autor, enquanto o segundo será apelidado de “interno” a seu pensamento. Mais especificamente, a razão “externa” para ainda valorizá-lo está relacionada à penetrante crítica que faz à linha dominante de uma influente perspectiva intelectual e política no Brasil, aquela que brotou do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já o motivo “inter-

⁷ Inspirados por Antonio Gramsci, entendemos, contudo, política em sentido amplo, como uma filosofia prática. Assim, mesmo que não de forma explícita, praticamente toda a obra de Caio, orientada para a intervenção no mundo concreto, está impregnada de política. Ver: Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, org. e trad. Q. Hoare e G.N. Smith. Nova York: International Publishers, 1992.

no” para continuarmos a levar Caio a sério provém de seus próprios méritos como historiador e intérprete de nossa realidade.

Esta divisão é, porém, em grande parte arbitrária, já que o Caio Prado Jr. historiador é incompreensível sem levar em conta o Caio Prado Jr. militante político. O que Jean Starobinski⁸ nota em Rousseau, nos parece aplicável também ao nosso autor, isto é, são ambos pensadores que não aceitaram “separar sua vida da obra”. Nos seus livros, Caio Prado não deixa dúvidas quanto a sua convicção de que o estudo teórico deve ser orientado para a compreensão do presente. Compreensão esta que deve servir fundamentalmente para que se possa intervir na realidade do momento com a qual se tem de defrontar. Por sua vez, naquilo que se refere à ação política, o historiador paulista é particularmente contundente em insistir que ela deve ser orientada por uma teoria adequada.

Caio Prado Jr. é, portanto, um firme defensor da tese de que deve existir unidade entre teoria e prática. Seu caso talvez seja mesmo dos poucos em que é justo falar na elaboração de uma “teoria prática”, que aparece em quase todos seus escritos, e de uma “prática teórica”, da qual são provas empreendimentos como a Editora e a *Revista Brasiliense*. Mesmo assim, decidimos manter a distinção entre os dois motivos para se continuar a ler e estudar Caio Prado a fim de facilitar a exposição.

A primeira das razões apontadas para se insistir na leitura e estudo de Caio liga-se à influência político-cultural que teve por um bom tempo a esquerda brasileira. Na América Latina em geral, desde o segundo pós-guerra até recentemente, socialistas exerceram a liderança em nosso debate intelectual. Alguns, como o chileno Norberto Lechner,⁹ chegam a afirmar que por muito tem-

⁸ Jean Starobinski, *Jean Jacques Rousseau: La Transparence et l'Obs-tacle*. Paris: Gallimard, 1971.

⁹ Norberto Lechner, *Que Significa Hacer Política?* Lima: DESCO, 1982.

po existiu na região apenas uma intelectualidade, a intelectualidade de esquerda, sendo muito raros os casos de intelectuais assumidamente conservadores, liberais e populistas. Talvez apenas os românticos e positivistas tiveram influência comparável junto a nossa intelectualidade. Dessa forma, foi a esquerda que, na maior parte dos casos, escolheu os temas e deu o tom das discussões políticas que mais nos marcaram, como aconteceu nas polêmicas a respeito da industrialização, do petróleo, do imperialismo, do nacionalismo etc.

No caso específico do Brasil, como nota Gildo Marçal Brandão,¹⁰ essa influência cultural talvez tenha servido até para contrabalançar o pequeno peso numérico de socialistas. Além do mais, a esquerda que em suas múltiplas manifestações aqui se constituiu, teve como referência básica as teses e atuação do Partido Comunista. Foi afirmando ou negando o modo de ser e de fazer política do PCB que a esquerda, ou, como preferem alguns, as esquerdas brasileiras, desenvolveu(ram) uma (ou múltiplas) identidade(s) própria(s).

Caio Prado Jr., no interior da esquerda e do próprio PCB, faz a crítica mais devastadora à teoria e prática dominantes no campo socialista. Essa crítica, que já vinha aparecendo desde a década de quarenta, culmina na publicação de *A Revolução Brasileira* em 1966.

Mas, como já apontamos, há também “razões internas” ao pensamento de Caio Prado que justificam seu estudo. Caio realizou reflexão original sobre a história e a sociedade brasileiras, que constitui contribuição particularmente importante para a compreensão de nossa realidade. Entre os nossos historiadores, foi dos que mais e melhor assinalaram o peso que carregamos por causa do passado colonial. O historiador paulista chamou a atenção, em especial, para o “sentido” que teve a colonização entre nós:

¹⁰ Gildo Marçal Brandão, *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1920/1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

empreendimento comercial voltado para o mercado externo, baseado na produção de gêneros tropicais em grandes unidades agrícolas, trabalhadas pelo braço escravo.¹¹

Em razão de sua compreensão do peso do passado colonial, Caio Prado Jr. também não deixa dúvidas em relação à insistência que têm certos traços, que há muito deveriam ter sido superados de nossa formação econômico-social, de (teimosamente) permanecer nela: “atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar, e que não é senão aquele passado colonial”.¹² Em certos momentos, Caio Prado, por assim dizer, nos sugere que ainda somos parte do passado, já que não o superamos de todo. Ou quando muito, concede em outros trechos de sua obra que estamos vivendo em período de transição entre a situação colonial e a almejada situação nacional.

De qualquer forma, isto é assunto para mais tarde. Antes, talvez devêssemos explorar uma terceira razão para continuarmos a ler e estudar Caio Prado Jr. Esse motivo, quem sabe, sirva mesmo como interseção entre os dois outros apresentados anteriormente. É só, a partir da década de cinquenta, como nota

¹¹ Os livros de Caio Prado Jr. têm, inclusive, lugar de destaque na literatura acerca do Brasil pelo seu caráter sistemático. Como poucos pensadores brasileiros, chega praticamente a deduzir toda sua obra de uma categoria central: o sentido da colonização.

Assim, talvez se possa mesmo considerá-lo, fazendo recurso aos termos que Isaiah Berlin utiliza, como uma “toupeira”, que “relaciona tudo a uma única visão central, um sistema mais ou menos coerente ou articulado, em termos dos quais compreende, pensa e sente”. Já os companheiros de “geração” de Caio, Sérgio Buarque de Holanda e principalmente Gilberto Freyre, seriam mais como “raposas”, que “perseguem muitos fins, muitas vezes não relacionados e mesmo contraditórios, ligados, se tanto, apenas de alguma forma factual” (Isaiah Berlin, *Russian Thinkers*. Nova York: Pelican Books, 1979, p. 22).

¹² Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942, p. 7.

Novais,¹³ que se começa de fato a elaborar na América Latina um marxismo diferente, nascido, em grande parte, da confrontação com as formulações cepalinas.¹⁴

É, portanto, notável que no verdadeiro deserto intelectual que era o pensamento de inspiração socialista por estas plagas, tenham surgido precursores originais como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Jr. Além do mais, como sugere Novais, uma das formas mais interessantes para avaliar o pensamento de Caio Prado seria confrontá-lo com o meio a partir do qual elaborou suas idéias e do qual destoa por seu não-dogmatismo: o marxismo do Brasil e da América Latina.

É precisamente o que pretendemos fazer. Procuraremos mostrar que, ao “nacionalizar” o marxismo, isto é, ao conseguir traduzir o modo de abordagem dessa teoria às condições de uma experiência histórico-social específica, a do Brasil, Caio Prado Jr. se destaca de nossos marxistas, que até recentemente, em sua quase totalidade, foram incapazes de realizar uma reflexão original sobre o país em que vivem.¹⁵

¹³ Novais, *op. cit.*; *Ibid.*, “Caio Prado na historiografia brasileira”. In: Ricardo Moraes, *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁴ Pode-se também atribuir, no caso brasileiro, grande peso ao aparecimento da universidade a partir dos anos trinta.

¹⁵ Diversos autores reconhecem o pioneirismo de Caio Prado Jr. ao utilizar o marxismo como instrumento teórico para explicar o Brasil. Assim, Carlos Nelson Coutinho ressalta “a sua criatividade e os seus extraordinários méritos pioneiros enquanto intérprete *marxista* da história brasileira” (Carlos Nelson Coutinho. In: Maria Angela D’Incao (org.), *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 117), enquanto Maria Odila Silva Dias sugere que “ao decifrar as possibilidades de adequação da dialética materialista ao contexto das contradições brasileiras, elaborado na sua especificidade, (...) propunha um desafio fundamental de método (...) Por isso atingiu, em 1942, justamente por conciliar a interpretação marxista com a diversidade nacional, um nível de concretude e de sofisticação do método, que somente vinte anos depois começou a encontrar similares nas obras de Pierre Vilar, Albert Soboul e Albert E < ~~~

Mais importante ainda, a utilização do marxismo por parte de Caio Prado sugere uma solução positiva para o dilema proposto por Antonio Gramsci: “o problema que surge é saber se uma verdade teórica, cuja descoberta corresponde a uma prática específica, pode ser generalizada e considerada como universal para uma época histórica. A prova de sua universalidade consiste precisamente: 1) em se transformar num estímulo para conhecer melhor a realidade concreta de uma situação que é diferente daquela em que foi descoberta; 2) (...) Na sua capacidade de se incorporar nessa mesma realidade como se ela fosse originalmente uma expressão dela”.¹⁶ Portanto, a universalidade do marxismo consistiria precisamente na sua capacidade de se converter em uma força viva nas mais variadas sociedades, o que faria que, de verdade teórica abstrata, passasse a ser uma universalidade concreta.¹⁷

Nossa tese, conseqüentemente, é que iniciativas como as de Caio, de buscar, através de uma abordagem marxista, compreender a particularidade brasileira, tornam possível tanto utilizar o marxismo como importante ferramenta teórica para entender o

30 > Especial

!ÖÖ a~ mo um agente anônimo do Departamento
 cial de Ordem Política e Social (DEOPS) reconhece que “Caio Prado Jr. é um
 luminar do marxismo, possuindo espírito vivo e lúcido e que não se submete
 às imposições de elementos medíocres e obtusos” (*Prontuário de Caio Pra-
 do Jr. no DEOPS, 30-K-33, Informação Reservada, 27 de dezembro de 1955*).

¹⁶ Gramsci, *Escritos Políticos*, sem indicação de tradutor. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1977, p. 201.

¹⁷ José Aricó, *Mariátegui y los Orígenes del Marxismo Latino Americano*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

Brasil, como demonstram a capacidade que tem essa teoria de explicar sociedades as mais diversas.¹⁸ Ou seja, há na obra de Caio Prado Jr. duas dimensões principais — uma ligada à teoria marxista, e outra à realidade brasileira — que se aproximam devido ao sucesso que teve em utilizar o materialismo histórico na análise de nossa formação econômico-social.

Essa aproximação deve mesmo abrir caminho para que teoria e realidade se transformem. A teoria, ao buscar apreender as especificidades inerentes a qualquer formação econômico-social, terá de ir além de certos esquemas simplificadores que tem necessidade de utilizar. Por outro lado, o esforço teórico só faz sentido se servir para modificar a realidade com a qual tem de se defrontar.

A fim de demonstrar que a obra de Caio Prado abre caminho para uma aproximação entre teoria marxista e realidade brasileira, dividimos o trabalho em três partes e sete capítulos. Ao longo deles se procurará estabelecer um caminho cumulativo que esperamos permita, ao final do texto, confirmar a tese principal. Ou seja, que a obra de Caio Prado Jr. representa um caso bem-sucedido de nacionalização do marxismo. Nacionalização esta que teria se dado através de uma tradução da abordagem marxista para as condições particulares da experiência histórico-social brasileira.

A primeira parte do livro, que se chamará “Texto e contexto em Caio Prado Jr.”, discutirá o procedimento a ser adotado ao analisar-se a obra de Caio Prado. Basicamente, se defenderá a idéia de que a melhor forma de compreender as posições por ele defendidas ao longo da vida será confrontando-as com os ambientes intelectuais e políticos em que atuou. Dividiu-se, dessa forma, essa parte metodológica do trabalho em dois capítulos: um

¹⁸ Uma coisa é dizer que a explicação de Marx sobre o capitalismo corresponde a certas condições específicas, outra é afirmar que seu método tem uma validade que vai além dessas condições. Assim, mesmo que boa parte das descobertas de Marx tenha como referência básica a Inglaterra da segunda metade do século XIX, a forma como ele chegou a estas descobertas pode ser útil para a compreensão de outras épocas e sociedades.

mais genérico sobre as dificuldades que se tem de enfrentar quando se quer estudar historicamente um pensador político, intitulado “O problema Caio Prado Jr.”, e outro sobre os desafios particulares que se apresentam para o estudo de um autor brasileiro, “História das idéias e comédia intelectual no Brasil”. A partir deles, poderá ser realizada, nos demais capítulos, uma verificação das posturas comuns e divergentes que existiram entre nosso autor e seus ambientes, o que possibilitará uma posterior avaliação da originalidade de Caio e de sua capacidade de “nacionalizar” o marxismo.

Na segunda parte, sabendo que a questão central da pesquisa é demonstrar que a obra de Caio Prado Jr. representa a elaboração de um marxismo original, preocupado com as condições específicas de nossa experiência histórico-social, se procurará situá-la num certo horizonte intelectual e político, o marxismo do Brasil, e comparar seus trabalhos com os de outros autores que se identificaram no país com essa vertente intelectual e política. Mas o marxismo brasileiro, se tal coisa existe, é, para parafrasear o que diz Caio Prado a respeito da colonização, apenas um episódio, um pequeno detalhe num quadro maior, o marxismo da América Latina, o qual, por sua vez, é passível de ser considerado como parte do que alguns autores chamam de marxismo do Terceiro Mundo, que por via das teses da III Internacional, não passa de derivação do marxismo soviético. Portanto, para podermos estudar nosso autor, teremos antes de “chegar a ele”, ou seja, percorrer, no possível, o caminho do contexto intelectual e político que o gerou e do qual destoa por sua originalidade. Assim, nossa maneira de proceder será ir do mais geral, o marxismo da América Latina, para o particular, o marxismo brasileiro de Caio Prado Jr.

Dessa forma, a segunda parte do trabalho, que se intitulará “O contexto”, tratará dos ambientes intelectuais e políticos em que Caio Prado foi ativo, identificando também os principais interlocutores com os quais se deparou ao longo de sua atividade intelectual e política. Essa parte consistirá de dois capítulos: “Exis-

te um pensamento marxista latino-americano?”¹⁹ e “A aventura brasileira do marxista Caio Prado Jr.”²⁰.

Já a terceira parte do livro, dedicada mais diretamente ao estudo da obra de Caio Prado Jr. e denominada “O texto”, partirá de um problema específico, a questão central que o preocupa ao longo de sua obra e atividade política: a relação entre Colônia e Nação e, a partir dela, a transição entre essas duas situações. O que fará com que essa parte se divida em três capítulos, intitulados respectivamente: “A Colônia”, “A transição entre Colônia e Nação” e “A Nação”.

A terceira parte do trabalho não está, entretanto, desligada da segunda, em razão de o pensamento de Caio Prado, tanto no tratamento da Colônia, como da transição e da Nação, estar fortemente marcado pela influência marxista. Conseqüentemente, o texto se vincula diretamente ao contexto, só sendo possível entender o primeiro a partir do segundo.

Resumindo nosso esforço, pode-se dizer que, através da comparação de Caio Prado Jr. com seus contextos, procuraremos chamar a atenção para os traços originais presentes em seu texto. Dessa forma, pretendemos mostrar que teve sucesso em nacionalizar o marxismo no Brasil.

¹⁹ Esse capítulo foi originalmente publicado em: Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás (orgs.), *América Latina: História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

²⁰ Esse capítulo foi originalmente publicado na *Revista de Sociologia e Política*, nº 8, 1997.

I
TEXTO E CONTEXTO
EM CAIO PRADO JR.

“No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente, se inspira todo pensamento brasileiro de esquerda, e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isso é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim — o que é o mais grave — encaixar nesses conceitos a realidade concreta.”

(Caio Prado Jr.)

1.

O PROBLEMA CAIO PRADO JR.

Há duas atitudes principais em relação ao procedimento que se deve adotar quando se estuda a história das idéias. A primeira reivindica a autonomia de certas idéias, já que elas teriam valor universal, tendo se convertido em “clássicas”. Assim, as questões que colocam continuariam a valer para além das sociedades e épocas em que foram geradas. A outra abordagem, em contraste, considera que o que explica as idéias é o contexto mais amplo em que foram produzidas. Portanto, seria só a partir do entendimento de certas condições específicas, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou culturais, que teriam originado certas preocupações, que se poderia explicar as idéias.¹

A primeira atitude, que enfatiza a importância do texto, tende a ser a de uma certa história da filosofia política, tal como aparece, por exemplo, na obra de Leo Strauss. O antigo professor da Universidade de Chicago considera que “todo conhecimento das coisas políticas implica em suposições sobre a natureza das coisas políticas, o que significa suposições não apenas sobre a situação política dada, mas a vida política ou a vida humana como tal”.² Conseqüentemente, a grande preocupação da filosofia po-

¹ Por trás de cada uma dessas atitudes em relação à história das idéias encontram-se concepções rivais sobre a natureza humana e a razão. Enquanto está implícita na primeira uma visão das duas como imutáveis, a segunda as considera como em constante transformação.

² Leo Strauss, *Qu'est-ce que la Philosophie Politique*, trad. Olivier Sedyn. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 22.

lítica, independentemente de sociedade ou época histórica, seria com a questão do bom governo.

A segunda abordagem, que prioriza a importância do contexto sócio-histórico, é, por sua vez, a da sociologia do conhecimento, tal como aparece, por exemplo, nos livros de Karl Mannheim.³ O sociólogo húngaro chega a dizer que “a sociologia do conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum”.⁴

Uma hipotética avaliação da obra de Platão nos serve como exemplo para ressaltar as diferenças entre as duas abordagens. Exagerando o ponto de vista dos que se identificam com a postura da história da filosofia política, se consideraria que as questões colocadas por Platão continuam a poder ser aplicadas ao mundo de hoje, independentemente do fato de terem sido elaboradas na Grécia há mais de dois mil anos, já que captariam certas verdades universais. Sociólogos do conhecimento, por sua vez, provavelmente acreditariam que o que Platão tinha para dizer talvez tivesse alguma validade para outros membros da pólis ateniense como ele, mas só quase por coincidência isso ocorreria conosco, homens de hoje em dia, que vivemos em condições completamente diferentes das do filósofo.

No caso da obra de Caio Prado Jr., seria possível invocar o argumento em favor da adoção do primeiro tipo de abordagem

³ É óbvio, porém, que nem Strauss nem Mannheim são os únicos representantes dessas abordagens de história intelectual. Apenas escolhemos um e outro devido a sua representatividade e influência.

⁴ Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 31.

de história das idéias, que propõe a autonomia de certas obras, porque boa parte de seus livros são indiscutivelmente clássicos.⁵ Tem esse caráter particularmente sua obra historiográfica, principalmente a dedicada ao estudo do período colonial. Assim, se poderia dizer que, como muito do que Caio Prado revelou sobre o Brasil Colônia tem valor perene, não haveria por que perder-se tempo estudando detalhes sobre os contextos, muitos deles já extintos, em que escreveu seus livros, o que só teria sentido, se tanto, como curiosidade. Muito mais proveitosa, conseqüentemente, seria a análise que se ocupasse diretamente dos textos, em especial daquilo que está sujeito a controvérsias. No entanto, através desse procedimento, retirar-se-ia Caio Prado, ou ao menos algumas de suas descobertas, “verdades indiscutíveis”, do debate político-cultural.

Já a segunda abordagem, que explica o autor pelos contextos que o envolveram, pode levar à redução de Caio Prado aos ambientes em que agiu. É esta, inclusive, a maneira mais fácil de considerar sua obra. Caio poderia ser visto, dessa forma, como um intelectual comunista, um membro da “geração” de intelectuais de 30, um militante nacionalista, um “traidor de classe”, ou tudo isso combinado, mas não mais do que essas suas circunstâncias. Provavelmente seria considerado sobretudo como um marxista brasileiro, o que, apesar do possível reconhecimento que é o principal dos nossos marxistas, faria com que fosse visto como um marxista entre outros marxistas. O que esse enfoque esqueceria, ou preferiria esquecer, porém, são as inúmeras divergências que existiam entre Caio Prado e seus ambientes. Agir dessa maneira seria, além do mais, particularmente grave porque é precisamente nessas divergências que se situa boa parte da importância de sua obra.

De qualquer forma, nenhuma dessas abordagens nos serve.

⁵ É verdade que são clássicos não exatamente no sentido de Strauss, de verdades universais, mas num sentido mais limitado, já que revelam certas características fundamentais da formação econômico-social brasileira.

Até porque o que pretendemos fazer provavelmente não teria serventia para elas.

Se se considera que “tudo está nos clássicos”, que certas idéias têm valor perene, ou como diz Strauss, que “toda postura filosófica implica em respostas às questões fundamentais, em respostas que pretendem ter um valor último, sendo verdades de uma vez por todas”,⁶ qual é o sentido de estudá-las historicamente? O máximo que se poderá fazer é uma leitura “correta” dos textos, exegese que talvez lance alguma luz sobre o que o autor “realmente quis dizer”.

Por outro lado, se se encaram as idéias como que dadas pelo ambiente em que apareceram, não há como fazer diferenciação entre elas. Exagerando, já que haveria uma causalidade inequívoca, em que o contexto gera as idéias, todas as idéias, fruto do mesmo ambiente, seriam quase que iguais. É característica dessa postura a seguinte afirmação de Mannheim: “somente num sentido muito limitado o indivíduo cria por si mesmo o modo de falar e de pensar que lhe atribuímos. Ele fala a língua de seu grupo: pensa do modo que seu grupo pensa”.⁷ Conseqüentemente, se fôssemos aceitar a tese de Mannheim, não haveria grande motivo para estudar separadamente o pensamento de um indivíduo, precisamente o que queremos fazer com Caio Prado Jr.

Acreditamos, portanto, que ao mesmo tempo que só se pode compreender uma obra levando em conta o contexto sócio-histórico em que foi gerada, que existem certas obras excepcionais que transcendem os meios em que foram produzidas. Dessa forma, essas obras, apesar de fazerem referência a situações particulares, são capazes de continuar a nos dizer coisas relevantes, mesmo quando não mais existem os ambientes em que apareceram.

Tentaremos, assim, levar em conta neste trabalho tanto o texto de Caio Prado Jr. como seu contexto. Para tanto, buscaremos

⁶ Strauss, *op. cit.*, p. 73.

⁷ Mannheim, *op. cit.*, pp. 30 e 31.

inspiração em Antonio Candido, que aponta para o fato de que “hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que a explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. (...) Sabemos ainda, que o *externo* (no caso, o social,) importa, não como causa; nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”.⁸

Dito isto, para entendermos o texto de Caio Prado, partiremos como ele, de fatos empíricos isolados e abstratos e procuraremos ir progressivamente nos aproximando da totalidade concreta, unidade do diverso, do qual estes fatos não passam de expressão. Nossa única diferença em relação a Caio será quanto ao objeto: enquanto ele se eleva do abstrato ao concreto, para compreender a experiência histórico-social brasileira, nós, ao tentarmos fazer o mesmo, nos limitaremos a procurar entender seu pensamento. Mesmo assim, temos plena consciência de que, como o historiador paulista, estamos imersos nessa totalidade que é o Brasil, parte, por sua vez, do capitalismo mundial.

Em plano mais restrito, entretanto, pode-se considerar que o que faz de uma determinada obra uma totalidade, é sua coerência interna. É a existência ou não de coerência interna na obra literária que estabelece, como nota Lucien Goldmann, que “todas as passagens contrárias ou concord(em) ou não te(nham) absolutamente sentido algum”. Portanto, “o sentido de um elemento depende do conjunto coerente da obra inteira”.⁹ A força do pensa-

⁸ Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 4.

⁹ Lucien Goldmann, *Dialética e Cultura*, trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 15.

É notável como essas observações de Goldmann a respeito da história

mento de um grande autor é por vezes tal, que, ele, em razão da coerência da obra, chega a fazer afirmações que entram em contradição com a realidade. De qualquer forma, a partir do reconhecimento do que constitui a totalidade do pensamento de um determinado autor, pode-se entender como uma parte da obra se liga a outra, e ainda mais importante, como essa parte se relaciona com a estrutura do conjunto do pensamento.

Goldmann fornece um resumo útil do que constitui a totalidade de uma obra: “as respostas que um pensador dá aos diferentes problemas com que depara não são independentes umas das outras e, mais ainda, nem mesmo são independentes da maneira pela qual ele encara as questões mais periféricas e subordinadas que inevitavelmente ele encontra em seu caminho. *Entre as maneiras de encarar as mais diferentes coisas, entre as respostas que o pensador dá às questões mais afastadas, existe um vínculo que faz do conjunto dessas respostas e dessas maneiras de ver uma totalidade, ou pelo contrário, um amontoado eclético de fragmentos esparsos*”.¹⁰ As grandes obras, portanto, “exprimem, no nível de uma coerência de grande porte, atitudes globais do homem diante dos problemas fundamentais colocados pelas relações inter-humanas e as relações entre os homens e a natureza, atitudes globais (nós as chamamos ‘visões de mundo’) que existem em número limitado”.¹¹

O pensamento de Caio Prado, apesar de corresponder perfeitamente ao que Goldmann caracteriza como constituindo uma totalidade, não tem, entretanto, como preocupação que o norteia a experiência humana em geral, mas a experiência de certos ho-

do pensamento, coincidem com as de Caio Prado Jr. sobre a história brasileira, em particular, com sua categoria de “sentido da colonização”. O que tem uma explicação simples: ambos, em domínios diferentes, souberam bem utilizar a dialética.

¹⁰ Goldmann, *op. cit.*, p. 52.

¹¹ *Ibid.*, p. 94.

mens no Brasil. O que se explica até em razão da sua condição de brasileiro. Assim, enquanto o pensamento europeu sempre tomou seus problemas como os problemas universais, o homem europeu como o homem sem adjetivos, aqueles que nasceram no Brasil e, de forma geral na América Latina, nunca puderam ter tamanha pretensão. Conseqüentemente, se existir tal coisa como um pensamento brasileiro e latino-americano, ele deverá ter como grande tema justamente sua acidentalidade, isto é, o fato de pertencer-se a um mundo, forjado pelo europeu, sem ser inteiramente parte dele.¹²

Isto é, enquanto o pensamento europeu parte do abstrato, (o homem universal, que equivale ao europeu), sem ter de preocupar-se tanto com o concreto (as peculiaridades que tornam possível a esse homem reivindicar-se como universal), o pensamento latino-americano deverá sempre ter como horizonte o concreto, entendido como as particularidades constitutivas de nossa experiência. Mas nessa condição, talvez seja possível reconhecer mesmo uma certa universalidade, já que todos os homens, sejam eles franceses, dominicanos ou chineses, são, na verdade, antes de tudo, singulares.

Mesmo assim, o primeiro instrumento para reconstruir a totalidade do pensamento de um autor, seja ele europeu ou latino-americano, é descobrir o tema ou os temas em torno dos quais sua obra se articula. O que não deixa de ser verdadeiro também para uma tradição intelectual, que, como assinala Robert Nisbet, se “organiza em torno de um núcleo de idéias centrais graças às quais ela se perpetua de geração em geração”.¹³ Essas idéias normalmente vêm acompanhadas de seus opostos — como no exemplo clássico da sociologia de Ferdinand Tonnies e suas ca-

¹² Ver: Leopoldo Zea, *El Pensamiento Latino-Americano*. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.

¹³ Robert Nisbet, *La Tradition Sociologique*, trad. Martin Azuelos. Paris: Presses Universitaires de France, 1984, p. 9.

tegorias de comunidade e sociedade — que estabelecem pares antiéticos.

No caso do Brasil, a reflexão mais significativa sobre o país desde a independência, gira, como nota Paulo Arantes, “em torno do esforço, a um tempo de ilustração e expressão, voltado para a desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação”.¹⁴ Dessa forma, o grande tema de Caio Prado Jr., a relação entre Colônia e Nação, é o mesmo da principal tradição intelectual brasileira. Mas a partir desse problema, devido a sua postura marxista, se diferencia de outros autores que no Brasil trataram da questão.

Todos os autores dessa tradição, entretanto, procuraram atingir públicos que se constituíram em função de determinados contextos. O público tem tamanha importância para a obra, que se pode mesmo dizer que, em última instância, um escritor só existe quando tem algo para comunicar a leitores. No caso particular daqueles que pensam a política, seus contextos são basicamente intelectuais e políticos.

James Tully define contexto ideológico¹⁵ como “o conjunto de textos escritos ou usados no mesmo período, preocupados com os mesmos ou problemas similares e que compartilham um certo número de convenções”.¹⁶ É, assim, o contexto intelectual que fornece a um autor seu vocabulário e as questões básicas com as quais pretende lidar. Deve-se, portanto, prestar atenção especialmente aos lugares comuns lingüísticos que unificam um certo número de textos. Entre outros pontos, esses lugares comuns apa-

¹⁴ Paulo Arantes, *O Fio da Meada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 93.

¹⁵ Usamos o termo contexto intelectual em lugar de ideológico, devido à carga menos marcada do primeiro. No entanto, o sentido que tem para nós contexto intelectual é basicamente o mesmo de contexto ideológico para Tully.

¹⁶ James Tully. In: Quentin Skinner e James Tully, *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Oxford: Polity Press, 1988, p. 9.

recem na forma de um vocabulário, certo número de princípios e pressupostos compartilhados.

O contexto político está preocupado, por sua vez, com os efeitos práticos de um determinado texto. Mesmo que o pensador político não tenha controle sobre o que se fará com o que escreveu, ele pretende geralmente influenciar a ação política. Na maior parte dos casos, é essa a principal intenção, mesmo que não admitida, tanto de quem escreve um panfleto, como do autor de um tratado político.

Portanto, da confrontação de um autor com seus contextos é possível entender suas motivações ao escrever um texto e, ainda mais importante, avaliar sua originalidade. O que ocorre devido ao fato de que autores particularmente importantes são capazes de transcender seus contextos; mesmo que mantenham a terminologia e as preocupações de seu meio, subvertem-no, questionando seus lugares comuns. Talvez se possa considerar um pensador como clássico mais por ir contra o senso comum do grupo e período em que escreveu, o que pode contribuir para criar um novo senso comum, do que por captar o espírito de seu grupo e época. É inclusive por Gramsci ser um clássico desse tipo, que Norberto Bobbio sugere que “a primeira tarefa que deve colocar-se uma investigação do pensamento gramsciano é de pôr em destaque e analisar seus traços originais e pessoais”.¹⁷

O mesmo vale para Caio Prado Jr. Pertence a um ambiente facilmente reconhecível: a esquerda brasileira. É inclusive esse meio que lhe fornece os temas que sente necessidade de confrontar — como a questão nacional, a questão agrária — e estabelece a terminologia que utiliza — imperialismo, nacionalismo, revolução etc. Mas, à maneira de alguns clássicos particularmente importantes, Caio vai além de seus ambientes. Dessa forma, num livro esquerdista dos anos 60 com a familiar palavra revolução em seu

¹⁷ Norberto Bobbio, *Gramsci y las Ciencias Sociales*, trad. José Aricó. Mexico D.F.: Ediciones Passado y Presente, 1972, p. 69.

título,¹⁸ *A Revolução Brasileira*, demole o que chama de “teoria ortodoxa da revolução brasileira”, ou seja, precisamente a teoria de seu meio.

¹⁸ Mantega dá como exemplos de livros brasileiros da década de sessenta com a palavra revolução em seu título: *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, *A Pré-Revolução Brasileira*, de Celso Furtado, *O Caminho da Revolução Brasileira*, de Moniz Bandeira e *Perspectivas da Revolução Brasileira*, de Marcos Peri. Ver: Mantega, *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

2.

HISTÓRIA DAS IDÉIAS E COMÉDIA IDEOLÓGICA NO BRASIL

Quem se dedicar ao estudo de um autor brasileiro do passado, como queremos fazer com Caio Prado Jr., terá de enfrentar certos desafios específicos. Antes de tudo, o estudioso se ocupará de um campo de reflexão relativamente pouco explorado, a história das idéias do Brasil. De todas as indagações que podem vir à mente do interessado nesse tema, uma como que naturalmente se impõe: qual é o sentido de estudar historicamente as idéias brasileiras? Se é verdade que esse problema preocupa todo aquele que se dedica à história das idéias, a questão assume, numa situação de capitalismo tardio e periférico como a brasileira, novas implicações que podem mesmo recolocá-la em outros termos. Assim, enquanto um francês ou um inglês sabem que, de maneira geral, as idéias que brotam de suas sociedades correspondem às condições de seu meio, um brasileiro não pode ter tanta certeza acerca da adequação entre idéias e realidade em seu país.

Portanto, para nós, no limite, a questão não é mais de saber qual o sentido de estudar a história das idéias, mas se há sentido em tal empreendimento. Ou talvez seja melhor dizer que o empreendimento pode no máximo ter um sentido cômico, já que a correspondência entre idéias e realidade é entre nós frequentemente tão distante que ela acaba por assumir um caráter quase ridículo.¹

¹ Como nota Jean Hyppolite, analisando a filosofia de G.W.F. Hegel, “tragédia e comédia não são apenas categorias estéticas, elas traduzem as posições filosóficas da consciência. (...) A comédia é a elevação do homem sobre todo destino, a tragédia é ao contrário, o reconhecimento do destino e

O problema do qual nos ocuparemos não é, porém, exclusivo de brasileiros, mas de todos aqueles que vivem uma experiência de capitalismo tardio e periférico. Dessa forma, já Marx, em 1844, notava “a monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã”.²

O que sugere que, no fundo, nosso problema reflete o desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza o capitalismo. As idéias, assim como as manufaturas, não são originalmente produzidas na periferia capitalista, o que obriga à sua importação. Mas ao mudarem de ares, as idéias se transformam. Um bom exemplo disso é o que ocorreu com o positivismo na Améri-

a reconciliação com ele” (Jean Hyppolite, *Introduction à la Philosophie de l'Histoire de Hegel*. Paris: Éditions du Seuil, 1983, p. 103).

² Karl Marx. “Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. In: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, trad. Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, pp. 87 e 88.

Se esse é um problema sério em países como a Alemanha, que “chegaram tarde” ao capitalismo, é ainda mais grave em países como o Brasil, que, além disso, passaram por uma experiência colonial. Assim, diversas “vantagens do atraso” tendem a ser anuladas num quadro de inexorável integração subalterna ao centro capitalista, já que a liberdade de manobra aqui é menor e impõe, de maneira geral, respostas a dinamismos que de antemão não controlamos. Contribui também para isso os contextos históricos em que se dão o desenvolvimento capitalista nos dois países. Enquanto na Alemanha esse desenvolvimento, ocorrido a partir do último quartel do século passado, encontra um quadro internacional relativamente desobstualizado, em que, apesar da presença preponderante da Inglaterra, diferentes potências disputam o espólio colonial, o brasileiro, transcorrido principalmente entre 1945-79, depara com a presença de um país claramente hegemônico no mundo, ou ao menos, no “mundo livre”, os EUA. Isso ajuda a explicar o porquê do capitalismo alemão ter assumido uma perspectiva imperial, que contribuiu para a eclosão de duas guerras mundiais, ao passo que o brasileiro foi mais tímido, se dando à sombra e como quase concessão da potência dominante. Ver: José Luís Fiori, *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997 e Walquíria Leão Rego, “Questões sobre a noção de via prussiana”. In: Ricardo Antunes e Walquíria Leão Rego, *Lukács: Um Galileu no Século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.

ca Latina. Enquanto essa corrente política, no contexto europeu posterior à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, tinha claramente um papel conservador, já que procurava dotar de ordem a sociedade que nascia, a exemplo do que havia caracterizado a sociedade feudal, ela assumiu postura nitidamente reformista ao ser importada em países americanos.

Indo mais longe, pode-se dizer que, mesmo que se coloque a culpa pela inadequação em diferentes suspeitos — as idéias ou a realidade —, o problema subsiste. Ou seja, como não temos resposta clara para a equação, na qual as idéias teimam em não combinar com a realidade, não adianta inverter seus termos. Pode-se, conseqüentemente, considerar as idéias como inautênticas ou a realidade como postiça, mas enquanto não se avançar em relação a uma ou a outra, procurando-se superá-las, não haverá solução para a questão.

Questão que, na verdade, é a de nossos “homens cultos”. Ou, como colocou o fundador do populismo russo, Aleksandr Herzen: “o que os impressionou foi a completa contradição entre as *palavras* em que foram ensinados e as *realidades* que assumia a vida à sua volta. Seus professores, seus livros, suas universidades falavam uma língua que era inteligível para o coração e a mente. Seus pais e mães, seus parentes, e todos em torno deles falavam outras coisas com as quais nem mente nem coração concordavam, mas que estavam de acordo com os poderes estabelecidos e os interesses pecuniários. Em nenhum lugar esta contradição entre educação e vida real assumiu tais proporções como entre a nobreza da Rússia”.³

O problema, portanto, como mostra Herzen, é que em sociedades como as nossas, os “homens cultos” são dos poucos que têm acesso às fórmulas intelectuais provenientes dos “centros

³ Aleksandr Herzen, “Recollections of Russian intellectuals: 1830s and 1860s”, trad. Leo Naviozov. In: George Gibian, *The Portable Nineteenth-Century Russian Reader*. Londres: Penguin Books, 1993, pp. 396 e 397.

civilizatórios”. Como essas fórmulas não correspondem às condições de vida de uma situação periférica, cria-se um sentimento de desconforto.

Mas como o próprio Herzen sugere, esse desconforto não ocorre por acaso. Não é tanto um problema das idéias, mas sobretudo da realidade. O que reflete a própria situação dos “homens cultos”, que, como mostra Roberto Schwarz,⁴ mais do que um elogio são, entre nós, uma categoria social. Assim, essa categoria surge na Rússia da nobreza e se confunde com ela, enquanto no Brasil algo de similar se dá com ela e nossas oligarquias e burguesias.

Muitas vezes, porém, mais do que simples derivação das classes dominantes, as intelectualidades periféricas são sua consciência culpada. Culpa que reflete mesmo o papel de consciência que pretendem assumir nessas sociedades. Se como intelectuais tradicionais que, ao menos no início são, gostam de se ver como preocupados com o destino de *toda* a nação, não podem deixar de notar a discrepância entre as condições de vida material e espiritual das classes dominantes e o que na Rússia se chamava de “povo escuro”, as massas nativas. Acabam, assim, por constatar que as grandes maiorias das populações de seus países, muitas vezes sujeitas a uma forma ou outra de trabalho compulsório, não pertencem, na verdade, à vida nacional, sendo quase estrangeiros em seus países. O que foi particularmente o caso no Brasil, onde todo um povo foi transplantado contra sua vontade para “civilizar” o país.

Este não pertencer representa, contudo, um óbvio constrangimento para a constituição de uma nação, já que, como ensinou o Abade Sieyès há mais de duzentos anos, a nação é precisamente seu povo, ou seja, o Terceiro Estado.

É verdade, porém, que aquele que for procurar no mercado das idéias um conceito para nação encontrará outros além desse.

⁴ Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

Possivelmente, ao lado, ou até mesmo afastado, da noção impessoal e racional da Revolução Francesa, achará um significado, de origem alemã, que enfatiza os elementos culturais e possivelmente étnicos da nacionalidade.

O que se explica, em grande parte, em razão de ser a nação uma coisa em países como os EUA e a França, onde ela é criada a partir de e coincidindo com a organização do Estado, e outra diversa em países como a Alemanha ou Israel, em que essa idéia precede ao Estado. Assim, no primeiro caso, o nacionalismo é político, enquanto no segundo é principalmente cultural. Ou seja, enquanto na França e nos EUA, a nação é uma realidade bastante palpável, que nasce num momento preciso, a fundação do Estado, em outras situações, como as da Alemanha e de Israel, ela não é algo com o qual nos defrontemos facilmente, o que faz com que se tenha de estabelecê-la a partir de algumas referências. J.S. McClelland, ao falar dos EUA, coloca bem o problema: “a idéia da americanidade está fundada num ato político e não na existência prévia de uma cultura nacional. (Pode ser mesmo argumentado que a cultura americana em geral tem sido estabelecida para se combinar nos, ou combinar com os, valores políticos originais que no início todos os verdadeiros americanos compartilhavam.) Por outro lado, quando os movimentos nacionalistas europeus exigiam a criação de seus governos, eles ainda tinham que decidir como seriam seus governos”.⁵

Há, portanto, raízes e implicações distintas nessas concepções acerca da nação. Enquanto a atitude francesa e norte-americana tem suas origens intelectuais no iluminismo, a segunda reflete a reação romântica à Revolução Francesa, principalmente às invasões napoleônicas. O que faz com que a primeira concepção da nação seja a de algo constituído por um contrato, enquanto a segunda a vê como fruto da herança deixada pelos antepassados.

⁵ J.S. McClelland, *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996, p. 621.

dos. Conseqüentemente, franceses e norte-americanos considerariam os laços que unem os membros da nação como principalmente mecânicos, a nação sendo uma construção racional, enquanto alemães e israelenses acreditariam que esses laços são orgânicos, a nação refletindo algo que está além da razão.

Mas o sentido francês, de “um corpo de associados que vivem sob uma lei comum e são representados pela mesma legislação”,⁶ ou seja, do conjunto de cidadãos com determinados direitos e obrigações, convém melhor a países culturalmente dúbios como o Brasil. Com efeito, em casos como o nosso, o significado alemão, devido ao seu ideal implícito de comunidade orgânica, pode mesmo dar origem a posturas excludentes e racistas. Mesmo assim, se se considerar a nação a partir do sentido democrático da Revolução Francesa, se verá que, ela é, no limite, uma impossibilidade em países como o Brasil, já que a cidadania neles aparece como um quase privilégio de grupos reduzidos.

De qualquer maneira, o divórcio em países de capitalismo tardio e periférico entre classes dominantes e subalternas, dá, muitas vezes, origem a outro divórcio no interior do primeiro grupo. Esse divórcio é entre as classes dominantes e aqueles que deveriam ser seus ideólogos, os “homens cultos”, que não se sentem inteiramente à vontade em tal papel. Cria-se, assim, um grupo, ou melhor, a impressão da existência de um grupo, na maior parte dos casos proveniente das classes dominantes, mas que se sente deslocado delas, algo como a *intelligentsia* russa.⁷ A própria existência

⁶ Emmanuel Joseph Sieyès, “Qu’est-ce que le Tiers État?”. In: Albert Soboul, 1789: *L’An Un de la Liberté*. Paris: Messorid/Éditions Sociales, 1988, p. 58.

⁷ A palavra russa *intelligentsia* tem dois sentidos principais. De acordo com uma definição mais ampla, se refere ao grupo de indivíduos “educados”, “cultos”, mas, segundo uma concepção mais subjetiva e normativa, diz respeito a um grupo particular, comprometido com a transformação da ordem social. Richard Pipes, contudo, considera a primeira definição excessivamente genérica, enquanto vê a segunda como sendo por demais especí-

desse grupo, como a história russa demonstrou, cria possibilidades inusitadas para as idéias, que podem mesmo tentar fazer com que a realidade se submeta a elas.⁸

Por outro lado, o tão comum sentimento de alheamento de boa parte das intelectualidades dos países de capitalismo tardio e periférico dificulta neles o estabelecimento de uma identidade nacional, já que seria esse grupo que deveria criar os símbolos para se pensar a nação. Esse alheamento, na verdade, reflete mesmo uma certa incapacidade das burguesias periféricas de cooptarem suas intelectualidades, o que, no limite, tem implicações sobre a própria hegemonia burguesa nessas sociedades. Ou seja, em situações periféricas, a frágil direção intelectual e moral da burguesia muitas vezes se reflete também numa identidade nacional precária.

fica. O que faz com que procure criar uma definição que esteja a meio caminho entre as duas. Diz, assim, que uma *intelligentsia* “emerge sempre que há uma discrepância significativa entre aqueles que controlam poder político e econômico, e aqueles que representam ou pensam representar a opinião pública” (Richard Pipes, *Russia Under the Old Regime*. Londres: Penguin Books, 1990, p. 235). Isaiah Berlin, na mesma linha, afirma que “entre os opressores e os oprimidos existia uma pequena classe cultivada (...) consciente do enorme *gap* entre a Rússia e a Europa Ocidental” (Berlin, *op. cit.*, p. 118).

⁸ Leon Trotsky já apontava para esse fenômeno, ao notar que “o substituir classes inexistentes ou embrionárias, que dissimulava a fraqueza social da *intelligentsia*, torna-se nela uma necessidade ideológica e uma profissão política. Primeiro, a *intelligentsia* aristocrática se substitui à ‘multidão’, depois, o plebeu populista se substitui ao campesinato; em seguida, o intelectual marxista se substitui à classe operária”. O mais significativo, portanto, é que a *intelligentsia* “ligava-se à vida política do país não por intermédio da classe a que queria servir, mas apenas por intermédio da idéia dessa classe” (Trotsky, *apud* Luciano Martins, “A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940)”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 4, 1987, p. 71). Portanto, a *intelligentsia* assumiu a importância que assumiu na Rússia por ocupar um “vazio social” entre uma nobreza europeizada, um campesinato bastante rude e tradicionalista e um proletariado ainda incipiente, desempenhando, através das idéias, de certa forma, o papel que deveria ser o dessas classes.

Portanto, avançando em nosso problema, ou melhor, no problema dos “homens cultos” do Brasil e de países de capitalismo tardio como o nosso, poderíamos dizer que o problema, mais do que uma inadequação entre idéias e realidade, reflete um desencontro entre certas idéias e certas realidades. Ou melhor, entre as prestigiosas idéias importadas dos centros civilizatórios por intelectuais cosmopolitas e as mediócras realidades nacionais de sociedades periféricas. Mas, como já antecipamos, a inadequação deriva, sobretudo, de um problema com o segundo elemento da fórmula, as realidades nacionais, e não tanto com as próprias idéias. Ou mais precisamente, do fato de que, nessas realidades, a nação é uma impossibilidade ou, ao menos, algo bastante problemático.

Se tentarmos ser ainda mais claros, correndo mesmo o risco de sermos pedestres, concluiríamos que o problema das idéias em sociedades periféricas deriva simplesmente do fato de que as realidades nacionais nesses países não repetem as dos países de capitalismo avançado. É também por isso que, numa situação de capitalismo tardio, não é tão fácil deparar com as referências histórico-sociais tão claras e costumeiras presentes nos países em que o capitalismo primeiro se desenvolveu. O problema é, conseqüentemente, quase de visão. Olha-se para a periferia com as lentes do centro, o que, naturalmente, pode acarretar numa forma ou outra de miopia.

Diferentes idéias, porém, lidam de forma diversa com as realidades nacionais dos países de capitalismo tardio. Vejamos, assim, de forma abreviada, como as três mais importantes tradições políticas da contemporaneidade — os pensamentos conservador, liberal e socialista — se relacionaram com a realidade nacional de um país como o Brasil.

Em tese, o conservadorismo deveria sentir-se menos desconfortável ao tratar da realidade brasileira, ou mesmo, de qualquer realidade, devido até a uma certa hostilidade que sente essa teoria em relação às teorias, ou melhor, às pretensões dos teóricos, como se pode constatar pela crítica de Edmund Burke à Revolução Francesa. O que irritava particularmente o *whig* irlandês era

uma certa atitude da Revolução, que pretendia como que recomeçar a história da França a partir do zero, solenemente ignorando toda a obra das gerações anteriores. Burke alertava seu pretenso correspondente francês para o fato de que os revolucionários não tinham esse direito, até porque a história deve refletir a vontade do Criador. Se os conservadores brasileiros fossem fiéis ao fundador do moderno conservadorismo, se imaginaria, portanto, que apesar das cores pouco edificantes que assume a realidade por estas bandas, não deveriam sentir-se particularmente desconfortáveis em face dela.

No entanto, não é isso o que acontece. Salvo algumas poucas exceções, como Gilberto Freyre, que avalia positivamente nossa história progressa, de forma geral também os homens de direita vêem o passado brasileiro como um obstáculo.⁹ O que dá origem à estranha sensação de que não existem conservadores no Brasil, ou pelo menos, conservadores assumidos.

Mas ao menos entre nossos pensadores, o conservadorismo é realmente raro. O que não quer dizer que não existam pensadores de direita no Brasil: eles abundam, talvez tenham sido até maioria ao longo de nossa história. Esses pensadores, entretanto, diferentemente de Burke, não querem simplesmente que a história continue seu curso normal. Ao contrário, gente como o Visconde de Uruguai, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral é voluntarista, quer e acredita ser possível levar a história brasileira para o “bom caminho”, identificado, de maneira geral, do ponto de vista social, econômico, político, cultural e até mesmo étnico, com o caminho dos países de capitalismo avançado.

A situação do liberalismo no Brasil é, porém, bastante diversa. Essa diferença advém principalmente do desconforto que sente o liberalismo em relação à nossa realidade, o que ocorre em razão de, desde a Independência, ter-se procurado dotar o país de uma organização político-jurídica autônoma, via, sobretudo,

⁹ Sobre a relação do pensamento latino-americano com o passado do sub-continente ver: Zea, *op. cit.*

instituições liberais. Assim, no que se refere a essa tradição política, a contradição não se dá apenas entre idéias liberais e realidade brasileira, mas entre, de um lado, idéias e *instituições* liberais e, de outro, realidade brasileira. Por tal motivo, mesmo quando se atinge situação de equilíbrio entre os dois elementos, como de fato ocorreu, persiste uma tensão que o torna instável. Ou seja, idéias e instituições ganham relativa autonomia, passando a pressionar pela transformação das condições de existência.

Portanto, ainda que no Brasil o liberalismo seja uma ideologia de segundo grau, mais sinal de prestígio do que falsificação da realidade, subsiste nele um elemento utópico, que mais cedo ou mais tarde cobra seu preço. Esse elemento aparece basicamente através da formação do Estado nacional. Cria-se a partir dele, como nota Florestan Fernandes,¹⁰ quase um novo tipo humano: o senhor-cidadão. Este homem novo à brasileira tem que fazer face a exigências de duas ordens: as que sua condição de grande proprietário impõem e as que suas idéias e, portanto, a imagem que gostaria de ter de si mesmo, sugerem.

Não é mero acaso, portanto, que no século XIX seja um anglófilo proveniente de família ligada a senhores de engenho, Joaquim Nabuco, quem melhor coloque o problema de nossa questão nacional.¹¹ Isto ocorre por Nabuco notar, de forma ori-

¹⁰ Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

¹¹ Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Se é verdade que a questão nacional é um problema que os brasileiros têm que enfrentar pelo menos desde a nossa independência, não é menos verdade que esse problema assumiu características variadas ao longo de nossa história. Assim, diferentemente do padrão “clássico” europeu, no Brasil, como notou pioneiramente Sílvio Romero, o Estado surgiu antes da Sociedade, o que fez com que, de certa forma, fosse ele que a criasse. Como a própria existência dessa sociedade era difícil, já que os habitantes do Brasil eram principalmente escravos, é só quando se começa a discutir seriamente nossa questão servil que se pode verdadeiramente pensar a nacionalidade brasileira. O que só ocorre depois da Guerra do Paraguai.

ginal, a ligação que existe no Brasil entre nacionalidade e questão servil. Assinala que não pode existir nação onde o povo é formado de escravos, mas diferentemente de quase todos os pensadores de nosso Oitocentos, não resolve a questão em termos racistas. Vê que o problema não está em características inatas ao negro, mas em certas condições sociais que podem e precisam ser modificadas.¹²

Mas se já é difícil a relação entre, de um lado, idéias e instituições liberais, e do outro, realidade brasileira, ainda mais complicada é a que se tem entre idéias socialistas e realidade brasileira. Essa dificuldade deriva de uma discrepância básica: enquanto a relação que se estabelece entre o liberalismo e nossa formação econômico-social ocorre tanto ao nível das idéias como das instituições, o socialismo se relaciona com o país apenas no plano abstrato das idéias.

Assim, era quase inevitável que o convívio do liberalismo com o Brasil fosse tenso, já que nem sempre as instituições aqui adotadas correspondiam às condições existentes. Isto é, por ter se tentado fazer com que as idéias liberais ganhassem permanência, se cristalizassem na forma de instituições, que passaram a conviver diretamente com a realidade, talvez mesmo passando a fazer parte dela, ficou mais evidente o desencontro do liberalismo com o Brasil. Por outro lado, se as idéias não se vêem diante da obrigação de se fazerem traduzir para a realidade, como ocor-

¹² Essa solução de Nabuco para nossa questão nacional é mesmo superior à de nosso outro grande pensador do século XIX, o positivista Euclides da Cunha. Euclides, ao ir para os confins da Bahia, encontra a possível base para a nacionalidade brasileira no mestiço do interior, o sertanejo. Considera que o sertanejo, por ter sido esquecido pelo poder central, se tornou um forte, o que contrasta com o “neurastênico” e inautêntico mestiço do litoral. Portanto, mesmo que Euclides, a exemplo de Nabuco e diferentemente do pensamento oitocentista brasileiro, não forneça um retrato depreciativo de certos membros das classes subalternas, ainda encara nossa questão nacional sob um ângulo racista. Ver: Euclides da Cunha, *Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

reu com o socialismo entre nós, é menor também o preço cobrado pela realidade. Dessa forma, as idéias podem ser mesmo inadequadas, mas isso se percebe menos, já que é menor o aparente peso delas.

Entende-se, conseqüentemente, por que o socialismo do Brasil, quase todo ele de matriz marxista-leninista, foi capaz de defender, durante anos a fio, teses equivocadas sobre o país, sem que muita gente tenha percebido, ou dado importância, a isso. O que faz com que seja particularmente importante o esforço de alguém como Caio Prado Jr., que, do interior desse contexto político-intelectual, procurou entender os aspectos originais de nossa formação econômico-social.

II

O CONTEXTO

“Toda verdade, mesmo se é universal, e mesmo se pode ser expressa numa fórmula abstrata de tipo matemático (para o bem da tribo dos teóricos), deve sua efetividade a sua capacidade de ser expressa na língua apropriada para as situações concretas particulares. Se não consegue ser manifestada nesses termos específicos, é uma abstração bizantina e escolástica, boa apenas para o conforto dos ruminadores de frases.”

(Antonio Gramsci)

“No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indo-americano. He aquí una misión digna de una generación nueva.”

(José Carlos Mariátegui)

3.

EXISTE UM PENSAMENTO MARXISTA LATINO-AMERICANO?

O título deste capítulo é uma brincadeira com José Carlos Mariátegui e Raymundo Faoro. Tanto o revolucionário peruano, como o jurista gaúcho, em algum momento de suas trajetórias intelectuais se colocaram uma questão parecida: se existiria um pensamento hispano-americano, se existiria um pensamento político brasileiro. Essa indagação deu mesmo origem a um artigo de Mariátegui e a um livro de Faoro.¹

Assim, talvez seja prudente para quem se ocupará como nós de um problema mais específico, o da existência ou não de um pensamento marxista latino-americano, nos servirmos das pistas já levantadas por Mariátegui e Faoro em suas investigações. Como nota Mariátegui, a razão de se indagar sobre a existência de um pensamento hispano-americano é por não ser óbvia a resposta à pergunta. Para outros povos, como os franceses, ingleses e mesmo norte-americanos, não faz sentido propor problema análogo, já que foram capazes de forjar um “estilo de pensamento” caracteristicamente nacional. O mesmo, contudo, não se deu conosco, latino-americanos. Quando pensamos o Peru, o Brasil ou a Argentina, o que de maneira geral fazemos é consumir o que outros criaram quando consideravam suas realidades. O que reflete o fato, como nota Faoro, de que aqui não existe um quadro cultural autônomo.

¹ Respectivamente: José Carlos Mariátegui, “Existe un pensamiento hispano-americano?”. In: *Textos Básicos*. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991; Raymundo Faoro, *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

Cabe, todavia, perguntar se essa tarefa, de elaborar um pensamento latino-americano, é possível ou não. Tentando responder a essa questão, outras surgem como que naturalmente. A primeira que aparece é justamente a de saber se existe ou não uma América Latina. Colocado assim, o problema está pouco claro. Deve, portanto, ser melhor explicado. O que se quer saber é como se pode pensar num pensamento latino-americano, ou seja, em algo que é atributo de alguém, se nem mesmo a existência desse alguém é certa. Falta de clareza que resulta de um fato simples: a unidade do nosso alguém, a América Latina, não pode ser tomada como evidente.

Com efeito, muitas de nossas características parecem contribuir mais para nos separar do que unir. O que se dá tanto no plano da geografia, como da história, da economia e da cultura. Basta pensar em um país como o Brasil. O que tem em comum a floresta amazônica, onde povos inteiros vivem na pré-história, com uma moderna metrópole como São Paulo? Continuando, para ficar apenas no caso brasileiro, pouco parece unir o miserável sertão nordestino às prósperas colônias de imigrantes alemães e italianos instaladas no sul do país. Se as diferenças já abundam em um país como o Brasil — não sendo por acaso que o sociólogo francês Roger Bastide tenha decidido intitular um livro seu com o sugestivo nome de *Brasil: Terra de Contrastes* —, o que não dizer das relações entre os diversos países latino-americanos? Para ficar apenas num exemplo, mínimas são as semelhanças entre países como o pequeno, pobre e mestiço El Salvador e a grande, com padrão de vida próximo ao do I Mundo e “branca” Argentina.

Mesmo assim, pode-se considerar que a proximidade das línguas, uma certa tradição e a religião contribuem para nos aproximar, tornando possível falar-se até na existência de uma “difícil unidade” entre as nações que formam a Nossa América. Principalmente a maneira como o subcontinente se relacionou e se relaciona com o mundo à sua volta faz com que se possa pensar na existência de uma espécie de “comunidade de destino” na região. Como qualquer identidade é produto principalmente da

maneira como se vê e se é visto pelos “outros”, pode-se até mesmo sugerir a existência de algo como a América Latina. Da conquista, passando pela colônia, aos nossos dias, mais do que em outros lugares, a nossa sorte parece ter sido decidida “de fora”, antes, principalmente da Europa, depois, ao norte do Rio Grande, dos Estados Unidos. É possível mesmo que esse relacionamento com o mundo exterior faça, como sugere Victor Bulmer-Thomas, com que na América Latina “os fatores em comum s(ejam) mais fortes do que aqueles que unem entre si os países da África ou da Ásia ou da Europa”.²

3.1. A QUESTÃO

Quando o marxismo depara com a América Latina uma questão fundamental surge. Latino-americanos se perguntam se o marxismo deve ser assimilado a certas fórmulas que possuiriam uma validade universal, o que o tornaria uma espécie de modelo aplicável às condições as mais diversas, ou se, ao contrário, só pode ser entendido como o resultado da adaptação de uma teoria a realidades particulares.

Aceitar a primeira hipótese e considerar o marxismo como verdade universal implica abstrair a teoria da realidade. Como já se sabe para onde conduzirá a história, conclui-se que é desnecessário perder tempo com o exame de experiências específicas. Ser marxista no Brasil ou no México não passaria, assim, de acaso, significando basicamente o mesmo que ser marxista na Alemanha ou na França. Dessa forma, a teoria se converteria em algo exterior à realidade. O que implica uma visão da teoria, no caso, o marxismo, como algo acabado e auto-suficiente.³

² Victor Bulmer-Thomas, *The Economic History of Latin America since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

³ Um bom exemplo dessa atitude é a reação de Vittorio Clodovilla,

À primeira vista, portanto, a outra alternativa parece ser mais satisfatória. Ou seja, a questão não seria mais de “aplicar” as fórmulas da teoria à realidade, mas ao contrário, de “adaptar” o marxismo às condições da América Latina. Essa maneira oposta de considerar o problema traz consigo, contudo, o risco de desqualificar a teoria a tal ponto que ela se torna irreconhecível e desnecessária. Isto é, se o marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não mais seria marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão da realidade quase não-mediatizada. Assim, sua maneira de abordagem particular, o que a torna marxismo, se diluiria no seu objeto.

Nosso problema, conseqüentemente, é avaliar se certos latino-americanos, apesar de todos os pesares, foram capazes de criar um marxismo, que, ao mesmo tempo que não subordinou a realidade às fórmulas da teoria, tampouco fez a operação inversa, subordinando a teoria à realidade. Estes homens teriam, assim, se lançado à aventura de fundir teoria com realidade, produzindo verdadeiramente um marxismo latino-americano e não apenas um marxismo localizado na América Latina.⁴

A grande obra do leninismo é precisamente esta, a de ter conseguido fazer com que o marxismo se traduzisse para as con-

então chefe do secretariado sul-americano do Comintern, a um informe da delegação peruana apresentado na I Conferência Comunista Latino-Americana de 1929 em que se usa a expressão “realidade peruana”. Indignado com o termo, Clodovilla nega “que existiriam tais especificidades no Peru ou em qualquer outro país da América Latina” (Leopoldo Mármora, *El Concepto Socialista de Nación*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1986, p. 256).

⁴ Entretanto, como nota acertadamente Oscar Terán: “isso que chamamos ‘o marxismo latino-americano’ aparece mais como uma construção retrospectiva que como um solo de reflexão comum para seus reais protagonistas que recorreram a uma série de caminhos heteróclitos e não a uma estrada de coincidências que suas próprias realidades nacionais — não menos heterogêneas — tinham a virtude de negar” (Oscar Terán, *Anibal Ponche: El Marxismo sin Nación?* Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1983, p. 9).

dições russas.⁵ A origem do marxismo-leninismo está mesmo, na feliz expressão de Richard Morse,⁶ em uma “russificação” da doutrina original.⁷ É, portanto, em grande parte devido a certas raízes nacionais que o Partido Bolchevique e o marxismo soviético assumiram, para o bem e para o mal, muitas das características que tanto os marcaram depois.⁸

⁵ Pode-se considerar que na Ásia, com o maoísmo, se teve experiência similar.

⁶ Morse, *O Espelho de Próspero*, trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷ Já Gramsci notara esse fenômeno em 1926, ao afirmar que “se se estuda o esforço realizado desde 1902 até 1917 pelos majoritários (bolcheviques), se vê que sua originalidade consiste em uma depuração do internacionalismo, extirpando dele todo elemento vago e puramente ideológico (em sentido pejorativo) para dar-lhe um conteúdo realista” (Gramsci, *Escritos Políticos*, *op. cit.*, p. 341).

⁸ Assim, boa parte do sucesso do marxismo-leninismo parece ter derivado de sua combinação com a tradição revolucionária russa, principalmente com a sua ala mais radical, “jacobina”. Não é por acaso que Lênin tenha decidido intitular um de seus mais importantes trabalhos, precisamente o que estabelece sua estratégia revolucionária, *O que Fazer?*, com o mesmo nome do romance do lendário revolucionário Nikolai Chernevshevsky. Além do mais, as coincidências entre Lênin e os populistas mais radicais vão de uma certa imagem de como se deve comportar o revolucionário profissional, passando pelo voluntarismo, até à forma com que se entende a ditadura revolucionária. Portanto, talvez se possa mesmo considerar, como faz Robert Tucker, que o “o leninismo foi, em parte, um renascimento do jacobinismo russo dentro do marxismo” (Robert Tucker, *The Lenin Anthology*. Nova York: Norton Company, 1975, p. xxiii). Esta interpretação nos parece, contudo, equivocada, já que mais significativo do que suas coincidências com os *narodniks*, foi no leninismo a novidade política que representou. Dessa forma, essa novidade, mesmo sendo uma derivação da combinação de marxismo com populismo, possibilitou a direção de uma industrialização não-capitalista por parte de uma burocracia que se sentia justificada em boa parte das concepções leninistas. Ver: George Lichteim, “The transmutation of a doctrine”. In: *Problems of Communism*, vol. 15, n° 4, 1966.

O desenvolvimento dominante do marxismo na América Latina, em compensação, contrasta com o que ocorreu no Império Czarista. Mas quais são as razões mais profundas para que na Rússia fosse possível produzir um marxismo indígena, enquanto na América Latina, em geral, simplesmente absorvêsemos o que já fora produzido em outras partes?

Morse tem uma boa explicação para o que aconteceu. Enquanto na Rússia havia uma cultura nacional distinta da ocidental e que, na avaliação de muitos, possuía valores superiores aos da Europa, nós, da maior parte da América Latina, somos o produto de um momento da história do Ocidente, o da expansão ultramarina, o que possivelmente nos torne “desterrados em nossa terra”.⁹ Conseqüentemente, por estas bandas é mais difícil do que na Rússia recorrer a uma tradição distinta da européia.

A situação é, contudo, relativamente diversa naquelas sociedades americanas, tais como o México, a Guatemala e a América Andina, que em tempos pré-colombianos tiveram civilizações mais desenvolvidas do ponto de vista material. Isto ajuda a explicar o surgimento no Peru de um pensador diferente como José Carlos Mariátegui.¹⁰ Seu marxismo original foi, além do mais, favorecido pela influência de pensadores não-deterministas, como Benedetto Croce, George Sorel e o grupo do jornal turinense *L'Ordine Nuovo*.

Mas Caio Prado Jr., em condições bem mais adversas do que Mariátegui, também se aventurou a criar um marxismo original no Brasil. Tentativa esta que se deu num país onde não existiu uma significativa resistência ao europeu, em um momento em que era

⁹ Holanda, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰ Também a atitude do colonizador espanhol parece ter contribuído para o estabelecimento de uma vigorosa tradição intelectual no Peru. Sinal disso é que a Universidade de São Marcos foi fundada em 1551, portanto, vinte anos depois da conquista, enquanto a Universidade de São Paulo, no Brasil, surge mais de quatrocentos anos depois da descoberta.

amplamente dominante no campo socialista a influência do marxismo soviético.

É possível, assim, considerar que Mariátegui e Caio Prado Jr., aos quais se pode acrescentar o italiano Gramsci, foram pensadores que, a partir de suas respectivas realidades nacionais, procuraram fazer uma obra comparável à empreendida por Lênin e seus camaradas, de “russificar” o marxismo. O ponto mais importante que os aproxima é justamente o reconhecimento da necessidade de se agir a partir de realidades nacionais concretas. Os três, ao mesmo tempo que sentem a debilidade de suas nações — fruto de revoluções que não chegaram a se completar, o *Risorgimento* italiano e as independências peruana e brasileira —, têm como objetivo final o socialismo. Sabem, entretanto, que o socialismo não surgirá abstratamente do nada, mas ao contrário, de concretos bastante particulares, a nação italiana, peruana ou brasileira, com o projeto de realização do socialismo e dessas nações se confundindo.

Como conseqüência dessa postura comum, consideram também as classes sociais não só a partir de critérios pretensamente objetivos, mas como refletindo realidades históricas particulares. Mesmo que reconheçam que os critérios objetivos podem apontar para certas características quase universais, ressaltam a necessidade de se prestar atenção especialmente às peculiaridades nacionais. Vêem as classes, portanto, não tanto como dadas, coisas, mas como algo que está permanentemente sendo feito, construído historicamente. Mostram, assim, que mais do que uma questão camponesa em geral, existem questões camponesas particulares, correspondentes a certas condições específicas de diferentes sociedades. Se na Itália o problema camponês se confunde com a questão meridional, no Peru ele está relacionado com a questão indígena, enquanto no Brasil, em razão da grande exploração agrária, ele sequer existe, com o verdadeiro problema no campo sendo o dos trabalhadores rurais. O mesmo vale para a burguesia. Esta não é sempre igual, simplesmente porque é também o resultado de experiências distintas. Assim, além de burguesias

“conquistadoras”, como a francesa e a norte-americana, existem burguesias tímidas, como a alemã e a brasileira, incapazes de realizar suas próprias revoluções.¹¹

Pode-se mesmo considerar que o grande tema de Gramsci, Mariátegui e Caio Prado Jr. é coincidente: o passado nacional. O que não deriva apenas de uma possível crença compartilhada na afirmação de Benedetto Croce, de que “toda história é história contemporânea”, mas do reconhecimento de que na Itália, no Peru e no Brasil, o passado é, como nota Leopoldo Zea,¹² antes de tudo um obstáculo, isto é, algo que impede a realização do presente e do futuro. Assim, a influência da Igreja Católica, herdeira das pretensões de universalidade do Império Romano, dificulta a constituição de uma nação italiana; a forma como, desde a Conquista, se trata os índios, de uma nação peruana; e o sentido que teve a colonização no Brasil, de uma nação brasileira. Tem-se mesmo a impressão de que, nos três países, diferentes épocas históricas se sobrepõem, possibilitando ao estudioso, de maneira similar ao arqueólogo, observá-las quase que simultaneamente.

Ao tratar desse passado, que se prolonga no presente, fazendo com que o capitalismo de hoje se alimente de resquícios de situações pretéritas, Gramsci, Mariátegui e Caio Prado Jr. filiam-se à numerosa família de autores que produziram textos sobre a modernização conservadora. Assim, parecem concordar com Barrington Moore,¹³ quanto ao fato de que as Revoluções Burguesas não seguem necessariamente a “via clássica”, de ruptura com

¹¹ É possível avaliar o proletariado fabril de forma similar, sendo óbvio que também os operários são marcados por suas experiências nacionais. Assim, o que é a classe operária no Reino Unido está intimamente relacionado com o trabalhismo, na Itália com o comunismo, na Argentina com o peronismo etc.

¹² Zea, *op. cit.*

¹³ Barrington Moore, *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

o passado e de produção, ao final do percurso, de um casamento de capitalismo na economia e democracia na política. Ao contrário, apontam para o fato de que em seus países não houve um deslocamento das velhas classes dominantes por novos grupos, até porque os dois setores se confundiram. Sugerem, portanto, que “casos atípicos” como os da Itália, Peru, Brasil, Alemanha e Japão, de Revoluções “vindas de cima”, não são tão incomuns assim.¹⁴

3.2. MARXISMO E AMÉRICA LATINA: UMA INCOMPREENSÃO MÚTUA

A história da relação do marxismo com a América Latina é a história de um desencontro constante. Como diz Carlos Franco: há “uma espécie de mútua e secreta repulsão, que afasta a América Latina do marxismo (isto é, a realidade da teoria) e expulsa o marxismo da América Latina (isto é, a teoria da realidade)”.¹⁵ Nosso problema é, portanto, duplo: o marxismo teima em não entender a América Latina, a qual, por sua vez, faz questão de não facilitar essa tarefa. Isto é, a forma como a teoria é empregada se mostra incapaz de realizar seu objetivo, a compreensão de uma determinada realidade, mas, por outro lado, a realidade também faz o possível para dificultar a tarefa, já que é “ex-cêntrica”, diferente de tudo que se conhece.

O desencontro entre teoria e realidade é, na verdade, fruto da forma estranha, tanto à Europa como à Ásia, que assume a

¹⁴ A partir de 1848 e da irrupção em cena do proletariado, a maior parte das Revoluções Burguesas assumiram esse caráter, já que a burguesia não precisava mais se alinhar com as camadas populares para combater o Antigo Regime, mas, ao contrário, era forçada a se proteger da ação política da classe operária. Isso ajuda a explicar a incorporação, cada vez maior, de formas extra-capitalistas ao desenvolvimento capitalista.

¹⁵ Carlos Franco. In: Aricó, *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

história latino-americana. Isso se dá por não ser possível encontrar um lugar confortável para nós, latino-americanos, na tradicional oposição entre Ocidente e Oriente, presença constante na consciência européia desde a Idade Média.¹⁶

A excepcionalidade latino-americana reside sobretudo na forma que a relação Estado-Sociedade assume por estas bandas. Enquanto no Ocidente, o político, de certa forma, reflete o social, com a história se desenrolando basicamente em linhas sociocêntricas, no Oriente, o Estado corresponde praticamente a tudo. Na América Latina, entretanto, não ocorre nem uma coisa, nem outra. O que deriva de não sermos nem Oriente, nem bem Ocidente. Em razão de nossa situação cultural dúbia, Alain Touraine¹⁷ nos considera mesmo uma espécie de classe média do mundo.

A América Latina, apesar de suas ambigüidades, está, contudo, por motivos históricos, culturais e de vinculação econômica, mais próxima do Ocidente do que do Oriente. A Nossa América, tal como a conhecemos, é mesmo um produto da Europa, ou melhor, de sua expansão ultramarina. Significativamente, o próprio nome América Latina é uma invenção de europeus, aparece pela primeira vez na França do III Império. Portanto, mais do que classe média do mundo, a América Latina é outro Ocidente, periferia afastada que pode até ser chamada de extremo Ocidente.¹⁸

Assim, é alguém proveniente do que era outra periferia, mas que é tradicionalmente considerado como um dos principais no-

¹⁶ A própria idéia de Europa, como mostra Henri Pirenne, é fruto da oposição com o Oriente. É, mais precisamente, o cristianismo que fornece para os povos que vivem a oeste dos Urais uma consciência de que são diferente de quase todos os outros, “infiéis”.

¹⁷ Alain Touraine, *Palavra e Sangue*, trad. Iraci D. Poleti. Campinas: Trajetória Cultural e Ed. Unicamp, 1988.

¹⁸ Alain Rouquié, *América Latina: Introducción al Extremo Occidente*, trad. Rosa Cusminsky de Cendero. Mexico D.F.: Siglo Veintuno Editores, 1994.

mes do “marxismo ocidental”, o “estrategista da guerra de posições”, Gramsci, quem nos fornece as melhores indicações de como tratar países como os nossos. O que, entretanto, se explica, em grande parte, em razão de as indagações desse autor estarem voltadas principalmente para a compreensão da Itália, país de capitalismo tardio como os latino-americanos.

Em um de seus últimos textos escritos antes de ser preso em 1926,¹⁹ ao refletir sobre as diferenças entre países, Gramsci chega a propor uma outra distinção, alternativa àquela entre Ocidente e Oriente, guerra de posição e guerra de movimento, que posteriormente desenvolverá nos *Cadernos do Cárcere*. Fala então de “Estados capitalistas que são a chave mestra do sistema burguês” e de “Estados capitalistas periféricos”. Na segunda situação estão países como Itália, Espanha, Polônia e Portugal, onde “o Estado está menos consolidado e suas forças são menos eficientes”.²⁰

A partir dessas indicações de Gramsci, Juan Carlos Portantiero²¹ sugere ser possível distinguir no vasto Ocidente entre dois tipos de países. No Ocidente “puro”, o desenvolvimento político se daria em termos societários. O “outro” Ocidente, por sua vez, no qual a América Latina estaria incluída, não seria Oriente, por existir nele uma sociedade civil complexa, mas tampouco seria Ocidente, ou ao menos Ocidente “puro”, devido à grande influência que na vida desses países assume a presença do Estado. Sua sociedade civil seria, além do mais, desarticulada, incapaz de se fazer representar politicamente. O Estado, por sua vez, não chegaria a ser despótico, como na Ásia, estando mais próximo do bonapartismo, com sua situação de equilíbrio entre as classes fundamentais.

¹⁹ “Un exámen de la situación italiana”, no título da tradução espanhola.

²⁰ Gramsci, *Escritos Políticos*, *op. cit.*, p. 286.

²¹ Juan Carlos Portantiero, *Los Usos de Gramsci*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1977.

Não era fácil, porém, para Marx e os marxistas que o seguiram imaginar a América Latina de tal maneira. Enquanto ao tratarem da Europa e mesmo da Ásia já encontravam referências histórico-sociais bastante claras, que contribuíram para criar a imagem de espaços culturais minimamente delimitados, não são tão evidentes os traços fundamentais constitutivos das respectivas realidades em países novos como os nossos. Será, portanto, a observação quase em primeira mão que estabelecerá os contornos em torno dos quais se poderá pensar essas realidades. Caso essa observação seja bem feita, será mesmo necessário estabelecer novas abordagens, definindo um caminho teórico específico para dar conta de nossas particularidades.

Não é mero acaso, assim, que a América Latina tenha tido que esperar um longo período para que certas condições propícias amadurecessem e tornassem possível um encontro entre o subcontinente e o marxismo. Mas mesmo depois que esse encontro se consumou, nas obras de Mariátegui e Caio Prado Jr., ele não produziu, até recentemente, frutos duradouros, tendo assumido mais o caráter de episódio fortuito do que de desenvolvimento consolidado.

Não seria mesmo exagero dizer que aqueles que realizaram tal encontro, como Mariátegui e Caio Prado, foram, de certo modo, obrigados a “inventar” ou ao menos colaborar na “invenção” de suas nações e da América Latina, ou, na engenhosa fórmula do autor dos *Sete Ensaios*, de “peruanizar o Peru”.²² Dessa forma, tomaram parte na grandiosa obra de estabelecer o que seriam essas novas realidades, obra até certo ponto bem-sucedida, já que para hoje pensar o Peru, o Brasil e mesmo outros países latino-americanos, não podemos ignorar o que esses autores afirmaram sobre suas sociedades.

²² É evidente que esta tarefa imensa não poderia ser obra de apenas um pensador. Na verdade, nossos autores contribuíram num esforço maior que data pelo menos do romantismo.

3.3. MOMENTOS DA HISTÓRIA DO SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA

Em importante trabalho, Portantiero aponta três momentos como os mais significativos na história do socialismo na América Latina:

- “1) O de Juan B. Justo e a tradição do Partido Socialista na Argentina (PSA) (do final do século XIX) até princípios da década de quarenta (do século XX);
- 2) o de Recabarren e a tradição ‘obreira’ do socialismo chileno;
- 3) o da obra teórica de Mariátegui”.²³

É preciso, entretanto, distinguir entre os dois primeiros momentos, que dizem respeito a movimentos políticos poderosos, e o terceiro, realização, até certo ponto solitária, de um homem.

O que salta aos olhos da observação dos dois primeiros casos, experiências de esquerda de relativo sucesso na América Latina, aos quais se pode acrescentar o Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro, é a similaridade desses movimentos com o “modelo clássico” dos partidos de esquerda europeus. Por diferentes razões — a presença de imigrantes na Argentina, a existência no Chile, já no século XIX, de um sistema político competitivo em

²³ Portantiero, “O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana”. In: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 53.

Portantiero também vê alguma importância no prestismo brasileiro, que considera até certo ponto como precursor do castrismo e do sandinismo. Isto provavelmente se deve a uma caracterização desses movimentos como originalmente “pequeno-burgueses” que se converteram posteriormente ao socialismo. O que, ao menos no caso do prestismo, é duvidoso, já que suas principais características no momento inicial, tenentista, estavam mais ligadas a certas aspirações e valores de um setor das Forças Armadas, a jovem oficialidade, do que à origem social de seus participantes. Ver: Boris Fausto, *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

que alianças eram uma forma de maximização de votos²⁴ e a modernização do país promovida pelo regime autoritário instalado no Brasil com o golpe de 1964 — foram criadas diversas condições parecidas com as da Europa do século XIX e início do XX, quando se formaram os grandes partidos operários.

Esses momentos de relativo sucesso de movimentos de esquerda na América Latina são, todavia, mais a exceção do que a regra em nossa conturbada história. História que é, sobretudo, a da influência de nossos fracos PCs. O que talvez se deva simplesmente ao fato de a América Latina ser de antemão um “continente leninista”. Afinal, como diz Aricó: “um Estado muito forte frente a uma sociedade civil débil e gelatinosa não pode dar como resultado outra coisa que uma atitude de reverenciamento do Estado, uma ‘estatolacracia’ que alimenta as concepções autoritárias e cesaristas da mudança social, e que pode explicar a expansão do leninismo”.²⁵

O que não quer dizer que nossa experiência histórico-social seja particularmente similar à asiática, região onde o leninismo teve mais influência, mas simplesmente que, para uma teoria produzir frutos, é necessário que exista certa afinidade entre ela e a realidade onde atua. Dessa forma, uma cultura política não-participativa foi campo fértil para a expansão do leninismo na América Latina.

Além do mais, parafraseando Caio Prado Jr., pode-se dizer que, assim como o capitalismo mercantil preparou o terreno para a posterior penetração do imperialismo, o predomínio do positivismo e do evolucionismo no meio intelectual latino-americano, no final do século XIX e início do XX, favoreceu a forma como o marxismo (soviético) foi absorvido entre nós. O que não é meramente acidental, já que não se pode esquecer que o marxismo

²⁴ Charles Bercquist, *Los Trabajadores en la Historia Latino-Americana*. Mexico D.F.: Siglo Veintuno Editores, 1985.

²⁵ Aricó, “Reinventar America Latina”. In: *Leviatán*, Madri, 1991, n° 46, p. 137.

ortodoxo, cuja parte filosófica o leninismo reproduziu, guarda muitos pontos em comum com o gosto da época em que foi produzido, época do positivismo e do evolucionismo.²⁶ É mesmo essa similaridade que em parte explica a grande aceitação que teve esse tipo de marxismo (bastante diferente do de Marx) durante os anos da II Internacional.²⁷

Serviu ainda como fator de atração da Revolução de Outubro sobre homens nascidos fora da Europa, inclusive na América Latina, sua demonstração de que a Revolução Socialista não teria necessariamente de seguir o curso que Marx imaginou para o velho continente. O leninismo, contudo, foi incapaz de levar às últimas conseqüências sua grande descoberta: a autonomia da revolução em diferentes formações econômico-sociais. O que fez com que, na sua forma cominteriana, tratasse praticamente como um todo indiferenciado o mundo não-europeu, que chamou de “países coloniais, semi-coloniais e dependentes”.

3.4. A III INTERNACIONAL E A AMÉRICA LATINA

A análise da Internacional Comunista (IC) a respeito da América Latina e, na verdade, de toda aquela parte do globo que posteriormente ficou conhecida como Terceiro Mundo, inspira-se nos trabalhos clássicos de Lênin: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*.²⁸ No primeiro livro, Lênin estuda uma formação eco-

²⁶ Karl Korsch nota inclusive que ao mesmo tempo que Lênin foi heterodoxo em termos de prática política, foi ortodoxo em matéria de teoria marxista. Ver: Karl Korsch, *Marxism and Philosophy*, trad. Fred Haliday. Nova York: Monthly Review Press, 1970

²⁷ Lictheim, *Marxism: An Historical and Critical Study*. Nova York: Frederic A. Praeger Publishers, 1965.

²⁸ Vladimir I. Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982; *Ibid.*, *Duas Táticas*

nômico-social em que convivem mais de um modo de produção, destacando-se entre eles o decadente feudalismo e o emergente capitalismo. As principais contradições na Rússia derivariam, portanto, da oposição entre feudalismo e capitalismo, o que faz com que no segundo livro conclua ser necessária uma revolução democrático-burguesa, nos moldes da inglesa do século XVII e da francesa do século XVIII, para superar definitivamente o modo de produção feudal. No entanto, devido à debilidade da burguesia russa, seria o proletariado quem deveria levar a revolução a cabo.²⁹

De qualquer maneira, o interesse do Comintern pelos países atrasados, que tende a equivaler aos orientais, aparece apenas em seu Segundo Congresso, de 1920. Nikolai Bukharin chega a identificar então os países coloniais e semi-coloniais com o campo do mundo com os quais, se deveria procurar promover uma aliança operário-camponesa, de maneira análoga ao que se fazia então na URSS com a Nova Política Econômica (NEP em russo).

Também nesse Congresso, Lênin apresenta uma “tese sobre a questão nacional e colonial” que é basicamente a aplicação de seu modelo relativo à Rússia czarista a todas as sociedades não-desenvolvidas. Considera, entretanto, que nesses países, a burguesia, que dependeria da existência do Estado-Nação para promover o desenvolvimento capitalista, seria, diferentemente da Rússia, uma das impulsionadoras da revolução. Portanto, no mundo não-europeu, o proletariado e o campesinato deveriam aliar-se à burguesia nacional na promoção de uma Revolução Democrático-Burguesa de Libertação Nacional. Mas a essa altura, a III Internacional, apesar de já considerar desejável a revolução nos “países coloniais ou semi-coloniais”, ainda vê como seu principal papel o de impulsionar a realização da revolução na Europa.

da Social-Democracia na Revolução Democrática, trad. Coletivo das Edições Avante. Lisboa: Edições Avante, 1978.

²⁹ Assim, a partir de uma ausência, a da burguesia revolucionária, o marxismo russo, mesmo antes de Lênin, cria a categoria de hegemonia.

Um delegado indiano (que representava o México), M.N. Roy, ousa, todavia, questionar a formulação do líder soviético, o que se tornaria impensável posteriormente. Defende a ação autônoma do proletariado e campesinato no Oriente e vê a Revolução de Libertação Nacional não como simples impulsionadora, mas como condição imprescindível para o sucesso da revolução na Europa.

Dessa forma, como nota Paulo Sérgio Pinheiro, “as diferenças aparentemente sutis que emergiram na apresentação e na discussão das teses do (Segundo Congresso) constituíram na verdade as contradições subseqüentes nas políticas nacional e colonial da IC”.³⁰ Três posições emergem no movimento comunista internacional: o tradicional eurocentrismo do marxismo clássico (que, entretanto, não chegou a se manifestar nesse Congresso); o que pode ser considerado como “orientalismo” extremado de M.N. Roy, até certo ponto uma antecipação do maoísmo, e a posição intermediária de Lênin.

Outro momento marcante na formulação da III Internacional sobre o mundo não-europeu, principalmente para o continente americano, é seu Sexto Congresso, realizado em 1928, ou seja, em pleno “terceiro período” para o comunismo internacional. A postura em relação às Revoluções de Libertação Nacional é modificada, em parte, nesse Congresso. Em face do fracasso da política preconizada pelo Comintern para a China, de acordo com a qual os comunistas deveriam aliar-se aos nacionalistas do Kuomintang,³¹ identificados com a burguesia nacional, essa passa a ser vista como vacilante e tendente ao compromisso. O que abre caminho para que se encare o proletariado como força dirigente da revolução. Também no Sexto Congresso, pela primeira vez se con-

³⁰ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 42.

³¹ Em 1927 a ala direita do *Kuomintang* prende e executa boa parte dos militantes e dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC).

sidera a luta no campo como um dos eixos em que se deve basear a política revolucionária em “países coloniais ou semi-coloniais”.

Mas para nosso continente, o Sexto Congresso tem importância sobretudo por representar o “descobrimento da América” por parte da III Internacional. Na verdade, já antes, em 1926, entre o Quinto e Sexto Plenos do Comitê Executivo do Comintern, se reconhecera o peso que passara a ter no mundo o imperialismo norte-americano, encarado como o principal rival do decadente imperialismo britânico. Assim, as “teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semi-colônias” do Sexto Congresso, asseveram que “a crescente expansão econômica e militar do imperialismo norte-americano nos países da América Latina converte esta parte da Terra num dos pontos mais importantes das contradições do sistema colonial imperialista no seu conjunto”.³²

Nesse Congresso, o responsável pelos países latinos no Comintern, Jules Humbert-Droz, chega a apresentar um informe sobre a América Latina. No discurso que faz no Congresso, refletindo o clima esquerdista do Sexto Período, praticamente nega a oposição entre burguesia industrial e proprietários rurais e a existência de uma burguesia nacional na região, chegando a defender a tese de que a América Latina, ao passar da influência inglesa para a norte-americana, teria deixado de ser uma semi-colônia para se converter simplesmente em colônia.

Por outro lado, muitos latino-americanos não se sentem muito à vontade com esse tipo de tratamento.³³ Assim, de forma bem

³² Cuadernos de Pasado y Presente, *VI Congreso de la Internacional Comunista*. Mexico D.F.: Ediciones de Pasado y Presente, 1977, p. 192.

³³ Como o próprio Droz admite em suas memórias: “de forma geral, quando dizíamos a nossos camaradas latino-americanos que víamos pela primeira vez, que a situação de seus países era de semi-colônia e que, portanto, devíamos considerar os problemas que lhes concerniam de acordo com a ótica de nossa tática colonial ou semi-colonial, reagiam com indignação e asseguravam que seus países eram independentes, que estavam representados na Liga das Nações, possuíam suas próprias representações diplomáti-

mais original do que a IC, o delegado equatoriano Ricardo Paredes nota que, além dos países “coloniais e semi-coloniais”, há um novo grupo de países que foram penetrados economicamente pelo imperialismo, mas que conservavam uma certa independência política. A esses países, Paredes denomina pioneiramente de dependentes. As implicações políticas de sua análise também são bastante significativas: se parcela significativa da América Latina não é simplesmente parte do “distrito rural do mundo”, o proletariado deve ter mais influência em sua revolução.

No Sétimo e último Congresso da IC, mais uma vez se muda de posição no que diz respeito à burguesia nacional dos países não-industrializados. Juntamente com a recomendação de que, ante a ameaça do fascismo, os PCs estimulem a formação de frentes populares, as burguesias nacionais passam a ser avaliadas de forma mais positiva.

O que mais chama a atenção nos congressos do Comintern é a mudança freqüente de posição. Isto, entretanto, tem uma explicação simples: as flutuações nas políticas preconizadas pela III Internacional refletem as variações nas relações da URSS com o mundo capitalista, já que, em face da não-realização da revolução na Europa Ocidental, o movimento comunista internacional passou a ser progressivamente instrumentalizado para auxiliar a construção do “socialismo em um só país”.³⁴

Refletindo esse quadro mais geral, a IC passa por três períodos. De sua fundação, em 1919, até 1923, quando é derrotada uma esperada revolução na Alemanha, vive-se a expectativa de

cas, consulados etc.” (Jacques Droz, *apud* Manuel Caballero, *La Internacional Comunista y la Revolucion Latino-Americana*. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, p. 114).

³⁴ Portanto, o critério que mais contava na relação da IC com os partidos comunistas não era tanto a inserção nas diversas sociedades em que atuavam, mas sua fidelidade a Moscou. O que se expressa particularmente na “bolchevização” que impunham as 21 condições de aceitação à III Internacional.

que a vitória na Rússia se alastre para a Europa.³⁵ Esse primeiro período da III Internacional será, portanto, entendido como “de ofensiva revolucionária e de crise do capital”. Em compensação, de 1924 a 1928, o mundo teria passado a viver uma outra situação, de “estabilização parcial do capitalismo e de desenvolvimento da construção do socialismo na URSS”. Segue-se nessa época, que coincide em linhas gerais com a NEP na URSS, a estratégia preconizada pelo Terceiro Congresso do Comintern de 1921, de frente única dos partidos operários. Finalmente, de 1928 a 1935, se viverá o malfadado terceiro período da IC, de “crise no mundo capitalista e construção das fundações do socialismo na URSS”. Nesse período, de radicalização, se cunhará o termo “social-fascismo” para se referir aos partidos social-democratas e se considerará que a “democracia burguesa” não se diferencia muito do fascismo, caracterizado como “forma particular de ditadura burguesa”. Só com a tomada do poder pelos nazistas, em 1933, a III Internacional mudará de posição e passará a recomendar, em seu congresso de 1935, o estabelecimento de frentes populares.

Não é difícil interpretar o significado dos três períodos da história da IC. No primeiro, que corresponde à onda revolucionária que se segue à Revolução de Outubro, encara-se o Comintern principalmente como meio para facilitar o triunfo mundial da Revolução Socialista. No segundo período, que se inicia por volta da mesma época em que Lênin, depois de sofrer um derrame se afasta do poder na URSS, a III Internacional é vista como ferreamento na luta fratricida dentro do partido russo. Já no terceiro período, que corresponde à consolidação da liderança de Josef Stálin na URSS, o Comintern passa a ser considerado como instrumento da política externa russa.

De qualquer forma, os efeitos da política da IC sobre os partidos comunistas são enormes. Como nota Fernando Claudin,

³⁵ Desde 1921, contudo, se reconhecia que a revolução no Ocidente estava em refluxo e que seria preciso seguir uma estratégia diferente do que a utilizada na Rússia.

esses partidos “não se constituem a partir da originalidade do movimento operário e revolucionário de cada país, sobre a base de uma reelaboração teórica e política autônoma, à luz das experiências da revolução russa e da frustração da revolução no Ocidente; não se formam no curso de um processo ideológico e político análogo, por sua essência, ao do partido bolchevique. São o produto da transplantação do modelo bolchevique a meios sociais e políticos totalmente diferentes do russo”.³⁶ Na América Latina e no Brasil, em particular, a influência da III Internacional faz com que se considere, dentro de uma visão desses países como atrasados, que se deva seguir a “via chinesa”, de Revolução Democrático-Burguesa de Libertação Nacional.

3.5. A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO VISTA DA AMÉRICA LATINA

Mesmo assim, na América Latina, o “fazer como na Rússia” acabou sendo interpretado como significando coisas muito variadas por diferentes homens. Dessas interpretações, três podem ser destacadas como as mais importantes: a populista, de Haya de la Torre, a socialista dogmática, do comunista cubano Julio Antonio Mella, e a socialista heterodoxa, de Mariátegui. Até 1927, entretanto, elas caminharão juntas, com a ruptura definitiva aparecendo apenas com o Congresso Antiimperialista de Bruxelas daquele ano. A questão fundamental que acaba por opor as três interpretações se dá precisamente em torno de como entender a “universalidade” da Revolução de Outubro.

Haya, que funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) em 1926, é também fortemente influenciado pelo movimento indianista peruano e pela Revolução Mexicana. Preo-

³⁶ Fernando Claudin, *A Crise do Movimento Comunista*, vol. 1, trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985, p. 308.

cupa-se, assim, principalmente com o caráter original que deve ter a revolução na América Latina. Mas o antigo dirigente peruano do movimento pela reforma universitária,³⁷ por aceitar a caracterização do Comintern, que nos “países coloniais, semi-coloniais ou dependentes”, o operariado era por demais débil para realizar a revolução por conta própria, e tendo em mente o exemplo da Revolução Chinesa, levada a cabo pelo Kuomintang com seu “bloco de quatro classes”, conclui que a revolução latino-americana deve ser obra de uma aliança policlassista, dirigida pela pequeno-burguesia.

A essa tese, Mella e os comunistas reagem indignados. Afinal, partidos “obreiros” como os seus, são o resultado direto da “bolchevização” imposta pelas 21 condições de adesão à III Internacional. Maravilhados com o exemplo russo, acreditando talvez que Lênin havia descoberto a álgebra da revolução, não conseguem aceitar a idéia de que na América Latina o movimento revolucionário possa seguir curso próprio, onde a liderança do processo possivelmente não caiba ao operariado.

Mariátegui, em compensação, assume postura intermediária. Como Haya, insiste no caráter particular da experiência peruana e latino-americana, mas como Mella, mesmo que por motivos diferentes, defende uma ação autônoma da classe trabalhadora.³⁸ Devido a sua preocupação com a especificidade da realidade peruana e latino-americana, Mariátegui quando funda um

³⁷ Iniciada em 1917, na Universidade de Córdoba, na Argentina, o movimento pela reforma universitária logo se espalhou por praticamente toda a América Latina, produzindo profundos impactos. Pode-se mesmo considerá-lo como um movimento de reforma intelectual e moral (Aricó, *Mariátegui y los Orígenes del Marxismo Latino-Americano*, *op. cit.*).

³⁸ Haya, Mella e Mariátegui também divergem quanto à avaliação do imperialismo. Enquanto o primeiro considera que inversões estrangeiras podem ter um papel positivo na América Latina, desde que controladas pelo Estado, o segundo e o terceiro não vêem qualquer possibilidade de aproveitamento positivo delas.

partido, apesar de buscar sua filiação à IC, faz questão de que seja um Partido Socialista e não um Partido Comunista.³⁹ No próprio programa do PSP (Partido Socialista do Peru), ao mesmo tempo que se proclama “o caráter internacional do movimento revolucionário do proletariado”, reconhece-se a necessidade de se adaptar “sua *práxis* às circunstâncias concretas do país”.⁴⁰

Mas o autor dos *Sete Ensaíos* se afasta de seu antigo companheiro de Universidade Popular Gonzales Prada, Haya de la Torre, e se aproxima do comunista Mella, ao considerar que as classes subalternas devem manter uma prática autônoma. Mesmo que, como Haya e a III Internacional, reconheça a debilidade do proletariado na América Latina, o que faz com que aceite a tese da necessidade de realização de alianças, acredita que os trabalhadores devem tomar seu destino nas próprias mãos.

O que é mais importante no debate entre Haya, Mella e Mariátegui ultrapassa, contudo, as suas circunstâncias históricas imediatas. Assim, pode-se mesmo entendê-lo como o início do diálogo tenso, que tanto marcou a América Latina nesse século, entre populistas e socialistas.⁴¹ Diálogo que é particularmente importante, se entendermos que ao mesmo tempo que a história do socialismo na América Latina é a história de uma derrota, ela também é a história de uma vitória, ainda que de um outro ator po-

³⁹ O já citado chefe do secretariado sul-americano da III Internacional, Vittorio Clodovilla, mais uma vez, não deixa dúvidas sobre o que, para sua organização, significa o termo socialista: “a traição dos interesses proletários e a capitulação ante à burguesia” (Clodovilla, *apud* Alberto Flores Galindo, *La Agonia de Mariátegui*. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1982).

⁴⁰ Mariátegui, *op. cit.*, p. 153.

⁴¹ A caracterização do que vem a ser o populismo é, contudo, controversa. De forma não muito rigorosa, pode-se considerar o aprismo como fazendo parte dessa família política que promove, na América Latina, a incorporação política “pelo alto” dos setores populares. Isto apesar da APRA só ter chegado ao poder mais recentemente, com Alan García, em 1985.

lítico, o populismo. O que se deu basicamente devido à capacidade que revelou o populismo de criar “pelo alto” uma vontade nacional-popular. Ou como diz Portantiero: “os populismos colocaram a elaboração da política de massas num plano endógeno, recuperando assim uma memória histórica coletiva capaz de fundir como mito, demandas de classe, demandas de nação e demandas de cidadania, num único movimento que reclama a herança paternalista e caudilhista da concepção tradicional da política”.⁴²

Intelectualmente tem especial peso nesse movimento geral de idéias e práticas que é o populismo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU). A importância da CEPAL decorre principalmente de ter sistematizado as concepções comuns identificadas com o populismo. Ou como diz Octávio Rodriguez: “o pensamento da CEPAL dos anos cinquenta constitui a forma mais abstrata e, ao mesmo tempo, mais desenvolvida e coerente de um ponto de vista analítico das ideologias de caráter populista”.⁴³

É contribuição específica da CEPAL para os setores identificados com o populismo a concepção do sistema centro-periferia. De acordo com ela, a estrutura econômica heterogênea e especializada da periferia, que contrasta com a estrutura homogênea e diversificada do centro, geraria uma tendência ao desemprego estrutural, ao desequilíbrio externo e à deterioração dos termos de intercâmbio, que dificultariam o desenvolvimento.⁴⁴

⁴² Portantiero, “O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana”, *op. cit.*, p. 38.

⁴³ Octavio Rodriguez, *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, p. 270.

⁴⁴ São notáveis os pontos de aproximação do pensamento de Caio Prado Jr. e da CEPAL, à qual se refere geralmente como teoria do desenvolvimento. Ambos partem da mesma questão — a necessidade de se compreender a especificidade brasileira e latino-americana — e têm uma receita similar para resolver nossos problemas: a independência efetiva de nossas sociedades. O próprio Caio Prado, ao citar o principal animador intelectual da CEPAL,

É também, como nota Novais,⁴⁵ só a partir da crítica à CEPAL que se desenvolve na América Latina uma tradição marxista próxima da preocupação de Mariátegui e Caio Prado, de entender a especificidade do subcontinente. Esse marxismo latino-americano, identificado sobretudo com a chamada teoria da dependência, não surge por acaso nesse momento. Assim como o marxismo foi elaborado originalmente como uma crítica à economia política inglesa, que desde Adam Smith procurava explicar as causas da riqueza dos recém constituídos Estados-nações, na Nossa América, a partir da identificação do Estado como o principal instrumento para promover o desenvolvimento, “os economistas (...) tiveram que realçar o aspecto político de suas análises, voltando conceitualmente à ‘economia política’”,⁴⁶ o que abriu caminho para que surgisse, ao elaborar-se a crítica a essa economia política, um marxismo latino-americano original. Se não bastasse isso, assim como a crítica de Marx à economia clássica, a crítica da teoria da dependência à CEPAL insiste sobretudo no caráter a-histórico e a-social da análise.

Além do marxismo, entretanto, a outra grande influência sobre a teoria da dependência provém das próprias formulações do estruturalismo cepalino. Dessa maneira, combinando elementos oriundos do marxismo com outros do pensamento da CEPAL, a teoria da dependência nas suas diferentes vertentes⁴⁷ irá propor

Raul Prebisch, sugere que há uma coincidência básica por trás de seus trabalhos: “é com grande acerto que o economista argentino Raul Prebisch escreve que ‘uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalidade’” (Prado Jr., *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 163).

⁴⁵ Novais, “Caio Prado na historiografia brasileira”, *op. cit.*

⁴⁶ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependencia y Desarrollo en America Latina*. Mexico D.F.: Siglo Veintuno Editores, 1988, p. 6.

⁴⁷ Duas são as principais linhas da teoria da dependência: uma que tem como principais autores Andre Gunther Frank, Ruy Mauro Marini e Teotô-

fundamentalmente uma análise do sistema capitalista na sua relação centro-periferia. Essa análise, ao mesmo tempo que manterá a crença na existência de uma relação de intercâmbio desigual entre os dois pólos do sistema, adotará também um enfoque histórico e sociológico, recusando a teoria da modernização e a idéia de existência de dualismo nas sociedades latino-americanas.⁴⁸

Caio Prado Jr. antecipa, contudo, diversos dos pontos principais da crítica à CEPAL formulada pela teoria da dependência. Insiste sobretudo em chamar a atenção para certas premissas compartilhadas pelo estruturalismo e a economia ortodoxa. Entre elas, destaca o caráter a-histórico da análise cepalina, que a conduz a “becos sem saída”.⁴⁹ Assim, a CEPAL, devido a sua visão unilinear do desenvolvimento, não conseguiria refutar críticas fundamentais formuladas por economistas ortodoxos. Como diz nosso autor: “de fato, por mais que se explique com fatos rigorosos e precisos que o subdesenvolvimento brasileiro se deve à situação desvantajosa em que nosso país se vê colocado no comércio internacional — e é essa, em última análise, a conclusão geral da teoria do desenvolvimento — poder-se-á sempre retrucar com uma pergunta irrespondível no plano estático e atual e que vem a ser ‘o porquê’ daquela situação’. Numa perspectiva apenas do momento

nio do Santos, e outra que se identifica principalmente com os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Enquanto a primeira vertente é estagnocista e catastrofista, acreditando que a super-exploração da força de trabalho na periferia impede a constituição de um mercado interno, o que leva à reprodução do subdesenvolvimento, e impõe, na linha de Rosa Luxemburgo, o dilema socialismo ou barbárie, os autores da segunda linha pensam que com a intensificação da penetração do capital industrial-financeiro internacional, pode haver um incremento da mais valia relativa que talvez conduza ao desenvolvimento de um certo capitalismo, dependente e associado.

⁴⁸ Joseph Love, “The origins of dependency analysis”. In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 22, parte I, 1990.

⁴⁹ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954, p. 24.

presente, qualquer resposta importa num círculo lógico: a posição desvantajosa do Brasil é fruto de seu baixo nível econômico, e esse baixo nível deriva de sua posição desvantajosa. Em suma, o Brasil seria pobre porque é pobre”.⁵⁰

De qualquer forma, apenas pelo exemplo do papel que a teoria da dependência desempenhou na vida intelectual latino-americana, pode-se afirmar que a esquerda, mesmo não se tendo convertido em força política de maior relevância no subcontinente, exerceu enorme influência em nosso debate político-cultural.⁵¹

Mas a história do socialismo na América Latina poderia ter sido algo diferente. Se o pensamento socialista não se tivesse implantado na América Latina de forma mecanicista, teria sido possivelmente mais do que uma influência cultural. Sublinhamos o termo “algo” porque, realisticamente, explicações teóricas que configuram uma compreensão mais completa das especificidades de uma dada realidade não levam automaticamente a uma prática mais eficaz. Além dessa interpretação, seria necessário propor um projeto capaz de constituir vontades nacionais-populares poderosas, e esta não é questão que possa ser resolvida exclusivamente no terreno intelectual. Apesar disso, pensadores “marginais”, como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Jr., chegaram

⁵⁰ *Ibid.*, p. 29. O principal crítico ortodoxo da CEPAL citado por Caio Prado é Eugênio Gudín, o qual, seguindo J. Viner, atribui o desenvolvimento econômico a fatores ligados ao clima, natureza e população. Caio denuncia, porém, o naturalismo e fatalismo de tais considerações.

⁵¹ Não deixa de ser irônico, contudo, que tenha se exercido sobretudo no âmbito da discussão teórica a influência no continente de uma esquerda de matriz marxista-leninista, portanto, com grande vinculação com a tradição do realismo político, que está preocupada muito mais com o problema dos meios do que com os fins da política e que, conseqüentemente, como nota Manuel Caballero, lidou muito menos com “a análise teórica da história e das condições de classe de um país ou de um continente dado, do que com a forma de fazer com que a revolução estourasse neles” (Caballero, *op. cit.*, p. 420).

a esboçar explicações mais satisfatórias de suas sociedades, que poderiam ter servido como referência para uma atuação mais conseqüente por parte da esquerda latino-americana.

No caso de Mariátegui, é principalmente a compreensão de que a questão indígena é o problema central do Peru que o torna capaz de elaborar um marxismo de acordo com as condições de seu país.⁵² Em bases marxistas, Mariátegui não vê a questão indígena como simplesmente étnica, mas também como econômica, já que está diretamente vinculada à estrutura fundiária peruana. Portanto, para resolver o problema do índio, considera necessário também resolver a questão da terra. De forma similar aos populistas russos, imagina mesmo que a persistência da comunidade camponesa poderá abrir caminho para que se atinja o socialismo sem que se passe antes pelo capitalismo.

Caio Prado Jr., por sua vez, através da compreensão de nosso passado, principalmente o colonial, também procura criar um marxismo que leve em conta as peculiaridades brasileiras. O historiador paulista chama a atenção, em especial, para o “sentido” que teve a colonização entre nós: empreendimento voltado para o mercado externo baseado na produção de gêneros tropicais em grandes unidades agrícolas trabalhadas pelo braço escravo. Caio mostra, dessa forma, quão absurda era a tese, defendida pelo Partido Comunista e difundida na maior parte da esquerda, do caráter feudal da colonização brasileira.

⁵² Durante a maior parte da história peruana, seus intelectuais preferiram ignorar a questão indígena. O que em parte pode ser explicado pelo próprio temor que os índios despertavam na classe dominante. É possível mesmo considerar o medo de uma revolta indígena como o principal fator de unificação desse grupo. Só com a Guerra do Pacífico (1879-1881) e o trauma provocado pela derrota diante do Chile, que o quadro é modificado. O literato Manuel Gonzales Prada, que tanto Haya de la Torre como Mariátegui reivindicam como antecessor intelectual, encontra a explicação para o fracasso bélico na alienação do índio, que identifica como representando a verdadeira nação peruana.

3.6. PARA ALÉM DO LOCALISMO E DO COSMOPOLITISMO DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

Nesta breve passagem de olhos pela história, ou melhor, pelos problemas da história do pensamento marxista na América Latina, acabamos por nos deparar com a “lei” de evolução da vida espiritual brasileira, à qual Antonio Candido faz referência. Segundo ela, “toda (a vida espiritual brasileira) se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo”.⁵³

No caso da esquerda latino-americana, vimos como certos pensadores, tais como Haya de la Torre, fizeram questão de manter uma postura localista, enquanto outros, como o cubano Mella e quase todos nossos comunistas, teimaram em ser cosmopolitas. A primeira conclusão a que podemos chegar é, portanto, que essa lei de evolução da vida espiritual não é exclusivamente brasileira, mas se aplica à América Latina em geral. Pode, além do mais, ser demonstrada tanto na história da literatura, como na história do pensamento político, e mais especificamente, na história do pensamento de inspiração socialista.

A atitude cosmopolita, de forma geral, foi dominante no marxismo da América Latina. Até porque, durante muito tempo, na região, marxismo e marxismo-leninismo foram entendidos como sinônimos. E como vimos, o leninismo que conhecemos, descendente das esquemáticas teses da IC, equivale quase a uma fórmula universal aplicável às mais diferentes situações. O que não deixa de ser irônico, já que uma das principais preocupações do leninismo, no momento de sua elaboração, foi justamente o de dar conta das particularidades russas.

A solução oposta, localista, foi dada por Haya de la Torre e outros populistas. Mesmo que Haya não fosse propriamente marxista, com o marxismo aparecendo como uma de suas múltiplas

⁵³ Candido, *Literatura e Sociedade*, *op. cit.*, p. 131.

influências intelectuais — entre as quais estão o indianismo peruano, a Revolução Mexicana, o pensamento de Einstein, a Revolução Nacionalista Chinesa etc. — certas preocupações suas o aproximam dos socialistas latino-americanos. Em particular, seu grande tema, a questão nacional, é o mesmo da sensibilidade de esquerda latino-americana. Como nota Jorge Castañeda, isso não é mero acaso, já que na América Latina há uma “clara identificação da independência nacional com a mudança social”.⁵⁴ De qualquer forma, Haya de la Torre e os populistas trataram a teoria marxista, e, na verdade, qualquer teoria, de tal maneira que ela praticamente desapareceu, dissolvendo-se simplesmente na realidade à qual se deveria adaptar.

Mariátegui, Caio Prado Jr. e alguns teóricos da dependência, em compensação, foram capazes de superar o falso dilema do cosmopolitismo e do localismo. Do cosmopolitismo retiveram tanto o objetivo socialista, comum a todos que se identificam com essa tradição política, e a forma como entenderam as suas realidades, dada por categorias originalmente provenientes do pensamento “europeu”. Tiveram consciência, entretanto, de que sua tarefa era local, já que o terreno de luta que tinham de enfrentar era nacional. Souberam, portanto, que tinham de agir para estabelecer o socialismo a partir da sociedade peruana, brasileira e latino-americana. Nisso, foram verdadeiramente marxistas latino-americanos e não apenas marxistas da América Latina.⁵⁵

⁵⁴ Jorge Castañeda, *Utopia Unarmed*. Nova York: Alfred Knopf, 1993, p. 272.

⁵⁵ Nossa caracterização das diferentes posturas presentes na América Latina em relação ao marxismo coincide, de forma geral, com a de Michael Löwy, de acordo com a qual, “o marxismo na América Latina esteve sempre ameaçado por duas tentações opostas: o exotismo indo-americano e o europeísmo” (Löwy, *Le Marxisme en Amérique Latine de 1909 à Nos Jours*. Paris: François Maspero, 1980, p. 8). A posição de Löwy é, porém, excessivamente normativa, identificando aqueles que estabeleceram uma “síntese dialética entre o universal e o particular” com aqueles que concluíram que

“a revolução na América Latina será socialista ou não será revolução” (*Ibid.*, p. 11). Assim, na sua importante periodização da história do marxismo na América Latina, sugere que os dois momentos mais favoráveis a uma atitude de não-exotismo indo-americano e de não-europeísmo foram os do período heróico e o da onda revolucionária que se seguiu à tomada do poder em Cuba em 1959. Essa periodização está fundamentalmente correta; entretanto, erra ao identificar o período europeísta, que coincide basicamente com o predomínio do stalinismo, como se iniciando em 1935 e erra ainda mais, ao estabelecer “a primeira manifestação desta nova etapa — caracterizada pela hegemonia do ‘fenômeno stalinista’ sobre o marxismo latino-americano (como sendo) a frente popular” (*Ibid.*, p. 33). Na verdade, desde 1928, já ficara claro, com os planos quinquenais e as teses etapistas sobre a revolução nos países “coloniais e semi-coloniais”, tanto na URSS como no movimento comunista internacional, quem vencera a disputa pelo poder no Partido Bolchevique e na IC. Dessa forma, de 1928 a 1935, o europeísmo-etapista conviveu com o “esquerdismo”, com o qual Löwy parece, de maneira geral, se identificar, enquanto de 1935 até o início da Guerra Fria, o europeísmo-etapista conviveu com uma linha “direitista”, com o browdenismo do imediato pós-guerra representando seu apogeu. Portanto, o critério principal de Löwy para caracterizar certas posturas como não exótico-indo-americanas ou europeístas parece ser mais o da natureza da revolução que defendem, no caso, ininterrupta, do que o tipo de análise que realizam. Assim, mesmo quando trata da análise, submete-a a considerações políticas anteriores, sugerindo, por exemplo, que autores que apontaram para o caráter não-feudal da colonização latino-americana, mas não defenderam uma revolução socialista imediata, caso, por exemplo, de Caio Prado Jr., não entenderam as conseqüências políticas de suas descobertas, o que para nós é bastante questionável. O que dizer então de Mariátegui — que ainda discute restos feudais, mas defende uma revolução ininterrupta — teria ele também errado na avaliação das conseqüências políticas que tira de sua análise? Não é isso, porém, que sugere Löwy...

4.

A AVENTURA BRASILEIRA DO MARXISTA CAIO PRADO JR.

4.1. MARXISMO E BRASIL: UMA HISTÓRIA QUASE INEXISTENTE

Se a história da relação do marxismo com a América Latina é marcada pelo desencontro, a história da relação do marxismo com o Brasil era até recentemente quase inexistente. Antes da fundação do PCB, em 1922, praticamente não havia marxismo e marxistas no Brasil.¹ Podem-se encontrar algumas referências esparsas a Marx em certos autores, como Tobias Barreto, Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Sílvio Romero e até Machado de Assis, mas mesmo aqueles que entre nós talvez tenham chegado a uma noção mais precisa do que era o materialismo-histórico, Euclides da Cunha e Evaristo de Moraes, não foram muito além do comentário apressado.² Antes de 1922 também apareceram alguns intelectuais socialista, entre os quais os mais importantes foram Silvério Fontes e o italiano Antonio Piccarollo, este último tendo

¹ As primeiras referências a Marx aparecem em 1871, com a Comuna de Paris, que torna a Associação Internacional dos Trabalhadores conhecida mundialmente.

² Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil (Das Origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986; Vamireh Chacon, *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981; Leandro Konder, *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1982; Evaristo de Moraes Filho, “A proto-história do marxismo no Brasil”. In: João Quartim de Moraes, *História do Marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

tentado esboçar uma interpretação da realidade brasileira mais de acordo com nossas especificidade,³ mas o alcance de seus trabalhos, foi mínimo.⁴

No movimento operário, “pequena mancha urbana num oceano agrário”,⁵ o predomínio anarquista era absoluto. Assim, não é de estranhar que dos nove fundadores do PCB, apenas um, o alfaiate espanhol Manuel Cendón, não tivesse tido anterior militância libertária. Esses anarquistas fundam o PCB logo depois do período de apogeu do movimento operário, entre 1917-20, quando foi realizado o maior número de greves da história brasileira até o fim da II Guerra Mundial. Depois da derrota do movimento, procuram descobrir os motivos de seu fracasso e encontram na Rússia, onde um partido disciplinado acabara de realizar uma das primeiras Revoluções Socialistas vitoriosas da história,⁶ um exemplo e tanto.

Mas a passagem do anarquismo para o marxismo, ou melhor, para o marxismo-leninismo, não parece ter sido o produto de reflexão mais aprofundada por parte desses antigos anarquistas, que, por sinal, não tinham maior formação teórica. O que

³ Candido, *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difel, 1970; Carone, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979; Alexander Hecker, *Um Socialismo Possível: A Atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

⁴ Edgard Carone resume bem a situação do marxismo no Brasil: “o relativo desconhecimento de Marx e Engels entre nós permite-nos afirmar que no Brasil não existem discípulos seus até a década de 1920, mas unicamente alguns leitores” (Carone, *O Marxismo no Brasil, op. cit.*, p. 59).

⁵ Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986, p. 8.

⁶ Antes da Revolução de Outubro, houve a experiência da Comuna de Paris, entretanto, o período de governo socialista foi muito limitado em 1871. Lênin e seus camaradas tinham tão pouca certeza de que triunfariam que chegaram inclusive a comemorar quando o governo dos soviets de operários, camponeses e soldados ultrapassou os dois meses da Comuna.

naturalmente também contribuiu para que esse marxismo-leninismo fosse bastante tosco. As condições em que se processou essa transição são ilustradas, de forma exemplar, por episódio narrado por John W.F. Dulles e protagonizado pelo ainda anarquista José Oiticica e os recém-convertidos ao comunismo Astrojildo Pereira e José Elias da Silva:

“Dias depois Oiticica voltou à União dos Empregados em Padarias e encontrou Astrojildo à cabeceira da mesa, dirigindo-se aos presentes ‘com sua costumeira tranqüilidade’. José Elias da Silva perguntou:

— Gildo, você não acha melhor dizer ao Oiticica o que se passa?

Astrojildo concordou e Elias, na sua linguagem de ex-embarcação, explicou-lhe:

— Oiticica, conosco agora é na exata.

— Já sei, vocês são bolchevistas.”⁷

O fato a reter desse episódio é como a passagem do anarquismo para o comunismo se dá de forma abrupta, sem maiores preparativos. Como vimos, é basicamente o refluxo do movimento operário e o fascínio com a Revolução de Outubro que explicam essa transição. Portanto, o início do marxismo no Brasil não é resultado de um processo cumulativo, mas quase de episódios fortuitos.

Esse marxismo, além do mais, é praticamente todo ele marxista-leninista, já que anteriormente à Revolução de Outubro nunca houve partidos socialistas fortes e reflexão marxista no Brasil.⁸ Assim, além da hegemonia que a partir de 1917 o bolchevismo passa a exercer no movimento socialista internacional, a ausên-

⁷ John W.F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 142.

⁸ O que, como vimos, é diferente mesmo de certos casos latino-americanos, como o argentino, que contou com o forte Partido Socialista de Justo, e o chileno, onde os mineiros, liderados por Recabarren, tinham fundado em 1906 o Partido Obrero Socialista.

cia de tradição marxista anterior à fundação do PCB em 1922 contribui para que no Brasil marxismo e marxismo-leninismo sejam encarados como quase sinônimos.

É por isso que a primeira tentativa de explicação marxista do Brasil aparece apenas em 1926, com o livro *Agrarismo e Industrialismo*, de Fritz Mayer, na verdade, do dirigente comunista Octávio Brandão. Para realizar sua análise, Brandão se baseia numa interpretação particularmente mecanicista da dialética, que equivale à tríade: tese, antítese e síntese. A partir desses “pressupostos metodológicos”, tenta explicar a revolta tenentista do General Isidoro Dias Lopes de 1924, não sendo por acaso que o subtítulo do livro seja “Ensaio marxista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”.

Como diz o próprio Brandão sobre suas intenções: “os que acreditam no Ser, no Absoluto, só vêm na revolta de 1924 um motim secundário, localizado, mumificado, uma espécie de quisto social, sem relação com o ambiente, sem significação de espécie alguma. Nós, porém, que só admitimos o Devenir, a transformação contínua, vemos nessa revolta um processo, a elaboração de alguma coisa nova que quer surgir sem poder ainda: a vitória do industrialismo sobre o agrarismo; a vitória da burguesia industrial sobre a burguesia agrária; a vitória da burguesia progressista sobre a burguesia rotineira”.⁹ Brandão identifica, assim, o presidente Arthur Bernardes com a tese (o agrarismo feudal); Isidoro Dias Lopes com a antítese (a pequena-burguesia rebelada, por trás da qual está o capital industrial); e a revolução proletária, ainda por ocorrer, com a síntese. Aplica então a “dialética” para explicar a história do movimento operário brasileiro, a história do Brasil (dividida em dez ciclos) e a história de Roma (dividida em oito ciclos).

Apesar da pobreza da interpretação de *Agrarismo e Industrialismo*, o livro servirá de referência teórica para a política do PCB durante os anos vinte, com o então secretário-geral, Astrojildo

⁹ Fritz Mayer, *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, 1926, p. 61.

Pereira, tendo se baseado nele para redigir o informe ao III Congresso do partido.

A partir de 1928, entretanto, com a realização do VI Congresso da III Internacional e a adoção da política de “classe contra classe”, perdem espaço mesmo tímidas tentativas de explicar a realidade brasileira a partir do marxismo, como o livro pioneiro de Brandão.¹⁰ Durante a década de vinte, o grupo dirigente do PCB, do qual os intelectuais Astrojildo Pereira e Octávio Brandão eram os principais nomes, é deslocado do comando do partido, que assume uma linha cada vez mais “obreira”. Leandro Konder resume bem o significado dos acontecimentos para a reflexão marxista sobre o Brasil: “essa derrubada significava o fim de uma era: já não se tratava mais de procurar, embora canhestramente, interpretar a realidade brasileira à luz de um marxismo capaz de se renovar em contato com uma realidade singular, inédita; tratava-se de receber de fora um ‘marxismo-leninismo’ codificado e aplicá-lo ao Brasil de acordo com as instruções estritas do produto importado”.¹¹

Assim, nas décadas seguintes não há praticamente esforço algum por parte do PCB e dos intelectuais próximos ao partido de elaborar uma explicação da sociedade brasileira que desse conta de nossas particularidades. A modesta produção teórica de marxistas brasileiros, mesmo quando seus autores são membros do PCB, se dá, portanto, à margem do partido.

Não obstante, registram-se momentos de relativa influência comunista na vida política brasileira, como durante a existência da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, e no curto

¹⁰ A política preconizada pelo PCB se baseava então na aliança com a pequena-burguesia, identificada com o tenentismo. Para tanto, chegou-se a formar o Bloco Operário Camponês (BOC), inspirado, em parte, no Kuomintang chinês. Ver: Marcos del Roio. *A Classe Operária na Revolução Burguesa (A Política de Alianças do PCB, 1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

¹¹ Konder, *A Derrota da Dialética*, op. cit., p. 165.

período de legalidade do PCB, entre 1945-47. No primeiro período, a exemplo do que ocorre com as frentes populares, a qual a experiência da ANL antecipa, de forma geral, como nota Claudin,¹² mesmo quando os partidos comunistas se tornam atores políticos importantes, eles não se enraízam nas suas respectivas realidades nacionais, enquanto o segundo período parece refletir principalmente o grande prestígio de que goza a URSS logo depois da derrota do nazi-fascismo, sem ter maiores conseqüências.

A reflexão teórica do PCB se modifica parcialmente, porém, com a “Resolução Política do IV Congresso”, de 1954, onde há uma certa tentativa de realizar uma análise mais acabada sobre a sociedade brasileira.¹³ Essa análise, entretanto, é produto principalmente da sistematização de pontos que já apareciam na caracterização da III Internacional e do PCB sobre o Brasil e o tipo de país no qual ele era enquadrado, dando-se ênfase aos elementos de atraso brasileiro, que caracterizariam o país como semi-colonial e semi-feudal.

Refletindo o clima da Guerra Fria, afirma-se mesmo que “as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais do povo brasileiro”. Portanto, a “revolução brasileira em sua etapa atual” deveria estar orientada para a resolução desses problemas, tendo um caráter “Democrático-Popular, de cunho Antiimperialista e Agrária Antifeudal”.¹⁴ As principais medidas dessa revolução seriam duas: estabelecer o controle sobre os trustes internacionais, principalmente norte-americanos, e garantir a posse da terra para os “camponeses” brasileiros.

¹² Claudin, *op. cit.*

¹³ Gildo Marçal Brandão, *op. cit.*; Mantega, “Marxismo na Economia Brasileira”, *op. cit.*

¹⁴ PCB em Carone, *O PCB*, vol. 2 (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982, p. 128.

As forças progressistas, que pretensamente corresponderiam ao proletariado, o campesinato e a maior parte da pequena-burguesia, poderiam, além do mais, contar em tese com a simpatia de um setor da burguesia. Isto porque, de acordo com a resolução, “a burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou outro grupo de monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos (...) O segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo programa com acerto, de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional”.¹⁵ A resolução não especifica, contudo, quem seriam esses possíveis aliados burgueses.

Mas a partir do suicídio de Vargas, em 1954, e do XX Congresso do PCUS, de 1956, onde se reconhecem os crimes de Stálin, o PCB vai progressivamente mudando de orientação, passando a valorizar a democracia e a reconhecer que a sociedade brasileira se transforma profundamente, principalmente devido à industrialização.

O marco nesse processo de mudança de linha programática é a “Declaração de Março” de 1958. Esse documento tem importância sobretudo por defender uma via pacífica para a realização dos objetivos ainda antiimperialistas, anti-feudais e, num futuro longínquo, socialistas do partido, devido à modificação em pontos fundamentais da caracterização do PCB da sociedade brasileira. Reconhece-se, em particular, que ocorrem no Brasil mudanças importantes que apontam para “um desenvolvimento capitalista nacional”,¹⁶ entre as quais, destacam-se: o estabelecimento de um importante parque industrial, o desenvolvimento de um capitalismo de Estado no setor da indústria pesada, a ocorrência

¹⁵ *Ibid.*, p. 132.

¹⁶ *Ibid.*, p. 176.

de transformações até mesmo na agricultura no sentido de desenvolvimento capitalista e a ampliação do mercado interno.

Essas mudanças sócio-econômicas teriam reflexos sobre a política. Assim, o Estado brasileiro não mais representaria apenas “os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente aos norte-americanos”, mas também da “burguesia interessada no desenvolvimento da economia nacional”. O que faria com que surgissem “contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado”.¹⁷

De um lado, estariam unidos no movimento nacionalista “a classe operária, os camponeses, a pequena-burguesia urbana, a burguesia e os setores latifundiários que (...) (possuem) contradições com o imperialismo norte-americano”¹⁸; do outro lado, se encontrariam esse imperialismo e seus tradicionais aliados, o grosso dos latifundiários e uma parte da burguesia ligada ao comércio exterior. No caso da coalizão nacionalista, tanto a burguesia nacional como o proletariado, estariam fortalecidos pelas mudanças econômicas que lhes fizeram ganhar importância no interior da sociedade brasileira.

O sentido da prática política dessa coalizão deveria basicamente ser o mesmo defendido em 1954: contrária aos restos feudais e ao imperialismo, principalmente norte-americano. A coalizão nacionalista já teria, além do mais, provado seu caráter legalista em duas ocasiões, tendo defendido, em 1954 e 1955, a Constituição contra forças golpistas, representadas sobretudo por grupos favoráveis ao imperialismo.

Também na década de cinquenta começam a aparecer intelectuais de um certo peso vinculados ao PCB e suas teses. Os dois principais são Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

O primeiro realiza principalmente trabalhos sobre a questão agrária brasileira. Esses trabalhos coincidem, de forma geral, com

¹⁷ *Ibid.*, p. 178.

¹⁸ *Ibid.*, p. 186.

a orientação comunista, procurando mesmo aprofundá-la. Assim, Alberto Passos em seu livro mais importante, *Quatro Séculos de Latifúndio*, se insurgirá contra o questionamento do passado feudal do Brasil, afirmando que “o processo evolutivo em curso na sociedade lusa (de desenvolvimento do capital comercial) não veio continuar-se no Brasil Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da história, embaçada pelo sonho de ver reconstruído o seu passado”.¹⁹

Mais adiante, Alberto Passos chega a afirmar que “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo teve de regridir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento da mão-de-obra (...). Mas em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial”.

Mas mesmo que possa parecer estranho um “feudalismo” onde as relações de produção são escravistas e a economia não é natural, Alberto Passos parece não ter dúvidas quanto a ter sido esse o caráter da colonização brasileira: “nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal.”. Como prova disso, aponta para que “muito freqüentemente as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção”,²⁰ com o maior exemplo disso sendo a produção pelo escravo de seu próprio sustento. Que formas similares ao feudalismo possam ter aparecido na Colônia não é de se estranhar. Estranho, contudo, é considerar es-

¹⁹ Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 23.

²⁰ *Ibid.*, p. 29.

sas formas, como faz Passos, dominantes na formação econômico-social de então, voltada basicamente para a exportação de bens primários resultantes do trabalho do braço escravo.

Nelson Werneck Sodré é, por sua vez, um pensador mais independente e sofisticado do que Alberto Passos Guimarães.

Em relação à caracterização do passado colonial do Brasil, contudo, sua avaliação varia em diferentes trabalhos. Em alguns textos considera haver na Colônia um tipo especial de capitalismo, que, na linha do argentino Sérgio Bagu, chama de capitalismo colonial; em outros, aponta para um suposto progressivo predomínio do feudalismo no Brasil. Assim, em 1958, em *Introdução à Revolução Brasileira*, afirma: “nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias, como um destino a que é impossível fugir, é na verdade, uma forma particular de capitalismo — o capitalismo colonial —, condicionado em todas as suas manifestações, ainda as mais elementares, ao desenvolvimento do capitalismo comercial europeu, eivado, apenas para caracterizar a sua aparência exterior, dos traços locais antes indicados”.²¹ No entanto, em *História da Burguesia Brasileira*, livro de 1964, defende ponto oposto: “a ampliação da área em que se instalam relações feudais no Brasil é um processo que abrange a história do país desde o início da colonização quase, e chega aos nossos dias. Começa com o pastoreio sertanejo que, no seu desenvolvimento, acaba por incorporar áreas antes escravistas em decadência, a partir do momento em que a economia açucareira entra em sua prolongada crise e se submete à estagnação”.²²

²¹ Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 64.

Já numa crítica a *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicada quando o livro apareceu, concordará com a tese da empresa colonial ligada ao mercado mundial. Ver: Nelson Werneck Sodré, “Formação do Brasil contemporâneo”. In: *O Estado de S. Paulo*, 31/12/1942.

²² *Ibid.*, *História da Burguesia do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 29.

O estranho é que Sodré considera que “só as atividades de exportação comportam o escravismo e, ainda nesse caso, o regime anuncia claramente a sua precariedade, sua dificuldade em competir no exterior, sua carência de produtividade”.²³ Ora, sabemos que a economia colonial se organizava fundamentalmente para produzir para o mercado externo; portanto, como considerar que a escravidão é secundária se ela é a base das atividades que orientam a vida da Colônia?

Mas se Nelson Werneck Sodré se distancia em certos momentos do PCB na caracterização do passado colonial do Brasil, o mesmo não ocorre com sua análise da estrutura social contemporânea. Chega a afirmar que “povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional”,²⁴ ou seja, precisamente os grupos que o PCB acredita que deveriam realizar a Revolução “Democrático-Burguesa, Antiimperialista e Antifeudal”. Constata-se, por esse trecho, que o termo povo, em geral utilizado como uma quase entidade metafísica de difícil definição, é empregado de forma particularmente imprecisa por Werneck Sodré. Tem talvez um sentido próximo ao do Terceiro Estado da Revolução Francesa, com a diferença de que este era considerado como um corpo único por seus contendores, o Primeiro e o Segundo Estados, enquanto aqui nada o unifica, a não ser a vontade de Werneck Sodré e do PCB.

Fora do PCB, também a partir do final da década de vinte, começam a surgir análises marxistas da realidade brasileira. Elas aparecem sobretudo em grupos à esquerda do partido, os quais, devido à sua não-vinculação com a política soviética, podem fornecer um retrato mais fidedigno do país.

O pioneiro desses textos é o “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, de 1930. Escrito pelos in-

²³ *Ibid.*, p. 34.

²⁴ *Ibid.*, *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Difel, 1982, p. 401.

telectuais Mário Pedrosa e Lívio Xavier, antigos militantes do PCB que se aproximaram do trotskismo e das teses da Oposição de Esquerda, esse artigo é publicado em *A Luta de Classes*, órgão da Liga Comunista.

Mesmo que o artigo de Pedrosa e Xavier ainda se mantenha sob a influência das teses da IC sobre os “países coloniais, semi-coloniais”, ele é superior ao texto pioneiro de Octávio Brandão. Chega inclusive a antecipar boa parte das posições esquerdistas que se popularizarão a partir da década de sessenta. Afirma que “o modo de produção capitalista e a acumulação — e, por consequência, a propriedade privada capitalista — foram exportados diretamente das metrópoles para o novo mundo”,²⁵ apesar de, logo adiante, se contradizer, ao caracterizar nossa colonização como uma “forma peculiar de feudalismo”.²⁶ O artigo também nega a existência de oposição entre imperialismo e burguesia nacional, já que considera que essa categoria em países novos como o nosso “ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária”.²⁷ Pedrosa e Xavier questionam, além do mais, o antagonismo entre burguesia urbana e proprietários rurais e defendem que é o salariado a relação de trabalho prevalecente no campo. As conclusões que se podem tirar de tais postulados são também bastante claras para eles: deveria-se procurar organizar autonomamente a classe trabalhadora, preparando o caminho para a Revolução Permanente que instauraria imediatamente o socialismo.

As organizações trotskistas que surgirão posteriormente, assim como grupos próximos de posições luxemburguistas, manterão basicamente esse tipo de análise, além de, no caso dos últimos, valorizar a democracia. Por outro lado, a inserção social desses grupos será mínima, funcionando mais como seitas do que

²⁵ Fúlvio Abramo e Dainis Karepov (orgs.), *Na contracorrente da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 66 e 67.

²⁶ *Ibid.*, p. 68.

²⁷ *Ibid.*, p. 65.

partidos. Além do mais, se a III Internacional e as análises derivadas dela tenderam a equivaler o Brasil e a América Latina ao “Oriente”, a extrema-esquerda tende a considerar o capitalismo como praticamente homogêneo, o que lhe cria enormes dificuldades de lidar com a questão nacional. É o que se pode constatar por um texto de 1962 de um dos principais teóricos da Organização Marxista Revolucionária-Política Operária, POLOP, Luiz Alberto Moniz Bandeira: “a conjuntura mundial, na etapa do imperialismo, (...) acabou (com) as velhas distinções entre países maduros e não maduros para o socialismo”. Assim, “em virtude do desenvolvimento desigual, irregular e combinado do capitalismo (...) confundem-se as etapas da revolução, não podendo haver dissociação entre as tarefas burguesas e as reivindicações socialistas”.²⁸

Mas é só por volta do final da década de cinquenta e início da de sessenta, longe do PCB e próximo da universidade e por vezes de grupos à esquerda do PCB, que se forma verdadeiramente um marxismo brasileiro. Isto é, textos marxistas deixam de ser apenas manifestações isoladas e se começa a produzir uma literatura marxista como um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que (...) fazem (dessa) literatura aspecto orgânico da civilização”.²⁹ Dessa forma, na década de sessenta passam a existir, em relação ao marxismo, as condições mínimas que Antonio Candido aponta para que haja comunicação literária: 1) a existência de um conjunto de produtores literários; 2) a existência de um conjunto de receptores literários que formam públicos; 3) a existência de um mecanismo transmissor, linguagem, que pode se converter em diferentes estilos.

É bem verdade que, antes da década de sessenta, existiam autores e leitores marxistas no Brasil, mas o terceiro elemento pa-

²⁸ Moniz Bandeira. In: Carone, *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981, p. 79.

²⁹ Candido, *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993, p. 23.

ra que haja comunicação literária, a linguagem, estava ausente de nosso meio. Isto porque, de maneira geral, nossos marxistas não se preocupavam em elaborar uma linguagem que estivesse de acordo com as condições locais, contentando-se, em compensação, em consumir as fórmulas que a III Internacional havia elaborado para os “países coloniais, semi-coloniais ou dependentes”. Não havia, portanto, um sistema articulado, um marxismo autônomo no Brasil, já que o que existia de produção marxista no país estava diretamente ligado a uma outra tradição, a tradição da III Internacional e, indiretamente, através dela, à tradição do marxismo soviético.

Apenas com o marxismo uspiano, “capítulo brasileiro do marxismo ocidental”, passa a existir um marxismo brasileiro, em razão de certos marxistas na década de cinquenta e sessenta finalmente terem sido capazes de formular uma explicação do Brasil. Paulo Arantes assinala mesmo que o marxismo uspiano tinha “como ponto de partida e horizonte conclusivo, refazer radicalmente o diagnóstico da síndrome brasileira de origem, do complexo colonial à nossa inserção oblíqua e subordinada no sistema mundial do capitalismo contemporâneo”.³⁰ Esses autores marxistas criaram, portanto, uma linguagem específica, tendo também se formado em torno deles um público que consumia suas obras.³¹

³⁰ Arantes, *Um Departamento Francês de Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 239.

³¹ Por outro lado, mesmo que alguns produtores literários, os marxistas uspianos, tenham criado uma linguagem, que atingiu um certo público, faltou-lhes, mais do que as correntes marxistas anteriores (a do PCB e mesmo a da ultra-esquerda), inserção social. Ou seja, os públicos que atingiram não eram muito mais do que leitores. Porventura podiam sentir-se curiosos pelo que liam e até se identificar com as teses proclamadas, mas não participavam de um projeto político articulado pelos marxistas uspianos, aos quais, na verdade, como outros “marxistas ocidentais” não eram muito mais do que professores.

Caio Prado Jr., que produziu o essencial de sua obra no período anterior, foi, conseqüentemente, um solitário.³² Como os dependentistas e uspianos, porém, preocupou-se basicamente em entender a particularidade latino-americana e brasileira.³³ Diferentemente deles, contudo, em torno de Caio Prado não se formou uma tradição.³⁴

Caio pode, conseqüentemente, ser encarado como um marginal no seu ambiente político e intelectual principal, o marxismo do Brasil. Prova disso é que, ao longo de seus muitos anos de militância comunista, praticamente não exerceu cargos de destaque no PCB.³⁵ As exceções foram apenas no período da Aliança

³² Um marxista uspiiano de destaque, Roberto Schwarz, reconhece seu caráter pioneiro: “o caso de exceção foi Caio Prado Jr., em cuja pessoa inesperada o prisma marxista se articulou criticamente à acumulação intelectual de uma grande família do café e da política, produzindo uma obra superior, alheia ao primarismo e assentada no conhecimento sóbrio das realidades locais” (Schwarz, “Um seminário de Marx”. In: *Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 1995).

³³ Fernando Limongi nota acertadamente que Caio Prado, em crítica ao trabalho de Emílio Willeme, *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*, antecipa boa parte das ressalvas que a chamada “escola paulista de sociologia” fará à tradição intelectual da qual se afasta, ao aproximar-se do marxismo. Caio nota particularmente que uma pseudo-objetividade favorece um sistema formal de classificação que torna “impossível articular coerentemente o conjunto dos fatos observados” (Prado Jr. “Métodos sociológicos”. In: *Fundamentos*, n° 7 e 8, 1948). Mais grave ainda, aponta que está implícita no “objetivismo” da análise sociológica desse tipo uma aceitação da ordem social estabelecida. Ver: Fernando Limongi, “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasiliense*”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, n° 5, outubro de 1987.

³⁴ É possível que a *Revista Brasiliense*, que teve em Caio Prado Jr. seu principal animador, tenha congregado um certo número de intelectuais identificados com suas teses. A revista, porém, foi incapaz de criar propriamente um grupo articulado que mantivesse uma continuidade e, assim, criasse uma tradição ao longo do tempo.

³⁵ Depois de militar no Partido Democrático, partido da oligarquia

Nacional Libertadora (ANL), quando foi vice-presidente da seção paulista, e na curta legalidade do PCB, entre 1945 e 1947, em que foi eleito deputado estadual e líder da bancada comunista na Assembléia Legislativa de São Paulo.³⁶ Também do ponto de vista teórico, como já vimos, defendeu teses minoritárias no interior do partido, tendo afirmado já em 1933, em *Evolução Política do Brasil*, que “podemos falar num feudalismo brasilei-

paulista dissidente, de participar da Revolução de 1930, de ser mandado pelo novo regime para Ribeirão Preto, onde participou de uma das inúmeras delegacias revolucionárias que deveriam apurar a situação em que a “República Velha” deixara o país, de fundar, juntamente com seu irmão, o pintor Carlos Prado, o jornalista Tito Batini e o artista modernista Flávio Monteiro, uma pequena organização, a Cooperativa Internacional dos Trabalhadores, e de atuar no Socorro Vermelho, Caio ingressa, aos 24 anos, no PCB. Sua adesão ao comunismo parece ter sido motivada principalmente pela decepção com o governo de Getúlio Vargas e à influência de um garçom espanhol (Francisco Iglésias, “Um historiador revolucionário”. In: *Caio Prado Jr.: História*. São Paulo: Ática, 1982; Maria Cecília N. Homem, “Do palacete à enxada”. In: D’Incao, *História e Ideal*, op. cit.). Pouco depois de seu ingresso no PCB, o futuro historiador escreve, em maio de 1932, cartas aos jornais *Correio da Tarde* e *Diário da Noite* protestando contra artigos sobre a URSS publicados em *O Estado de S. Paulo*. Em julho do mesmo ano, recebe correspondência do Bureau d’Éditions da França, referente a informações que solicitara a respeito da possibilidade de adquirir as obras completas de Marx e Lênin (*Prontuário de Caio Prado Jr. no DEOPS*, 30-K-33). Finalmente, em 1933, viajará à URSS, marcando definitivamente sua adesão ao comunismo.

³⁶ Caio Prado Jr. também foi, entre 1945 e 1946, diretor do jornal comunista de São Paulo, *Hoje*; no primeiro ano, juntamente com Milton Caires de Brito, Jorge Amado, Nabor Caires de Brito e Clóvis Graciano, no segundo, apenas com Milton Caires Brito. No caso da ANL, é preciso, contudo, assinalar que a vice-presidência era de uma organização frentista da qual o PCB fazia parte e não propriamente do partido. Não há dúvidas, porém, que o período aliancista representou o apogeu da atividade política de Caio Prado Jr. Apesar do presidente da ANL paulista ser o “general” Miguel Costa, na prática Caio Prado parece ter sido seu dirigente mais importante, tendo inclusive realizado inúmeras viagens pelo interior para organizar a Aliança. Seu papel de destaque na ANL pode ser constatado, de forma não muito rigorosa, pela leitura da imprensa da época, particularmente do órgão ofício-

ro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo que não existe, entre nossa economia e da Europa medieval”.³⁷

4.2. CAIO PRADO JR. E O PCB

Praticamente toda a relação de Caio Prado Jr. com o PCB é marcada pela tensão. Ainda na prisão, é acusado, no começo de 1937, pelo Bureau Político da ANL de São Paulo de “fraccionismo e indiferença incompreensível em quem ocupa seu posto”.³⁸ O que é ainda mais grave, relatório do DEOPS de 11 de maio de 1945 afirma que membros da Organização Nacional dos Trabalhadores Unidos declararam ter recebido instruções de Luís Carlos Prestes no sentido de não permitir o ingresso no partido comunista que se reorganizava de Caio Prado e outros independentes. Mais tarde, em 1954, o jornal *O Tempo* informa que a linha prestista estaria pronta para expurgar alguns militantes do PCB, entre os quais figuravam Caio e Octávio Brandão.³⁹

so da ANL em São Paulo: *A Platéia*. Essa impressão é também confirmada pelo DEOPS ao se referir a Caio: “foi sempre o orientador do movimento aliancista” (*Prontuário de Caio Prado Jr. no DEOPS, 30-K-33*). Além de dirigente, Caio parece ter influenciado a imprensa próxima da ANL, principalmente *A Platéia*, e o semanário, com base no Rio de Janeiro, *Marcha*, do qual foi redator. Essa publicação, que tinha Francisco Mangabeira como diretor, possuía ainda como redatores: Rubem Braga, Di Cavalcanti, Newton Freitas e Carlos Lacerda. Mais importante ainda, a experiência aliancista marcou profundamente o pensamento político de nosso autor, particularmente no seu aspecto programático, “nacional-democrático”.

³⁷ Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 17.

³⁸ Dulles, *O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 71.

³⁹ *Prontuário de Caio Prado Jr. no DEOPS, 30-K-33*.

Mais, porém, do que um solitário, talvez se possa considerar Caio Prado como membro de um grupo minoritário no PCB, o qual, entretanto, não chegou a ser uma fração.⁴⁰ Vejamos os principais momentos da história desse grupo.

Com a entrada do Brasil na II Guerra, o PCB, que fora praticamente destruído com a repressão do Estado Novo, começa a se reorganizar, por volta, de 1943. Com a reorganização, surgem também divergências no interior do partido. De um lado, cria-se a Comissão Nacional de Organização Política (CNOP), sediada no Rio de Janeiro e constituída principalmente pelo chamado “grupo baiano”. Em oposição a ela, formam-se os Comitês de Ação, com bases principalmente em São Paulo.⁴¹ Fazia parte da CNOP gente como Diógenes Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Mário Alves, que viriam a constituir o grupo dirigente do PCB durante o período democrático. Por outro lado, eram membros dos Comitês de Ação principalmente intelectuais, como Caio Prado Jr., Mário Schenberg, Victor Konder, Tito Batini e David Lerner.

Enquanto o primeiro grupo defendia, em nome da união nacional que a Guerra contra o Eixo exigiria, o apoio ao antigo ditador Getúlio Vargas, os Comitês de Ação eram favoráveis à luta aberta contra o “fascismo” do Estado Novo.⁴² Assim, foi Caio Prado Jr. quem sugeriu o nome para o partido que deveria congre-

⁴⁰ Limongi, *op. cit.*

⁴¹ Os dois grupos, entretanto, tinham uma organização bastante precária, que se explica até pela repressão do Estado Novo, ainda em vigor.

⁴² Em abril de 1945 chegou-se a criar uma Aliança Democrática Popular, a partir do Movimento Libertador, de caráter liberal, do Movimento de Unificação Popular e da Comissão de Trabalhadores contra a Carestia e a Ditadura, formada em torno dos Comitês de Ação (Paulo T. Iumatti, *Diários Políticos de Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense, 1998). Essa organização se inspiraria na ANL e teria mesmo cogitado de lançar Caio Prado Jr. como candidato à presidência da república (*Prontuário de Caio Prado Jr. no DEOPS, 30-K-33*).

gar a oposição a Getúlio, a União Democrática Nacional (UDN).⁴³ Contudo, com a decisão do Secretário-Geral Luís Carlos Prestes de apoiar a CNOP, a luta interna no interior do PCB se decide favoravelmente a esse grupo. Alguns membros inconformados dos Comitês de Ação chegam mesmo a não aceitar a decisão, vindo a ingressar na Esquerda Democrática (ED).⁴⁴ Esse, porém, não é o caso de Caio Prado, que se mantém fiel ao PCB.⁴⁵

⁴³ Prado Jr., “É preciso deixar o povo falar”. In: Lourenço Dantas Mota, *A História Vivida*, vol. 1. São Paulo: OESP, 1981.

Tito Batini narra inclusive como se chegou a esse nome: “às vésperas do final da guerra, contando no comitê de ação com liberais, como principalmente o estudante Paulo Emílio, Cory Porto Fernandes e os companheiros Caio Prado Jr. e Mário Schenberg entre outros, começávamos a colher frutos promissores enquanto o camarada Ferreira Lima atuava junto a industriais da Federação das Indústrias, principalmente junto a Simonsen e seus seguidores. Nessa ocasião, com a devida precaução, foi aqui recebido, apresentado por seu irmão Jacy, Juracy Magalhães, que àquela orientava no sentido de se ligar à formação da frente. Reunidos num edifício da rua Xavier de Toledo, foi então que, por sugestão de Caio, demos a essa frente a denominação de União Democrático Nacional” (Tito Batini, *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991, pp. 254 e 255). Maria Victória Benevides indica mesmo que havia divergências entre Caio Prado Jr. e outros comunistas quanto à presença da palavra Democrática no nome do partido. Ver: Maria Victória Benevides, *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁴⁴ Ronald Chilcote, *The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration (1922-1972)*. Nova York: Oxford University Press, 1974; Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 10. São Paulo: Difel, 1983.

⁴⁵ Além dessa divisão no interior do PCB, ocorrida durante a redemocratização, já em 1937, quando deveriam ser realizadas eleições para a sucessão de Getúlio Vargas, haviam aparecido divergências entre a direção do PCB e o Comitê Regional de São Paulo. Os paulistas se recusaram a apoiar a candidatura oficialista de José Américo de Almeida, argumentando que isto representaria uma forma de colaboracionismo com o “fascismo getulista”. Essa recusa levou ao afastamento do partido de alguns dirigentes como Hermínio Saccheta e Heitor Ferreira Lima. Caio Prado, contudo, não parece ter

Portanto, em 1955, quando é fundada a *Revista Brasiliense*, as divergências entre Caio Prado Jr. e a direção do PCB, tanto do ponto de vista teórico como prático, já haviam sido bastante significativas. Dessa forma, mesmo que o manifesto de fundação da revista afirme que ela não terá “ligações de ordem política e partidária (e que) será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores”,⁴⁶ Limongi tem razão em apontar para o grande número de membros do PCB envolvidos com o empreendimento editorial. Esses comunistas têm, além do mais, em comum o fato de se identificarem com teses minoritárias no interior do partido, questionando principalmente a aliança com o populismo, que passa a ser feita a partir da segunda metade da década de cinquenta.⁴⁷

Assim, a sugestão de Limongi, da existência de uma certa continuidade entre os Comitês de Ação e a *Revista Brasiliense*

participado da luta interna, já que em 1937, depois de passar dois anos na prisão, partia para o exílio na França.

⁴⁶ *Revista Brasiliense*, “Manifesto de fundação”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 1, n° 1, 1955, p. 21.

⁴⁷ Já o apoio comunista em 1937 ao candidato oficialista José Américo de Almeida, que prenuncia a posterior aliança com o populismo, é explicado por Heitor Ferreira Lima como tendo como motivação mais profunda “a questão da determinação das forças hegemônicas da revolução brasileira, que os ‘banguzistas’ (adeptos do então secretário-geral do PCB Lauro Reginaldo da Rocha, conhecido como Bangu) atribuíam à burguesia nacional, por se tratar de movimento caracterizado como revolução democrático-burguesa. Enquanto nós sustentávamos ser a burguesia nacional incapaz de assumir tal papel, dadas suas ligações com os restos feudais ainda persistentes no país e com o imperialismo, cabendo então essa função ao proletariado, pela inexistência da sua parte, de qualquer compromisso desse gênero, tratando-se, por conseguinte, da única classe conseqüente, interessada em conduzir tal revolução até o fim” (Heitor Ferreira Lima. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 210). Com exceção dos comentários sobre os restos feudais, essa é basicamente a análise esboçada, quase 30 anos depois, por Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira*.

parece não ser inteiramente descabida. Caio Prado é, além do mais, pelo menos no segundo caso, seu principal nome, sendo em torno de suas teses que se articulavam os outros membros do “grupo”.⁴⁸ Mais, contudo, do que um grupo político organizado, esses amigos comunistas parecem constituir algo similar ao que J.P. Nettle,⁴⁹ na sua biografia de Rosa Luxemburgo, chama de “grupo de pares” (*peer group*), que existia no Partido Social-Democrata do Reino da Polônia (PSDRP). Assim como os intelectuais judeus que constituíam o núcleo da liderança do PSDRP, os intelectuais paulistas da *Revista Brasiliense* compartilhavam mais do que posições políticas. Laços de amizade os uniam, o que talvez tenha contribuído até para criar um certo *ethos* entre eles. Portanto, mesmo que se considere Caio Prado um solitário, ele é um solitário de tipo especial, ou seja, um solitário que não fala apenas em nome próprio.⁵⁰

⁴⁸ Um membro destacado do grupo, seu primo Elias Chaves Neto, não deixa dúvidas quanto a isso: “foi dentro das concepções nacionalistas da tese apresentada por Caio Prado Jr. (*Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*) que um grupo de intelectuais comunistas e não comunistas, fundou a *Revista Brasiliense*” (Elias Chaves Neto, *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 142).

⁴⁹ J.P. Nettle, *Rosa Luxemburg*. Nova York: Schocken Books, 1969.

⁵⁰ Outro sinal da existência de um grupo político em torno de Caio foi a coleção “Problemas Brasileiros”, publicada pela Editora Brasiliense, entre 1945 e 46. Nessa coleção, editaram-se os seguintes livros: *Política Alimentar*, de P. Amaral; *Diretrizes para uma Política Rural e Econômica*, de P.P. de Carvalho; *Um Programa de Política Externa para o Brasil*, de R.C. Branco; *Epidemiologia e o Controle da Lepra*, de J.M. Gomes; *Algumas Verdades sobre as nossas Leis Trabalhistas e Apontamentos para uma Reforma Agrária*, de A. Costa; *Siderurgia e Planejamento Econômico do Brasil*, de A. do Amaral; *A Constituição para o Brasil*, de A. Moreira. Além de alguns dos autores desses livros terem sido colaboradores da *Revista Brasiliense*, o texto, presente na contracapa do livro de R.C. Branco, não deixa dúvidas quanto ao objetivo da coleção: “a coleção ‘Problemas Brasileiros’ destina-se não apenas a uma revisão geral dos diferentes aspectos econômicos, sociais e

Prova da ligação da *Revista Brasiliense* com certos comunistas é que, além de Caio e Elias Chaves Neto, seus principais animadores, que, ao longo de seus 46 números, publicaram respectivamente 31 e 47 artigos,⁵¹ aparece entre os mais importantes colaboradores da revista gente que, num momento ou outro, esteve ligada ao PCB, como: Heitor Ferreira Lima (28 artigos), Álvaro de Faria (26 artigos), Everardo Dias (22 artigos), Paulo Alves Pinto (22 artigos), F. Pompeo do Amaral (12 artigos), Octávio Brandão (12 artigos), Samuel B. Pessoa (12 artigos), João Cruz Costa (7 artigos), Catulo Branco (7 artigos), Otto Alcides Ohlwiewter (5 artigos) e José Chasin (4 artigos). No núcleo central da revista a presença comunista é ainda mais significativa. Dos dez colaboradores mais assíduos da *Revista Brasiliense*, nove deles tiveram alguma ligação com o PCB. Entre eles, apenas Florestan Fernandes (12 artigos), não foi membro do PCB.⁵² Portanto, há indícios seguros de que a *Revista Brasiliense*, apesar de sua independência, fazia parte da órbita cultural comunista.

É possível também que muitas das características da *Revista Brasiliense* se devam à sua origem regional. Em São Paulo, estado com menor presença do poder central que o Rio de Janeiro, a busca por uma ação autônoma da classe trabalhadora é uma possibilidade maior. Não é mero acaso, portanto, que em diferentes momentos históricos, como na época de predomínio anarquista e da formação do PT, isso tenha constituído uma importante aspiração para setores do movimento operário paulista.⁵³

políticos do Brasil da atualidade, mas sobretudo a pesquisar, e na medida do possível, indicar as soluções que reclamam os problemas brasileiros (...). Trata-se pois de uma finalidade essencialmente prática”.

⁵¹ Os dados que se seguem baseiam-se em Limongi, *op. cit.*

⁵² Fernandes em entrevista à *Revista Escrita Ensaio*, revela, entretanto, ter desejado filiar-se ao partido. Ver: Fernandes, “Constituinte e revolução” em *Revista Escrita Ensaio*, vol. 4, nº 17 e 18, 1989.

⁵³ No Rio de Janeiro, em compensação, já no período da República

4.3. CAIO PRADO JR. E A LITERATURA SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

Em seu esforço de compreender as particularidades da sociedade brasileira, Caio Prado acaba, porém, por se afastar do PCB e aproximar-se de outros autores, muitos deles não-marxistas, que se preocuparam com a mesma questão. Obceca a eles, como nota Paulo Arantes, principalmente uma questão: “a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de formação”. Assim, inspirados pelo que vêem nos países de capitalismo central, parecem querer “dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução”.⁵⁴

É essa preocupação comum que dá um ar de família a tantos livros-chave de interpretação do Brasil. Não por acaso, boa parte deles, a começar pelo de Caio que dá origem ao gênero, ostentam no título a palavra formação: *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, publicado em 1942, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado em 1959, *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, publicado em 1959, *Os Donos do Poder*, que tem como subtítulo *Formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro, publicado em 1958. Mesmo outras obras, como *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada em 1936, apesar de não conterem a palavra formação no título, estão inspiradas pelo mesmo tipo de preocupação.

Como se pode constatar pela breve relação de títulos reproduzida acima, a maior parte desses livros é da década de trinta e cinquenta, períodos, portanto, essenciais neste século para a reflexão sobre o Brasil. Talvez se possa mesmo considerar, como faz

Velha pode-se apontar para a existência de um sindicalismo “amarelo”, antecessor do trabalhismo e bastante ligado ao Estado. Ver: Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, *op. cit.*

⁵⁴ Arantes. In: D’Incao, *Dentro do Texto, Dentro da Vida: Ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 229.

Luciano Martins,⁵⁵ que, a partir do modernismo, começa a se formar uma *intelligentsia* brasileira. Assim, apesar de ser possível encontrar sopros de radicalismo em certos pensadores e escritores, como Joaquim Nabuco, Manoel Bonfim, Euclides da Cunha e Lima Barreto, eles ainda são autores isolados, incapazes, portanto, de realmente impulsionar a mudança no país.⁵⁶

Em contraste, a partir do modernismo, começa-se a abrir espaço para que intelectuais encararem como sendo tarefa sua auxiliar numa transformação quase completa do Brasil. Sinal disso é o discurso em que José Pereira de Graça Aranha anuncia seu abandono da Academia Brasileira de Letras e ingresso nas fileiras modernistas: “o movimento espiritual modernista não se deve limitar unicamente à arte e à literatura, ele deve ser total. Há necessidade, tão longamente esperada, de transformação filosófica, social e política”.⁵⁷ Assim, de forma similar aos populistas russos,

⁵⁵ Martins, *op. cit.*

⁵⁶ Candido, “Radicalismos”. In: *Estudos Avançados*, vol. 4, nº 8, 1990.

⁵⁷ Graça Aranha. In: Martins, *op. cit.*, pp. 76 e 77.

É preciso, entretanto, relativizar a postura política de Graça Aranha e da maior parte dos modernistas. Na prática, o radicalismo do autor de *Os Caetés* não ia muito além da simpatia pelo civilismo de Rui Barbosa, enquanto a própria realização da Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo só foi possível devido à influência de alguns membros da oligarquia paulista, notadamente, Paulo Prado. É, portanto, à sombra dos setores dominantes que surge alguma divisão política no interior do modernismo paulista; de um lado, um grupo próximo do situacionista Partido Republicano Paulista (PRP), que colabora no *Correio Paulistano* e inclui Oswald de Andrade e Plínio Salgado, de outro, um setor ligado ao dissidente Partido Democrático e seu órgão de imprensa, o *Diário Nacional*, entre os quais encontram-se Mário de Andrade e Sérgio Milliet. De acordo com Sérgio Miceli, os primeiros seriam mesmo mais politizados que os segundos, que acreditariam na tradicional tese liberal da “arte pela arte”. Ver: Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979. Sobre a relação dos modernistas com Caio Prado Jr., ver: Paulo Henrique Martinez, *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP, 1998.

os modernistas brasileiros procurarão “ir ao povo”, buscando apreender o que é a identidade brasileira.⁵⁸ A partir daí, se abrirá caminho para interpretações globais do país não-naturalistas, que abandonam a explicação racista ou baseada no “meio tropical”.

Caio Prado Jr. teve, portanto, a felicidade de ter realizado o grosso de sua atividade intelectual nesse período essencial para a reflexão acerca do Brasil, podendo ser considerado membro destacado de uma *intelligentsia* em gestação. Mais especificamente, os dois principais momentos da produção intelectual de Caio Prado se dão entre 1933 e 1945 e entre 1955 e 1969, respectivamente.

⁵⁸ A “ida ao povo” modernista não pode, contudo, ser comparada à iniciativa dos moços e moças russos que entre 1873-74 literalmente se mudaram para as aldeias do interior de seu país, a fim de conquistarem para sua causa os camponeses, mas ironicamente conseguiram apenas ser denunciados à polícia. Mesmo assim, é possível considerar que há por trás do modernismo a tentativa de alguns intelectuais de se aproximarem dos setores populares. Para tanto, viajam pelo país, realizam pesquisas sobre folclore, modificam a escrita, procurando aproximá-la da linguagem falada etc. Portanto, de forma ampla, não é descabido ver em nosso modernismo a “expressão ‘intelectualista’ d(e) um movimento mais geral de ‘ida ao povo’, de um populismo de alguns grupos intelectuais” (Gramsci, *Literatura e Vida Nacional*, trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 4). Significativamente, assim como a emergência do naturalismo na Europa, que tem também uma preocupação de aproximação com os setores populares, não deixa de estar ligada a processos sócio-políticos mais amplos — “a derrocada da democracia em 1848 e o advento de grandes massas operárias por causa do desenvolvimento da grande indústria urbana” (*Ibid.*) —, o modernismo brasileiro tem indiscutível vinculação com a crise da República Velha e da economia cafeeira, por um lado, e a realização da Revolução de 1930 e a industrialização, por outro. Mas mesmo que o modernismo seja um indício de transformações mais amplas no país, ele não vai suficientemente longe. Assim, apesar de representar uma ânsia por parte de alguns intelectuais de ligarem-se ao país e suas classes subalternas, é também um exemplo de como esses intelectuais são incapazes de romper com sua classe de origem, caracterizando aquilo que Florestan Fernandes chama de “consciência burguesa em crise” (Florestan Fernandes, *A Condição do Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 35).

te os períodos em que alguns intelectuais se lançam ao descobrimento dos fundamentos da “brasileridade” e à militância nacionalista. No primeiro período, Caio Prado escreveu: *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), além de *URSS, um Novo Mundo* (1934). Já no segundo momento, publicou: *Dialética do Conhecimento* (1952), *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954), *Esboço dos Fundamentos de Teoria Econômica* (1957), *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* (1959), *A Revolução Brasileira* (1966) e *História e Desenvolvimento* (1969), além de *O Mundo do Socialismo* (1962).

No que se refere à “geração” de 30, Caio Prado Jr. é considerado, juntamente com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, um dos seus principais membros. Como vimos, os três são vistos até como os inauguradores de uma nova maneira de se entender o Brasil.

É característico da “geração de 30”, a preocupação de fornecer uma explicação global do Brasil que orienta a obra de Caio Prado Jr. Assim como os modernistas que os haviam precedido, os três cavaleiros de 1930 parecem ter encarado como sua tarefa principal a criação de um país, ou ao menos, a idéia que se faz dele, coisas que, convenhamos, se confundem. Mas como os modernistas já haviam estabelecido os símbolos para pensar o Brasil, ficou mais fácil para Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. se lançarem, de forma mais ou menos sistemática, ao estudo da gramática que constitui o país. Não é mero acaso, portanto, que a investigação nesse momento tenha sido sobretudo historiográfica.

As condições de produção intelectual no outro grande momento da atividade de Caio Prado Jr., da segunda metade da década de cinquenta até os anos sessenta, contrastam bastante com o primeiro período. Nesse momento, que corresponde, grosso modo, ao período de existência da *Revista Brasiliense*,⁵⁹ o tra-

⁵⁹ Na delimitação desse período fui até 1969, apesar de a *Revista Bra-*

balho intelectual se dá de forma coletiva. O que não ocorre apenas com a *Revista Brasiliense*, mas também com os outros elementos constitutivos do contexto intelectual e político mais amplo do qual a revista faz parte.

Mesmo que a atividade cultural continue a não ter no Brasil um caráter inteiramente cumulativo, que favoreceria o estabelecimento de tradições, não se pode negar que, a partir do desbravamento intelectual realizado na década de vinte e trinta por homens solitários, criaram-se condições de produção intelectual mais permanentes e seguras. Assim, a produção mais significativa da esquerda nacionalista é feita a partir de certas instituições. Verdade que o caráter dessas instituições varia bastante. Há tanto as consolidadas, como a Universidade de São Paulo (USP), as mais ou menos consolidadas, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e as mais precárias, como a *Revista Brasiliense*.

Também diferentes da década de trinta, são as preocupações que orientam essas instituições. Vimos que nos anos trinta, tanto para os intelectuais como, de certa forma, para o novo regime, tratava-se fundamentalmente de se criar o Brasil, ou ao menos um novo Brasil, diferente daquele país atrasado da República Velha. Agora, já na segunda metade da década de cinqüenta,⁶⁰ quase todos parecem mover-se a partir de certos pressupostos comuns sobre o país em que vivem. Esses pressupostos, que foram estabelecidos nas décadas anteriores, dizem respeito tanto à caracterização do Brasil, como às aspirações do que o país deveria ser. Ganham tanta força que se pode pensar na existência de uma

siliense encerrar suas atividades com o golpe de 1964, por entender que a ordem de preocupações que aparecem em *A Revolução Brasileira e História e Desenvolvimento* serem fundamentalmente as mesmas da revista.

⁶⁰ Tanto a *Revista Brasiliense*, como o ISEB, são criados em 1955, sendo também nesse período que ganham força os estudos, iniciados em 1951, sobre escravidão e relações raciais realizados na USP por inspiração, sobretudo, de Florestan Fernandes.

certa “hegemonia” na sociedade brasileira.⁶¹ Apesar de todos os equívocos que apareceram e continuaram a aparecer no tratamento desses temas, tem-se, por exemplo, pensado o Brasil como uma “democracia racial” ou não, o brasileiro, como um “homem cordial” ou não, a colonização, como primordialmente orientada para o mercado externo ou não. Mais, o objetivo que vem orientando o país desde 1930 tem sido um só: o desenvolvimento baseado, sobretudo, numa acelerada industrialização.

Conseqüentemente, na segunda metade da década de cinquenta já não se discute tão apaixonadamente o que é o Brasil, uma vez que todos parecem imaginar que têm uma idéia do que seja isto. A questão agora é outra, é determinar qual será o lugar do país no mundo. O que faz com que o tema do nacionalismo apareça com toda a força. Resumidamente e de forma um tanto esquemática, pode-se dizer que, se antes se tratava de estabelecer a nação, agora o problema é de determinar qual será o destino dessa nação.

⁶¹ Não no sentido do marxismo russo, já que essa tradição política vê hegemonia como a direção política que uma classe ou fração de classe exerce em uma aliança poli-classista, mas em parte no sentido gramsciano, que identifica hegemonia também com a direção intelectual e moral que se exerce no espaço da sociedade civil (Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso Books, 1989). Sabemos, pela análise de Francisco Weffort (*O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978), que uma das características do populismo é precisamente a ausência de hegemonia, já que nenhuma classe ou fração de classe participante na coalizão social que realizou a Revolução de 1930 substituiu a burguesia cafeeira como grupo dirigente no país. Por outro lado, o “Estado de Compromisso”, com sua situação de equilíbrio entre as classes fundamentais, e, conseqüente excepcional autonomia do aparelho-estatal, acaba elaborando um projeto para o país. Projeto em torno do qual todas as forças sociais fundamentais se posicionaram. Por um certo período de tempo esse projeto pode, portanto, ser mesmo identificado com a direção intelectual e moral da vida brasileira, tendo se convertido em um quase senso comum no país.

Mas as diferenças entre os dois períodos não param aí. Enquanto a discussão de Caio Prado Jr. e seus contemporâneos de “geração de 30” quase se dá no “vácuo”, no sentido de que praticamente não fazem parte de grupo algum,⁶² no segundo momento da sua atividade intelectual, o debate ocorre em limites mais estreitos, pois haviam surgido públicos mais visíveis, aos quais se devia dirigir. Assim, em 1933, quando Caio Prado publica seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil*, quase não existe quem produza e leia livros marxistas sobre o Brasil,⁶³ enquanto o período de existência da *Revista Brasiliense* coincide, de forma geral, com o momento mais pujante da cultura de esquerda brasileira.

É natural que, no primeiro período, Caio e seus companheiros de “geração” quase fossem obrigados a ser originais, já que precisavam estabelecer as idéias que fariam o Brasil ser Brasil, enquanto no segundo momento tinha-se tornado menor o espaço para idéias novas, por existirem explicações a respeito do Brasil mais ou menos consolidadas. De certa maneira, o que ocorreu foi que em razão de certas idéias, estabelecidas nas décadas de vinte

⁶² Entre os “homens de 1930”, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda têm ligação com o modernismo em suas duas vertentes principais, respectivamente: o regionalismo nordestino e o grupo paulista. O esforço intelectual dos dois é, entretanto, mais “sistemático” do que as obras artísticas modernistas.

Mesmo assim, Gilberto Freyre talvez seja uma exceção na “geração de 30”, já que se pode estabelecer uma certa continuidade entre seu pensamento e o “racismo científico” de Sílvio Romero e Nina Rodrigues. A diferença de Freyre em relação a esses autores deriva, em grande parte, da substituição que efetua do conceito de raça pelo de cultura. Mesmo assim, utiliza seu novo conceito de forma em muitos pontos similar ao antigo.

⁶³ Por outro lado, como não deixa de notar um resenhador, o próprio aparecimento do livro pode ser tomado como um indício do crescente interesse, que se segue à Revolução de 1930, por livros com temas políticos, principalmente marxistas, e mesmo por aqueles que discutem o Brasil. Ver: Raul Karacik, “Evolução política do Brasil”. In: *Boletim de Ariel*, nº 6, 1934.

e trinta, terem se tornado respeitáveis, terem sido, como diz Antonio Candido⁶⁴ a respeito do modernismo, rotinizadas, não se podia mais fazer tanto como antes. No que diz respeito a Caio Prado Jr., ele teve que se defrontar com toda uma série de pressupostos com os quais muitas vezes se identificava e que criavam uma identidade comum para a idéia gelatinosa, até há pouco usada, de “pensamento nacionalista brasileiro”. O nacionalismo, que, mais do que um pensamento articulado, era quase uma atitude mental, representou, portanto, com todas as suas limitações e possibilidades, parte significativa do horizonte intelectual e político a partir do qual Caio elaborou sua obra.

O populismo foi o principal grupo identificado com as assim chamadas teses nacionalistas na América Latina. Conseqüentemente, nesse seu segundo período de atividade intelectual, Caio Prado Jr. e o pensamento marxista da América Latina têm nele seu principal interlocutor.⁶⁵ Mesmo outros interlocutores importantes de Caio nesse período, como o ISEB e a CEPAL, fazem parte do universo político-cultural do populismo. Todos, de forma geral, identificam o atraso, legado pela antiga dominação oligárquica, como o grande obstáculo a ser transposto, via, sobretudo, uma industrialização a ser promovida pelo Estado, amparado por uma aliança policlassista.

No caso brasileiro, comunistas e populistas se aproximam de tal forma que chegam mesmo a protagonizar uma aliança complicada. Este é mesmo um dos fatores que leva ao isolamento de Caio Prado Jr. e daqueles que pensam como ele no PCB. De qualquer forma, a aliança faz com que haja uma certa coincidência nas doenças diagnosticadas e nos remédios prescritos por popu-

⁶⁴ Candido, *A Educação pela Noite*. São Paulo: Ática, 1989.

⁶⁵ O primeiro período de atividade de Caio Prado coincide com os primórdios do populismo no Brasil. Nesse período, entretanto, os traços característicos dessa tradição política ainda não tinham sido estabelecidos de maneira tão clara.

listas e comunistas para o Brasil. A diferença maior acaba aparecendo na meta final a ser perseguida por uns e outros: enquanto populistas e similares se contentam com a criação de um país que tenha um desenvolvimento voltado “para dentro”, comunistas enxergam nisto, no esquema da Revolução Burguesa, uma etapa necessária, mas que apenas prepara o caminho para o estabelecimento do socialismo.

Dessa forma, mesmo quem é uma voz isolada no PCB, como Caio Prado Jr., é incapaz de fugir inteiramente ao senso comum de seu grupo e época. Como outros que no período eram chamados de nacionalistas, Caio vê o desenvolvimento “para fora”, principalmente através da exportação de matérias primas, como o grande problema do Brasil, naturalmente a ser corrigido através de um desenvolvimento “para dentro”, onde a industrialização tem papel preponderante.

Está mesmo na sua divergência com outros autores nacionalistas de então, como Celso Furtado,⁶⁶ uma significativa falha de Caio Prado Jr.: a incapacidade de entender o “sentido” da industrialização brasileira. Diferentemente do que imagina, ela não prolonga a situação colonial, mas é um processo, em grande parte endógeno, que transforma profundamente o Brasil.

Mas além das diferenças existentes entre os períodos em que Caio Prado Jr. é ativo intelectual e politicamente, há também distinções “internas” nas posturas dos autores e grupos envolvidos com os dois ambientes intelectuais e políticos em que atua. O que é fato bastante natural, que ocorreu igualmente em diversas outras experiências intelectuais. Goldmann, por exemplo, ao falar de situação bastante distinta da nossa, nos dá boas pistas para compreender o fenômeno: “o pertencer à sociedade francesa do século XVII não pode explicar nem fazer compreender a obra de Pascal, Descartes e Gassendi, ou a de Racine, Corneille e Molière,

⁶⁶ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

na medida mesmo que são obras que exprimem visões diferentes e mesmo opostas, apesar de todos os seus autores pertencerem à sociedade francesa do século XVII. Por outro lado, este fazer parte comum pode explicar certos elementos formais comuns aos três pensadores e escritores”.⁶⁷

O mesmo se dá com Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, a *Revista Brasiliense*, a USP e o ISEB. Todos eles fazem parte do contexto intelectual brasileiro entre a terceira e sexta décadas deste século, o que contribui para que tenham preocupações comuns, mesmo que sob perspectivas divergentes, muitas vezes até opostas. Assim, enquanto na “geração de 30”, Gilberto Freyre é saudosista em relação ao passado e Sérgio Buarque nota, aliviado, os sinais que apontam para sua superação, Caio Prado avalia, consternado, que há no Brasil uma imbricação do presente com o passado. Na década de cinquenta, por sua vez, certas instituições, como a CEPAL e o ISEB, respectivamente órgãos da ONU e do governo brasileiro, assumem postura próxima de estatolacracia, acreditando que técnicos trabalhando junto ao aparelho estatal seriam capazes de racionalmente diagnosticar nossos males e apontar para sua solução,⁶⁸ e a USP adota posição mais independente e “acadêmica”, também preocupada com a intervenção política, mas subordinando-a à necessidade de manter o rigor científico, a *Revista Brasiliense* e Caio assumem uma postura intermediária; são militantes, assim como a CEPAL e o ISEB, mas sem estarem ligados ao aparelho estatal e à linha dominante no PCB, o que possibilita que mantenham, tal como a USP, uma linha independente.

⁶⁷ Goldmann, *Pour une Sociologie du Roman*. Paris: Gallimard, 1964, p. 22.

⁶⁸ Talvez até porque acreditassem que se encontravam numa posição privilegiada em relação ao conjunto da sociedade, sendo capazes de ver por cima das divergências de interesses e valores que a dividem.

4.4. CAIO PRADO JR. COMO CONTINUADOR E INOVADOR NO MARXISMO DO BRASIL

Se é verdade que Caio Prado Jr., como solitário que é, inova em relação às formulações do PCB, elaborando uma explicação do Brasil mais de acordo com a nossa experiência histórico-social, não chega, contudo, a romper inteiramente com o grupo intelectual e político do qual faz parte. Ou seja, inova a partir do marxismo da América Latina e do Brasil, mas ainda dentro desses contextos.⁶⁹

Como veremos, talvez seja mesmo quando trata de uma das grandes questões, senão a maior, da sensibilidade de esquerda latino-americana e brasileira, a questão nacional, que Caio Prado vá mais longe na sua originalidade. Nossa esquerda, como nota Fernando Pedreira,⁷⁰ é “nacionalista e pequeno-burguesa”; todavia, seu nacionalismo, mesmo que muitas vezes equivocado, de forma geral não a desmerece. Ocorre justamente o contrário, em razão de haver uma clara identificação, na América Latina, entre os objetivos de independência nacional e de mudança social. O que não se dá por acaso, já que nossos países são fruto de revoluções incom-

⁶⁹ Sinal da vinculação de Caio Prado à tradição de onde deriva a maior parte do marxismo do Brasil e da América Latina, o marxismo soviético, é sua resposta à enquete da *Revista Acadêmica* sobre “quais os livros necessários à formação de uma cultura socialista”. Verdade que esses comentários são de 1935, portanto, de quando a ligação do historiador paulista com o marxismo apenas se iniciava. Mesmo assim, dos seis livros selecionados, cinco eram de autores russos: Nikolai Bukharin, *Teoria do Materialismo Histórico*, trad. Caio Prado Jr.; Lapidus e Ostrovittanov, *Précis d'Économie Politique*; George Plekhanov, *Questions Fondamentales du Marxisme*; Vladimir I. Lênin, *O Imperialismo, Última Etapa do Capitalismo*; *Ibid.*, *O Estado e a Revolução*; Anton Merger, *L'État Socialiste*. Ver: Prado Jr., “Quais os livros necessários à formação de uma cultura socialista”. In: *Revista Acadêmica*, vol. 1, nº 9.

⁷⁰ Fernando Pedreira, *Impávido Colosso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

pletas, as independências do século passado. Dessa forma, nações inconclusas têm como principal problema justamente a incapacidade de integrar a maior parte de suas populações à vida nacional.

Portanto, Caio Prado Jr., ao tratar da questão nacional, é, além de continuador de certa linha intelectual e política, a do marxismo do PCB, também um inovador que aponta para caminhos que só serão explorados posteriormente.

Mas como explicar a independência intelectual de Caio Prado Jr.? Uma possível resposta é a fornecida por Sérgio Miceli. Nota esse autor que Caio e seus companheiros de geração, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, iniciam a atividade intelectual num momento em que a vida universitária ainda não está consolidada no país, o que contribui para que sejam quase uma espécie de grandes senhores intelectuais. Diz Miceli: “os autores de *Evolução Política do Brasil*, *Raízes do Brasil* e *Casa-Grande & Senzala* trabalhavam por conta própria, não tendo então quaisquer laços com a instituição universitária, empresários de suas obras na acepção literal do termo, e ainda bastante marcados pelos procedimentos da fatura ensaística.⁷¹ Os três desenvolveram sua carreira intelectual valendo-se basicamente de seu patrimônio material e social, devendo quase nada a mentores políticos, partidários ou acadêmicos”. Seriam, portanto, “livres-atiradores isolados (...) últimos representantes de uma categoria de grandes intelectuais autodidatas”.⁷²

⁷¹ Bolívar Lamounier, ao falar do pensamento autoritário, resume a estrutura narrativa desse gênero: “invariavelmente se inicia com *amplas reflexões histórico-sociológicas* sobre a formação colonial do país, estende-se no diagnóstico do presente (...) e culmina na proposição de algum *modelo alternativo de organização político-institucional*” (Bolívar Lamounier, “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 345).

⁷² Sérgio Miceli, *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1989, p. 102.

A tese de Miceli pertence a um dos modelos para explicar a história intelectual brasileira, o institucional-cientificista, que Wanderley Guilherme

Por outro lado, como sugere Emir Sader,⁷³ a partir do aparecimento da universidade, passa a ocorrer no Brasil um processo em muitos pontos similar ao discutido por Russel Jacoby⁷⁴ em relação aos EUA, de desaparecimento do intelectual público. Isto apesar do processo não se dar da mesma forma em nosso país. Ao contrário, a atual visibilidade de intelectuais no Brasil parece mesmo exagerada: eles estão em todos os lugares, infestam os jornais e seus suplementos culturais.⁷⁵ Mas, se diferentemente dos EUA, muitos de nossos intelectuais de variadas faixas etárias escrevem para públicos mais amplos, de maneira similar ao “gigante do norte”, o tipo de preocupação que orienta boa parte de nossa intelectualidade já não é o mesmo da geração de Edmund Wilson

dos Santos discute. De acordo com esse modelo, a criação das universidades no Brasil, a partir da década de trinta, seria quase que um momento mágico na transformação do pensamento brasileiro. Portanto, mesmo sendo correta a premissa de que o aparecimento de uma vida universitária é um divisor de águas na produção intelectual brasileira, as implicações que se tiram de tal constatação são exageradas. Há uma quase representação no modelo: antes da universidade o que existia eram certos diletantes, na maior parte dos casos literatos com pretensões políticas; com a universidade passa a haver “ciência”. Ver: Wanderley Guilherme do Santos, *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

⁷³ Emir Sader, “Nós que amávamos tanto *O Capital*”. In: *Praga*, vol. 1, n° 1, 1996.

⁷⁴ Russel Jacoby, *Os Últimos Intelectuais*, trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural e Edusp, 1990.

⁷⁵ Até em razão de nossa alta taxa de analfabetismo, pode-se, entretanto, desconfiar da expressão numérica dos públicos que atingem. Assim, se imaginarmos, com muita boa vontade, que quem tem acesso aos artigos dos intelectuais são todos os leitores de jornais, constataremos que essa produção se dá num quase “círculo fechado”, devido à estreiteza do meio, que faz praticamente dos leitores de jornal intelectuais, ou, ao menos, o equivalente a isso no Brasil. Portanto, a publicação de artigos de intelectuais talvez tenha como motivação principal mais o prestígio dela resultante do que uma real preocupação com a análise de problemas candentes. O que se explica, em grande parte, pelo passado escravista e tradição bacharelesca do país.

e Caio Prado Jr. Dessa forma, contrastando com os antigos, os modernos não tratam mais de grandes temas numa linguagem acessível; preferem discutir problemas que só podem interessar a um grupo restrito numa linguagem cifrada. Pior, a preocupação ética parece estar quase ausente de seus trabalhos.

Se há diferenças nos EUA e Brasil em relação à repercussão de escritos de intelectuais, os motivos que levam, num país como no outro, à irrelevância da maior parte dos trabalhos publicados são basicamente os mesmos. Jacoby aponta para a deterioração das cidades, o crescimento dos subúrbios, a expansão das universidades e o declínio da boemia como os principais motivos que levaram nos EUA ao desaparecimento dos intelectuais públicos. No Brasil, por nosso turno, pode-se imaginar que o aparecimento das universidades, a deterioração das zonas centrais das grandes cidades e o declínio da boemia tiveram efeito similar. De qualquer forma, o cômputo geral em relação à produção intelectual, num país como noutro, talvez seja similar: ganhou-se em rigor, mas perdeu-se muito em amplitude e comprometimento das obras.

Além do mais, se o que Miceli diz a respeito de Freyre e Buarque de Holanda já não é inteiramente verdadeiro, este é ainda menos o caso em relação ao que afirma sobre Caio Prado Jr. É indiscutível que Caio Prado passou a vida alheio às instituições acadêmicas,⁷⁶ inclusive mais do que Freyre e Sérgio Buarque. Não se pode esquecer, entretanto, que durante quase todo seu período de atividade intelectual, Caio pertenceu a uma outra instituição que exigia, em relação às suas diretrizes, fidelidade incomparavelmente maior do que qualquer universidade: o Partido Comunista.

Assim, mesmo que a origem social de Caio Prado seja um fator favorável à sua independência — pois, diferentemente de boa parte dos intelectuais marxistas, não dependia de partidos para

⁷⁶ Mesmo que isto tenha sido contra sua vontade, já que por duas vezes tentou tornar-se professor universitário: em 1954, quando se candidatou à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP, e em 1968, quando se candidatou à cátedra de História do Brasil da mesma universidade.

sua sobrevivência — ela não explica suficientemente essa independência. Para constatar isso, basta pensar em outro grande intelectual burguês militante do partido comunista no período stalinista: o filho de banqueiro Georg Lukács, que acabou se submetendo aos ditames de Moscou.⁷⁷

Jacob Gorender resume bem o problema da relação de Caio Prado com o PCB: “o fato de nunca ter sido punido por uma direção stalinista não deixa de ser singular. Por muito menos, outros militantes foram postos à margem ou mesmo expulsos do partido e estigmatizados como renegados. Acredito que Caio ganhou respeito como historiador e por seu currículo de militante. Era um dos poucos intelectuais marxistas pertencentes ao alto escalão da cultura brasileira e passara pelas prisões com um comportamento dignificante. Ademais disso, Caio jamais tentou aliciar alguém para suas idéias e organizar uma fração — pecado mortal para o stalinista. Penso que tudo isso o protegeu contra punições e excomunhões em que foram pródigos dirigentes intolerantes”.⁷⁸

Portanto, a independência de Caio Prado Jr. se explica melhor, mesmo que não inteiramente, por uma solução de acomodação à qual ele e seu partido acabaram por chegar. Caio Prado, com exceção dos períodos mais abertos da frentista ANL e de legalidade, não foi aproveitado em cargos de direção, em compensação, ficou no PCB, mesmo defendendo teses contrárias à orientação do partido, como quando questionou o passado feudal do Brasil. Apesar de Caio provavelmente não se sentir inteiramente à vontade com tal fórmula,⁷⁹ renunciou à possibilidade de influen-

⁷⁷ As alternativas para os comunistas originais na época do stalinismo parecem ter se reduzido a três: 1) submeter-se ao partido, como fez Lukács; 2) sair dele e passar a militar em “seitas” ultra-esquerdistas, como ocorreu com Korsch; 3) ou ter a “sorte” de ser preso e esquecido, caso de Gramsci.

⁷⁸ Jacob Gorender, “Do pecado original ao desastre de 1964”. In: D’Incao, *op. cit.*, p. 208.

⁷⁹ Além de sua participação em iniciativas tais como os “Comitês de

ciar na luta interna do partido, através da criação, por exemplo, de uma fração. Nessa solução, interessava ao PCB o prestígio que podia trazer a presença nas fileiras do partido de um dos maiores intelectuais brasileiros.⁸⁰ Caio Prado, por sua vez, talvez não acreditasse que a salvação viesse de Roma, mas, como disciplinado comunista da época do stalinismo que era, certamente pensava que ela estava em Moscou.⁸¹

Ação” (1943-1945) e a *Revista Brasiliense* (1955-1964), prova disso é o que ele afirma em 1981: “nunca pertenci à direção do partido, nem tive nele grande prestígio ou influência. Sempre fui um elemento secundário, e mal considerado, não em termos pessoais, mas por causa de minha maneira de interpretar o Brasil.” (Prado Jr. “É preciso deixar o povo falar”, *op. cit.*, p. 310).

⁸⁰ Em certas ocasiões, o historiador paulista chegou também a colaborar financeiramente com o PCB ou organizações próximas a ele, como ocorreu em 1935, com o jornal *A Platéia* e depois da redemocratização de 1945, quando foi fiador da sede regional do partido (*Prontuário de Caio Prado Jr. no DEOPS*, 30-K-33).

⁸¹ Com um certo desânimo, depois de seu grupo perder em 1945 a batalha pelo controle do PCB, Caio anotava em seus *Diários Políticos*: “por enquanto, a única força renovadora que vejo no Brasil, ainda é o Partido Comunista. E com todos seus defeitos, e erros, tem uma parte sã que espero vencerá e o dominará um dia. E numa posição de destaque dentro do partido, poderei lutar por isto mais eficientemente do que à margem” (Prado Jr., *apud* Iumatti, *op. cit.*, p. 82).

III

O TEXTO

“Ninguém pode se enganar quanto ao tom destes livros voluntariamente sem paixão exterior, poesia e o pitoresco fácil. Eles escondem mal, eles traem uma paixão violenta por (este) país imenso (...), um senso agudo de verdade, inteligência, honestidade — o que é ainda a melhor maneira de amar os homens, em qualquer lugar que estejam.”

(Fernand Braudel sobre Caio Prado Jr.)

O grande tema da obra de Caio Prado Jr. é, como vimos, a relação entre Colônia e Nação. É mesmo a constante atenção a essa questão o que fornece aos seus diversos escritos uma indiscutível unidade.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a Colônia representa para nosso autor “o passado que nos fez”,¹ enquanto a Nação é o futuro a ser construído. Pode-se identificar, portanto, em seu pensamento tanto um elemento analítico, que aparece no estudo da Colônia, como um elemento normativo, fruto da defesa que faz de que se constitua no Brasil o que entende por ser uma verdadeira Nação.

Não é fácil, porém, delimitar precisamente quando, para Caio Prado, uma situação finda e a outra se inicia. Isto porque define Colônia e Nação não tanto a partir de uma delimitação temporal, mas principalmente com base em algumas características estruturais.

Além do mais, numa perspectiva dialética, não vê a relação entre Colônia e Nação como simplesmente de oposição. Ao contrário, apesar de fazer uma avaliação francamente negativa do passado colonial brasileiro, reconhece que foi nele que “se constituíram os fundamentos da nacionalidade”.² Ou seja, mesmo que não goste da Colônia, Caio não é ingênuo ou desonesto a ponto

¹ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 9.

² *Ibid.*, p. 10.

de imaginar que a Nação a se constituir possa ignorar a obra realizada anteriormente. Sabe mesmo que, quer queiramos ou não, a Colônia é de onde partimos, não se podendo “propor a revogação por decreto do sistema colonial”, já que “é com ele que o Brasil conta e tem de contar para se dirigir em sentido contrário a ele”.³

Mas o pensamento de Caio Prado Jr., tanto no que tem de analítico como no que tem de normativo, está fortemente marcado pela influência marxista. Na análise, Caio Prado utiliza-se do marxismo para explicar a Colônia e a grande exploração, elemento mais característico dela, como totalidades⁴ e interpreta a transição entre a situação colonial e a situação nacional brasileiras, de forma similar a Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, como um caso em que as formas características de diferentes tempos históricos, presentes em qualquer formação econômico-social, encontram-se em estado particularmente contrastante. Por sua vez, a prescrição que faz, favorável ao estabelecimento do que entende por ser uma verdadeira Nação brasileira, está diretamente inspirada na identificação, por parte da III Internacional, da luta nacional antiimperialista como base em torno da qual tratar a questão nacional.⁵

³ *Ibid.*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 224.

⁴ Como aponta Lukács, “a categoria da totalidade, a supremacia do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx herdou de Hegel e brilhantemente transformou na fundação de uma ciência completamente nova” (Georg Lukács, *History and Class Consciousness*, trad. Rodney Livingstone. Cambridge: The MIT Press, 1990, p. 27).

⁵ Como nota Leopoldo Mármora: “a práxis dos marxistas em relação à questão nacional esteve orientada sucessivamente por dois paradigmas principais: o internacionalismo proletário e o nacionalismo antiimperialista”. (Leopoldo Mármora, *op. cit.*, p. 12). Ambos correspondem a duas fases históricas bem precisas: a constituição do proletariado na Europa do século XIX e a descolônização do século XX. Pode-se mesmo considerar que no primei-

A partir desses parâmetros marxistas, porém, Caio Prado Jr. estabelece, ao estudar a sociedade brasileira, um caminho próprio para o materialismo histórico, efetivamente nacionalizando essa teoria. Mostra, em particular, que diferentemente do que se poderia supor pelo exemplo europeu, não se vive no Brasil a transição entre o feudalismo e o capitalismo, mas entre uma situação colonial (ligada ao capitalismo então em formação) e uma situação nacional (ainda capitalista).

Caio indica, portanto, que a história brasileira está relacionada desde seu início e continuará a ter de estar vinculada por algum tempo, ao capitalismo, mesmo que o capitalismo aqui criado não seja qualquer capitalismo, mas um certo capitalismo. Assim, as condições que existem no Brasil são diferentes, tanto das existentes nos países de capitalismo avançado da Europa e da América do Norte, como nos países coloniais e semi-coloniais da África e da Ásia.

Estas conclusões de Caio Prado Jr. parecem, entretanto, ser mais o fruto de seu próprio esforço intelectual do que da leitura de textos influentes. Nesse sentido, Caio Prado é realmente um

ro momento os diferentes movimentos operários europeus eram muito fracos nacionalmente e ainda se comportavam de uma forma econômico-corporativa. Assim, incapazes que eram de formar com outros setores sociais blocos históricos nas suas respectivas sociedades, quase que se viam obrigados a procurar apoio em movimentos operários de outros países, favorecendo uma ação internacionalista. Progressivamente, porém, o movimento operário foi sendo integrado nas sociedades da Europa ocidental, com a reação, quase unânime, de apoio dos partidos social-democratas à Primeira Guerra Mundial servindo como marco desse processo. Esse novo ambiente favoreceu, portanto, que enquanto a Oeste se disputasse, através de práticas cada vez mais reformistas, a hegemonia nas diferentes sociedades nacionais, a Leste, se procurasse a ruptura revolucionária, tendo o imperialismo como um dos principais adversários. Ver: Aricó, "Gramsci y la teoria politica". In: *Reporte de Investigación*. Mexico D.F.: Universidad Autonoma Metropolitana, 1979; Herbert Marcuse, *Marxismo Soviético*, trad. Carlos Weber. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

autor original. Originalidade que deriva de uma de suas características principais ser, como nota Antonio Candido,⁶ sua insistência em se ater ao concreto. Recusa, portanto, o fácil procedimento de aplicar modelos prontos, seja na análise histórica, na teoria econômica ou na prática política. O que faz com que o que retinha do marxismo seja a abordagem e não fórmulas etéreas.

⁶ Candido. In: D’Incao, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.*, *op. cit.*

5.1. O SENTIDO DA COLÔNIA

A colonização do Brasil é produto direto da expansão ultramarina européia. Como diz Caio Prado Jr., ela é apenas “um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”.¹ É, portanto, só a partir da compreensão desse fenômeno maior que se pode realmente entender a experiência particular da Colônia brasileira.

Mas a colonização não assumiu as mesmas características por toda a parte. Criaram-se principalmente dois tipos de Colônia: as de povoamento e as de exploração. Na América a colonização de povoamento prevaleceu na zona temperada, enquanto a de exploração foi dominante na região tropical e semitropical do continente.

A colonização de povoamento é um novo tipo de colonização, que, diferentemente da maior parte dos empreendimentos do gênero, não tem apenas objetivos comerciais. Ocorre numa região afastada, ao norte da Baía de Delaware, ocupada devido a problemas internos da Europa. Esses problemas são sobretudo de duas ordens: político-religiosos e econômicos. Entre eles, os mais significativos são a perseguição aos puritanos e o cercamento de terras na Inglaterra, acontecimentos que, na verdade, desde sua origem se confundem, vindo a estimular numerosos grupos de homens e mulheres a cruzarem o oceano e buscar criar uma sociedade nova

¹ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 20.

na zona temperada de nosso continente. Essa nova sociedade, entretanto, será “pouco mais que um simples prolongamento”² do velho continente.

Por outro lado, nos trópicos forma-se “um tipo de sociedade inteiramente original”.³ O surgimento dessa sociedade original não deixa de ser um desenvolvimento imprevisto e mesmo dotado de certa ironia. Até porque, contrastando com o objetivo que anima os colonos puritanos, de efetivamente criar uma sociedade nova na Nova Inglaterra, homens e mulheres que vêm para os trópicos, e em grau ainda mais acentuado para o Brasil, são movidos quase apenas por considerações comerciais. De início não pensam em criar na América uma sociedade nova; na verdade, não pensam em criar praticamente nada aqui. A estes colonos interessa apenas o que pode vir a favorecer seus lucros. Assim, pretendem somente se dedicar a atividades em que possam ser dirigentes da produção de gêneros de grande valor comercial e não trabalhadores.⁴ Conseqüentemente, a ética do trabalho está praticamente ausente de nossa colonização.

No limite, portanto, nem mesmo sociedade existe nos tempos do Brasil Colônia. O que prevalece então é a desorganização: “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.⁵

² *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 19.

³ *Ibid.*, p. 22.

⁴ A partir dessas considerações, Caio Prado sugere até que há uma espécie de “seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo” (Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 20). Sugestão esta que lembra mesmo o tema, analisado por Sérgio Buarque de Holanda (*op. cit.*), dos tipos humanos do trabalhador e do aventureiro, predominantes em cada uma das regiões da América.

⁵ Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 356.

A colonização nos trópicos reduz-se quase que a “uma vasta empresa comercial”.⁶ É mesmo esse sentido, de empreendimento voltado para a produção de bens primários para o mercado externo, o que fornece inteligibilidade à obra realizada por portugueses no Brasil. Na verdade, “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país”.⁷

A partir do objetivo mercantil, ou melhor, em função dele, organiza-se o que virá a ser a Colônia brasileira. Diferentes elementos se combinarão numa organização social original, bastante distinta da européia, que obedecerá praticamente a um único objetivo: fornecer produtos primários para a metrópole. Cria-se, a partir daí, uma totalidade, a Colônia, espécie de corpo social subordinado a outro corpo social, a Metrópole.

No todo que é o sistema colonial brasileiro,⁸ o seu elemento mais importante é a grande unidade produtora. A grande exploração, agrícola e mineradora, caracteriza-se pela “reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos”.⁹ A grande exploração é, portanto, a exemplo do sistema colonial,

⁶ *Ibid.*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 31.

⁷ *Ibid.*, pp. 31 e 32.

⁸ Assinala Caio: “nota-se que emprego esta expressão ‘sistema colonial’, não no sentido restrito de regime de colônia, de subordinação política e administrativa à metrópole; mas no conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização, e que deram no Brasil” (Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 358).

⁹ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, pp. 122 e 123.

uma totalidade.¹⁰ Três são as partes constitutivas deste todo que é a grande exploração: 1) a produção de bens de alto valor no mercado externo; 2) em grandes unidades produtivas; 3) trabalhadas pelo braço escravo.

A importância da grande exploração no quadro da Colônia é bastante natural, já que esse empreendimento mercantil se organiza para fornecer produtos primários para o mercado externo, o que, como vimos, é precisamente o sentido da obra de colonização do Brasil. Assim, apenas o que está ligado à grande exploração tem vida orgânica na Colônia.

Se há no sistema colonial brasileiro uma articulação entre seus elementos constitutivos, que cria um todo social orgânico, existe também uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema. Na Colônia o inorgânico é, portanto, principalmente aquilo que não pertence à grande exploração. Ou melhor, já que a grande exploração é, na situação colonial, uma realidade impossível de ser ignorada, os elementos que nela têm um papel subalterno.

Esse setor inorgânico vive, porém, situação caótica. Encontram-se nessa condição tanto atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a pecuária e a produção de determinados gêneros agrícolas, caso, por exemplo, da mandioca, como a multidão de atividades de difícil classificação ou inclassificáveis. Os dois tipos de atividade têm, porém, basicamente um mesmo papel: são mero apêndice da grande exploração.

A força da grande exploração é, em compensação, tal que tem reflexos sobre praticamente tudo que existe na Colônia. A estrutura social, a organização política e as formas culturais, todas elas se subordinam à grande exploração.

¹⁰ O engenho de açúcar, em particular, “é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade” (Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 147).

Refletindo a organização da grande exploração, a estrutura social, principalmente nos primeiros tempos, é extremamente simples: “reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e de fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semi-livres”.¹¹

É verdade, porém, que essa avaliação de Caio Prado Jr. sobre a estrutura social da Colônia, presente em *Evolução Política do Brasil*, é, em parte, modificada menos de dez anos depois da publicação desse livro, em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Mesmo que mantenha a visão geral sobre a simplicidade da estrutura social da Colônia, passa a notar que entre “a pequena minoria (de senhores) e a multidão (de escravos)”, grupos que não oferecem maiores dificuldades para a análise, “comprime-se o número que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”.¹²

O que é mais complicado é que é justamente nesse grupo, menos afetado pela grande exploração, que se encontram os fundamentos para a constituição de uma futura nacionalidade brasileira. Mas como fazer isso, se em relação ao setor inorgânico, a rigor “não se pode nem ao menos falar em ‘estrutura social’, porque é a instabilidade e incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira (...): a vadiagem e a caboclicização”?¹³

¹¹ Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 29.

¹² Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 281.

O que mostra que também o setor inorgânico tem reflexos sociais. No plano social, o inorgânico é representado, sobretudo, pelos homens livres, nem senhores nem escravos. Encontram-se numa situação pantanosa; não têm o prestígio dos senhores, mas também não sofrem a depreciação dos escravos.

¹³ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 344.

Pode-se considerar o problema por um ângulo simplista e concluir que, diferentemente do que imaginava Caio Prado, do setor inorgânico nada ou pouco se pode esperar. Mas se o procedimento for este, se ficará na superfície da questão, não se entendendo a profundidade e riqueza do pensamento de nosso autor. Ainda mais grave, tal tratamento do problema impedirá que se encontre uma verdadeira solução para ele.

Em linhas gerais, Caio sugere que o que é defeito na Colônia pode converter-se em qualidade na Nação. Até porque a segunda situação deve ser a negação da primeira. Portanto, é naquilo que não pertence inteiramente ao corpo da Colônia, seu setor inorgânico, que deve-se procurar as bases para a futura nacionalidade brasileira. Se o que caracterizou a vida da Colônia foi estar toda ela voltada para fora, para o mercado externo, a Nação deve justamente ter como fundamento produzir para dentro, para o mercado interno. Ora, os grupos ativos no setor inorgânico, por escolha ou falta dela, agem direcionados para o mercado interno.

Além do mais, a Nação brasileira não pode constituir-se a partir do outro elemento presente na vida da Colônia, o setor orgânico. Isto porque ela deve ser um todo no qual as massas nativas estejam integradas, hipótese que, devido à escravidão, não é nem mesmo uma possibilidade remota, se se partir do setor orgânico.

Assim, não é surpreendente que numa sociedade tal como a colonial, organizada em função de seu setor orgânico, a escravidão seja precisamente seu traço mais marcante: “no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente”.¹⁴ Influencia “todos os setores da vida social, organização econômica, padrões materiais e morais”. Tem-se mesmo a impressão de que “nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir”.¹⁵

A adoção dessa forma de trabalho, que na Colônia tudo

¹⁴ *Ibid.*, p. 278.

¹⁵ *Ibid.*, p. 269.

absorve, não era, porém, óbvia. Ressurge na América quase mil anos depois de ter praticamente desaparecido na civilização ocidental. Está, portanto, diretamente ligada às exigências que a expansão ultramarina européia cria.

Caio Prado Jr. justifica a adoção do trabalho servil, em face do imenso desafio que representava a colonização de um território das dimensões do Brasil por um país com poucos recursos e população reduzida como Portugal.¹⁶ Mesmo assim, não deixa de aludir à influência nefasta da escravidão. Nota o seu papel na decadência dos países ibéricos, mas, sobretudo, assinala que as “nascentes colônias americanas (...) se formam neste ambiente deletério; (onde) o trabalho servil será mesmo a trave mestra de sua estrutura, o cimento com que se juntarão as peças que as constituem. Oferecerão por isso um triste espetáculo humano”.¹⁷

O principal, e pior, impacto da escravidão é negar ao trabalhador sua humanidade. Reduz o homem à sua “mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional”, já que para o empreendimento colonial interessa dele “o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A ‘animalidade do Homem, não a sua ‘humanidade’”.¹⁸ É difícil ima-

¹⁶ O principal motivo para a adoção do trabalho escravo não foi, entretanto, a falta de braço nas diferentes metrópoles, mas a abundância de terras nas colônias. Essa abundância fazia com que dificilmente qualquer trabalhador que se dirigisse para a América não fosse sentir-se tentado a tornar-se proprietário de seu pedaço de terra. Portanto, para disciplinar a força de trabalho decidiu-se adotar a solução do trabalho escravo. Ao citar um cronista da época, Frei Gaspar de Madre de Deus, Caio mostra não desconhecer inteiramente essa situação: “no Brasil, onde a todos se dava de graça mais terra do que lhe era necessária, e quanta os moradores pediam, ninguém teria necessidade de lavar prédios alheios. (...) Neste Estado, (...) vive com suma indigência quem não negocia ou carece de escravos” (Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 16). No entanto, mesmo assim, atribui maior importância, no estabelecimento da escravidão, aos fatores aludidos anteriormente.

¹⁷ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 271.

¹⁸ *Ibid.*, p. 272.

ginar algo mais brutal. Considerações mercantis fazem com que a reificação da qual é vítima o escravo seja quase completa; o escravo sendo encarado como o equivalente a um simples instrumento de trabalho. Como consequência dessa situação, o próprio trabalho passa a ser considerado como uma “ocupação pejorativa e desabonadora”.¹⁹

Caio Prado nota também que, em razão da escravidão, “existiu sempre um forte preconceito discriminador de raças” no Brasil. Considera, portanto, que esse preconceito não tem motivos biológicos, mas sim histórico e sociais. Ou seja, ele não é, para o historiador paulista, o produto da pretensa animosidade que sempre teria existido entre os grupos étnicos, mas de certas condições históricas e sociais, portanto, modificáveis. Reconhece, porém, que a raça pode “agravar uma discriminação já realizada no terreno social. E isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo, e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separavam as classes”.²⁰

Mas mesmo alguém tão perceptivo como Caio Prado Jr. é incapaz de fugir inteiramente ao racismo predominante na época em que escreve.²¹ Fala em diversos momentos nos problemas resultantes da força de trabalho do período colonial ser constituída sobretudo por índios e negros. Chama-os de povos de “nível cultural ínfimo”, “contingente estranho e heterogêneo de raças que

¹⁹ *Ibid.*, p. 278.

²⁰ *Ibid.*, p. 274.

²¹ A avaliação sobre o tratamento da questão racial em Caio Prado varia bastante. Há tanto autores que consideram que há aí um certo descuido de nosso autor, como Francisco Iglésias e Mota, como outros que atribuem maior peso ao “racismo” de Caio, caso de Jayro G. Melo, que acredita que o historiador paulista vê como inferiores as culturas dominadas, associadas a raças distintas da branca. Ver: Francisco Iglésias, *op. cit.*; Mota, *op. cit.*; Jayro G. Melo, *O Nacionalismo em Caio Prado Júnior*, tese de Doutorado apresentada no Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1987.

beiravam ainda o estado de barbárie”, “pretos boçais²² e índios apáticos”, “raças semi-bárbaras”,²³ etc.

Em outros trechos, não menos significativos, Caio sugere, contudo, que muitas das características negativas que se atribuem aos escravos, e às quais nem ele mesmo consegue escapar inteiramente, são, em grande parte, resultado de terem eles sido obrigados a viver em ambiente completamente distinto daquele em que se encontravam originalmente. Nesse ambiente, os valores que orientam a conduta humana chegavam a chocar-se entre si. Assim, afirma sobre o índio: “a indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata. Onde se erra é atribuindo-a a não se sabe que ‘caracteres inatos’ do selvagem. Na sua vida nativa (...) o selvagem brasileiro é tão ativo como os indivíduos de qualquer outra raça. Será indolente, e só aí o colono interessado o enxergava e julgava, quando metido num meio estranho, fundamentalmente diverso do seu, onde é forçado a uma atividade metódica, sedentária e organizada segundo padrões que não compreende. Em que até os estímulos nada dizem a seus instintos: a ganância, a participação em bens, os prazeres que para ele não são nem bens nem prazeres”.²⁴

Em quadro tão acanhado como o do sistema colonial brasileiro, não é difícil imaginar que não houvesse grande espaço para a política e a cultura, até porque havia no Brasil de então uma “ausência quase completa de super-estrutura”.²⁵

Na política, prevalece durante os primeiros anos da Colônia o poder de fato de senhores locais, até porque os interesses

²² A palavra boçal, entretanto, tinha no passado colonial e no século XIX sentido específico e diferente do atual, referindo-se ao africano que ainda não falava português.

²³ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, pp. 271 e 272; *Ibid.*, p. 275.; *Ibid.*, p. 277; *Ibid.*, p. 341.

²⁴ *Ibid.*, p. 348.

²⁵ *Ibid.*, p. 342.

desse grupo não se chocam com os da coroa portuguesa. Na verdade, para poder se fazer presente na maior parte do território brasileiro, Portugal não tem outra alternativa do que se servir dos préstimos dos senhores locais. Assumem, assim, grande importância no período as Câmaras Municipais, para as quais só “homens bons”, proprietários, podem votar e ser votados. O reflexo final dessa situação é que o poder se torna disperso, com “o Brasil colonial forma(ndo) uma unidade somente no nome. Na realidade é um aglomerado de órgãos independentes ligados entre si apenas pelo domínio comum, muito mais teórico que real, da mesma metrópole”.²⁶

Já a situação da cultura parece ser ainda mais desalentadora, uma vez que as “relações servis (que, como vimos, dominam então a vida brasileira,) são e permanecerão (sendo) relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada mais acrescentarão ao complexo cultural da Colônia”.²⁷ Mesmo assim, nota Caio Prado, provavelmente influenciado por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, que, com o tempo, o grande domínio “de simples unidade produtora, torna-se (...) célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira”.²⁸

Os senhores brasileiros assumirão uma atitude paternalista em relação a seus escravos e dependentes, apesar de “não encontra(r)mos neles nada que nos autorize a (...) (considerá-los como) humanos e complacentes; (...) pelo contrário, o que sabemos deles nos leva a conclusões bem diversa”.²⁹ De qualquer forma, as relações que se formam ao redor da grande família patriarcal servirão para reforçar a dominação do senhor ao dotá-la de maior legitimidade.

²⁶ *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 32.

²⁷ *Ibid.*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, 343.

²⁸ *Ibid.*, p. 288.

²⁹ *Ibid.*, p. 277.

Mas fora da “Casa-Grande”, falta à vida colonial o que Caio Prado Jr. chama de nexo moral. A família é inexistente e a religião, mesmo entre os grandes proprietários, se reduz “a um esqueleto de práticas exteriores e maquinais vazio de qualquer sentimento elevado”.³⁰ Esta ausência de nexo moral faz mesmo com que “a sociedade colonial se defina antes pela desagregação, pelas forças dispersas”³¹ do que por algo positivo.

Mesmo assim, há durante a Colônia uma certa hegemonia dos grandes proprietários rurais na vida brasileira, apesar dessa hegemonia se assentar em última instância na escravidão e na violência.³² São a classe mais rica da Colônia e dirigem a política e a cultura do período. Souberam, portanto, fazer com que seu poder econômico se refletisse sobre outras esferas da existência colonial. Na política, através das câmaras municipais, são senhores absolutos. E ainda mais importante, ao criarem a grande família patriarcal, conformam toda a sociedade colonial de acordo com seus interesses e valores.

5.2. MOMENTOS DA HISTÓRIA COLONIAL

Caio Prado Jr. não analisa, contudo, a Colônia como uma massa estanque, como um período indiferenciado. Ao contrário, mostra que ao longo desses mais de trezentos anos de domínio luso, houve diferenças na maneira como Portugal tratou o Brasil e como os brasileiros reagiram a esse tratamento. Caio Prado divide a história colonial em dois períodos principais: 1) da desco-

³⁰ *Ibid.*, p. 355.

³¹ *Ibid.*, p. 345.

³² É evidente que Caio Prado Jr. ao falar da influência dos grandes proprietários na vida colonial não utiliza o termo hegemonia, que provavelmente nem ao menos entendia no sentido gramsciano. No entanto, sua descrição do período mostra que era isto que de fato existia então.

berta, em 1500, às guerras holandesas, terminadas em 1654; 2) da expulsão dos holandeses à vinda da família real portuguesa, em 1808, marco de fato de nossa emancipação.

No primeiro período, o Brasil é uma parte afastada do império português, preocupado sobretudo com as riquezas que suas possessões nas Índias oferecem. Na verdade, só se começa a colonizar o Brasil trinta anos depois de sua descoberta, por medo das incursões ao litoral de aventureiros estrangeiros, principalmente franceses. Para tanto, utiliza-se um método já testado nas ilhas dos Açores e da Madeira: a concessão de capitânias hereditárias a donatários.

No segundo período da história colonial, iniciado a partir das guerras holandesas, boa parte das características das relações entre Portugal e Brasil se modificam. As guerras holandesas têm como motivo principal a União Ibérica, pela qual, em 1580, o rei da Espanha, Felipe II, inimigo da Holanda, se torna soberano de Portugal. Dessa forma, a Holanda, até então principal parceira de Portugal na comercialização do açúcar, passa a não mais contar com fornecedor para o produto, levando à ocupação pela Companhia das Índias Ocidentais de boa parte do Nordeste brasileiro, região onde se concentravam as plantações de cana de açúcar.

A partir da segunda metade do século XVII, terminada a União Ibérica e expulsos os holandeses do Nordeste, a situação do Brasil no império português se modifica. O que era antes uma colônia sem maior interesse, passa a ser o centro do império, em consequência principalmente de Portugal ter perdido, durante o período de associação com a Espanha, quase todas as suas possessões no Oriente.

Com a atenção da metrópole decadente passando a se voltar para a colônia sul-americana, crescem as restrições comerciais ao nosso desenvolvimento. Assim, os interesses portugueses e das elites brasileiras, que antes, de maneira geral coincidiam, passam a se chocar, revelando-se finalmente “a estreiteza do regime de Colônia em que vivíamos”.³³

³³ Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, op. cit., p. 33.

A mineração, que ganha impulso no século XVIII, acentua a contradição. Depois da descoberta de ouro e diamantes, chega-se mesmo a impedir que se realize na Colônia qualquer atividade econômica que possa fazer concorrência com mercadorias produzidas na metrópole.

Mas paralelamente, em decorrência do desenvolvimento da Colônia, “a relativa simplicidade da estrutura social brasileira (...) se complica”.³⁴ Ao lado da agricultura, ainda a principal atividade econômica, desenvolve-se um comércio de certo vulto. O que também contribui para acentuar a hostilidade entre portugueses e brasileiros, já que quase todos os comerciantes são nativos do reino, enquanto os grandes proprietários rurais, na maior parte dos casos, nasceram na Colônia. Caio Prado faz referência, assim, à existência mesmo de uma oposição entre uma “aristocracia fundiária nacional (...) (e os) mercadores portugueses, a burguesia comercial”.³⁵

Apesar do “choque destas forças, interesses nacionais e lusitanos, no terreno econômico; autonomia local, representada pela auto-administração dos colonos, e sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da coroa portuguesa, no terreno político”,³⁶ preparar o caminho para a emancipação do Brasil, não se caminha para modificar o sentido básico que tem tido a vida do país desde o início da colonização. Prova disso é que “não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação”³⁷ do Brasil, “que abolido ele com a Independência, vêmo-la perpetuar-se”.³⁸

³⁴ *Ibid.*, p. 38.

³⁵ *Ibid.*, p. 41.

³⁶ *Ibid.*, p. 44.

³⁷ De simples “produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional” (Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 127).

³⁸ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.* p. 127.

5.3. O CARÁTER DA COLONIZAÇÃO DE ACORDO COM CAIO PRADO JR.

Apesar de reconhecer que “o regime de capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal”, Caio Prado Jr. nota que “este ensaio de feudalismo não vingou”, não deixando “traço algum de relevo na formação histórica do Brasil”.³⁹

É inclusive esse questionamento do pretense passado feudal do Brasil um dos fatores que mais contribuiu para o isolamento de Caio Prado no partido ao qual dedicou os melhores anos de sua vida: o PCB. Caio, em compensação, deu provas, assim, de independência intelectual, além de mostrar que, diferentemente da maior parte de nossos comunistas, possuía a rara capacidade de saber ir além das aparências, captando realmente o que foi a essência da Colônia brasileira.

Mostra, assim, que, ao contrário do postulado pela popular tese comunista, “a organização político econômica brasileira diferentemente do feudalismo não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo”,⁴⁰ mas foi algo novo, baseado sobretudo no empreendimento mercantil que era a grande exploração.

Mais importante ainda, o questionamento por parte de Caio Prado Jr. do pretense feudalismo do período colonial tem caráter pioneiro no Brasil e na América Latina, onde a caracterização do passado colonial foi dos pontos mais importantes do debate político-cultural desse século. No Brasil, em particular, duas têm sido as linhas dominantes na caracterização da colonização. A primeira considera a formação econômico-social da época da colônia como feudal, enquanto a segunda enfatiza sua ligação com

³⁹ *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁰ *Ibid.*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 17.

o mercado externo. Ambas as interpretações, entretanto, se subdividem em diversas outras.⁴¹

Assim, na tese feudal aparece tanto uma explicação tradicional, que acentua os aspectos jurídico-formais similares entre a Europa medieval e a América portuguesa — tais como as cartas de doação e os forais — uma interpretação que vê a sociedade colonial como patriarcal⁴² e assemelhada, de alguma forma, ao feudalismo, e finalmente, a visão do PCB e de intelectuais ligados a ele, que presta especial atenção ao papel do latifúndio na Colômbia. A interpretação tradicional aparece, por exemplo, em Francisco Varnhagen, Capistrano de Abreu e Nestor Duarte. Já a explicação da sociedade colonial como sociedade patriarcal está presente em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Por sua vez, a tese comunista, já discutida anteriormente, encontra-se nos documentos do partido e nas obras de autores como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

Em contraposição à tese feudal, a abordagem que acentua a ligação do Brasil Colônia com o mercado externo, é inaugurada por Caio Prado Jr., que também estabelece seus lineamentos básicos. Além de Caio Prado, seus principais nomes são Roberto Simonsen, Celso Furtado, Raymundo Faoro, os dependentistas e marxistas uspianos. Mas a exemplo da tese feudal, há também divergências no interior dessa corrente. Dessa forma, enquanto Caio considera a colonização como mercantil, Simonsen a vê como

⁴¹ Ainda outra linha de interpretação do Brasil Colônia que apareceu mais recentemente é a de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, preocupada sobretudo com as relações de produção internas à colônia. Ver: Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

⁴² A interpretação acerca do caráter patriarcal da sociedade colonial brasileira não é inteiramente incorreta; onde ela erra, contudo, é, como aponta Gorender (*op. cit.*), ao considerar que é a família patriarcal que explica o escravismo colonial, quando é o contrário que ocorre.

capitalista, enquanto o weberiano Faoro a caracteriza como capitalista, mas politicamente orientada.

O questionamento da tese feudal da colonização brasileira, que aparece a partir da década de trinta, tem importância, sobretudo, por ir além de aspectos meramente formais na caracterização da sociedade colonial. Assim, Roberto Simonsen, em 1937, afirma que “não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema das donatárias, chegando alguns a classificá-lo como um retrocesso em relação às conquistas políticas da época”.⁴³ Mais adiante, Simonsen chega a afirmar que “o fato se explica pela falta de conhecimento das características da vida medieval, que somente os recentes estudos da história econômica têm esclarecido suficientemente. Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista. Os vassalos não ficam atrás”.⁴⁴

Também Celso Furtado, em 1959, afirma que “a natureza puramente contábil do lucro de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permitem o nível da técnica já alcançado. Ora, a unidade escravista (...) pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao

⁴³ Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 81.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 82.

inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo”.⁴⁵

De maneira mais ampla, na América Latina, o argentino Sérgio Bagu fala, em 1949, na existência de um capitalismo colonial, enquanto o igualmente argentino Milciades Pana e os chilenos Marcelo Segall e Luís Vitale também caracterizam a colonização do subcontinente como capitalista.⁴⁶

Em razão do que afirma já em 1933, em *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado Jr. pode, porém, ser considerado como pioneiro no questionamento do feudalismo do passado colonial do Brasil e da América Latina.⁴⁷

Além do mais, a categoria central da interpretação, que acen-tua o papel do mercado externo na Colônia, é o “sentido da colonização” de Caio Prado. Gorender vê, entretanto, essa concepção de que é uma finalidade externa que organiza a Colônia, como sendo teleológica, com “a desobstrução metodológica impo(ndo) a inversão radical do enfoque”. Portanto, “as relações de produção da economia colonial precisa(ria)m ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito”.⁴⁸

⁴⁵ Furtado, *op. cit.*, p. 50.

⁴⁶ Love, *op. cit.*; Löwy, *op. cit.*

⁴⁷ Isto apesar do que sugere Gilberto Freyre: “e aqui somos obrigados a lembrar que a caracterização sociológica da economia brasileira como monocultura latifundiária e escravocata, antes de ser do historiador Caio Prado Jr., como pretendem alguns estudiosos do assunto, é nossa”. Freyre tem razão em apontar para o caráter inovador de sua caracterização da Colônia; contudo, ela não deixa de ser um tanto quanto dúbia. Dessa forma, um pouco mais adiante, no mesmo “Prefácio” à sexta edição de *Casa-Grande & Senzala*, de 1949, alude à presença de “formas sociologicamente feudais de convivência” (Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*. Brasília: Ed. UnB, 1963, p. 54) na Colônia.

⁴⁸ Gorender, *op. cit.*, p. 26.

Há, entretanto, como nota João Manuel Cardoso de Mello, a exem-plo da tese feudal, um certo formalismo de Gorender e outros em definir o modo de produção colonial como escravista simplesmente porque existiam

Essa observação confirma, mais uma vez, as dificuldades referentes à caracterização do período colonial brasileiro. Como vimos, Caio é dos autores que melhor demonstra que o mais importante na Colônia eram as relações econômicas exteriores à sociedade brasileira. Ou melhor, o que realmente contava eram as relações da Colônia com a Metrópole no quadro da economia mundial capitalista em constituição. Mas se o que define um modo de produção são as relações de produção dominantes numa formação econômico-social concreta, como tratar de uma sociedade em que o mais importante são relações de circulação (no caso, externas a essas sociedades)? Ou, colocando o mesmo problema em termos opostos: se se considerar que fomos sempre capitalistas, já que estivemos, desde a nossa colonização, integrados ao nascente sistema capitalista internacional, como tratar das relações de produção escravistas prevaletentes no interior da formação econômico-social colonial?

Caio Prado Jr. não chega a resolver o problema; evita, porém, equívocos, como o de considerar o Brasil como capitalista desde sempre ou caracterizar o que existia aqui como um modo de produção específico,⁴⁹ mas principalmente chama a atenção para a questão fundamental do período colonial: o peso que têm fatores externos à sociedade então em formação.⁵⁰

relações escravistas no Brasil, quando isto não era o mais importante na sociedade então em formação. Ver: João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴⁹ É provavelmente por ter tido consciência desses problemas de conceituação que preferiu não usar o termo “modo de produção” para se referir às situações colonial e nacional. Dessa forma, manteve o rigor ao se abster diante de um impasse teórico, a conceituação do modo de produção colonial, e não caiu na tolice de caracterizar como um modo de produção específico o que é simplesmente uma situação particular no interior do capitalismo, a coincidência entre produção e consumo que caracterizaria a existência de uma nação integrada.

⁵⁰ Juan Carlos Garavaglia coloca bem o problema: “pensamos que as

Assim, mesmo o “circulacionismo” de Caio Prado, pelo menos no que se refere à Colônia, não é inteiramente equivocado. Isto porque, em contraste com os países capitalistas centrais, onde a produção, de forma geral, criou o consumo, no Brasil e em países como o nosso, havia uma desarticulação entre produção e mercado interno, por ter sido o externo o mercado principal. Conseqüentemente, o privilegiamento por Caio do consumo de certa maneira se justifica, já que “nós temos ainda, por assim dizer, que ‘construir’ o nosso capitalismo”, e é assim da maior oportunidade de uma concepção que chama a atenção para uma das peças essenciais do sistema, o mercado, de que a economia clássica nunca se preocupou devidamente porque era um dado implícito nas condições do velho mundo, e depois dos Estados Unidos (...); mas que no Brasil se apresenta em circunstâncias peculiares, isto é, não se integra com a produção num sistema de conjunto, (...) uma vez que a economia brasileira se organizou e dispôs suas forças produtivas não em função do consumo dos participantes nela, e sim na de um mercado estranho”.⁵¹

5.4. A COLÔNIA VISTA POR CAIO PRADO JR.

A grande contribuição de Caio Prado Jr. ao estudar a Colônia é mostrar que se pode entender o Brasil sobretudo pelo “sentido” que assumiu a colonização entre nós. Por ter compreendido esse sentido — de empreendimento comercial voltado para o mercado externo, baseado na produção de gêneros tropicais em

formações econômicas coloniais não teriam um modo de produção hegemônico no sentido ‘clássico’ de Marx, porque em última instância *o domínio do sistema é exterior ao espaço dominado*” (Juan Carlos Garavaglia, *Modos de Producción en America Latina*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1986, p. 14).

⁵¹ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 199.

grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo — Caio Prado pôde revelar o que foi a essência da experiência colonial brasileira. Assim, o retrato que fornece da Colônia não é de mero amontoado de eventos e características combinados aleatoriamente, mas de uma certa sociedade que, mesmo problematicamente, começa a se formar.

Pode-se mesmo considerar que muito do brilho de sua explicação do Brasil deriva de ter identificado o fato principal de nossa história: o sentido da colonização. Assim como Alexis de Tocqueville encontrou no estado social democrático a causa das características fundamentais dos EUA, Caio Prado Jr. descobriu no sentido da colonização o responsável principal pelo que somos. O que diz o nobre normando, em carta a seu primo, o Conde de Molé, também podia ser afirmado pelo historiador paulista em relação ao Brasil: “na América, todas as leis saem, de certa forma, do mesmo pensamento. Toda a sociedade, por assim dizer, é fundada sobre um único fato; tudo deriva de um princípio único. Pode-se comparar a América a uma grande floresta cercada de uma multidão de caminhos corretos que levam ao mesmo lugar. Trata-se apenas de encontrar o *round-point*, e tudo se entende com apenas um olhar”.⁵²

Caio consegue fazer isto, porque em lugar de procurar feudalismo onde não há, trata a Colônia e a grande exploração, seu aspecto mais característico, como totalidades. Portanto, apesar de seu pretensão economicismo, presta atenção aos diferentes elementos-sociais, econômicos, políticos e até culturais — constitutivos da Colônia brasileira.⁵³ Ao mesmo tempo, traça um retrato da

⁵² Alexis de Tocqueville, *apud* Jean-Claude Lamberti. In: Alexis de Tocqueville, *De la Démocratie en Amérique*, vol. 1. Paris: Gallimard, 1992, p. 903.

⁵³ Mesmo que acertadamente considere que o papel da superestrutura seja menor numa sociedade assentada na escravidão, é capaz de notar que “no grande domínio (desenvolvem-se) um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Relações mais

grande exploração, base da Colônia, como sistema, onde suas partes constitutivas — a grande propriedade, o trabalho escravo e a produção voltada para o mercado externo — se articulam organicamente.

Fica claro, por esse tratamento da Colônia, que Caio Prado Jr. tem plena consciência da necessidade que tem o observador da realidade social de apreendê-la como totalidade. Nota que, apesar de a história ser feita de um “cipoal de incidentes secundários”, que podem até mesmo nos confundir, há um certo “sentido” que lhe confere inteligibilidade, o que reflete o fato de que “todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um *todo* que deve ser sempre o objetivo último do historiador”.⁵⁴

O grande mérito de Caio Prado em relação a outros intérpretes do passado brasileiro está justamente nessa capacidade de fornecer uma visão mais completa do que foi a nossa história.⁵⁵

amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque tornam mais consentida e aceita por todos” (Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 289).

⁵⁴ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 19.

Na mesma linha, Merleau-Ponty nota que “nenhum fato histórico alcançará seu sentido pleno a não ser que tenha sido vinculado a todos aqueles fatos que podemos conhecer, reportado a título de momento de uma única empresa que os reúne, inscrito numa história vertical, registrado as tentativas que tinham um sentido, suas implicações, suas seqüências concebíveis” (Merleau-Ponty, *Os Pensadores*, vol. 41, trad. Marilena de Souza Chauí, 1984, p. 46).

⁵⁵ Mesmo as brilhantes interpretações dos “companheiros de geração” de Caio, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, em que persiste a preocupação ensaística de fornecer grandes explicações do Brasil, são incapazes de articular satisfatoriamente as partes em que organizam suas análises. Portanto, a principal crítica que se pode fazer a esses dois autores é que mesmo tendo identificado questões centrais para nossa formação — respectivamente o desenvolvimento de toda uma civilização a partir da família pa-

Enquanto outros autores privilegiaram um aspecto ou outro de nossa realidade, Caio Prado, ao considerar a Colônia brasileira e a grande exploração agrária como totalidades, abre o caminho para se entender como seus diferentes elementos se combinam.⁵⁶

triarcal e a ação de um *ethos* particular na Colônia, o do aventureiro — não deram a devida atenção ao elemento central da colonização: seu sentido. Quem fez isso foi Caio Prado Jr., que mostrou como a sociedade que começou a se formar no Brasil a partir da Colônia se organizou toda ela para produzir alguns gêneros tropicais demandados pelo mercado externo. A partir daí, pode-se notar que não é a família patriarcal ou o aventureiro que explicam a Colônia, mas, ao contrário, o sentido que assumiu a colonização no Brasil que faz com que aqui se tenha desenvolvido um certo tipo de família e de *ethos*.

⁵⁶ Mas para que a análise de Caio Prado sobre a colônia brasileira fosse realmente completa, ela não deveria se ater — como já notava Fernand Braudel em 1948 — apenas ao Brasil, mas mostrar como o funcionamento de nosso sistema colonial se articula no movimento mais geral do capital, particularmente no momento de passagem do feudalismo para o capitalismo. É verdade que, em praticamente todos os trabalhos do historiador paulista sobre o sistema colonial, está sugerido o papel que ele desempenha no quadro mais amplo do capitalismo mercantil, mas não chega a demonstrá-lo de forma exaustiva. Quem faz isto, seguindo as pistas deixadas pelo mestre, é seu discípulo Fernando Novais, que mostra como a colonização “organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação nos quadros da economia europeia. (...) É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema” (Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Regime Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 97). Ver também: Fernand Braudel, “Deux livres de Caio Prado”. In: *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations*, vol. 3, n° 1, 1948 (há tradução para o português: “Fernand Braudel resenha Caio Prado Jr.”, trad. Paulo Henrique Martinez e Bernardo Ricupero. In: *Praga*, n° 8, 1999).

Nesse quadro mais amplo, o grande interesse das colônias está em revelar, de forma mais clara, o que está encoberto nas metrópoles. Assim, a escravidão *sans phrase* do novo mundo, revela o que é realmente o trabalho assalariado, forma de escravidão disfarçada, que prevalece na metrópole. Entende-se, dessa forma, a afirmação de Marx sobre um tal de E.G. Wakefield, que não teria como “grande mérito (...) ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole” (Marx, *O Capital*, vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 296).

O que se confirma até pela forma como constrói a exposição de *Formação do Brasil Contemporâneo*. O método de Caio nesse livro é claramente o de “elevar-se do abstrato ao concreto”.⁵⁷ Dessa forma, parte do que havia de mais abstrato na Colônia, o sentido da colonização, e vai progressivamente se aproximando dessa unidade do diverso, totalidade, que é a vida colonial. Ou seja, num processo de síntese, Caio Prado Jr. vai reconstruindo o concreto colonial por etapas, até entendê-lo como totalidade.

Mostra, assim, como se realizou o sentido da colonização, empresa mercantil voltada para a produção de gêneros de alto valor no comércio internacional. Para isso, analisa sucessivamente as formas como se processou o povoamento do Brasil e como se organizaram a vida material, a vida social e política da Colônia. De forma excessivamente esquemática, pode-se, assim, resumir a realização de Caio Prado: demonstra como para produzir bens primários para o mercado externo, um certo contingente populacional, tendo como veículo principal o empreendimento mercantil da grande exploração, se organizou numa sociedade dominada por grandes proprietários.

⁵⁷ Marx, *Os Pensadores*, vol. 25, trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 123.

Devido a sua preocupação com a relação entre Colônia e Nação, o tema da transição ganha lugar de destaque na obra de Caio Prado Jr. Na verdade, pode-se considerar que desde a vinda da família real portuguesa, o Brasil vive a transição entre essas duas situações. Este é, portanto, “um longo processo histórico que *se prolonga* até os nossos dias e ainda não está terminado”,¹ o que faz da época em que essa transição se inicia, os primeiros anos do século XIX, um momento particularmente importante em nossa história. Assim, não é mero acaso que o principal livro de Caio Prado, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, tenha como objeto precisamente esse período.

Caio Prado Jr. escreve esse livro com a intenção de que sirva de introdução para uma “interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa”.² Tendo isso em mente, propõe-se a fazer “em primeiro lugar um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual”. Teremos “então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações e vicissitudes seguintes, que nos trouxeram até o estado atual, virão depois”.³ Essa continuação, talvez mais ambiciosa, não chegou, porém, a vir a público.

¹ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*, p. 10.

² *Ibid.*, p. 13.

³ *Ibid.*

Mas Caio Prado sentiu a necessidade de “ir tão longe”⁴ no primeiro volume de *Formação do Brasil Contemporâneo*, até o início do século XIX, por saber que é precisamente nesse período que se inicia a história contemporânea do Brasil.

O período é, além do mais, uma espécie de cruzamento histórico, onde de maneira similar ao trânsito, o passado colonial se encontra com o futuro da nacionalidade brasileira. Ou, como diz o próprio Caio: “o momento é decisivo sobretudo por duas circunstâncias: de um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental (...). É uma síntese deles. Doutro lado, constitui uma chave e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje”.⁵

Fica claro, por este tratamento da transição entre a situação colonial e a situação nacional, que a perspectiva de Caio Prado Jr. enquanto historiador é de entender passado, presente e futuro como fazendo parte de um processo de longa duração. Essa transição que se prolonga contribui mesmo para que um “passado que parece longínquo, (...) ainda nos (...) (cerque) de todos os lados”.⁶

No entanto, em nossa formação econômico-social o tempo custa particularmente a passar, já que nunca houve ruptura significativa com o passado. O que faz com que “uma viagem pelo Brasil” seja “muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e meio para trás”. Entende-se, dessa forma, a observação que o autor certa vez ouviu de um professor estrangeiro⁷ “que invejava os historiadores bra-

⁴ *Ibid.*, p. 10.

⁵ *Ibid.*, p. 9.

⁶ *Ibid.*, p. 13.

⁷ Diversos professores estrangeiros notaram coisa parecida, com Claude Lévi-Strauss tendo assinalado que “após os Nambiquara da idade da pedra,

sileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado”.⁸

6.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Caio Prado Jr. tem plena consciência de que o processo de constituição de uma Nação brasileira começa com a formação de um Estado nacional no país. O que ocorre em razão de “a inspiração, orientação e direção do conjunto da vida brasileira se (...) (fazer) daí por diante a partir de seu próprio interior onde se locali-

já não era mais o século XVI, para onde os Tupi-Carvaíba me fizeram recuar, mas certamente, ainda, o século XVIII, tal como se pode imaginá-lo nos pequenos portos das Antilhas, ou no litoral. Eu atravessara um continente. Mas o término bem próximo de minha viagem tornara-se sensível para mim, antes de mais nada, por esse mergulho ao fundo dos tempos” (Claude Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos*, trad. Rosa F. D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 351). Emília Viotti da Costa, por sua vez, atribui a Lucien Febvre afirmação similar, quando, em viagem pelo país, já depois da publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo*, “discorreu sobre a alegria de ver homens vivendo lado a lado em diferentes períodos históricos. O Brasil era como um museu de coisas vivas, no qual o passado mantinha-se intacto” (Emília Viotti da Costa, “A revolução burguesa no Brasil”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 4, 1978, p. 178). Pode-se mesmo imaginar que o discípulo de Febvre, Fernand Braudel, que como Lévi-Strauss foi professor da USP e que afirmou ter ficado inteligente no Brasil, tenha encontrado aqui o fio condutor de sua obra: o convívio entre diferentes tempos históricos. Ou seja, talvez tenha se revelado para o autor de *O Mediterrâneo* nesse lugar, onde são tão pouco comuns as rupturas com o passado, a presença de uma história de curta duração, feita de eventos ruidosos, junto a uma história mais discreta, de média duração, formada por acontecimentos que se combinam em conjunturas, e, subjacente a elas, uma história quase imperceptível, de longa duração. Sobre Braudel no Brasil ver: Carlos A. Aguirre Rojas, *Braudel e Debate*. Mexico D.F.: JGH Editores, 1997.

⁸ Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 12.

zarão seus estímulos e impulsos, o que torna possível definir, propor e realizar as aspirações e interesses propriamente nacionais”.⁹

É por isso que considera a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, como o início da transição entre a situação colonial e a situação nacional, já que desde então começaram a se criar as condições para a montagem de um aparelho estatal autônomo no Brasil. A vinda da família real portuguesa é, portanto, o fato decisivo que leva à nossa independência. Como diz Caio Prado: “a transferência da corte constitui praticamente a realização de nossa independência”.¹⁰

A presença da corte portuguesa no Brasil faz mesmo com que nossa independência siga um curso diferente da dos outros países da América Latina. Assim, apesar de quase todas as antigas colônias ibéricas se tornarem independentes por volta da mesma época, o primeiro quartel do século XIX, enquanto em boa parte dos países hispânicos a independência é o resultado de conflitos violentos, que contam com a participação popular, no Brasil ela é um simples “arranjo político”, realizado “praticamente à revelia do povo”.¹¹

Mas tanto no caso brasileiro como no restante da América Latina, os fatores principais que conduzem à independência não são internos às nossas sociedades. O que talvez se explique pelo simples fato de que, como colônias, nosso destino era decidido exteriormente a nós mesmos.

Para que possamos, contudo, entender o “sentido” que assumiu nossa independência, é preciso, mesmo que resumidamente, tratar dos eventos que Caio analisa e que levaram à decisão de separar o Brasil de Portugal.

Como mostra o autor de *História Econômica do Brasil*, de maneira geral, é a partir da segunda metade do século XVIII que

⁹ *Ibid.*, *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 83.

¹⁰ *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 46.

¹¹ *Ibid.*, pp. 52 e 53.

surtem novas condições que passam a pressionar pela transformação da relação entre metrópoles e colônias. Com a Revolução Industrial, o pacto colonial, que consiste na exclusividade de comércio da metrópole com suas colônias, passa a ser questionado. Ele, que é expressão do capitalismo mercantil, entra em choque com os interesses do nascente capitalismo industrial, favoráveis ao livre-comércio. O que é bastante natural, já que os capitalistas, nesse primeiro momento quase todos eles ingleses, poderiam, através do livre-comércio, tanto exportar vantajosamente as manufaturas que produzissem, como importar as matérias primas e alimentos de que necessitassem.

No caso de Portugal, as invasões napoleônicas contribuem para acentuar a dependência em relação à Inglaterra, tornando insustentável o antigo estatuto colonial. A primeira medida que o príncipe regente Dom João VI toma ao chegar ao Brasil é abrir nossos portos ao comércio com as “nações amigas”, que se resumem nesse momento praticamente à Inglaterra e, em menor grau, aos Estados Unidos. Portanto, como aponta Caio: “será pelo favor de circunstâncias internacionais que esse sistema de restrições cairá por terra; a começar pelo monopólio do comércio externo que é abolido em virtude de circunstâncias quase fortuitas. Mas, iniciada por aí a desagregação do regime colonial, o resto não tardará”.¹²

Na independência aparece, portanto, de forma particularmente clara o peso de interesses externos à Colônia. Ela é basicamente fruto da vontade da Inglaterra, livre cambista, contra a qual o fraco Portugal, antigo beneficiário do pacto colonial, não pode impor grande resistência. Vê-se daí que um particular interesse externo ao Brasil, o livre-comércio que beneficia a Inglaterra, é o principal fator que leva à independência. Contra ele, outro interesse externo, o monopólio português, pouco pode fazer.

Menor ainda em nossa emancipação política, mesmo que também exista, é a influência de fatores internos à sociedade bra-

¹² *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 126.

sileira. Esses fatores internos à Colônia que contribuirão para a independência surgem juntamente com um certo desenvolvimento econômico que se verifica no Brasil depois de três séculos de domínio português. O desenvolvimento produz a progressiva diferenciação de interesses brasileiros e portugueses na sociedade colonial. Basicamente, ao lado dos grandes proprietários rurais brasileiros, favoráveis ao livre-comércio, aparece um número cada vez maior de comerciantes portugueses, beneficiados pelo monopólio de que gozam os produtos do reino.

Juntamente com o conflito entre portugueses e brasileiros e confundindo-se com ele, surge, porém, durante o processo de independência “um conflito interno e prolongado de classes e grupos sociais”.¹³ Com a Revolução Liberal do Porto de 1821, forma-se no Brasil, a exemplo de Portugal, um partido democrático que enfrentará a reação. Do primeiro grupo farão parte sobretudo elementos provenientes das camadas médias e populares, com a significativa exceção dos escravos, enquanto o segundo grupo será constituído principalmente por certos portugueses, sobretudo comerciantes, ligados ao antigo regime.

Entre os dois grupos surgirá, entretanto, um terceiro, “menos definido e hesitante em suas atitudes”,¹⁴ que constituirá o núcleo do chamado partido brasileiro. Esse partido, que terá como principal líder José Bonifácio, será composto por gente interessada na permanência da corte no Rio de Janeiro. Com a volta de Dom João VI para Portugal, passam, contudo, a não ter mais escolha, tendo que trabalhar pela independência do Brasil. O que ocorre até porque essa é “a única solução normal do seu problema político, o único meio de impedir o contágio revolucionário e o progresso da democracia”.¹⁵ Devido ao objetivo comum da

¹³ *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 188.

¹⁴ *Ibid.*, p. 189.

¹⁵ *Ibid.*, p. 191.

independência, há mesmo uma momentânea união das forças políticas brasileiras.

A independência, em razão da finalidade de “evitar o contágio revolucionário” que anima o principal grupo que a promove, pode ser considerada não tanto como o resultado da mobilização dos setores populares, mas principalmente como fruto do medo que essa possível mobilização provocava entre as classes dominantes. Portanto, a maneira como Caio Prado Jr. caracteriza a independência brasileira é claramente no mesmo sentido da revolução-restauração analisada por Gramsci: ocorrência que se dá como reação à possibilidade de transformações de “baixo para cima”.

De qualquer forma, depois de realizada a independência, as divergências entre brasileiros não tardam a aparecer. Mais uma vez, conservadores se opõem a democratas. Esses últimos continuam a agitação contra os privilégios de portugueses, grupo entre os quais se encontravam os homens mais ricos do Brasil. Acabam, dessa maneira, indiretamente questionando praticamente toda a estrutura econômica e social existente, o que os conservadores naturalmente não podem aceitar.

Neste quadro de agitação, Dom Pedro I, revelando suas tendências absolutistas, se liga ao partido português, que chega até a pensar na volta da união com a antiga metrópole. Pressionado por todos os lados, acaba, porém, decidindo abdicar e voltar para Portugal.

Segue-se um período de agitação, a Regência. A análise de Caio Prado desse período conturbado de nossa história é importante principalmente por ter sido ele o primeiro entre os historiadores brasileiros a discutir as revoltas populares que ocorreram então, como a Cabanada do Pará, a Balaiada do Maranhão e a Revolta Praieira de Pernambuco.¹⁶ Inaugura, assim, como não

¹⁶ Esta última revolta, porém, já tinha merecido anteriormente alguma análise, como em *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco.

ignora,¹⁷ um novo campo de investigação historiográfica no Brasil que não cessará de produzir frutos: a “história dos vencidos”.

Todos os movimentos populares da Regência são, porém, derrotados. O que reflete a própria fraqueza intrínseca às classes subalternas brasileiras do Império. A situação daqueles que desejavam transformações radicais era, portanto, particularmente desanimadora no período. Não podiam contar com os escravos, já que esses eram encarados como equivalentes a instrumentos de trabalho e não faziam a rigor parte do corpo da nação.¹⁸ Mesmo as camadas médias e inferiores não ofereciam perspectivas muito animadoras, já que havia entre elas “a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos”.¹⁹

Na verdade, os homens livres estavam, de uma forma ou de outra, vinculados ao empreendimento da grande exploração, na qual continuava a se basear toda a economia brasileira. Portanto, ainda que não se reconhecessem na grande exploração, não tinham como romper com ela, o que levava a um permanente estado de anomia entre os setores populares.

De qualquer forma, a fim de superar definitivamente a agitação, que já esfriava com o tempo, surge a idéia da maioria. Assim, Dom Pedro II, com quatorze anos, é coroado imperador do Brasil em 1840. De acordo com Caio Prado Jr., “o Império afinal se estabiliza no seu natural ‘equilíbrio’: a monarquia bur-

¹⁷ Basta consultar o prefácio à *Evolução Política do Brasil* para constatar isso.

¹⁸ Por outro lado, um dos grandes temores presentes durante o Império, se não o maior, era com o que Barbacena, de Londres, chamou da “revolta geral dos escravos”, já que o exemplo do que havia ocorrido no Haiti, com os “jacobinos negros” de Toussaint Louverture estava bastante vivo na memória de todos. Além do mais, as recorrentes revoltas de escravos que agitaram a Bahia até 1850, entre as quais a dos malês foi a mais importante, eram prova adicional de que algo de similar poderia ocorrer no Brasil.

¹⁹ Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 67.

guesa. Esmagada a revolução, subjugada a onda democrática, a grande burguesia nacional entra no gozo indisputado do país”.²⁰ Para Caio Prado, “o Segundo Reinado constitui talvez o período mais interessante da evolução brasileira”, o que provavelmente se deve a ser nessa época em que definitivamente se estabelece “a transição entre o passado colonial e o presente de nossos dias”.²¹

Como resultado do quadro anteriormente analisado, mesmo depois da formação do Estado-nacional brasileiro, “permanecerá mais ou menos intacta a organização social vigente”.²² As mudanças se limitarão quase que exclusivamente ao terreno jurídico e político, ocorrendo até um reforçamento da estrutura colonial nos outros setores da vida brasileira. Mesmo não existindo mais as “restrições do regime de Colônia” e vigorando a liberdade comercial, ou até por isso, se estabelecerá uma “organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação”,²³ o que naturalmente continuará a ter reflexos sobre tudo mais que existe no país.

Ainda assim, nota Caio que “a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a nova política por ela aqui inaugurada e a subsequente emancipação da colônia, assinalam uma nova fase bem caracterizada em nossa evolução econômica. Embora se conserve a formação e evolução colonial brasileira (...) entramos então nitidamente num período diferente do anterior”. O que se dá principalmente por se ter constituído um Estado nacional au-

²⁰ *Ibid.*, p. 88.

É questionável, contudo, que o reinado de Dom Pedro II tenha sido uma monarquia burguesa à la Luís Felipe, já que os traços patrimonialistas, presentes desde a Colônia, continuavam a se fazer sentir de forma marcante no Brasil durante o império dos Bragança.

²¹ Prado Jr., *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, *op. cit.*, p. 199.

²² *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 51.

²³ *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, pp. 134 e 135.

tônomo no Brasil. Assim, passa a existir “um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada”.²⁴

Caio Prado Jr. mostra, dessa forma, que uma das principais contradições brasileiras, senão a maior, é a existente entre a organização jurídico-política e a estrutura econômico-social do país. Por um lado, para se criar o Estado nacional, toma-se como modelo o que existe no centro capitalista, conduzindo ao transplante para o Brasil de instituições liberais que deveriam ser garantidoras da cidadania. Por outro lado, a produção é toda ela voltada para necessidades estranhas à da população local, o que cria uma situação de exclusão da maior parte dos habitantes do Brasil. Em resumo, apesar dos requisitos ideais da política, “a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular”.²⁵ Portanto, a transformação no Brasil deve ser no sentido de fazer com que economia e sociedade realizem as promessas contidas na ordem jurídico-política existente.

6.2. O FIM DA ESCRAVIDÃO

É, portanto, só a partir do final da escravidão que se pode realmente pensar no estabelecimento de uma Nação brasileira, até porque a existência de qualquer comunidade política depende de um consenso mínimo entre governantes e governados acerca da dominação. Assim, um Estado nacional baseado na coerção só pode ser uma exceção. Caio Prado Jr. considera nesse sentido que “de maior projeção ainda (do que a formação do Estado nacional), no que diz respeito à transformação da antiga colônia em

²⁴ *Ibid.*, p. 140.

²⁵ *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 67.

coletividade nacional integrada e organizada, são estes primeiros passos decisivos da incorporação efetiva da massa trabalhadora à sociedade brasileira em que consistem a supressão do tráfico africano (1850) e seus corolários naturais: o estímulo à imigração européia de trabalhadores destinados a suprir a falta de mão-de-obra provocada pela supressão daquele tráfico, e a abolição da escravidão”.²⁶

Além do mais, o fim da escravidão assinala definitivamente a “integração (...) do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista”.²⁷ Por ter consciência do significado do fim do trabalho servil, Caio Prado levanta mesmo a possibilidade de que “nenhum outro acontecimento da nossa história teve talvez repercussão tão profunda”.²⁸

O primeiro passo que conduz ao fim da escravidão é tomado em 1850: a abolição do tráfico de escravos. O efeito mais imediato do fim do tráfico é liberar capitais antes comprometidos com a importação de africanos. Pode-se, dessa forma, promover uma certa modernização do país.

Para substituir o braço escravo, começam a afluir levas de imigrantes europeus. Assim, em pouco tempo, torna-se claro que trabalho livre e escravo são incompatíveis. Mas o principal efeito da modernização é o surgimento de uma burguesia progressista. Essa burguesia, composta principalmente por detentores de capital móvel, se oporá à burguesia reacionária, da qual os proprietários rurais são os principais representantes. Como não poderia deixar de ser, “o eixo principal em torno de que gira esta luta é naturalmente a questão do elemento servil”.²⁹ A Guerra do Paraguai, por sua vez, coloca “em relevo as debilidades orgâni-

²⁶ *Ibid.*, *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 84.

²⁷ *Ibid.*, *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 90.

²⁸ *Ibid.*, p. 90.

²⁹ *Ibid.*, p. 97.

cas de um país em que a massa da população era constituída de escravos”.³⁰

O resultado da combinação de todos esse fatores é que não se poderá mais manter a escravidão. Abolida esta, chega também ao fim o Império brasileiro, que se baseava todo ele na instituição servil.

6.3. A REPÚBLICA

Segue-se à proclamação da república um período de desordem. Desordem que, a exemplo da Regência, não deixa de ser “feca para a elaboração de novas formas estruturais em que assemantassem definitivamente as instituições democráticas e republicanas”. Por outro lado, a agitação “deixava em suspenso a vida normal do país”.³¹

Assim, a “política dos governadores”, estabelecida a partir do governo Prudente de Moraes, é entendida por Caio Prado Jr. como única solução possível para o momento que se vivia, apesar de ela ir contra os princípios democráticos proclamados pela Constituição de 1891. Com este arranjo, o Brasil volta a ter estabilidade, mesmo que “precária, estática, sem projeção para o futuro”, já que lhe faltavam “sólidos alicerces políticos”.³²

Com a I Guerra e a subsequente desorganização do comércio exterior, do qual dependiam as finanças públicas, o antigo equilíbrio começa a se desfazer. Para tanto, contribui a falta de plasticidade da República Velha, que é incapaz de “se adaptar à nova situação”.³³ Esse estado de coisas contribui para que estoure a primei-

³⁰ *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 178.

³¹ Prado Jr., “Prefácio”. In: Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes: Marchas e Combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 12.

³² *Ibid.*

³³ *Ibid.*, p. 13.

ra onda de greves da história brasileira. Mas o proletariado brasileiro será uma “classe muito jovem ainda, imatura, e sem organização e perspectivas políticas suficientes”, fazendo com que constitua “apenas, por enquanto, o fundo de quadro da revolução”.³⁴

Terão papel de destaque, em compensação, “os militares de patente inferior”, os famosos tenentes. Isso não fará, porém, do tenentismo um movimento militarista, já que ele exprimiria “antes a inquietação das classes médias a que (os tenentes) pertencem pela sua origem; de uma burguesia progressista cujos anseios de renovação encarnam”.³⁵ Ocupam, dessa forma, um espaço que poderia ser dos setores populares, mas que, a exemplo do que ocorria na Colônia e no Império, continuam a ser “desorganizados e politicamente inativos”.³⁶

De qualquer maneira, “quando a Coluna Prestes depõe armas e encerra sua grandiosa trajetória, o país estará maduro para o ato final da derrocada de suas decrepitas instituições”.³⁷

6.4. A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA

Caio Prado Jr. fornece um retrato do Brasil de seus dias que é claramente de uma formação econômico-social:³⁸ “constituímos

³⁴ *Ibid.*, pp. 13 e 14.

³⁵ A interpretação de Caio Prado sobre o caráter de classe do tenentismo, identificando-o com a “classe média” e a “burguesia progressista”, o liga a uma historiografia mais tradicional sobre o movimento, criticada por Boris Fausto. Esse autor, em compensação, insiste em que, mais forte do que a origem social, foi a socialização militar geradora de uma identidade à parte, ferida pelas cartas apócrifas de Artur Bernardes sobre as Forças Armadas. Ver: Fausto, *A Revolução de 1930*, *op. cit.*

³⁶ *Ibid.*, p. 14.

³⁷ *Ibid.*, pp. 14 e 15.

³⁸ Entendo por formação econômico-social a situação de convívio numa

um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações”. Mas, se é verdade que “certos anacronismos berrantes (...) sempre existem em qualquer tempo ou lugar”, aqui eles são “caracteres fundamentais de nossa estrutura econômica”.

Constata-se pelo trecho acima de *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* que, mais do que uma formação econômico-social qualquer, o que Caio Prado analisa são as particularidades da formação econômico-social brasileira. Mostra, assim, o que é comum a toda formação econômico-social, o convívio entre situações características de tempos históricos variados, e o que é específico à nossa formação econômico-social, o caráter particularmente contrastante que assume esse convívio no Brasil.

O que explica por não termos seguido a “via clássica” de desenvolvimento capitalista. Assinala que, enquanto nos países que nos servem de modelo, o desenvolvimento capitalista foi produ-

sociedade concreta de diferentes modos de produção. Formação econômico-social é, portanto, uma categoria menos abstrata do que modo de produção. Mas dentro de uma formação econômico-social, por exemplo, a Rússia de 1899, um certo modo de produção é sempre dominante, no caso, o capitalismo. Assim, apesar da presença de diferentes modos de produção, pode-se considerar a Rússia em 1899 como capitalista. É bastante natural também que em situações de transição, como as da Rússia do final do século passado e a do Brasil de desde a independência, acentuada pela abolição, o antagonismo entre diferentes situações econômicas, presente em toda formação econômico-social, se apresente de maneira mais clara. Sobre formação econômico-social e a polêmica a respeito da categoria ver: Cesare Luporini e Emilio Sereni, *El Concepto de Formación Económico-Social*. Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1973, especialmente o artigo de Labica.

Caio Prado, porém, ao falar da formação econômico-social brasileira toma, em geral, o cuidado de não utilizar a expressão “modo de produção” para se referir às diferentes formas econômicas aqui presentes. Faz isto corretamente, devido à dificuldade de caracterizá-las propriamente como modos de produção. A idéia principal por trás da categoria de formação econômico-social, o convívio entre situações econômicas diferentes, está, contudo, claramente presente na análise de Caio da sociedade brasileira.

to de uma longa evolução histórica, aqui ele “se precipitou num ritmo irregular e espasmódico que o país em conjunto não pôde acompanhar”. Como resultado, acumularam-se “lado a lado, e freqüentemente numa confusão inextricável, formas econômicas de contraste chocante que pertenceriam, numa evolução mais regular, a épocas largamente afastadas entre si”. Assim, nossa história “ainda é (...), em muitos casos, uma atualidade”.³⁹ Ainda mais importante, como nota Rubem Murilo Leão Rêgo, Caio, ao perceber que há no Brasil uma “ausência de processos de ruptura com as formas sociais e econômicas básicas”⁴⁰, identifica o traço que mais nos marca como formação econômico-social específica.

Dessa maneira, em nossa formação econômico-social, o tempo “se (...) (projeta) no espaço”. Situação que possibilita mesmo ao historiador brasileiro recorrer a um método bastante original, onde é “muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos”.⁴¹

A formação econômico-social brasileira é aparentemente até mais complexa do que outras, devido a esse convívio complicado entre formas econômicas tão díspares, como o pioneirismo, que aparece em certas regiões recém-exploradas do país, o escravismo, até mesmo o feudalismo⁴² e o dominante capitalismo.

³⁹ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 6.

⁴⁰ Rubem Murilo Leão Rêgo, *O Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. — Continuidade e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, tese de Doutorado apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1995, p. 237.

⁴¹ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 30.

⁴² De maneira geral, Caio Prado Jr. considera que são certas características mais formais que fazem com que se acredite que algumas relações presentes no campo brasileiro sejam feudais. Mas em *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* reconhece que “encontramos (...) situações que ‘oficialmente’ se ignoram e que nos transportam para um passado feudal.

Mas essa complexidade é apenas aparente, já que “a nitidez de contorno de nossa evolução econômica permite-nos acompanhar com grande precisão e segurança (...) o progressivo desdobramento de nossas formas e estruturas econômicas, desde sua eclosão até o momento presente. É assim o que parece muitas vezes extremamente complexo e refratário à análise, torna-se claro quando acompanhado desde uma origem que facilmente alcançamos”.⁴³ O que fornece inteligibilidade à formação econômico-social brasileira é particularmente o sentido que teve a colonização entre nós. Isto porque, de acordo com Caio Prado Jr., ao longo dos quatro séculos de nossa história, não se rompeu definitivamente com o sentido dado por ela, fazendo com que o país continue a estar voltado para a produção de gêneros de grande procura no mercado internacional.

Dentre as formas econômicas presentes no Brasil, destacam-se duas: as características do período colonial e as que começam a aparecer e apontam para o estabelecimento do que Caio Prado entende por ser uma verdadeira nação. Enquanto as primeiras mantêm a tradicional vinculação com o mercado externo, a nacionalidade em constituição faz com que o mercado interno ganhe importância. Como diz Caio: “em síntese, a presente fase do processo histórico se caracteriza (...) pelas contradições que resultam fundamentalmente de uma dualidade de setores ou sistemas econômicos imbricados um no outro: um, o tradicional, centrado na produção de gêneros primários destinados à exportação; o outro, emergente desse e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno, e tem por base essencial a indústria”.⁴⁴

Refiro-me a relações de trabalho que pouco se distinguem da servidão da gleba, como desses trabalhadores rurais presos por dívidas a seus patrões, e por isso completamente à mercê deles” (Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 8).

⁴³ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁴ *Ibid.*, *História e Desenvolvimento*, *op. cit.*, p. 131.

Constata-se daí que a visão de Caio Prado Jr. a respeito da sociedade brasileira é, como tantas outras, marcada por aquilo que Antonio Candido chama de “senso dos contrastes e mesmo dos contrários”.⁴⁵ Essa consciência dos contrastes, que está presente em praticamente todo pensamento latino-americano, aparece de forma particularmente candente na famosa fórmula do argentino Domingo Faustino Sarmiento: civilização ou barbárie.

Não é por acaso, contudo, que o dilema, civilização ou barbárie, apareça na América Latina quando Sarmiento escreve *Facundo*. Ao estrear na vida literária e política, no final da década de trinta do século passado, Sarmiento e os homens de sua geração se deparam com Estados-nacionais recém-constituídos. São, além do mais, liberais, o que faz com que não se sintam inteiramente à vontade com certas práticas, como as dos personalistas caudilhos gaúchos, denunciadas em *Facundo*. Como se não bastassem esses dois fatores, a América Latina por volta daquela época intensifica a sua ligação com o mercado capitalista mundial. Portanto, civilização ou barbárie é um dilema que como que se impõe naquele momento.

O civilizado é identificado com o novo, o Estado liberal que segue os mesmos princípios dos existentes nos centros capitalistas. O bárbaro, por sua vez, é visto como o arcaico, as práticas da época colonial que nos afastam do “concerto das nações”. A promoção da civilização, conseqüentemente, deveria levar à europeização das sociedades latino-americanas. Sarmiento e seus contemporâneos seguem, assim, basicamente a orientação, a que faz referência Paulo Arantes, de considerar em nossos países “a formação nacional (...) como uma tarefa (...) de apropriação da normalidade burguesa encarnada pelos países que nos servem de modelo”.⁴⁶

⁴⁵ Candido. In: Holanda, *op. cit.*, p. XIV.

⁴⁶ Arantes, *O Fio da Meada*, *op. cit.*, pp. 134 e 135.

Portanto, não é de provocar maior espanto que os pensadores autoritários brasileiros, herdeiros do projeto modernizador do século passado, tenham mantido uma visão dualista do Brasil. Não usaram a fórmula, civilização ou barbárie, mas, na sua oposição entre país legal e país real, mantiveram basicamente a mesma idéia por trás dela. O mesmo ocorreu com os comunistas latino-americanos, que, influenciados pela III Internacional, tinham verdadeira obsessão com a superação de nossos pretensos resíduos feudais por uma Revolução Burguesa, capaz de instalar definitivamente o capitalismo entre nós. Mais recentemente e de maneira particularmente influente, a CEPAL insistiu que muitos de nossos problemas adivinham da oposição entre o centro moderno da economia latino-americana, ligado ao mercado internacional, e um setor arcaico, não integrado.

O “senso dos contrastes, e mesmo contrários” latino-americano é, porém, até certo ponto, verdadeiro. Corresponde mesmo a uma realidade bastante palpável, já que as diferenças entre classes, etnias, regiões, abundam em nosso continente. Assim, o dualismo não deixa de ser “uma experiência coletiva”⁴⁷ que corresponde a determinadas aparências. Onde nossos dualistas erram é ao imaginar que os diferentes setores e grupos necessariamente se opõem. Na maior parte dos casos é exatamente o contrário o que ocorre na América Latina, isto é, o moderno se alimenta do arcaico.

Conseqüentemente, mesmo que a representação de Caio Prado a respeito do Brasil contenha um acentuado “senso de contrastes”, ela não é dualista. Com efeito, Caio não vê a relação entre os setores de nossa economia que produzem para o mercado externo e os voltados para o mercado interno simplesmente como de oposição, mas também como de complementaridade. Ainda mais importante, nota que, mesmo depois da abolição, as classes dominantes procuraram “se aproveitar da tradição escravista ain-

⁴⁷ Costa, *op. cit.*, p. 178.

da muito próxima e viva, para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador”.⁴⁸

Mostra, portanto, que ao mesmo tempo que a situação colonial é um impedimento para que se atinja a situação nacional, ela não é, principalmente na sua face escravista, algo “não funcional” ao desenvolvimento do tipo de capitalismo existente no Brasil. Pelo contrário, ela o favorece ao permitir uma super-exploração da força de trabalho.

Constata-se, assim, que a avaliação de Caio Prado Jr. sobre os contrastes que marcam nossa sociedade é bem mais complexa e sofisticada do que a prevalecente no pensamento social e político latino-americano, marcadamente dualista. Apesar do que ele mesmo diz, Caio Prado não é nem mesmo dualista, até porque o dualismo pressupõe uma relação de oposição entre os dois setores considerados, enquanto nosso autor trabalha com ambos como pares opostos, mas dialeticamente unidos.

Como aponta Carlos Nelson Coutinho,⁴⁹ nisso o historiador paulista remete a Gramsci e antecipa Francisco de Oliveira. Poderíamos acrescentar que para Caio, o sujeito social que acredita que deve solucionar os contrastes brasileiros lembra em muito o imaginado pelo mais original entre nossos dualistas, Euclides da Cunha.⁵⁰ Euclides e Caio Prado Jr., como tantos outros autores latino-americanos, notam que há em nossa sociedade acentuadas diferenças entre um setor moderno e um arcaico, originalmente, porém, voltam suas esperanças para o que parece ser arcaico, respectivamente, o sertão e o setor inorgânico de nossa formação econômico-social.

Caio Prado acredita, entretanto, que o inorgânico deve se

⁴⁸ Prado Jr., *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 68.

⁴⁹ Coutinho. In: D’Incao, *História e Ideal*, *op. cit.*

⁵⁰ No contexto latino-americano, Gonzales Prada e Mariátegui também têm posição similar.

transformar, tornando-se a base de um outro todo social que é a negação da Colônia, a Nação. Sua solução parece ser, portanto, a de um certo amálgama entre “civilizado” e “bárbaro”. Há nisso certa semelhança com o proposto por José de Alencar,⁵¹ o mexicano José Vasconcelos e Gilberto Freyre em relação à mestiçagem nos trópicos.

Há, contudo, uma profunda diferença entre a fusão proposta por Alencar, Vasconcelos e Freyre e a defendida por Caio, com a qual Mariátegui também se identifica. Enquanto os três autores da mestiçagem acreditam que suas sociedades seriam mais o resultado da *combinação* de diferentes elementos, os dois pensadores socialistas acentuam a necessidade de *conflito* entre esses elementos. Há, portanto, na idéia de civilização brasileira, raça cósmica ou cultura mestiça, implicações conservadoras, já que se imagina um convívio pacífico, que implica em subordinação dos diferentes elementos étnicos ou culturais presentes em nossas sociedades. Por outro lado, Caio Prado Jr. e Mariátegui insistem na necessidade de um dos setores dessa sociedade, o inorgânico ou o indígena, realizar o projeto nacional que nossas classes dominantes foram incapazes de completar. Mostram, dessa forma, que o possível portador da civilização na América Latina é o “bárbaro”, já que a auto-representação dos “civilizados” não condiz com suas práticas.

Apesar de acreditar na existência, no interior da formação econômico-social brasileira, do convívio de elementos coloniais com nacionais, Caio Prado ressalta antes de tudo as permanências do passado. Ou seja, reconhece que nesse “longo período histórico (...) houve grandes modificações”, destacando-se, entre elas, a formação “no Brasil de uma nacionalidade autônoma, com exis-

⁵¹ Wilson Martins chega a sugerir, de forma bastante interessante, que a “dialética” de *O Guarani* se opõe ao dualismo de *Facundo*. Ver: Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, vol. 3. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1977.

tência e aspirações próprias, e à parte das demais”, mas assinala principalmente que “essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira (...) não logrou ainda superar inteiramente esse passado”, já que ela “ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia”.⁵² Em outro momento, diz mesmo que, “embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais”.⁵³

A caracterização do presente como praticamente continuação não-modificada do passado e, como veremos depois, a conseqüente reticência quanto ao peso que teve a industrialização na transformação do país, são provavelmente duas das principais deficiências da análise de Caio Prado Jr. Caricaturizando um pouco, pode-se dizer que sua visão da experiência histórica brasileira é de um todo quase indiferenciado.

O que talvez tenha explicação no fato de ter notado tão bem os elementos de continuidade entre o passado e o presente brasileiros que acabou por subestimar as mudanças (mesmo que muitas vezes de difícil apreensão) de que também é feita nossa história. Ou melhor, por ter percebido como o fundamental do sistema colonial permanece, seu “sentido”, que faz com que a produção e a vida brasileira estejam voltadas para fora de nós, parece ter subestimado as modificações que ocorrem no interior desse sistema e podem mesmo diminuir o peso das permanências coloniais.⁵⁴

Naturalmente, contudo, o peso atribuído por Caio Prado às transformações que se processam no Brasil varia em diferentes

⁵² Prado Jr., *A Questão Agrária no Brasil*, *op. cit.*, p. 49.

⁵³ *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 328.

⁵⁴ Por outro lado, desenvolvimentos recentes que colocam mesmo em risco a indústria nacional, talvez indiquem que as reticências do historiador paulista quanto à transformação da sociedade brasileira, possivelmente não eram tão descabidas assim.

textos. Assim, afirma em *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* que “as relações capitalistas de produção se difundiram no Brasil sem contudo tocarem a substância de sua feição econômica”,⁵⁵ enquanto em *A Revolução Brasileira* parece sugerir o contrário: “o fato é que, com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo”.⁵⁶

Há, portanto, uma aparente ambigüidade na discussão de Caio a respeito do capitalismo brasileiro. Na verdade, suas ambigüidades refletem as próprias ambigüidades do capitalismo brasileiro. Dessa forma, nota acertadamente que a descoberta do Brasil tem origem no mesmo processo que resultou na formação do capitalismo. Por outro lado, também aponta corretamente para as dificuldades do capitalismo no Brasil, sugerindo, em certos momentos, que em nossa realidade ele é “pouco mais que uma forma exterior e sobreposta”.⁵⁷

A fonte das ambigüidades de Caio Prado Jr. ao tratar de nosso capitalismo é, portanto, a existência no Brasil do que Florestan Fernandes chama de dupla articulação entre fatores externos e internos à nossa sociedade.⁵⁸ Caio Prado tem inclusive plena consciência do problema: “poderíamos ser *internamente* mui-

⁵⁵ *Ibid.*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 75.

Isto teria ocorrido por ser nosso capitalismo fruto de circunstâncias externas à nossa sociedade, o que contrasta com o que ocorreu na Europa, onde o capitalismo nasceu de contradições do modo de produção anterior, o feudalismo.

⁵⁶ Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 96.

⁵⁷ *Ibid.*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, p. 76.

⁵⁸ Fernandes. In: Prado Jr., *História e Desenvolvimento*, *op. cit.*

Essa situação existe desde a nossa independência, quando o externo passou a ser internalizado por nós.

to menos ‘capitalistas’ do que somos, e nem por isso nos entrosarmos menos no sistema capitalista internacional”.⁵⁹

Talvez as ambigüidades em relação ao capitalismo brasileiro estejam mesmo menos em Caio do que nos ambientes em que seus textos foram recebidos. Assim, em determinadas circunstâncias, como as da publicação de *A Revolução Brasileira*, preferiu-se prestar atenção especialmente às circunstâncias internacionais por ele discutidas. Conseqüentemente, mesmo não havendo nunca dito que o Brasil “era capitalista desde Martin Afonso de Souza”⁶⁰ ou que era “uma economia colonial capitalista”,⁶¹ por saber que o que caracteriza um modo de produção é o tipo de relações de produção prevaletentes numa formação econômico-social concreta, muitos preferiram prestar atenção à sua afirmação de que foi a partir de uma orientação mercantil que “o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram”.⁶²

⁵⁹ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 81.

Há aparentemente similaridade entre essa afirmação do historiador paulista e o que Ignácio Rangel diz sobre o latifúndio ser internamente feudal e externamente capitalista. No entanto, Caio, em lugar de defender que há um dualismo básico no Brasil, mostra que nossa formação econômico-social, como qualquer formação econômico-social, é uma unidade contraditória. Ver: Ignácio Rangel, *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Brasileiros, 1957.

⁶⁰ Bresser Pereira. In: D’Incao, *História e Ideal*, *op. cit.*, p. 287.

⁶¹ Mantega. In: Moraes, *op. cit.*, p. 81.

⁶² Prado Jr. *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 81.

Mesmo em *A Revolução Brasileira* nota que “é certo que os proprietários rurais empregam eventualmente no Brasil processos e expedientes de natureza não-econômica, e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados (...) que emprestam às relações de empregador e empregado nítidas cores de submissão pessoal e, portanto, estranhas ao capitalismo” (Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 105). Caio Prado Jr. não considera, porém, essas características extra-capitalistas como representando resíduos feudais, mas sim escravistas.

De qualquer forma, Caio Prado Jr. identifica dois problemas como centrais à nossa formação econômico-social. Como diz em “O programa da ANL”: “a política brasileira do momento se apóia (...) nesses dois elementos (...) o latifúndio⁶³ e o imperialismo”.⁶⁴ A centralidade desses dois problemas para Caio Prado deriva de serem eles os que mais nos ligam a um passado colonial que não conseguimos superar de todo.⁶⁵

Nota, em particular, que é na estrutura agrária onde mais se evidenciam os entraves colocados pela antiga situação colonial a um desenvolvimento pleno entre nós de relações de produção capitalistas. Por isso mesmo, a questão agrária é a “responsável principal (...) pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira”.⁶⁶ O que ocorre em razão de até a década de sessenta, período em que Caio escreve o conjunto de sua obra, a maior parte de nossa população ainda depender de atividades agropecuárias para seu sustento. Além do mais, a questão agrária no Brasil não acaba no campo, já que os habitantes das cidades também são afetados indiretamente pela estrutura fundiária, principal fator que tem obstaculizado o desenvolvimento de um mercado interno brasileiro. Devido a todos esses fatores, Caio Prado Jr. considera a questão agrária como “o ponto nevrálgico da economia brasileira”.⁶⁷

⁶³ Posteriormente abandonará o termo latifúndio, vinculado à experiência européia.

⁶⁴ Prado Jr., “O programa da ANL”. In: *Revista Escrita Ensaio*, vol. 4, nº 10, p. 134.

⁶⁵ Não por acaso, entretanto, a Internacional Comunista identifica, em seu Sexto Congresso, como “as questões especialmente importantes” para os países latino-americanos “a agrário-camponesa e a luta contra o imperialismo dos EUA” (*Cuadernos de Pasado y Presente*, *op. cit.*, p. 127).

⁶⁶ Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 334.

⁶⁷ *Ibid.*

O regime agrário brasileiro “é o regime da ‘fazenda’ e do ‘latifúndio’ que ninguém encontrará, por exemplo, nos países da Europa e que na própria terminologia oficial da ciência econômica tem um nome particular: ‘*plantation system*’, sistema de plantação”.⁶⁸ O que Caio chama aqui de sistema de plantação é o nosso velho conhecido, a grande exploração agrária, caracterizada “pela grande propriedade rural trabalhada por camponeses sem terra”.⁶⁹

Constata-se daí que a “grande exploração rural (...) se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre”.⁷⁰

Nessa análise, em que ressalta a centralidade da forma de resolução da questão agrária na conformação do capitalismo brasileiro, Caio Prado Jr. lembra, em muito, Lênin. Já o revolucionário russo notara que “o próprio capitalismo *cria* para si as formas correspondentes de relações agrárias, partindo das velhas formas de posse da terra”. Lênin aponta, em particular, para três possíveis vias para o capitalismo: a prussiana, a inglesa e a norte-americana. Assim, “na Alemanha, a transformação das formas medievais de propriedade agrária se processou, por assim dizer, seguindo a via reformista, adaptando-se à rotina, à tradição, às propriedades feudais, que se foram transformando lentamente em fazendas de junkers”. Já na Inglaterra, através dos cercamentos,

⁶⁸ *Ibid.*, “O programa da ANL”, *op. cit.*, p. 122.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 125.

A exemplo do termo latifúndio, Caio Prado ainda usava em 1935 a palavra camponeses para se referir aos trabalhadores rurais brasileiros.

⁷⁰ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 158.

“a transformação foi revolucionária, violenta, mas a violência sendo empregada em benefício dos latifundiários, sendo exercida sobre as massas camponesas”. Nos Estados Unidos, por sua vez, a violência foi contra as “propriedades escravistas dos estados do sul. (...) Suas terras foram fracionadas; a grande propriedade agrária feudal se converteu em pequena propriedade burguesa”.⁷¹

Indo um pouco além, vê-se, portanto, que a análise de Caio Prado a respeito da transição brasileira para o capitalismo se aproxima do que Lênin caracteriza como sendo a via prussiana.⁷² O papel da grande exploração agrária nesse desenvolvimento se explica em razão de ser, como já mostrara Lênin, a maneira como o capitalismo se estabelece numa sociedade determinada pela forma como se resolve a mais importante das suas questões internas. Assim, já que o “sentido” da formação econômico-social brasileira continua a ser, de acordo com Caio, produzir na grande exploração agrária gêneros comerciais de alto valor no mercado internacional, é natural que a maneira como se lida com a grande exploração agrária tenha profundos reflexos sobre todo o restante da vida brasileira.⁷³

⁷¹ Lênin, *O Programa Agrário*, sem indicação de tradutor. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 63.

Pensando nas possíveis implicações para a Rússia czarista da resolução da questão agrária, Lênin imagina que se seguir a via prussiana serão mantidas “a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’”, enquanto que se adotando a via norte-americana, “a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga ‘superestrutura’ que lhe corresponde (...) (serão) destruídos” (Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, *op. cit.*, pp. 10 e 11).

⁷² Apesar de José Chasin ter inteira razão em apontar que o grande interesse da “via prussiana” para nós, brasileiros, que também passamos por uma via não-clássica de desenvolvimento capitalista, está em ambos os casos serem “singularidades distintas (...) que antes os *separam* dos casos clássicos, do que os identificam entre si” (José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 628).

⁷³ Mesmo que, a partir da industrialização, a questão agrária tenha

O que de mais importante se mantém da grande exploração é uma certa maneira de se tratar o trabalhador, identificado como praticamente o equivalente a um instrumento de trabalho. Dessa forma, o assalariado, que veio a substituir o escravo com a abolição, encontrou o mesmo ritmo produtivo e estrutura econômica que existiam na época anterior. Por tratar-se de herança da escravidão, Caio Prado Jr. considera que seria mais adequado falar-se na existência no Brasil não de restos e relações feudais ou semi-feudais, mas em restos e relações escravistas ou semi-escravistas.

A razão da manutenção dessas características escravistas, mesmo depois da abolição, é que “a escravidão foi um meio; o objetivo, que era de conseguir força de trabalho à disposição da empresa comercial em que se estruturara a sociedade brasileira, esse objetivo se propusera já antes de instituída a escravidão, e permanecerá depois dela”.⁷⁴

O principal efeito dos resíduos escravistas é impedir a integração da maior parte da população brasileira à vida nacional. Ou, como afirmava Caio Prado já em 1935: “a população rural que moureja nas fazendas brasileiras constitui não uma nacionalidade, fundamento necessário de um país livre, autônomo e soberano, mas a massa bruta de ‘nativos’ que (...) servem apenas de pedestral a glória e poderio econômico das grandes potências da Europa, da América e da Ásia”.⁷⁵

Esses trabalhadores rurais, que não possuem condições econômicas autônomas, não podem, portanto, tornar-se a base da nacionalidade, como ocorreu, por exemplo, na França, depois da

deixado de ser o problema central do Brasil, a maneira como se trata a grande exploração, até por causa de sua vinculação com o passado colonial do país, tem profundos impactos sobre as características que assume o capitalismo brasileiro.

⁷⁴ Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 39.

⁷⁵ *Ibid.*, “O programa da ANL”, *op. cit.*, p. 122.

Revolução de 1789, e nos EUA, depois da Guerra Civil.⁷⁶ A pequena propriedade no Brasil está mesmo, de acordo com Caio, restrita a áreas reduzidas que não passam de margens e sobras da grande exploração.

Apesar dos resíduos escravistas, a grande exploração agrária é um empreendimento caracteristicamente capitalista. Isto em razão desses resquícios não impedirem que as relações de produção prevalecentes no interior da grande exploração serem entre “de um lado, os empresários do negócio que são os grandes proprietários; e doutro, os trabalhadores que lhes fornecem a mão-de-obra com que a grande exploração é operada”.⁷⁷ Por isso o salariado é a relação de trabalho mais característica da agropecuária brasileira, apesar de ser raro encontrá-lo na sua forma pura. Há, portanto, de acordo com Caio Prado Jr., diferentes “modalidades de pagamento da mão-de-obra ou força de trabalho empregada na grande exploração rural”.⁷⁸

Além da grande exploração agrária, o outro elemento que contribui de maneira decisiva para a não superação definitiva pelo Brasil da situação colonial é o imperialismo. Ironicamente, ao mesmo tempo que “a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se (...) (prende) às raízes da formação do país”,⁷⁹ a presente fase monopolista

⁷⁶ Gramsci, ao estudar o *Risorgimento* italiano, mostra que o Partido da Ação falhou em dotá-lo de uma dimensão popular por ter sido incapaz de mobilizar os camponeses. Assim, o caminho ficou livre para uma Revolução Passiva, dirigida pelo Piemonte e o Partido Moderado. O contrário ocorreu na França, onde os jacobinos promoveram uma reforma agrária e, dessa forma, souberam dirigir intelectual e moralmente seus aliados, os camponeses. Ver: Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, *op. cit.*

⁷⁷ Prado Jr., *A Questão Agrária no Brasil*, *op. cit.*, p. 57.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 71.

⁷⁹ *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 270.

do capitalismo contribui para que ocorra um “reforçamento do sistema colonial vigente”.⁸⁰ A razão principal para isso é que os lucros do imperialismo dependem da exportação dos mesmos produtos primários em que se baseia o sistema colonial.

A análise de Caio Prado sobre o imperialismo não se prende apenas a seus efeitos negativos. Assim, demonstrando percepção aguda do fenômeno, aponta, já em 1947, também para o “lastro positivo do imperialismo”, que seria “um grande estímulo para a vida econômica do país, entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo”, o que faria com que realizasse “necessariamente nela muitos de seus progressos”. Sua importância não se restringiria apenas ao aspecto material, já que “com ele vêm o espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos”.⁸¹

Insiste, no entanto, que a consequência principal do imperialismo para nós, brasileiros, é que “nossa vida e nosso desenvolvimento econômico se subordinam estreitamente a acontecimentos e circunstâncias estranhas que se passam nos centros daquele sistema (o capitalismo) e sobre os quais não temos ação alguma”.⁸² De acordo com o historiador paulista,⁸³ nem mesmo podemos contar com o capital estrangeiro para formar capitais nacionais

⁸⁰ *Ibid.*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 90.

Com o capitalismo monopolista e a fusão entre capital financeiro e industrial, também surge, por volta do final do século passado, o neocolonialismo. A partir daí, não se procurará apenas dominar o comércio da periferia capitalista, mas também produzir nessa região.

⁸¹ Prado Jr., “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”. In: *A Classe Operária*, 19/04/1947, p. 4.

⁸² *Ibid.*, “Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 1, n° 2, 1955, p. 84.

⁸³ *Ibid.*, “Capitais estrangeiros e capitais nacionais”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 4, n° 18, 1958.

no Brasil, porque o capital adicional, constituído no processo de acumulação, continua a ser estrangeiro. Dessa forma, esse capital estará sujeito a repatriação para fora do país a qualquer momento, bastando para isso que as condições em outras partes do mundo lhe sejam mais favoráveis do que as aqui existentes.

Caio, de forma geral, não aceita, portanto, o argumento de que um país atrasado como o Brasil tem necessidade de qualquer tipo de capital estrangeiro. Para rebatê-lo, lembra que, ao se falar em capital estrangeiro, muitas vezes se confundem “coisas bem distintas”.⁸⁴ Uma coisa é a técnica, os equipamentos e o capital pertencente a estrangeiros, outra é o capital financeiro que empresas subsidiárias de “grandes trustes internacionais” aqui invertem. Não se opõe às três primeiras formas de capital estrangeiro, considerando que elas podem mesmo favorecer o progresso econômico. Não demonstra, porém, a menor simpatia em relação à última modalidade, que representa o grosso das inversões estrangeiras no Brasil. Isto porque considera que as empresas subsidiárias não se integram verdadeiramente ao Brasil e a qualquer outro país de adoção, já que mantêm uma ligação orgânica com os centros de onde são originárias.⁸⁵

⁸⁴ *Ibid.*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 179.

⁸⁵ De acordo com nosso autor, pode-se, além do mais, conseguir dos “grandes trustes” recursos técnicos e equipamentos em condições favoráveis, controlando-os, a exemplo do que teriam feito Japão e União Soviética no início de seus processos de industrialização. Ver: Prado Jr., “Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros”, *op. cit.*; “Capitais estrangeiros”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 3, nº 11, 1957; “Conferência de 17 de março de 1949 no Centro de Debates de Assuntos Econômicos ‘Cáster Líbero’”. In: *Pronuário de Caio Prado Jr. no DEOPS*, 30-K-33.

O julgamento de Caio Prado Jr. é mais verdadeiro hoje do que quando foi formulado. Naquela época, o grosso do investimento estrangeiro não era financeiro (os financiamentos privados praticamente desapareceram na crise de 30 e só voltam a crescer gradualmente a partir de fins dos anos sessenta e, sobretudo, setenta, com os petrodólares), mas sim industrial e de ser-

Caio Prado Jr. errou, contudo, quanto ao papel que as empresas transnacionais podiam ter em nossa industrialização. O que provavelmente ocorreu precisamente por ter percebido tão bem como o capitalismo “forma um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo, (...) um conjunto que vale sobretudo como conjunto”.⁸⁶ Imaginou, assim, que um país como o nosso, em razão de sua economia, “no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura(r) em bases próprias e nacionais, e sim, em função de objetivos estranhos que não os dos países dominantes do sistema”,⁸⁷ estaria eternamente condenado à condição de fornecedor de produtos primários para o centro capitalista. Portanto, mesmo que tenha errado quanto ao papel das empresas transnacionais na industrialização brasileira, Caio Prado acertou ao ressaltar a vinculação que temos com esse sistema-mundo que é o capitalismo.⁸⁸

Mas se erra em relação aos “grandes trustes internacionais”, a perspectiva totalizante de Caio permite, em compensação, no que se refere ao estudo do subdesenvolvimento, uma melhor compreensão do fenômeno do que a usual. Desmascara, em particular, aspectos ideológicos da teoria da modernização, mostrando que por trás dela está a “idéia de uma progressão dentro do sistema capitalista, unilinear e homogênea, isto é, essencialmente, idênti-

viços (no financiamento do Programa de Metas, a indústria automobilística, naval etc.). A observação ganha, porém, atualidade com a crise da dívida externa, a partir de 1982 e hoje, com as implicações da crise asiática e os fenômenos que acompanham a liberalização financeira e a desvinculação entre especulação financeira e monetária e os fluxos reais de comércio.

⁸⁶ Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, op. cit., p. 277.

⁸⁷ *Ibid.*, *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 193.

⁸⁸ O historiador paulista num belo trecho chega a dizer: “não há mais verdadeiramente, no mundo contemporâneo, história econômica deste ou daquele país, mas unicamente de toda humanidade” (Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, op. cit., p. 280).

ca quaisquer que sejam o país e situação considerados”.⁸⁹ Ressalta que, de maneira formalista, para se medir esse pretensão de desenvolvimento, se faz uso apenas de critérios quantitativos, como a renda *per capita*, sem se prestar maior atenção às diferenças qualitativas do desenvolvimento.

O que “distingue e caracteriza”, porém, os assim chamados países subdesenvolvidos “não é unicamente nem principalmente o seu baixo nível de desenvolvimento econômico e progresso econômico, e muito menos a insignificância de sua renda nacional; e sim aquela posição específica que ocupam no conjunto do sistema capitalista”. Em poucas palavras, uma “posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente”.⁹⁰

Caio Prado nota também que a situação periférica dos países subdesenvolvidos faz com que o comércio exterior e o câmbio assumam uma importância preponderante nas suas economias, tendendo a gerar desequilíbrios recorrentes em suas contas externas.⁹¹

Por notar a ligação da industrialização brasileira com o imperialismo, Caio Prado não dá maior importância ao fenômeno. Considera, além do mais, que as indústrias instaladas no Brasil visariam apenas à satisfação da demanda por bens de consumo

⁸⁹ Prado Jr., *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*, op. cit., p. 196.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 197.

Nota-se como a análise de Caio Prado em relação ao desenvolvimento, bem como os termos que em 1957 utiliza para discuti-lo, antecipam em quase dez anos a teoria da dependência.

⁹¹ No início dos anos sessenta, a remessa de lucros para o exterior estaria mesmo ultrapassando o afluxo de capital novo. Assim, Caio presta especial atenção ao projeto que determina o controle dessas remessas, dedicando-lhe dois artigos na *Revista Brasiliense*. De maneira geral, apóia o projeto, apesar de considerá-lo excessivamente tímido. Ver: Prado Jr. “Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 5, nº 23, 1959, e Prado Jr., “A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 8, nº 41, 1962.

de luxo de setores reduzidos de nossa população. Faltaria, portanto, às nossas indústrias o mais importante: mercado. Para piorar o quadro, os industriais brasileiros não possuiriam nem mesmo um verdadeiro espírito capitalista, preferindo “viver em família, família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades”.⁹² Devido a todos esses fatores, Caio chega a dizer que não ocorreu no Brasil “nada (...) que se assemelhe a um processo de industrialização digno desse nome”.⁹³

O retrato que fornece de nossa industrialização é, porém, ambíguo. Por um lado, reconhece que “efetivamente, o progresso industrial observado no Brasil e o destacado papel que as atividades manufatureiras já ocupam na economia brasileira (...) se apresenta como um grande passo no sentido da transformação de nossa estrutura econômica — e sob esse aspecto se revela um poderoso fator de destruição do velho sistema colonial”. Por outro lado, ressalta que essa industrialização “ainda se insere nesse sistema, alimenta-se de suas contradições e assim lhe sofre as contingências”.⁹⁴

Não se pode dizer que Caio Prado Jr. erre ao afirmar que a industrialização brasileira depende de saldos positivos da balança comercial, garantidos pela exportação dos produtos primários de sempre. Nem tampouco está incorreta a afirmação de que a produção local de manufaturas vise, de início, principalmente, a substituir a importação de bens de consumo de luxo. Mas não percebe, ou melhor, percebe mas não dá a devida atenção ao fato que essa primeira fase da industrialização brasileira traz consigo os germens de uma transformação profunda do país. Assim, refletindo essas mudanças, por volta de 1960, a população urbana ultrapassará a população rural do Brasil, atingindo-se o apogeu do processo com a instalação de uma indústria de bens de capital

⁹² Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 262.

⁹³ *Ibid.*, *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 243.

⁹⁴ *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, pp. 322 e 323.

no país, entre os governos Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel, que hoje encontra-se seriamente ameaçada.

Caio Prado não compreende, portanto, que, com o tempo, como nota Florestan Fernandes, apesar de “o capital mercantil não desaparece(r), (...) (ele) perde sua função hegemônica e determinante”.⁹⁵ Como consequência disso, também a esfera da circulação deixa de ter no Brasil a importância atribuída a ela pelo historiador paulista.⁹⁶ Mesmo que nossa indústria seja frágil, como Caio não cansa de nos lembrar, com ela o “sentido” da vida brasileira se modifica profundamente. Por isso, apesar da presença persistente de resquícios do passado, não continuamos a ser a mesma colônia de sempre.

No entanto, foi justamente por ter notado o que era essencial em nossa formação econômico-social que Caio Prado Jr. não pôde perceber o detalhe. Sua situação lembra, conseqüentemente, a do passageiro que do avião avista a floresta, mas é incapaz de nela diferenciar entre as árvores. O que, naturalmente, tem repercussão na própria obra, excelente no que se refere à análise das estruturas, mas com falhas na consideração das conjunturas. O

⁹⁵ Fernandes. In: Prado Jr., *op. cit.*, p. 10.

⁹⁶ O que Marx nota em relação ao desenvolvimento do capitalismo mundial também se aplica ao Brasil. Ou seja, “assim que o capital se apoderou da própria produção e lhe deu uma forma completamente alterada e específica — o capital comercial aparece apenas como capital em uma função específica” (Marx, *O Capital*, vol. 3. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 245). Ao mesmo tempo que “a súbita expansão do comércio e a criação de um novo mercado mundial exerceram influência preponderante sobre o ocaso do modo de produção antigo e a ascensão capitalista, então isso aconteceu pelo contrário, com base no modo de produção capitalista, uma vez criado”. O que faz com que “o próprio mercado mundial constitu(a) a base desse modo de produção. Por outro lado, a necessidade imanente ao mesmo, no sentido de produzir em escala cada vez maior, leva à constante expansão do mercado mundial, de tal modo que aqui não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é a indústria que constantemente revoluciona o comércio” (Marx, *O Capital*, vol. 3, p. 250).

problema começa, porém, quando diferentes conjunturas se combinam, levando à constituição de uma nova situação com uma estrutura distinta, o que efetivamente começou a ocorrer no Brasil a partir de 1930.

Mas, apesar dos erros, talvez o mais importante é, como mais uma vez aponta Florestan Fernandes, “que Caio botou o dedo na ferida”, ao enfatizar “a permanência de um nexo colonial que muitos investigadores consideram extinto”⁹⁷ e que tanto nos marca.

⁹⁷ Fernandes. In: Prado Jr., *História e Desenvolvimento*, *op. cit.*, p. 11.

7.1. A CRÍTICA POLÍTICA DE CAIO PRADO JR.¹

A avaliação de Caio Prado Jr. a respeito da política brasileira é, de maneira geral, convencional. Em resumo, considera os políticos personalistas e os partidos inautênticos.² Acredita, dessa forma, que a política brasileira, apesar dos conflitos muitas vezes violentos, gira em torno de questões menores. Faltaria a ela principalmente aquilo que chama de ideologia. A razão principal para a prevalência deste quadro não muito animador é que haveria uma “inadequação dos quadros partidários à nossa realidade e problemática econômico-social”.³

¹ Embora as idéias de Caio Prado Jr. sobre o que deve ser a Nação brasileira só fiquem claras no seu programa político, decidimos considerar sua crítica política nesta parte do livro, já que crítica e programa político são indissociáveis no historiador paulista, sendo a partir da crítica que estabelece o programa.

² Sobre os políticos diz que “toda a política brasileira gira em tono desta hierarquia de ‘chefes’ locais, que vai desde o chefe de distrito ou município até os grandes ‘pageter’ de zonas” (Prado Jr. “O programa da ANL”, *op. cit.*, p. 134). Em relação aos partidos, por sua vez, afirma que são as “pequeninas ambições e aspirações personalistas que constituem sua (...) razão de ser”. Assim, nada os uniria a não ser “alcançar posições políticas e administrativas para seus representantes, e favorecer os interesses personalistas de suas respectivas clientelas partidárias” (Prado Jr., *Revista Brasileira*, 1961, vol. 7, nº 38).

³ Prado Jr., “Perspectivas da política progressista e popular brasileira”. In: *Revista Brasileira*, vol. 9, nº 44, 1962, p. 1.

Há, portanto, aparentemente uma divergência entre essa sua posição e o que afirma em *História Econômica do Brasil* a respeito do desencontro que existiria, desde a independência, entre política e organização econômico-social do país. Recapitulando, o que diz em *História Econômica do Brasil* é que o sentido, que, desde a colônia, têm a economia e a sociedade brasileiras, não se combina com as novas exigências surgidas com o estabelecimento de um Estado nacional autônomo. Em compensação, como acabamos de ver no artigo da *Revista Brasiliense*, Caio Prado parece estar insinuando o contrário; apesar de continuar a reconhecer a divergência entre política, economia e sociedade, sugere que é a esfera política que não realiza o que está prometido nas demais.

Como já antecipamos, a divergência é, porém, apenas aparente, já que trata de coisas distintas nos dois textos. Dessa forma, em *História Econômica do Brasil* analisa a política em plano mais alto, o das instituições que organizam a vida social, enquanto no artigo da *Revista Brasiliense* discute o cotidiano da política, feito de intrigas e jogo de bastidores. Portanto, é possível tanto imaginar uma situação em que a economia e a sociedade não estejam à altura das instituições políticas, como outra em que os eventos políticos sejam inferiores à situação sócio-econômica existente, sem que uma coisa inevitavelmente se choque com a outra.

Onde Caio erra é ao subestimar a influência que tem a ordem ideal em relação às práticas políticas. Ou seja, mesmo que instituições e comportamento político sejam coisas distintas, eles se influenciam mutuamente, já que, quando os diferentes atores políticos agem, estão informados por determinados valores que lhes foram transmitidos anteriormente. O que se constata inclusive no Brasil, onde, por exemplo, o precário, se merecer tal nome, Estado de bem-estar social que temos, como mostra Alfredo Bosi,⁴ se deve, em grande parte, a um certo referencial positivista da elite política gaúcha que ascende ao poder em 1930.

⁴ Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Por não ter dado a devida atenção à política “pequena”, Caio Prado Jr. não conseguiu também perceber importantes desenvolvimentos que estavam se processando quando escrevia a maior parte de seus trabalhos políticos. Não compreendeu particularmente a consolidação do quadro partidário, que começava a ocorrer por volta do final do período populista.⁵ Assim, mais do que cliques sedentas pelas vantagens que a posse do aparelho estatal podia oferecer, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a UDN passavam a representar interesses concretos presentes no interior da sociedade brasileira.

Caio Prado reconhece, entretanto, que foi durante o período populista que houve “a ascensão para um primeiro plano da vida política brasileira, das camadas e forças populares”.⁶ Logo a seguir, entretanto, caracteriza o populismo apenas como “um sistema de interesses personalistas mantidos à custa de favores do Estado”,⁷ sua razão de ser consistindo em “desempenha(r) o papel de anteparo em frente às massas trabalhadoras que ilude com sua demagogia esquerdizante”.⁸

⁵ Maria do Carmo Campelo de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

⁶ Prado Jr., “As eleições de 3 de outubro”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 6, nº 32, 1960, p. 1.

⁷ *Ibid.*, p. 4.

⁸ *Ibid.*, p. 9.

Caio tem especial antipatia pelo governo Juscelino Kubitschek, que considera a “administração mais anti-popular (...) que o Brasil jamais teve” (Prado Jr., “Panorama da política brasileira”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 7, nº 38, p. 5, 1961). Irrita-o, em particular, o apoio que a esquerda deu a esse governo, que na sua visão, se caracterizou essencialmente por “*entreguismo* e inflação em escala sem precedentes” (Prado Jr., *A Revolução Brasileira, op. cit.*, p. 25).

No entanto, o historiador compartilhou com a esquerda o otimismo inicial diante do governo Kubitschek. Avaliou mesmo que, apesar de tudo, “o Sr. Juscelino Kubitschek representa sem dúvida uma situação nova que abre perspectivas promissoras” (Prado Jr., “O sentido da anistia ampla”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 2, nº 3, 1956, p. 1), principalmente em razão da “elei-

O que Caio Prado Jr. afirma sobre o populismo é basicamente correto. Chega mesmo a antecipar pontos da análise de Weffort⁹ sobre o fenômeno. O populismo tanto foi o principal promotor da incorporação política dos setores populares no Brasil e em boa parte da América Latina, como esteve marcado por práticas manipuladoras em relação a esse ator social e político.¹⁰ Acentua, contudo, demasiadamente o segundo elemento, negativo, do populismo, sem prestar maior atenção ao seu significado histórico. Por outro lado, o caráter, de textos de combate, dos trabalhos do historiador paulista sobre o tema, ajuda a explicar seu conteúdo. Mesmo assim, sua avaliação não deixa de ser desequilibrada.

De qualquer forma, Caio Prado acredita que, pelo menos desde as eleições estaduais de 1958, há sinais de descontentamento com o populismo. O principal beneficiário desse descontentamento, tanto nas eleições para o governo de São Paulo em 1958, como na eleição presidencial de 1960, teria sido Jânio Quadros,¹¹ o qual,

ção do novo presidente e as circunstâncias em que se realizou, (...) (terem despertado e reunido) forças antes dispersas que agora se apresentam em linha de batalha para a conquista de um Brasil renovado” (Prado Jr., “O sentido da anistia ampla”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 2, nº 4, 1956, p. 5).

⁹ Weffort, *op. cit.*

¹⁰ O diário político de Caio Prado Jr. indica que ele provavelmente associava o primeiro governo Vargas ao bonapartismo. Dessa forma, nota que “o prestígio de Getúlio reside sobretudo nas camadas mais inconscientes e ignorantes da população no ‘lumpen ou quase lumpen-proletariat’” (Prado Jr. *apud* Iumatti, *op. cit.*, p. 126). Mais adiante, ao caracterizar o governo Eurico G. Dutra, em contraste com o de Vargas, vai ainda além, reconhecendo que esse último não era o representante direto dos interesses burgueses, já que “o que se pode observar de importante” em relação ao governo do Marechal “é o caráter novo da política brasileira com o prestígio político das classes conservadoras. (...) É bem diferente do tempo de Getúlio, em que estas classes conservadoras se aproximavam humildes e supplicantes ao governo, e obtinham ou não concessões dele que não passavam então de dádivas generosas. Hoje elas dão ordens” (*Ibid.*, p. 151).

¹¹ Na verdade, também um populista, mas não ligado ao getulismo.

apesar de “comprometido até a raiz dos cabelos com os grupos mais antipopulares da política brasileira”,¹² soube apresentar-se como político independente e descompromissado.

Caio acredita, portanto, que mesmo que o eleitorado tenha feito uma má escolha ao eleger Jânio governador e presidente, acertou ao “distinguir o alvo principal de sua luta”. Mas os principais responsáveis pelo fato de “ao corrigir um erro do passado, o povo (...) (ter caído) em outro”, teriam sido os “dirigentes políticos populares e nacionalistas, comunistas inclusive”.¹³

7.2. CAIO PRADO JR. E A ESQUERDA OU MAIS UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DA CRÍTICA DA CÓPIA BRASILEIRA

A esquerda teria se deixado, assim, “atrelar às ambições personalistas de figurões políticos que nada apresentam em seu favor senão sua capacidade demagógica pré-eleitoral, sua habilidade na fraude e na mistificação da opinião pública”.¹⁴ O que, por sua vez, teria aberto caminho para que tivesse sucumbido praticamente sem resistência, a “uma simples passeata militar”. Chegamos, dessa maneira, a *A Revolução Brasileira*, o principal livro político de Caio Prado Jr.

Mas antes da publicação de *A Revolução Brasileira*, em 1966, os pontos centrais da crítica de Caio Prado à esquerda já tinham aparecido. O que ocorreu tanto em artigos da *Revista Brasiliense*, como num texto de 1947, sintomaticamente intitulado “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”.¹⁵

¹² Prado Jr., “As eleições de 3 de outubro”, *op. cit.*, p. 10.

¹³ *Ibid.*, p. 11.

¹⁴ Prado Jr., “A lição das eleições de 3 de outubro”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 4, nº 20, 1958, p. 4.

¹⁵ Esse artigo, publicado na edição de 19 de abril de *A Classe Operá-*

Em “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”, Caio já denuncia o mecanicismo da análise da maior parte de nossos marxistas, que “apegando-se estreitamente aos textos de Marx, Engels e Lênin (...) não sabem interpretá-los”. Assim, se contentariam em procurar “artificialmente e à custa de graves deformações encaixar os fatos que têm sob às vistas dentro das esquemas que encontram nas obras clássicas do materialismo dialético”, levando a “deformações grosseiras e mesmo a deturpações completas”.

Ao agir dessa maneira, nossos auto-proclamados marxistas se afastariam do próprio marxismo, que “não é dogma, nem se prende a textos”. Lênin, em particular, deveria inspirá-los, já que “*dedicando-se sobretudo a seu país* que se encontrava em grande atraso econômico, social e político relativamente aos demais países da Europa, e ainda em regime nitidamente feudal, (...) teve a necessidade de apreciar de um só golpe as sucessivas etapas de desenvolvimento histórico através das revoluções democrático-burguesa e socialista” (grifos meus).¹⁶

ria, então órgão central do PCB, era destinado a servir de subsídio para o debate interno que prepararia o IV Congresso do partido, a ser realizado em 1948. No entanto, devido à decretação da ilegalidade do PCB, em 1947, o Congresso não chegou a ser realizado. De qualquer forma, nota um autor anônimo, que escreve nos *Cadernos de Nosso Tempo*, do ISEB, que “o Sr. Caio Prado Jr., que é talvez o único teórico marxista do Partido Comunista Brasileiro, e que por isso mesmo mantém sua autonomia intelectual, não se deixando levar para a mera repetição mecânica de chavões de propaganda, levantou uma questão que conduziria provavelmente ao único debate interessante do Congresso, se lhe dessem oportunidade de defender o seu pensamento” (“Três etapas do comunismo brasileiro”. In: *Cadernos de Nosso Tempo*, nº 2, 1954, p. 127).

¹⁶ Prado Jr., “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”, *op. cit.*, p. 4.

Antes mesmo da publicação do artigo citado, é possível notar um descontentamento de Caio Prado Jr. com a atuação comunista. No quadro que se segue à derrota de seu grupo político na disputa pelo controle do PCB, em

No livro com o nome de *A Revolução Brasileira*, a análise de Caio Prado Jr. é basicamente a mesma esboçada quase vinte anos antes. Acrescenta-se nele o forte impacto do golpe de 1964, portanto, dois anos antes de sua publicação, o que serve para aumentar o grau de indignação da crítica. No entanto, apesar do peso que tem a época em que foi escrito, o livro não é mera obra de circunstância, já que, ao entender o “sentido” da prática de um dos atores políticos que agiam no momento em que foi escrito, vai além do período que o gerou. Esse ator político são as “forças progressistas”.

A Revolução Brasileira tem, portanto, um destinatário claro: a esquerda, e em particular, o PCB. Esse sujeito político teria interpretado o último governo civil, o de João Goulart, como período “de ascenso e avanço revolucionário”, quando, na ver-

1945, chega a afirmar, em escritos que não eram destinados à publicação: “não acredito em Prestes e na atual direção do Partido. Têm-se mostrado de uma incapacidade sem par. Isto acrescido à suficiência que revelam, uma pretensão ilimitada de acerto infalível; mais o sectarismo que os caracteriza, são condições precárias para o futuro do partido. (...) A minha interpretação dos acontecimentos e da posição atual do partido, é a seguinte. O comunismo no Brasil, representado de um lado por um largo, embora ainda confuso sentimento popular, e doutro por uma ideologia capaz de servir de base à renovação do Brasil, foi empolgado por um grupo de aventureiros que se valeram do prestígio de Prestes. Aventureiros (num) bom sentido da palavra, i.e., bem intencionados no fundo, sem propósitos pessoais na maioria; mas de curta visão e incapacidade política total. E formando um pequeno grupo hermético e inteiramente destacado da realidade, vivendo no mundo da lua. Caberia a Prestes, se fosse realmente um grande líder político, uma remodelação completa do comunismo brasileiro, confinado até há poucos meses atrás, a pequenos grupos dispersos, sectários e muito mais teóricos que práticos; e fazer do comunismo uma verdadeira e grande força nacional. Prestes fracassou nisto porque não está na altura da tarefa que o destino colocou em suas mãos. Suas grandes qualidades pessoais, não incluem as de um dirigente político de envergadura. Estabeleceu-se assim continuidade nefasta entre um pequeno grupo de semi-conspiradores do passado, e o atual partido de massas. O desastre foi completo” (Prado Jr., *apud* Iumatti, *op. cit.*, pp. 192 e 193).

dade, ele “nada mais serviu que (...) preparar o golpe de abril”, fornecendo às “forças da reação” “a justificativa de que necessitavam”¹⁷ para posarem de salvadoras da pátria e intervirem no processo político.

Os erros que contribuíram para a realização do golpe são interpretados por Caio Prado como fruto da falta de uma teoria adequada que orientasse a ação revolucionária, o que faz com que *A Revolução Brasileira* tenha um duplo caráter: “um de afirmação e outro de negação”.¹⁸

Caio inicia *A Revolução Brasileira* diferenciando os significados de revolução e insurreição. Diz que, apesar dos dois termos serem comumente confundidos, revolução não significa simplesmente o uso da força, sentido mais próximo de insurreição, mas um “processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais”.¹⁹ Assinala inclusive que mesmo o fato de as revoluções terem sido normalmente impulsionadas por insurreições, não faz desses dois conceitos termos equivalentes.

A distinção entre revolução e insurreição mostra que Caio Prado Jr., sem provavelmente ter lido Gramsci, entendeu bem a diferença entre as estratégias de guerra de posição e guerra de movimento, analisadas pelo revolucionário italiano. O que faz dessa passagem de *A Revolução Brasileira* um trecho fundamental. Com ele, parece sugerir que a estratégia mais adequada para um país como o Brasil, que já atingiu um certo grau de complexidade, apesar das persistências coloniais, é mais ocidental do que oriental, ou seja, não é insurrecional.

¹⁷ *Ibid.*, *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 23.

¹⁸ *Ibid.*, p. 75.

¹⁹ *Ibid.*, p. 12.

Consegue, desse modo, desagradar a gregos e troianos, no caso, membros do PCB e da “nova esquerda” que se lançou à aventura da luta armada. No caso dos primeiros, praticamente todo conteúdo de *A Revolução Brasileira* gerou esse tipo de reação; já para a “nova esquerda”, as primeiras linhas do livro bastaram para que ele fosse no mínimo recebido com má vontade.²⁰

Não se deve, portanto, subestimar o significado que teve o lançamento de *A Revolução Brasileira* em 1966. O exemplo da Revolução Cubana ainda estava bastante vivo na imaginação de homens e mulheres de esquerda latino-americanos. Apenas sete anos se haviam passado desde que alguns poucos revolucionários barbudos e determinados tinham descido das montanhas e posto abaixo a ditadura de Fulgêncio Batista. Assim, para muitos parecia possível “transformar os Andes em uma nova Sierra Maestra”. Contribuía também para esse sentimento belicista o pipocar de golpes militares de um novo tipo que, a partir do realizado no Brasil em 1964, se espalharam por praticamente todo o subcontinente. Os outros esquerdistas, que rejeitavam essa estratégia que, com o tempo, se revelaria suicida, eram, na maior parte, ligados aos nossos PCs, tradicionalmente gradualistas, cuja teoria e prática, como já vimos, são os principais alvos de Caio Prado em *A Revolução Brasileira*.²¹

Caio consegue também unir comunistas e membros da nova esquerda numa oposição comum à sua recusa de definir antecipa-

²⁰ Uma entrevista posterior de Caio Prado Jr. ao *Revisão*, órgão do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP, evidencia ainda mais sua distância em relação ao foquismo: “não adianta programar a luta armada, se não existem os elementos capazes de concretizá-la. A forma de ação é determinada pelas circunstâncias e condições do momento” (Prado Jr., “*Revisão* entrevista Caio Prado Jr.”, *Revisão*, nº 4, 1967). Funcionários da ditadura, entretanto, interpretaram essa entrevista como uma defesa da guerrilha, o que levou Caio mais uma vez à prisão.

²¹ Não se pode, além do mais, esquecer que em boa parte dos casos, a “nova esquerda” não era tão nova assim, já que apesar de rejeitar a prática dos PCs, manteve sua teoria.

damente a natureza ou tipo de revolução que se deveria realizar no Brasil. Argumenta que, procedendo dessa forma, haveria uma “teorização às avessas que vai dos conceitos aos fatos e não inversamente desses fatos aos conceitos”.²² Constata, portanto, que infelizmente é isso que ocorre na teoria prevalecente acerca da revolução brasileira, marcada pela abstração e pela elaboração de conceitos *a priori*. O que faz com que se procure ajustar a um modelo preestabelecido a maneira como a realidade se apresenta.

Segundo nosso autor, o que explica a influência junto à esquerda dessa teoria equivocada acerca da revolução brasileira é “o prestígio dos modelos”²³ em que ela se baseia. A razão principal da aceitação da teoria é, portanto, basicamente a mesma que levava, na época da escolástica, a aceitar-se o argumento da autoridade. Além do mais, com boa vontade sempre é possível encontrar algumas coincidências entre a realidade e a teoria, o que contribui para reforçar o prestígio da segunda.

O “prestigioso” modelo que inspira a teoria predominante na esquerda brasileira sobre a revolução a realizar no país é o das teses da III Internacional sobre os “países coloniais ou semi-coloniais e dependentes”, elaboradas no seu VI Congresso de 1928. Caio Prado Jr. assinala que essas teses realizaram uma “generalização apressada e injustificada”,²⁴ que não deu maior atenção às diferenças existentes entre os países coloniais e semi-coloniais da Ásia e da África, de um lado, e os países dependentes da América Latina, como o Brasil, do outro. Todos, devido a seu baixo nível de desenvolvimento, foram classificados como estando numa fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Concluiu-se, portanto, que o tipo de revolução a ser realizado nesses países, de acordo com “o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo

²² Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 29.

²³ *Ibid.*, p. 31.

²⁴ *Ibid.*, p. 37.

dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo”,²⁵ era Democrático-Burguês.

Verifica-se daí que as observações de Caio Prado a respeito das equivocadas teses do PCB sobre o Brasil pertencem a um gênero bastante comum na literatura política brasileira: a crítica da cópia. No século XIX, boa parte de nossos pensadores “conservadores” trabalharam nessa linha. Observaram que as instituições inglesas, americanas e francesas, que liberais desejavam adotar, entrariam em choque com o nosso meio. Defendiam, portanto, que transformações da realidade, impulsionadas pelo Estado, teriam de preparar o caminho para a adoção dessas instituições.²⁶ No século XX, continuaram essa tradição pensadores autoritários, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, aos quais se juntaram, no esforço de compreender a especificidade brasileira, os modernistas, o conservador Gilberto Freyre, o democrata Sérgio Buarque e o socialista Caio Prado Jr.²⁷

²⁵ *Ibid.*, p. 36.

²⁶ Nota Wanderley Guilherme dos Santos: “a medida da acuidade de Paulino Soares de Souza, no século passado, é dada pela extensão em que percebeu que a eficácia das instituições era função da ordem social e política envolvente e que incumbe ao Poder político existente manter, eventualmente criar revolucionariamente, a ordem que corresponde às preferências dominantes. Os liberais do Império, ao contrário, como Zacarias e Tavares Bastos, por exemplo, imaginavam viável a constituição de uma sociedade liberal semelhante à inglesa ou à americana, no Brasil escravocata, desde que se garantisse o livre funcionamento das instituições pertinentes” (Santos, *op. cit.*, pp. 49 e 50).

Por outro lado, a “acuidade” dos conservadores brasileiros esconde também a aceitação do *status quo* de uma sociedade escravocata, já que, no limite, a diferença básica do Brasil em relação aos “países avançados” residia precisamente na instituição servil. Ver: Gabriela Nunes Ferreira, *Centralização e Descentralização no Império: O Debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

²⁷ No entanto, estes autores muitas vezes não dão maior importância ao fato de que a cópia não é em geral inocente, já que ela é também quase

Nessa linha de argumentação, a crítica que Caio Prado faz à caracterização dominante acerca de qual deveria ser a natureza da revolução brasileira se baseia no fato de que “é o desconhecimento e mesmo o desprezo completo dos fatos reais brasileiros que presidem à sua elaboração, como se tais fatos pouco importassem uma vez que a teoria a ser aplicada já se impunha por si própria e independentemente de maior indagação”.²⁸

Deriva daí que as teses orientadoras dessa caracterização da realidade sejam “inspiradas, ou melhor ainda, se decalcaram fielmente no modelo encontrado na literatura marxista clássica, embora o caso do Brasil, bem como dos demais países de sua categoria e até assimiláveis, nunca tivessem sido objeto daquela literatura”.²⁹ Além do mais, está subjacente à forma de tratar os países atrasados pela III Internacional um enfoque inteiramente estranho ao marxismo, talvez mais próximo do positivismo e sua “lei dos três estados”, segundo a qual todos os países teriam que invariavelmente passar por estágios sucessivos, do feudalismo ao socialismo, passando-se antes pelo capitalismo.

O único ponto novo que o Comintern teria introduzido ao discutir os “países coloniais, semi-coloniais ou dependentes”, seria o de considerar que as revoluções nessa parte do mundo deveriam ser também antiimperialistas. Mas, mesmo aí, utilizar-se-ia, no caso brasileiro e de outros países em situação similar à nossa, outro modelo estranho à nossa realidade, o baseado na experiência asiática, em especial, na luta revolucionária chinesa.

sempre uma escolha. Portanto, não é mero acaso que o liberalismo que prevaleceu no Brasil no século XIX tenha combinando liberalismo com conservadorismo e não com democracia, como queriam nossos “exaltados”, e que a influência do marxismo ortodoxo, referente sobretudo à Europa, tenha sido bastante limitada na América Latina, enquanto o “oriental” bolchevismo teve enorme repercussão nessa parte do mundo, possuidora como a Rússia, de uma cultura política não-participativa.

²⁸ Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 38.

²⁹ *Ibid.*, p. 65.

Lembra, porém, Caio, de maneira similar ao que Marx afirma sobre o capitalismo,³⁰ que a penetração do imperialismo na Ásia se deu de forma “externa” a sociedades já constituídas, portanto, possuidoras de uma individualidade própria. O que obrigou o imperialismo a se sobrepor a realidades já formadas, possibilitando, por exemplo, a existência de uma categoria como a burguesia nacional. Por outro lado, na maior parte da América Latina o imperialismo encontrou o terreno já preparado pela colonização, momento particular, mercantil, do mesmo sistema que lhe deu origem, o capitalismo. Conseqüentemente, segundo Caio Prado Jr., a civilização e cultura prevaletentes na América Latina coincidem, de forma geral, com as existentes nos países capitalistas centrais, o que torna, para ele, nossa experiência particularmente complexa e impõe condições específicas para a realização da revolução no subcontinente.

De qualquer forma, mesmo que equivocada, a caracterização derivada das análises da III Internacional sobre a estrutura de classes dos países atrasados como o Brasil, orientou a política de alianças preconizada pelo PCB e a maior parte da esquerda brasileira. Essas alianças deveriam levar à realização de uma revolução democrático-burguesa antiimperialista. Como vimos, de um lado, interessados na manutenção da antiga ordem e aliados ao imperialismo, estariam os latifundiários e uma burguesia retrógrada, a burguesia compradora.³¹ Do outro lado, favoráveis à libertação nacional, ficariam o campesinato, o proletariado urbano e um setor progressista da burguesia, a burguesia nacional.³²

No entanto, de acordo com Caio Prado, a realidade brasileira era bastante diferente do que imaginava nossa esquerda, o

³⁰ Marx, *O Capital*, vol. 3, *op. cit.*

³¹ O termo é retirado diretamente da experiência da Revolução Chinesa e diz respeito ao setor da burguesia ligado ao comércio exterior.

³² A burguesia nacional, por sua vez, seria composta principalmente por industriais, que, ao realizarem seus negócios, encontrariam pela frente a concorrência do imperialismo.

que teria provocado “um hiato profundo entre teoria e prática que ficou assim freqüentemente relegada ao empirismo das improvisações”.³³ Por isso mesmo, a política de esquerda no Brasil teria, quase sempre, agido de acordo com as circunstâncias imediatas, “oscilando entre os extremos do sectarismo e do oportunismo”.³⁴

Por entender o marxismo como um “*método de interpretação*”, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da evolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos,³⁵ o historiador paulista pretende, em contraste, elaborar uma teoria para a revolução brasileira que não seja um simples conjunto de fórmulas já prontas, mas algo que se inspire na interpretação das condições da conjuntura concreta. Sugere que, de forma dialética, deve-se entender o processo histórico como um constante “devenir”. O passado se projetaria num momento seguinte, o presente, que a ação revolucionária deveria impelir para a frente. Portanto, é na compreensão do passado que se encontraria a chave para o entendimento do presente e sua transformação.

A partir dessas considerações metodológicas, Caio Prado Jr. promove uma verdadeira demolição do que chama de “teoria ortodoxa da revolução brasileira”. Em primeiro lugar, o Brasil não possuiria “restos feudais”, simplesmente porque nunca existiu feudalismo entre nós. Enquanto a base do feudalismo foi a economia camponesa, “exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada por pequenos produtores”³⁶ preocupados com a sua subsistência, o fundamento da economia brasileira foi, desde seus primórdios, a grande exploração agrária, empreendimento comercial voltado para a produção de matérias primas e produtos agrícolas destinados ao mercado externo, realizada em grande unidades agrícolas trabalhadas originalmente pelo braço escravo.

³³ Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 36.

³⁴ *Ibid.*, p. 29.

³⁵ *Ibid.*, p. 19.

³⁶ *Ibid.*, p. 45.

Não existiriam, portanto, no campo brasileiro nem um grande número de camponeses nem latifundiários feudais. Na verdade, a maior parte dos homens e mulheres que trabalham a terra no Brasil seria composta de empregados da grande exploração agrária. Os donos das grandes propriedades rurais se comportariam, por sua vez, como empresários da produção que, na maior parte dos casos, ignorariam o imperialismo.

Essa burguesia rural tampouco se oporia à burguesia industrial. Prova disso seria o fato de que a própria industrialização se realizou com capitais liberados do campo. Além do mais, nota que a transferência de negócios do campo para a cidade é algo corriqueiro, sem contar que muitas vezes os mesmos indivíduos participam simultaneamente de atividades industriais e agropecuárias. Por conseguinte, no caso da burguesia rural e da burguesia urbana, tratava-se fundamentalmente “de igual categoria social, e no mais das vezes até dos mesmos indivíduos, homens de negócios que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada”.³⁷

Outra ficção da “teoria ortodoxa da revolução brasileira” seria imaginar a existência de antagonismo entre a burguesia compradora e a burguesia nacional, já que esses grupos sociais nunca existiram no país. Na verdade, haveria uma interpenetração entre capital nacional e capital estrangeiro, impedindo que existisse uma resistência significativa da burguesia brasileira ao imperialismo. Caio Prado admite que ocasionalmente podem ocorrer conflitos entre grupos econômicos nacionais e outros ligados ao imperialismo, mas segundo ele, estes são fatos normais na vida econômica que não representam uma oposição estrutural entre dois setores diferentes.

Bastante original é sua visão a respeito da verdadeira diferenciação que existiria em nossa burguesia se prender “ao papel

³⁷ *Ibid.*, p. 109.

desempenhado pelo Estado, ou antes pelo Governo que o encarna, na economia nacional e, em particular, no processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares”.³⁸ Haveria uma oposição entre um setor capitalista, que chama de burocrático, favorecido pelo Estado, e a burguesia tradicional, que só aceita a intervenção estatal quando promove os interesses gerais do capital.

Nosso autor admite que o favorecimento pelo Estado de interesses privados é ocorrência comum em praticamente todas as sociedades. Nota, contudo, que nos países subdesenvolvidos assume proporções tais que pode ser considerado como verdadeiro sistema gerador de uma forma específica de acumulação capitalista e uma categoria social específica. No caso brasileiro, certos fatores históricos, como a tradição burocrática da monarquia portuguesa, teriam favorecido o grande papel assumido pela ação do Estado na economia.

Como aponta um dos críticos de *A Revolução Brasileira*, Assis Tavares,³⁹ há uma certa imprecisão de Caio Prado Jr. ao tratar do capitalismo burocrático. Não nomeia explicitamente quais seriam os setores burgueses ligados a ele, preferindo sugerir, de forma não muito rigorosa, que seriam os grupos “que realizam a sua acumulação capitalista (...) em ligação direta com as funções estatais e na base de negócios proporcionados mais ou menos licitamente pelo poder público”.⁴⁰

Mesmo que não seja difícil imaginar a quem Caio Prado se refere quando fala em capitalismo burocrático — por exemplo, em momento recente foram particularmente discutidas as atividades das empreiteiras favorecidas pelas concessões de obras pú-

³⁸ *Ibid.*, p. 122.

³⁹ Assis Tavares, “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”. In: *Revista da Civilização Brasileira*, n° 11 e 12, dezembro de 1966 e março de 1967.

⁴⁰ Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 233.

blicas —, a forma como define o termo não é marxista. Como vimos, Caio caracteriza o capitalismo burocrático como estando relacionado a uma forma particular de acumulação capitalista em que o favorecimento pelo Estado de interesses particulares tem papel decisivo. Na tradição marxista, entretanto, se definem classes, e mesmo frações de classe, a partir da posição comum de diferentes indivíduos no processo produtivo. Assim, são capitalistas aqueles que detêm os meios de produção, são capitalistas financeiros aqueles que detêm capital financeiro etc. Ora, os setores ligados ao capitalismo burocrático não possuem nenhum papel específico no processo produtivo.

Mas, ainda que se possa invocar contra Caio Prado Jr. uma certa imprecisão ao tratar do fenômeno do “capitalismo burocrático”, é inegável que demonstra com ele uma sensibilidade incomum para um esquerdista brasileiro da década de sessenta ao discutir o papel que desempenha o Estado na economia do país. Dessa forma, mais uma vez fica sugerida a independência de Caio, que, na falta de categorias de seu arsenal teórico, o marxismo, para analisar as relações entre a classe dominante e o Estado brasileiro, praticamente cria uma nova.⁴¹

Além do mais, com seu conceito de capitalismo burocrático, Caio Prado Jr. se aproxima de outros importantes intérpretes da experiência brasileira, como Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso,⁴² que nos falam, respectivamente, do predomínio,

⁴¹ Assis Tavares (*op. cit.*) e Coutinho. In: D’Incao, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.*, *op. cit.* argumentam, todavia, que o conceito marxista de capitalismo de Estado é mais adequado para se discutir as relações entre Estado e sociedade no Brasil. De acordo com Assis Tavares, capitalismo burocrático seria uma categoria criada na China do Kuomintang. Coutinho, entretanto, afirma que capitalismo burocrático é um termo utilizado por certos trotskistas para se referirem ao tipo de sociedade que existia nos países do “socialismo real”.

⁴² Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 1991; Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ao longo de nossa história, do estamento burocrático, minoria que exerce o poder em nome próprio, como se a soberania lhe pertencesse,⁴³ e do desenvolvimento, principalmente durante o regime burocrático-autoritário, de uma burguesia de Estado.

Mas se o historiador paulista não demonstra claramente quais setores econômicos se relacionariam com o capitalismo burocrático, sugere, em compensação, que, em termos políticos, ele estaria ligado aos grupos que representavam a situação política durante o período populista. Ou seja, sua definição da categoria é mais política do que econômica, o que se explica até porque o que caracteriza o capitalismo burocrático é precisamente sua relação com o Estado.

Desse modo, esses setores equivaleriam, de maneira geral, a grupos relacionados com o PSD e ao PTB, enquanto a burguesia tradicional se identificaria mais com a UDN. A esquerda, portanto, teria cometido o erro de confundir a burguesia burocrática com a burguesia nacional, o que fez com que se alinhasse a esse grupo nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart, isolando-se das massas populares.

A política de alianças que deveria abrir caminho para a realização da revolução brasileira, segundo Caio Prado, teria, portanto, que ser oposta. Os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, deveriam agir de forma autônoma. Nosso autor presta especial atenção ao papel que deveriam assumir os trabalhadores agrícolas, situados no nível mais baixo da hierarquia social, no sentido “de promover o empuxo e impulso de que o país necessita para o seu decisivo passo no sentido da superação do que sobra do passado colonial”.⁴⁴ No entanto, lhes faltaria a capacidade política para dirigir a revolução, devendo a orientação revolucionária “vir de fora”, mais especificamente, do pro-

⁴³ Outro ponto comum entre o historiador paulista e o jurista gaúcho está numa visão da história brasileira como praticamente imutável.

⁴⁴ Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 171.

letariado urbano, que possuiria um nível cultural e político mais elevado.⁴⁵

Além do mais, as ligações existentes entre proletariado urbano e rural facilitariam a realização da revolução brasileira, já que os dois grupos possuiriam a mesma origem, no campo, enfrentariam o mesmo adversário, a burguesia, e estariam em posição social análoga. Para os operários fabris, em particular, interessaria a aliança com os trabalhadores rurais porque estes constituiriam “reserva permanente de mão-de-obra”⁴⁶ que poderia substituí-los a qualquer momento. Caio Prado aponta um único fator como possível impedimento a esta aliança: o maior prestígio social, *status*, dos operários.

7.3. A REPERCUSSÃO DA CRÍTICA DE CAIO PRADO JR. À ESQUERDA

Boa parte do interesse de *A Revolução Brasileira* provém do fato de o livro possibilitar um encontro entre os marxismos mais influentes no Brasil: o do PCB e o uspiano,⁴⁷ já que é criticado

⁴⁵ É interessante notar como mesmo a mudança demográfica das últimas décadas não foi capaz de eliminar o potencial revolucionário presente entre os trabalhadores rurais. Embora esse setor tenha hoje perdido sua anterior posição demográfica majoritária, as iniciativas do Movimento dos Sem Terra (MST) e a intensidade dos conflitos e da violência no campo, com mais de mil mortos em anos recentes, sugerem que Caio não estava tão equivocada ao identificar nesse grupo e no problema da terra talvez os únicos fatores de caráter revolucionário no panorama brasileiro. O recurso à ação direta nas lutas fundiárias contrasta, por exemplo, com os métodos mais institucionalizados dos sindicatos operários.

⁴⁶ Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 173.

⁴⁷ No entanto, o motivo principal para a grande repercussão de *A Revolução Brasileira*, quando de sua publicação, como aponta Marco Aurélio Garcia, foi que “antes de 64 as posições de Caio eram absolutamente ‘contra a corrente’, compartilhadas por pequenos grupos de esquerda, quase to-

tanto por autores identificados com uma como com a outra linha intelectual e política. Não é surpreendente, porém, que esse encontro entre os marxismos mais influentes do Brasil ocorra a partir de um livro de Caio Prado Jr. Afinal, nosso autor ao mesmo tempo que é um continuador e radicalizador do marxismo do PCB, inspirado pela III Internacional e preocupado principalmente com a questão nacional, é também um antecipador do marxismo us-piano, interessado sobretudo em entender a particularidade brasileira. Dessas críticas, as mais importantes são as de Assis Tavares, na verdade, o dirigente comunista Marco Antônio Coelho, e do professor de filosofia da USP, Ruy Fausto.⁴⁸

A crítica comunista às teses de Caio Prado aparece, contudo, mesmo antes da publicação de *A Revolução Brasileira*. Já o texto que o historiador paulista escreveu para o IV Congresso do PCB, que deveria ser realizado em 1948, provocara intensa reação nas hostes partidárias, expressa em dois artigos publicados em *A Classe Operária*.⁴⁹

O texto de Ivan Pedro Martins, identificado como Secretário Político da Célula “Gávea Vermelha”, coincide mesmo com o de Marco Antônio Coelho ao perceber o significado que têm para o PCB as críticas de Caio. Assim, afirma Martins sobre o artigo de 1947: “precisa de longa e detalhada crítica, pois, se acei-

dos de audiência e implantação social escassas. Agora, elas se viam subitamente revalorizadas pelo desfecho dos acontecimentos de 64, que ao golpear duramente as políticas hegemônicas no interior das esquerdas, havia comprometido as bases teóricas sobre as quais elas haviam construído” (Marco Aurélio Garcia. In: D’Incao, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.*, *op. cit.*, p. 271).

⁴⁸ Respectivamente: Tavares, *op. cit.*; Ruy Fausto, “A revolução brasileira de Caio Prado Júnior”. In: *Teoria e Prática*, vol. 1, n° 2, 1967.

⁴⁹ Respectivamente: Rui Facó, “Um falso conceito da revolução brasileira”. In: *A Classe Operária*, 26/04/1947, p. 5, e Ivan Pedro Martins, “Sobre um artigo do camarada Caio Prado Jr.”. In: *A Classe Operária*, 04/05/1947, p. 3.

tas as teses nele defendidas, veríamos invertida toda a orientação do nosso partido, com relação ao caráter de nossa revolução”.⁵⁰ Por sua vez, o argumento básico por detrás do artigo de Coelho é “ser um erro imperdoável a negativa *total* de tudo o que várias gerações foram formulando, durante quase meio século”.⁵¹

Os críticos comunistas de Caio Prado Jr. também coincidem em tentar desqualificá-lo ao caracterizarem sua análise como não-marxista e próxima de “autores burgueses”. Martins, Coelho e Paulo Cavalcanti⁵² apontam para pretensas coincidências entre as análises de Caio Prado e Roberto Simonsen sobre o passado colonial do Brasil, enquanto Facó, discutindo o questionamento dos restos feudais, diz abertamente que “numerosos ideólogos da classe dominante afirmaram isso claramente”.⁵³ Mas dentro do clima stalinista de 1947, quem leva mais longe a crítica é o Secretário Político da Célula “Gávea Vermelha”, que afirma: “negar, sem provar, a existência de restos feudais em nossa economia e dizer que o imperialismo foi fator de progresso no Brasil é clara manifestação do que se chama ideologia estranha ao proletariado, infiltrada no partido”.⁵⁴

Coelho, por sua vez, em sua apreciação de *A Revolução Brasileira* tenta devolver a Caio Prado Jr. a crítica formulada por ele ao PCB. Ou seja, acusa-o de ter realizado um “exame abstrato dos problemas de nossa revolução”. Prova disso seria que “o plano do livro (...) limitou-se ao estudo de algumas teses dos marxistas sobre o processo revolucionário”. Assim, “o método seguido parece a nós inteiramente equivocado, pois não se pode confundir o

⁵⁰ Ivan Pedro Martins, *op. cit.*, p. 3.

⁵¹ Tavares, *op. cit.*, p. 49.

⁵² Paulo Cavalcanti, *Os Equívocos de Caio Prado Júnior*. São Paulo: Argumentos, 1966.

⁵³ Facó, *op. cit.*, p. 5.

⁵⁴ Ivan Pedro Martins, *op. cit.*, p. 7.

exame do processo revolucionário com o exame das idéias que os comunistas possam ter sobre ele”.⁵⁵ O que Coelho parece esquecer, porém, é que o próprio Marx, para analisar o capitalismo, partiu de uma crítica da economia política.

De qualquer forma, Coelho aponta para um problema central dos textos políticos de Caio Prado — o moralismo, com traços udenistas — que faz com que alguns de seus “conceitos (...) (pareça) ter saído de editoriais de *O Estado de S. Paulo* ou de *O Globo*”. Coelho coloca o dedo na ferida, perguntando qual seria a alternativa oferecida por Caio: “seria justo que as correntes progressistas se isolassem inteiramente da ‘política impura’?”⁵⁶

Cabe, portanto, insistir na pergunta e avaliar se a esquerda, ou ao menos o setor mais importante dela, o PCB, tinha condições de promover a ação autônoma da classe trabalhadora, como defendia nosso autor. Isto, em razão de o PCB, como qualquer organização política, não agir no vazio, mas num certo ambiente,⁵⁷ por sinal, bastante hostil, a partir de 1947. Em condições de clandestinidade era, conseqüentemente, no mínimo muito difícil construir “uma identidade coletiva de classe”.⁵⁸ É assim possível, como sugere Brandão, que a subalternidade em relação ao Estado não tivesse sido mero oportunismo, mas a forma que se encontrou de sobreviver e ter eficácia na ação política.

Ruy Fausto, membro da segunda geração do marxismo us-piano radicalizada pelo golpe de 1964, fará, por sua vez, uma crítica de esquerda a Caio Prado Jr. Ao mesmo tempo que se identificará com a análise econômica do livro, principalmente no ques-

⁵⁵ Tavares, *op. cit.*, p. 50.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 51.

Lembra, além do mais, que se deve levar em conta “no julgamento histórico do governo Kubitschek (...) (o) clima democrático que prevaleceu no quinquênio” (Tavares, *op. cit.*, p. 52).

⁵⁷ Angelo Panebianco, *Modelli di Partiti*. Bologna: Il Mulino, 1982.

⁵⁸ Gildo Marçal Brandão, *op. cit.*, p. 47.

tionamento da existência da burguesia nacional e da oposição entre burguesia industrial e proprietários rurais, discordará das conseqüências políticas que Caio Prado tira de sua análise, apontando para a existência de “uma descontinuidade entre o econômico e o político”⁵⁹ em *A Revolução Brasileira*.

Segundo Fausto, haveria mesmo um determinismo de Caio, ao definir o socialismo como uma “previsão científica”, sem estabelecer as vinculações com a prática política concreta. Disso resultaria uma separação entre a luta imediata e a busca do socialismo, que ressuscitaria “o velho adágio de Bernstein, o papa do reformismo: ‘o fim último, o socialismo, não é nada; o importante é o movimento’”.⁶⁰

Por acreditar, contudo, na correção das teses centrais do historiador paulista a respeito da sociedade brasileira, Ruy Fausto procurará fazer “uma leitura objetiva (que) significa em alguma medida uma auto-crítica de *A Revolução Brasileira*”⁶¹ que, a seu ver, abriria caminho para uma possível confluência entre a análise econômico-social contida no livro e o programa político mais adequado para o Brasil, ou seja, entre teoria e prática.

Fica claro por esses trechos, que o que está por trás do artigo de Ruy Fausto é a defesa da luta armada. Está, assim, implícito na crítica de Fausto a uma visão economicista da política em Caio Prado Jr., que ignoraria a importância da “consciência das massas” como fator propício à revolução, o ultra-voluntarismo foquista, de acordo com o qual, as condições para a revolução socialista na América Latina já estariam “maduras”, faltando apenas a direção política necessária.

A esse esquerdismo, típico dos anos sessenta, Ruy Fausto acopla uma quase obsessão com o rigor metodológico, comum a

⁵⁹ Fausto, *op. cit.*, p. 21.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 11.

⁶¹ *Ibid.*, p. 12.

quem se formou intelectualmente neste “departamento francês de ultramar” que é a filosofia da USP. Pretende, em particular, fazer “uma elucidação” de *A Revolução Brasileira* que “vá da política à lógica e da lógica à política”.⁶² Ao mesmo tempo que demonstra diversas possíveis incongruências do livro de Caio Prado, vincula-se indiscutivelmente à tradição do marxismo ocidental que, como aponta Perry Anderson,⁶³ reduz o marxismo a “uma questão de método” e abre caminho para que mesmo seus melhores aderentes sejam apenas “marxistas de cátedra”.

7.4. O PROGRAMA POLÍTICO DE CAIO PRADO JR.

Caio Prado Jr. acredita que a única maneira de superar a mediocridade da vida política brasileira é dotá-la “de princípios e programas de ação nitidamente definidos e formulados em termos de imediata aplicação”.⁶⁴ Esses princípios e programas deveriam vir principalmente das forças de esquerda, que teriam o papel de orientar as massas populares na transformação do país.

Dentro deste espírito, elabora um programa bastante claro para o Brasil. Seu projeto pode mesmo ser resumido no que afirma em “O programa da ANL” acerca da necessidade de transformar o “camponês nacional (em) um cidadão livre”,⁶⁵ o que implica em fazer do Brasil uma Nação integrada. Ou seja, se deveria passar a ter aqui “a configuração de um país e sua popula-

⁶² *Ibid.*, p. 8.

É notável como esse esforço antecipa os importantes trabalhos a respeito de Marx que Ruy Fausto publicará depois com o título justamente de *Marx: Lógica e Política*.

⁶³ Perry Anderson, *Consideraciones sobre el Marxismo Occidental*, trad. Néstor Miguez. Mexico D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

⁶⁴ Prado Jr., “Panorama da política brasileira”, *op. cit.*, p. 12.

⁶⁵ *Ibid.*, “O programa da ANL”, *op. cit.*, p. 123.

ção voltados essencialmente para si mesmos e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações”.⁶⁶

No que diz respeito particularmente à economia, seria necessário “refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população”.⁶⁷ A situação nacional seria, portanto, uma situação em que existiria articulação entre produção e consumo, com as necessidades das massas populares sendo satisfeitas através da criação de um mercado interno que tenderia a superar o externo. Dessa forma, se criaria um outro todo social orgânico (oposto à Colônia), a Nação.

Na política, por sua vez, “a democracia (...) ainda precisa(ria) ser conquistada”.⁶⁸ Caio Prado considera que “só a intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira logrará orientar nossa política por novos rumos”, tornando necessária “uma democratização cada vez maior”⁶⁹ do país. A democracia é entendida como “o conjunto de práticas através das quais se torne possível ao povo em geral adquirir consciência de seus problemas e necessidades, formar opinião, resolver e finalmente fazer com que essa opinião seja levada em conta na administração pública do país”.⁷⁰

A inspiração para tal programa político vem basicamente dos países capitalistas centrais, onde “as atividades econômicas se

⁶⁶ *Ibid.*, *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 134.

⁶⁷ *Ibid.*, *História Econômica do Brasil*, *op. cit.*, p. 298.

⁶⁸ *Ibid.*, “O programa da ANL”, *op. cit.*, p. 136.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 135.

⁷⁰ *Ibid.*, “A política brasileira”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 2, nº 8, 1956, pp. 11 e 12.

integram num conjunto”.⁷¹ Neste tipo de consideração, portanto, Caio não se diferencia muito da linha dominante no pensamento político brasileiro, que, desde a independência, tem encarado como o grande problema de nossa sociedade a formação de uma coletividade humana que corresponda minimamente aos padrões de sociedades integradas dos países de capitalismo central.

Desse modo, Caio Prado Jr. acredita que, num primeiro momento, a revolução brasileira não deveria pensar em substituir o capitalismo pelo socialismo, mas antes, orientar o desenvolvimento capitalista para que venha a atender às necessidades da grande maioria da população brasileira. Devido à persistência de certas características do período colonial, setores consideráveis da população brasileira se encontrariam no momento que escreve “marginalizados e vegetando em níveis e padrões incompatíveis muitas vezes com a própria condição humana”.⁷² O sentido da revolução brasileira deveria estar orientado, conseqüentemente, para a elevação das condições de vida da maioria da população, o que representaria a superação da situação colonial e o estabelecimento definitivo de uma situação nacional.

O possível primeiro portador do programa político de Caio Prado seria, portanto, o setor que na sociedade colonial era inorgânico, representado por aqueles homens e mulheres que têm suas atividades voltadas para o mercado interno. É, inclusive, o desenvolvimento que já teve esse setor desde a independência que aponta para o futuro de uma nacionalidade integrada.

Por outro lado, Caio tem plena consciência de que não se pode ignorar aquilo que era o setor orgânico na sociedade colonial. Até porque, em torno desse setor, que nos mantém presos ao passado colonial, é que, segundo ele, continua a girar a parte mais substancial da vida brasileira. Especialmente no campo, onde

⁷¹ *Ibid.*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, *op. cit.*, p. 18.

⁷² *Ibid.*, *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 167.

persistem certas características que não nos deixam superar de uma vez por todas a situação colonial.

A reforma agrária, em particular, deve “fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principalmente daqueles que nela trabalham”.⁷³ Considera, porém, que, na discussão a respeito da reforma agrária, se tem dado demasiada atenção ao tema da subdivisão da propriedade fundiária, devido, sobretudo, à influência da “teoria ortodoxa da revolução brasileira”, a qual imagina que nossa formação econômico-social se encontra em situação de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Nessa linha, pensa-se que a posse da terra por camponeses poderia vir a favorecer o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras.

Por acreditar que a situação prevalecente no campo brasileiro é a da grande exploração, na qual a relação de produção principal é a existente entre proprietários e assalariados, Caio Prado Jr. não vê a subdivisão fundiária como tendo papel tão central na reforma agrária brasileira. Em razão da atual situação de concentração fundiária contribuir para que a demanda por força de trabalho ser bem menor do que a oferta, imagina que a função da reforma agrária poderia ser basicamente a de, ao aumentar “a disponibilidade de terras utilizáveis (...) modificar o equilíbrio do mercado de trabalho rural, reduzindo a pressão da oferta de mão-de-obra, e armando assim melhor o trabalhador em sua luta por melhor remuneração”.⁷⁴

A situação de empregados da grande exploração agrária, da maior parte dos homens e mulheres do campo brasileiro, deveria, por conseguinte, orientar o principal da sua luta para um conteúdo de reivindicações trabalhistas. Um esforço especial deveria ser feito para estender a legislação trabalhista ao campo, o que seria “uma

⁷³ *Ibid.*, *A Questão Agrária no Brasil, op. cit.*, p. 81.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 106.

verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888”.⁷⁵ Por outro lado, essas medidas poderiam ter o efeito de encarecer a mão-de-obra empregada na agropecuária brasileira e, assim, favorecer o parcelamento da grande exploração.

Caio Prado julga, entretanto, que a fim de realizar esse programa nos seus diferentes aspectos, “torna-se necessária a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados”.⁷⁶ Ressalta, além do mais, não ser contrário, no atual estágio de desenvolvimento do país, à iniciativa privada, mas apenas à livre iniciativa, já que a ação incontrolada dos diferentes agentes econômicos tenderia a fazer com que se perpetuasse a atual situação de marginalidade da maior parte da população brasileira.

7.5. A NAÇÃO PARA CAIO PRADO JR.

O programa político de Caio Prado Jr. é excessivamente tímido. Apresentado principalmente nos artigos da *Revista Brasileira* e em dois livros, *A Questão Agrária no Brasil*⁷⁷ e *A Revolução Brasileira*, o que basicamente propõe é a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, mudança que abriria caminho para a superação definitiva da situação colonial e transformação do Brasil em Nação integrada. Apesar de ter sido elaborado, na sua maior parte, na década de sessenta, período em que o Brasil deixava de ser um país majoritariamente agrícola, praticamente ignora problemas urbanos. O que pode mesmo ser atribuído à

⁷⁵ *Ibid.*, p. 143.

⁷⁶ *Ibid.*, *A Revolução Brasileira*, *op. cit.*, p. 168.

É interessante como, ao se referir aqui ao Estado, Caio prefere utilizar o termo mais positivo “poder público”.

⁷⁷ Livro que é uma coletânea de artigos originalmente publicados na *Revista Brasileira*.

subestimação, por parte de Caio Prado, do significado da industrialização na transformação do país.

Nota-se também a ausência de referências significativas à questão da democracia política no programa.⁷⁸ Ausência que é de se estranhar se lembrarmos que a pessoa provavelmente mais próxima de nosso autor, seu primo Elias Chaves Neto, foi dos homens de esquerda que mais se bateram para que socialistas brasileiros reconhecessem o valor universal da democracia.⁷⁹

Brandão tem, portanto, razão ao apontar para a necessidade de se “diferenciar o grande teórico e historiador do precário analista político, sem esquecer que o distanciamento em relação à prática imediata terá contribuído para preservar sua capacidade analítica, caso mundialmente raro de marxismo no fundamental não contaminado pelo stalinismo”.⁸⁰

De qualquer forma, é possível considerar que o projeto para o Brasil de Caio, assim como o de Elias Chaves Neto, se baseiam

⁷⁸ Há, contudo, algumas referências ocasionais à democracia nos artigos da *Revista Brasiliense*.

⁷⁹ Elias Chaves Neto talvez mereça mesmo o duvidoso título de precursor do euro-comunismo no Brasil (Limongi, *op. cit.*). O próprio nome de seu artigo mais conhecido, “Sentido dinâmico da democracia” (*Revista Brasiliense*, vol. 2, n° 7, 1956), é referência a uma tese do então secretário-geral do PCI, Palmiro Togliatti, de acordo com a qual, é possível chegar-se ao socialismo por via parlamentar. Portanto, o socialismo é entendido nesse sentido como o resultado do aprofundamento da democracia política em direção a outras esferas, como a econômica e social. Anteriormente, Chaves Neto insistira, de forma corajosa, em polêmica com Luís Carlos Prestes, que os “ideais democráticos da revolução francesa (foram) incorporados no patrimônio cultural da humanidade” (Chaves Neto, *Sentido Dinâmico da Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 36). Aquele que normalmente é visto apenas como “o primo de Caio”, aponta também para a ligação do programa atual da revolução brasileira com os ideais que levaram à nossa independência. Conseqüentemente, do ponto de vista político, pode-se considerar até mais interessante a análise do primo menos conhecido.

⁸⁰ Brandão, *op. cit.*, p. 220.

na proposta de extensão da cidadania às massas populares. Apesar do horror que sente por fórmulas definidoras para o caráter da revolução brasileira, pode-se dizer que o conteúdo que o historiador paulista propõe para nossa revolução é basicamente nacional e democrático. Para Caio Prado Jr., aliás, o significado dos dois termos é mesmo coincidente, por entender a Nação brasileira como coletividade integrada e considerar que o sentido básico da democracia no Brasil deveria ser o de transformar as massas populares em cidadãs.

Assim, o programa político de Caio Prado não vai muito além do que propõe o PCB. Portanto, apesar de elaborar uma caracterização mais correta da formação econômico-social brasileira do que a do seu partido, não avança muito mais do que ele nas recomendações práticas. Em particular, seu enfoque sobre a questão da democracia acaba coincidindo com a linha dominante no marxismo, de valorizar a democracia social em detrimento da democracia política, sem entender as conexões existentes entre as duas. O que ocorre em razão de, como nota Norberto Bobbio,⁸¹ o pensamento marxista prestar mais atenção à questão de “quem governa” do que “como se governa”.

Em consequência, o projeto para o Brasil de Caio não deixa de ser insuficiente, não obstante apontar para o caminho certo e por isso mesmo manter sua atualidade.

Na elaboração desse programa, basicamente nacionalista,⁸² Caio é influenciado sobretudo por um certo “clima de opinião”

⁸¹ Bobbio, *O Marxismo e o Estado*, trad. Frederica Boccardo e Renée Levre. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁸² Rubem Murilo Leão Rêgo tem, entretanto, inteira razão ao notar que “não se trata, na interpretação caiopradiana, da defesa ingênua de um projeto de uma ‘economia capitalista nacional’, mas, sobretudo, da reiterada afirmação de que nosso processo de desenvolvimento nunca esteve, na sua essência, inteiramente sob controle das forças sociais brasileiras e que, por isso, não poderiam ser privilegiados os interesses da população aqui existente. Por isso, o nacionalismo que está presente na obra de Caio Prado é de-

que vem do leste, já que, com a Revolução de Outubro, o socialismo passou progressivamente a ser entendido como uma “via não-capitalista de industrialização”.⁸³ Essa atitude está expressa de maneira particularmente clara na famosa fórmula de Lênin de que o socialismo corresponde a “soviets mais eletrificação”. Esqueceu-se, conseqüentemente, ou assumiu papel secundário na experiência histórica do socialismo, seu projeto emancipatório.

O principal motivo para isso foi a derrota da revolução na Europa ocidental, região onde o capitalismo estava mais desenvolvido e, portanto, pode-se imaginar, seria menos dolorosa a passagem do reino da necessidade para o da liberdade. Face a essa derrota, Lênin em seu último trabalho publicado, “Melhores poucos, mas bons”, chega a afirmar que o conflito de agora não se dá tanto entre a burguesia e o proletariado dos países capitalistas avançados, mas entre “o contra-revolucionário e imperialista Ocidente e o revolucionário e nacionalista Oriente”.⁸⁴ Portanto, as contradições que passaram a importar para marxistas-leninistas não são tanto as internas às sociedades industrializadas, mas as externas, que opõem essas sociedades às não-desenvolvidas.

É também por esse motivo que a URSS passou a ser encarada como exemplo por numerosos grupos de homens e mulheres em países não-europeus. Ironicamente, reapareceu mesmo nesses países a esperança dos populistas russos, contra a qual Lênin e os marxistas russos tanto tinham se batido, de que seria possível atingir um estágio mais avançado de desenvolvimento social sem necessariamente passar antes pelas agruras do capitalismo.⁸⁵ Na

corrente da análise das condições históricas concretas da evolução da sociedade brasileira” (Rêgo, *op. cit.*, p. VI).

⁸³ Rudolf Bahro, *A Alternativa: Para uma Crítica do Socialismo Real*, trad. Luiz Sérgio N. Henriques e Gilvan P. Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁸⁴ Lênin. In: Tucker, *op. cit.*, p. 745.

⁸⁵ Assim, um país como o Camboja, onde em 1962 menos de 2,5% da

China, Índia, África e América Latina, mesmo não-socialistas, como boa parte do Kuomintang, do Partido do Congresso, dos diversos nacionalismos africanos e latino-americanos, principalmente o Congresso Nacional Africano (CNA) e a APRA, se sentiram atraídos por Moscou. Não por acaso aquele que Bukharin chamou de um novo Genghis Khan, Josef Stálin, ficou também conhecido como o “guia genial dos povos”.

Conseqüentemente, não é de se estranhar que o comunismo em praticamente todo o mundo tenha ganho cores nacionalistas. Caio Prado Jr. não escapa a essa atitude mental mais geral. Pelo contrário, o mais importante de sua reflexão parte do nacionalismo da esquerda brasileira e latino-americana e o desenvolve de forma original.

Esquerda esta que, apesar de todo seu antiimperialismo, não elaborou uma teoria que desse conta de nossa questão nacional.⁸⁶ Ao contrário, contentou-se em consumir o que havia sido criado a partir de uma outra realidade, verdade que em alguns pontos similar à nossa, a da Rússia czarista. Assim, Caio Prado, ao buscar compreender o Brasil, afasta-se da tradição do marxismo que o gerou, o marxismo da América Latina e do Brasil, levando-a às últimas conseqüências.

Paradoxalmente, ao afastar-se do marxismo do Brasil e da América Latina, Caio se aproxima de outras tradições políticas.

população economicamente ativa era constituída por operários, pôde experimentar um dos casos mais aterrorizantes de tentativa de realização de uma utopia comunista de que se tem notícia na história. Ver: Benedict Anderson, *Nação e Consciência Nacional*, trad. Lourenço de Coclio. São Paulo: Ática, 1989.

⁸⁶ A dificuldade de lidar com a questão nacional não é, porém, exclusiva do marxismo da América Latina. Na verdade, o marxismo, em geral, não possui uma teoria da questão nacional. Como ocorre em relação ao Estado, o que existe é uma teoria da superação das nações, que por sinal, não é das mais sofisticadas, imaginando-se que as nações desapareçam imediatamente com o fim da sociedade de classes.

Em especial, de uma certa vertente de nosso liberalismo que, como nota José Murilo de Carvalho,⁸⁷ desde José Bonifácio e Joaquim Nabuco, insiste na necessidade de integrar as massas populares à vida nacional. O que ocorre por reconhecer, de maneira similar a nosso autor, que, para haver verdadeiramente Estado-nacional, é preciso que existam cidadãos, coisa impossível num país de escravos. Por outro lado, a maneira como Caio Prado Jr. imagina realizar seu projeto nacional o aproxima dos pensadores autoritários brasileiros.⁸⁸ Como eles, sabe que é só a partir do Estado, ou do poder público, que se poderá criar no Brasil uma sociedade mais de acordo com os “padrões mínimos da civilização”.⁸⁹

⁸⁷ José Murilo de Carvalho, “Escravidão e razão nacional”. In: *Dados*, vol. 31, n° 31, 1988.

⁸⁸ No sentido que consideram o Estado forte como o meio para se criar uma sociedade liberal, nossos autoritários são, como nota Santos (*op. cit.*), mesmo autoritários instrumentais, já que o autoritarismo não é encarado como um fim em si mesmo, mas um meio para se atingir a ordem ideal burguesa.

⁸⁹ Caio Prado mostra, em certas citações, estar familiarizado com a literatura liberal e autoritária brasileira. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* cita, com aprovação, tanto a análise de Perdigão Malheiros sobre a escravidão, como o comentário de Alberto Torres de que na Colônia ela era a única coisa organizada no Brasil. Ainda mais significativamente, em *Evolução Política do Brasil*, considera Oliveira Vianna como uma exceção ente os intérpretes do Brasil, tendo sido, apesar das falhas, “o primeiro até agora, a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social no passado” (Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, *op. cit.*, p. 8).

Significativamente, num artigo escrito para o jornal dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, *A Chave*, em 1928, Caio revela ser seu pensamento político de então, como de tantos outros homens de sua geração, uma estranha combinação no diagnóstico, influenciado por Oliveira Vianna, com um programa liberal. Ver: Caio Prado Jr., “A crise da democracia brasileira”. In: Paulo Henrique Martinez, *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1998.

Conclusão
O QUE ESTÁ VIVO E O QUE ESTÁ MORTO
EM CAIO PRADO JR.?

Se fôssemos fazer um inventário da obra de Caio Prado Jr., avaliando o que nela permanece atual e o que se tornou com o tempo datado, é certo que nos depararíamos com muita coisa que envelheceu. É possível até que, se o focalizássemos com lentes do presente, produziríamos um retrato de Caio Prado como um nacionalista embolorado. Muito do que Caio defendeu parece hoje irrealista. Em particular, quase mais ninguém acredita na possibilidade de uma organização praticamente autárquica do país.

Mas julgá-lo com os critérios atuais, mais do que anacrônico, é equivocado. Isto em razão de Caio Prado Jr. ter certamente errado muito, como aliás erra qualquer pensador, mas ter acertado no mais importante: no uso que fez do método marxista. Assim, parafraseando Lukács,¹ poderíamos dizer pouco importar que todas as propostas de Caio Prado fossem equivocadas — o que não é verdade² — já que, mais importante do que suas propostas, foi ter sabido bem utilizar a abordagem do materialismo-histórico para explicar o Brasil.

O que deriva basicamente da relação de Caio Prado Jr. com o marxismo não ter sido de “veneração supersticiosa” por textos do passado. Não encarou, portanto, o materialismo histórico como uma coleção de verdades universais, mas como um método

¹ Lukács, *op. cit.*

² Até por ter sabido bem utilizar o método marxista, o essencial do programa de Caio é correto.

vivo. Assim, como nota Novais,³ as citações dos clássicos marxistas, tão comuns entre nossos autores esquerdistas, não são frequentes em Caio Prado, mostrando que ele não sente necessidade de recorrer ao argumento da autoridade, postura de quem é ainda prisioneiro de uma atitude mental que tem suas raízes nos tempos da escolástica.⁴

Carlos Nelson Coutinho pode mesmo ter razão ao dizer que Caio não devia conhecer muito marxismo.⁵ Isto não tem, porém, grande importância. Ou melhor, importa como indicação de que Caio Prado, com o marxismo possivelmente limitado que conhecia, foi capaz de fazer uma obra monumental, precisamente por ter sabido reter do marxismo o que nele é mais importante: a abordagem.

Por outro lado, a interpretação de Caio Prado Jr. a respeito da história brasileira gozou de tal sucesso, que se converteu praticamente em lugar-comum sobre o nosso passado, podendo mesmo ter contribuído para que sua obra não tivesse sido valorizada como deveria. Dessa forma, muito, se não a melhor parte da análise do historiador paulista, parece hoje uma unanimidade sem praticamente contestação. Por exemplo, quase mais ninguém questiona que nunca houve feudalismo no Brasil, que nosso destino foi plasmado pelo sentido aqui assumido pela colonização etc.

Mas esse sucesso extraordinário leva a uma situação inusi-

³ Novais, “Caio Prado na historiografia brasileira”, *op. cit.*

⁴ Como nota Octavio Paz: “paradoxal modernidade; as idéias são de hoje, as atitudes de ontem. Seus avós juram em nome de São Tomás, eles em nome de Marx, mas para uns e outros a razão é uma arma a serviço de uma verdade com maiúscula” (Octavio Paz, *Tiempo Nublado*. Mexico D.F.: Editorial Barral, 1983, p. 166).

⁵ Coutinho. In: D’Incao, *História e Ideal*, *op. cit.*

Este autor dá como exemplos da ignorância marxista da Caio Prado Jr. sua não-utilização do conceito de modo de produção ao analisar o sistema colonial brasileiro e de capitalismo de Estado ao discutir o papel do aparelho de Estado no nosso desenvolvimento capitalista.

tada: Caio Prado parece a muitos um autor a mais, dentre os vários que teriam sugerido serem essas as características básicas de nossa história e não o primeiro a apontar para esses traços fundamentais, abrindo o caminho para os que se seguiram. Pior ainda, é possível até que a situação não melhore mesmo que se reconheça que Caio foi pioneiro na interpretação do Brasil, já que para nós muitas de suas afirmações, originalmente polêmicas, se afiguram tão óbvias que parecem não custar esforço nem apresentar mérito especial. A sensação que se tem hoje é como se o extraordinário não tivesse sido a ruptura quase total de Caio Prado Jr. com as explicações tradicionais do Brasil, mas sim que essa ruptura tenha demorado tanto tempo para ocorrer.

Um fato, porém, é inquestionável quando se fala de Caio Prado: lembra-se dele sobretudo como autor marxista. E o marxismo em nossos dias é visto como uma doutrina morta, que, em passado já aparentemente longínquo, cometeu crimes horrendos. Uma coisa, entretanto, é, ou melhor, foi, a experiência do marxismo histórico, da URSS e do “socialismo real”, e outra bem diferente, é, ou terá de ser, o marxismo entendido como método.⁶

Justamente por ser método, o marxismo não se esgota em sua experiência histórica. É bem verdade que o marxismo pôde até mesmo ter tido essa experiência histórica — que, diga-se de passagem, foi manchada de sangue por todos os lados — até porque o fundador do Estado soviético, Lênin, o entendeu como método. Esteve, assim, preparado para fazer face às condições russas e ensaiar o segundo “assalto aos céus” da história da humanidade. Não é menos verdade, entretanto, que esse “assalto aos

⁶ Se se entender o marxismo como método, talvez se possa mesmo compreender melhor o que foi a experiência do marxismo histórico. Assim, uma análise marxista da “maior utopia política da história” (Bobbio. In: Rubin Blackburn, *After the Fall*. Londres: Verso Books, 1991, p. 3) provavelmente levaria em conta os seguintes fatos: ela ter sido realizada num país atrasado, isolado, se não hostilizado, pelo resto do mundo, onde não existia sociedade-civil e em que praticamente a única tradição política, inclusive entre os revolucionários, era autocrática.

céus” redundou no Gulag, com o marxismo tendo se transformado de método para analisar e transformar a realidade em ideologia justificadora do domínio de um certo grupo de homens, no caso, a burocracia.

Caio Prado Jr., apesar de ter sido defensor apaixonado do “socialismo real”, nos indica o caminho para que, não em realidade qualquer, mas no Brasil, nos sirvamos do materialismo-histórico com propósitos emancipatórios. Seu valor permanece justamente por ter entendido o marxismo como abordagem e não um conjunto de dogmas com validade universal.

Abordagem esta que lhe permitiu elevar-se do abstrato ao concreto, reconstruindo, nesse ínterim, a totalidade da experiência brasileira. Assim, para entender o Brasil, partiu de algo abstrato como foi o sentido da colonização entre nós, sentido que não é mesmo exclusivo a brasileiros mas a todos aqueles povos em que a colonização foi de exploração, e foi reconstruindo nossa experiência, toda ela marcada por esse dado original, até concluir que, para nos realizarmos, deveríamos superá-la.

Isto é, Caio Prado mostra como, a partir do sentido da colonização, organiza-se o povoamento, a produção, a sociedade, a política e a cultura do Brasil. Assinala, entretanto, que a experiência brasileira é uma totalidade histórica, portanto, um processo dinâmico. Dessa forma, a partir de um eixo central, dado pelo sentido da colonização, a formação econômico-social brasileira se modifica, abrindo mesmo caminho para a superação da situação colonial. Nesse quadro, há um marco principal: a criação, a partir de 1808, de uma organização jurídico-política própria. Essa organização jurídico-política toma como modelo as instituições liberais do centro capitalista, que pressupõem a cidadania. Estabelece-se, assim, uma tensão entre a infra-estrutura brasileira, que continua colonial, e aspectos da superestrutura, que pressionam pela constituição de uma Nação.⁷

⁷ Como bom observador que é, Caio é capaz de notar, mesmo na economia e na sociedade brasileiras, traços que apontam para essa nacionalida-

Caio nota, portanto, que o mais importante na experiência brasileira é a superação da situação colonial e a constituição de uma situação nacional. Ou seja, o caminho que se inicia pela formação do Brasil contemporâneo leva naturalmente à revolução brasileira. Tendo começado como colônia que tinha sua razão de ser na produção de alguns gêneros de alto valor no mercado internacional, o que implicava uma quase completa desconsideração por aqueles que produzem esses bens, devemos caminhar para algo diferente, uma nação integrada. A totalidade brasileira, conseqüentemente, revela-se e se realiza precisamente no momento de superação da situação colonial.

Assim, o uso que Caio Prado Jr. faz do método do materialismo-histórico o torna um continuador e inovador do marxismo do Brasil e da América Latina. É continuador porque parte da grande preocupação que orientou a nossa esquerda, a questão nacional, e é inovador porque, ao pensar esse problema, a partir dos anos 30, sugere uma abordagem original que só será retomada, por outros, no final da década de 50.

Ou seja, a atenção de Caio Prado está voltada para o tema em torno do qual a esquerda do Brasil e da América Latina praticamente se constituiu, o que o faz um importante representante dessa linha intelectual e política, ao mesmo tempo que pensa esse problema de forma nova, diferente de praticamente todos nossos esquerdistas. Como eles, também é influenciado pelo clima de opinião, nacionalista e antiimperialista, que desde 1917 sopra da Rússia, mas diferentemente deles, não se contenta em consumir as teses da III Internacional sobre os países “coloniais, semi-coloniais e dependentes”. A partir de uma preocupação comum à esquerda, afasta-se dela, ironicamente porque é fiel ao espírito que deve animar o marxismo, de ser um método para a compreensão e transformação da realidade.

de em constituição. Os mais importantes desses traços são: o incremento do mercado interno e, por reflexo, do setor inorgânico de nossa sociedade.

Essa maneira de pensar, tão contrária à tradição intelectual latino-americana, formada a partir da Contra-Reforma, só terá continuidade anos depois. Quando essa continuidade surge, através da teoria da dependência e do marxismo uspiiano, as condições para sua produção serão indiscutivelmente mais favoráveis do que quando Caio iniciou sua reflexão. Já se disporá então de um corpo mais ou menos consolidado de textos acerca do Brasil e da América Latina, em relação ao qual será possível tomar posição favorável ou contrária, além de existirem espaços institucionais de onde realizar a reflexão, sendo-se mesmo pago para isso.

O que fica de Caio Prado Jr., portanto, não são tanto suas falhas, mas a realização grandiosa de um homem solitário que dispôs de tão pouco para explicar o Brasil.

De qualquer forma, é interessante notar como pode variar a percepção acerca de Caio Prado ao longo do tempo. Por exemplo, o que possivelmente pareceu por algum tempo como uma subestimação do significado da industrialização brasileira, e em parte foi, hoje talvez se entenda como uma compreensão notável do caráter truncado desse processo.⁸ Assim, ironicamente o que há 20 anos — quando o Brasil finalmente se tornava, sob a égide do II PND um país industrializado — se entendia como desatualizado em sua obra, em tempos mais recentes pode ser compreendido de maneira oposta.

Ou melhor, o esgotamento do desenvolvimentismo, com sua estratégia de substituição de importações, e o aparecimento de políticas liberais que buscam uma inserção subalterna numa economia mundial que se torna cada vez mais, para usar a expressão da moda, “globalizada”, dota a análise de Caio de surpreendente atualidade. Precisamente porque muito daquilo que foi engendrado no Brasil a partir de 1930 e que nos acostumamos a pensar como consolidado, em particular, nosso parque industrial,

⁸ Ver: Plínio de Arruda Sampaio Jr., *Entre a Nação e a Barbárie: Os Dilemas do Capitalismo Dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

não se encontra hoje em situação muito confortável. Dessa forma, a desconfiança do historiador paulista em relação ao processo de industrialização não parece inteiramente injustificada. Pelo contrário, assistimos nos dias que correm a situações das quais são exemplo, o desaparecimento de empresas símbolos, como a Metal-Leve e a COFAP e a reorientação pelas transnacionais do suprimento de insumos em direção ao exterior, que parecem sugerir quão precária é a transformação da vida brasileira realizada pela industrialização.

As avaliações contrastantes da obra de Caio Prado Jr., entretanto, talvez sejam mesmo a maior prova de que nosso autor é um clássico, já que, à maneira dos clássicos, é alguém que, continua atual, apesar do desaparecimento de boa parte dos contextos que permitiram a produção de seus textos. Ou seja, mesmo sem URSS, PCB, nacionalismo, o que aponta ainda é imprescindível para se compreender e transformar o Brasil.

Principalmente porque o Brasil que analisou ainda é, em seus traços fundamentais, o mesmo país em que vivemos. Assim, dentro do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza o capitalismo, Caio Prado notou que o que marca países como o nosso, que estão entre a “civilização e a barbárie” e que não são, portanto, nem Oriente nem bem Ocidente, é esse convívio promíscuo entre moderno e arcaico, que se explica pela forma como o moderno se utiliza aqui do arcaico.

Forma esta que leva a uma situação assustadora: no Brasil não ocorrem rupturas, não se supera o passado, que se eterniza, tornando nossa história uma “permanente atualidade”. Conseqüentemente, a obra do historiador paulista só poderá se tornar desatualizada quando, mais do que seus contextos, as condições que a produziram se tornarem datadas. Ou seja, quando finalmente se romper com o passado no Brasil, tarefa à qual Caio Prado Jr. dedicou toda a sua vida, talvez não mais se precise ler seus livros, a não ser que se queira ter contato com um testemunho brilhante de uma época já longínqua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS SOBRE CAIO PRADO JR.

Prontuário de Caio Prado Jr. no Departamento Especial de Ordem Política e Social (DEOPS), 30-K-33.

OBRAS DE CAIO PRADO JR.

LIVROS

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. (1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (1942). São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *História Econômica do Brasil*. (1945). São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. (1953). São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. (1954). São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

_____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. (1957). São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *A Revolução Brasileira*. (1966). São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *História e Desenvolvimento*. (1969). São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARTIGOS E ENTREVISTAS

PRADO JR., Caio. “A ANL e o 5 de julho”. In: *A Platéia*, 03/07/1935.

- _____. “O latifúndio”. In: *A Platéia*, 05/07/1935.
- _____. “Todo o poder à Aliança”. In: *A Platéia*, 08/07/1935.
- _____. “O programa da ANL”. In: *A Platéia*, 26/07/1935, 29/07/1935, 30/07/1935, 31/07/1935, 01/08/1935, 02/08/1935 e 03/08/1935.
- _____. “O programa da ANL”. In: *Revista Escrita Ensaio*, vol. 4, nº 10, 1983.
- _____. “A economia colonial”. In: *Marcha*, 27/11/1935.
- _____. “Quais os livros necessários à formação de uma cultura socialista”. In: *Revista Acadêmica*, vol. 1, nº 9 e 11, 1935.
- _____. “Prefácio”. In: LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: Marchas e Combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- _____. “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”. In: *A Classe Operária*, 19/04/1947.
- _____. “Métodos sociológicos”. In: *Fundamentos*, vol. 1, nº 4-5, 1948.
- _____. “Conferência de 17 de março de 1949”. In: *Praga*, vol. 1, nº 1, 1996.
- _____. “Caio Prado Júnior x Oswald de Andrade”. In: *Praga*, vol. 1, nº 1, 1996.
- _____. “Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 1, nº 2, 1955.
- _____. “O sentido da anistia ampla”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 2, nº 4, 1956.
- _____. “A nova teoria econômica ortodoxa e a crise do capitalismo”. *Revista Brasiliense*, vol. 2, nº 7, 1956.
- _____. “A política brasileira”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 2, nº 8, 1956.
- _____. “Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 3, nº 9, 1957.
- _____. “Capitais estrangeiros”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 3, nº 11, 1957.
- _____. “As eleições argentinas”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 4, nº 16, 1958.
- _____. “Capitais estrangeiros e capitais nacionais”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 4, nº 18, 1958.

- _____. “A lição das eleições de 3 de outubro”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 4, n° 20, 1958.
- _____. “Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 5, n° 23, 1959.
- _____. “Nacionalismo e desenvolvimento”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 5, n° 24, 1959.
- _____. “A economia marxista”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 5, n° 26, 1959.
- _____. “As eleições de 3 de outubro”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 6, n° 32, 1960.
- _____. “Convivência pacífica”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 7, n° 33, 1961.
- _____. “O desenvolvimento econômico e o problema da capitalização”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 7, n° 34, 1961.
- _____. “A Instrução 204 e a política econômica brasileira”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 7, n° 35, 1961.
- _____. “A conferência de Punta del Este”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 7, n° 37, 1961.
- _____. “Panorama da política brasileira”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 7, n° 38, 1961.
- _____. “A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 8, n° 39, 1962.
- _____. “O projeto de lei de remessa de lucros”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 8, n° 41, 1962.
- _____. “A crise em marcha”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 8, n° 42, 1962.
- _____. “Perspectivas da política progressista e popular brasileira”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 8, n° 44, 1962.
- _____. “Um discurso marca época”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 9, n° 46, 1963.
- _____. “Revisão entrevista Caio Prado Jr.”. In: *Revisão*, n° 4, 1967.
- _____. “É preciso deixar o povo falar”. In: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida*, vol. 1. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.

OBRAS SOBRE CAIO PRADO JR.

- ARAÚJO, Brás José de. “Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil”. In: *Temas*, vol. 1, nº 1, 1977.
- BRAUDEL, Fernand. “Deux livres de Caio Prado”. In: *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations*, vol. 3, nº 1, 1948.
- _____. “Fernand Braudel resenha Caio Prado Jr.”. Trad. Paulo Henrique Martinez e Bernardo Ricupero. In: *Praga*, nº 8, 1999.
- CAVALCANTI, Paulo. *Os Equívocos de Caio Prado Júnior*. São Paulo: Argumentos, 1966.
- D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FACÓ, Rui. “Um falso conceito de revolução brasileira”. In: *A Classe Operária*, 26/04/1947.
- FAUSTO, Ruy. “A revolução brasileira de Caio Prado Júnior”. In: *Teoria e Prática*, nº 2, 1967.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Um historiador revolucionário”. In: IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. “Caio Prado Júnior, 1907-1990”. In: *Dados*, vol. 33, nº 3, 1990.
- IUMATTI, Paulo T. *Diários Políticos de Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense, 1998.
- KARACIK, Raul. “A evolução política do Brasil”. In: *Boletim de Ariel*, nº 6, 1934.
- LIMONGI, Fernando P. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasiliense*”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 5, outubro 1987.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1998.
- MARTINS, Ivan Pedro. “Sobre um artigo do camarada Caio Prado Jr.”. In: *A Classe Operária*, 04/05/1947.
- MILLIET, Sérgio. “Uma grande promessa”. In: *A Noite*, 05/11/1942
- MELO, Jayro G. *O Nacionalismo em Caio Prado Júnior*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1987.

- _____. “Caio Prado Jr., *Revista Brasiliense*, nacionalismo”. In: *História*, nº 4, 1987.
- _____. “O economicismo em Caio Prado Júnior”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, 1987.
- NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Júnior historiador”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 2, 1983.
- _____. “Caio Prado na historiografia brasileira”. In: MORAES, Ricardo (org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PÁDUA, Elisabete M.M. de. *Um Estudo dos Pressupostos Filosóficos de Caio Prado Júnior: Contribuição à Crítica da Revolução Burguesa no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1989.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *O Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. — Continuidade e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1995.
- RICUPERO, Bernardo. “Caio Prado Jr. e a invenção de um marxismo brasileiro”. Comunicação apresentada na XX ANPOCS, Caxambu, 1996.
- _____. “A aventura brasileira do marxista Caio Prado Jr.”. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 8, 1997.
- _____. “Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro”. In: *Revista da USP*, vol. 10, nº 38, 1998.
- _____. “Existe um pensamento marxista latino-americano?”. In: Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás (orgs.). *América Latina: História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- SAMPAIO Jr., Plínio Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie: Os Dilemas do Capitalismo Dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Formação do Brasil contemporâneo”. In: *O Estado de S. Paulo*, 21/12/1942.
- TAVARES, Assis. “Caio Prado e a teoria da revolução brasileira”. In: *Revista da Civilização Brasileira*, nº 11 e 12, dezembro de 1966 e março de 1967.

OUTROS

- ABRAMO, Fúlvio e KAREPOV, Dainis. *Na Contracorrente da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Braudel a Debate*. Mexico D.F.: JGH Editores, 1997.
- ADAMSON, Walter L. *Hegemony and Revolution: A Study of Antonio Gramsci's Political and Cultural Theory*. Berkeley, University of California Press, 1980.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. "Notas de leitura sobre uma visão histórica do campo brasileiro". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 40, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lourenço de Coclio. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. "The Antinomies of Antonio Gramsci" In: *New Left Review*, nº 100, 1976.
- _____. *Consideraciones sobre el Marxismo Occidental*. Trad. Néstor Míguez. Mexico D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- _____. *English Questions*. Londres: Verso Books, 1991.
- ANTUNES, Ricardo e REGO, Walquíria Leão. *Lukács: Um Galileu no Século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento de Dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Um Departamento Francês de Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *O Fio da Meada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los Orígenes del Marxismo Latino-Americano*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- _____. *Marx e a América Latina*. Trad. Maria C. Marcondes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. "Gramsci y la teoría política". In: *Reporte de Investigación*. Mexico D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 1979.

- _____. “O marxismo latino-americano nos anos da III Internacional”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 8. Trad. Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. “Reinventar América Latina”. In: *Leviatán*, nº 46, 1991.
- _____. “1917 y América Latina”. In: *Leviatán*, nº 46, 1991.
- BAHRO, Rudolf. *A Alternativa: Para uma Crítica do Socialismo Real*. Trad. Luiz Sérgio N. Henriques e Gilvan P. Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- BENDIX, Reinhard. *Estado Nacional y Ciudadania*. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorortu, 1974.
- BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERLIN, Isaiah. *Russian Thinkers*. Nova York: Pelican Books, 1979.
- BERCQUIST, Charles. *Los Trabajadores en la Historia Latino-Americana*. Mexico D.F.: Siglo Veintuno Editores, 1985.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BLACKBURN, Rubin. *After the Fall*. Londres: Verso Books, 1991.
- BOBBIO, Norberto. *O Marxismo e o Estado*. Trad. Frederica Boccardo e Renée Levre. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. “Gramsci y la concepción de la sociedad civil”. In: BOBBIO, Norberto. *Gramsci y las Ciencias Sociales*. Trad. José Aricó. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1972.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRACHER, Karl Dietrich. *The German Dictatorship*. Londres: Penguin Books, 1991.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1920/1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- BULMER-THOMAS, Victor. *The Economic History of Latin America since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- CABALLERO, Manuel. *La Internacional Comunista y la Revolución Latino-Americana*. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.
- CADERNOS DE NOSSO TEMPO. “Três etapas do comunismo brasileiro”. In: *Cadernos de Nosso Tempo*, n° 2, 1954.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- _____. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *A Educação pela Noite*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. “Radicalismos”. In: *Estudos Avançados*, vol. 4, n° 8, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. “Livros que inventaram o Brasil”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n° 37, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. Mexico D.F.: Siglo Veintuno Editores, 1988.
- CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. (org.). *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. (org.). *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. (org.). *O PCB*, vol. 2 (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *O Marxismo no Brasil (Das Origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão nacional”. In: *Dados*, vol. 3, n° 31, 1988.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia Unarmed*. Nova York: Alfred Knopf, 1993.

- CERRONI, Umberto. “Cosmopolitismo y vias nacionais”. In: HOBBSBAWM, Eric. *Revolución y Democracia en Gramsci*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.
- CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHAVES Neto, Elias. *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- _____. *Sentido Dinâmico de Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHILCOTE, Ronald. *The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration (1922-1972)*. Nova York: Oxford University Press, 1974.
- CLAUDIN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*, vol. 1. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- COSTA, Emilia Viotti da. “A revolução burguesa no Brasil”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 4, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: *Presença*, nº 8, 1984.
- CUADERNOS DE PASSADO Y PRESENTE. *VI Congreso de la Internacional Comunista*. Mexico D.F.: Ediciones de Passado y Presente, 1977.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DaMATTA, Roberto. “A originalidade de Gilberto Freyre”. In: *ANPOCS-BIB*, nº 34, 1987.
- D’INCAO, Maria Angela (org.). *Dentro do Texto, Dentro da Vida: Ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- DULLES, John W.F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- _____. *O Comunismo no Brasil*. Trad. Raúl de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 1991.
- _____. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986.
- _____. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. In: *Revista Escrita Ensaio*, vol. 3, nº 1982.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: O Debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERREIRA, Oliveiros. *Nossa América: IndoAmérica*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Edusp, 1971.
- FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRANK, André G. *Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Brasília: Ed. UnB, 1963.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- GALINDO, Alberto F. *La Agonia de Mariátegui*. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1982.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos (org.). *Modos de Producción en America Latina*. Mexico D.F.: Ediciones de Passado y Presente, 1986.
- GODIO, Julio. *História del Movimiento Obrero Latino-Americano*. Mexico D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- GOLDMANN, Lucien. *Pour une Sociologie du Roman*. Paris: Gallimard, 1964.
- _____. *Dialética e Cultura*. Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Org. e trad. Q. Hoare e G.N. Smith. Nova York: International Publishers, 1992.
- _____. *Escritos Políticos*. (Sem indicação de tradutor.) Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1977.

- _____. *Literatura e Vida Nacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRUPPI, Luciano. *O Pensamento de Lênin*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HERZEN, Aleksandr. “Recollections of Russian intellectuals: 1830s and 1860s”. In: GIBIAN, George. *The Portable Nineteenth-Century Russian Reader*. Trad. Leo Naviozov. Londres: Penguin Books, 1993.
- HECKER, Alexandre. *Um Socialismo Possível: A Atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1978.
- HIRANO, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- HYPOLITE, Jean. *Introduction à la Philosophie de l’Histoire de Hegel*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JACOBY, Russel. *Os Últimos Intelectuais*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural e Edusp, 1990.
- JAY, Martin. *Marxism and Totality*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- KORSCH, Karl. *Marxism and Philosophy*. Trad. e introd. de Fred Halliday. Nova York: Monthly Review Press, 1970.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso Books, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- LECHNER, Norberto. *Que Significa Hacer Política?* Lima: DESCO, 1982.
- LÊNIN, Vladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Trad. e introd. de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*. Trad. Coletivo das Edições Avante. Lisboa: Edições Avante, 1978.

- _____. *O Programa Agrário*. (Sem indicação de tradutor). São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LICHTHEIM, George. *Marxism: An Historical and Critical Study*. Nova York: Frederic A. Praeger Publishers, 1965.
- _____. "The transmutation of a doctrine". In: *Problems of Communism*, vol. 15, n° 4, 1966.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LISS, Sheldon B. *Marxist Thought in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- LOBKOWICZ, Nicholas (org.). *Marx and the Western World*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1967.
- LOVE, Joseph. "The origins of dependency analysis". In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 22, parte I, 1990.
- LÖWY, Michel (org.). *Le Marxisme en Amérique Latine de 1909 à Nos Jours*. Paris: François Maspero, 1980.
- LUKÁCS, Georg. *History and Class Consciousness*. Trad. Rodney Livingstone. Cambridge: The MIT Press, 1990.
- _____. *Breve Histoire de la Littérature Allemande*. Paris: Nagel, 1949.
- LUPORINI, Cesare e SERENI, Emilio. *El Concepto de Formación Económico-Social*. Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1973.
- McCLELLAND, J.S. *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996.
- McLELLAN, David. *Marxism after Marx*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1979.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Polis e Vozes, 1984.
- MARCUSE, Herbert. *Marxismo Soviético*. Trad. Carlos Weber. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Mexico D.F.: Serie Popular Era, 1988.

- _____. *Textos Basicos*. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1991.
- MÁRMORA, Leopoldo. *El Concepto Socialista de Nación*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1986.
- MARTINS, Luciano. “A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940)”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 4, 1987.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, vol. 3. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1977.
- MARX, Karl. “Introdução à contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”. In: *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- _____. *Os Pensadores*, vol. 25. Seleção de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Política (Grundrisse): 1857-1858*, vols. 1, 2 e 3. Trad. Pedro Scaron. Mexico D.F.: Siglo Veintuno Editores, 1989.
- _____. *O Capital*, vol. 1. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *O Capital*, vol. 3. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, tomos I, II e III. Trad. Coletivo das Edições Avante. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- MAYER, Fritz. *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, 1926.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MERQUIOR, José Guilherme. “El otro Occidente (un poco de filosofia de la historia desde Latino America)”. In: *Cuadernos Americanos Nueva Epoca*, vol. 1, nº 13.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1989.

- MOORE, Barrington. *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *História do Marxismo no Brasil*, vol. 2. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A Volta de McLhunaima*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1980.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- NETTL, J.P. *Rosa Luxemburg*. Nova York: Schocken Books, 1969.
- NISBET, Robert. *La Tradition Sociologique*. Trad. Martin Azuelos. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- NOVAIS, Fernando. A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. (coord.). *História da Vida Privada*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco. “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. In: *Estudos Cebrap*, nº 2, 1972.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, 1985.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelli di Partiti*. Bologna: Il Mulino, 1982.
- PAZ, Octavio. *Tiempo Nublado*. Mexico D.F.: Editorial Barral, 1983.
- PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. Trad. Maria J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- PEDREIRA, Fernando. *Impávido Colosso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PETRAS, James e ZEITLIN, Maurice. *Latin America: Reform or Revolution?* Nova York: Fawcett Publications, 1968.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- PIPES, Richard. *Russia Under the Old Regime*. Londres: Penguin Books, 1990.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los Usos de Gramsci*. Mexico D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1977.
- _____. “O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. “O marxismo latino-americano”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 11. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REVISTA BRASILIENSE. “Manifesto de fundação”. In: *Revista Brasiliense*, vol. 1, n° 1, 1955.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- RIVAROLA, Milda e PLANAS, Pedro (orgs.). *Victor Raúl Haya de la Torre*. Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- ROIO, Marcos del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa (A Política de Alianças do PCB, 1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ROUQUIÉ, Alain. *América Latina: Introducción al Extremo Occidente*. Trad. Rosa Cusminsky de Cendrero. Mexico D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1994.
- SADER, Emir. “Nós que amávamos tanto *O Capital*”. In: *Praga*, vol. 1, n° 1, 1996.
- SANTOS, Raimundo. *Modernização e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. *Os Pensadores*, vol. 45. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SCHWARCZ, Lilia. *Homens de Ciência*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- _____. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Que Horas São?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. “Um seminário de Marx”. In: *Folha de S. Paulo*, 08/10/1995.
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. “Qu’est-ce que le Tiers État?”. In: SOBOUL, Albert. *1789: L’An Un de la Liberté*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SOBLEV, A. *Outline History of the Communist International*. Trad. Bernard Isaacs. Moscou: Progress Publishers, 1971.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- _____. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *História da Burguesia do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean Jacques Rousseau: La Transparence et l’Obstacle*. Paris: Gallimard, 1971.
- STRAUSS, Leo. *Qu’est-ce que la Philosophie Politique*. Trad. Olivier Sedeyn. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- SKINNER, Quentin e TULLY, James. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Oxford: Polity Press, 1988.
- TERÁN, Oscar. *Anibal Ponce: El Marxismo sin Nación?* Mexico D.F.: Ediciones Passado y Presente, 1983.

- TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Démocracie en Amérique*, vols. 1 e 2. Paris: Gallimard, 1992.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue*. Trad. Iraci Poleti. Campinas: Ed. Unicamp e Trajetória Cultural, 1988.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*, vol. 1. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- TUCKER, Robert. *The Lenin Anthology*. Nova York: Norton Company, 1985.
- VENTURI, Franco. *Il Populismo Russo*, vols. 1, 2 e 3. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964”. In: *Revista de Cultura Política e Revista de Cultura Contemporânea*, vol. 1, nº 1 e 2.
- ZEA, Leopoldo. *El Pensamiento Latino-Americano*. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.

SOBRE O AUTOR

Bernardo Ricupero é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, onde fez o mestrado que deu origem a este livro. Foi pesquisador do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e atualmente é doutorando no Departamento de Ciência Política da USP.

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM SABON PELA
BRACHER & MALTA, COM FOTOLITOS DO BU-
REAU 34 E IMPRESSO PELA BARTIRA GRÁFICA
E EDITORA EM PAPEL PÓLEN SOFT 80 G/M²
DA CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE PARA
A EDITORA 34, EM FEVEREIRO DE 2000.